



### ADROALDO LIRA FREIRE

GUIA DE FONTES SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
ARQUIVOS INSTITUCIONAIS, PESSOAIS E COLEÇÕES NA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO

Rio de Janeiro

### ADROALDO LIRA FREIRE

### GUIA DE FONTES SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ARQUIVOS INSTITUCIONAIS, PESSOAIS E COLEÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC) - FIOCRUZ como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Linha de pesquisa: Patrimônio Cultural- História, Memória e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Lopes de Lacerda.

Rio de Janeiro

### Ficha Catalográfica

F866g Freire, Adroaldo Lira.

Guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República : arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro / Adroaldo Lira Freire. – Rio de Janeiro : s.n., 2018.

[233] f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) — Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

Bibliografia: 62-68f.

1. Manuais e Guias para a Gestão da Pesquisa. 2. Arquivos. 3. Saúde Pública. 4. História do Século XX. 5. Brasil.

CDD 027

### ADROALDO LIRA FREIRE

# GUIA DE FONTES SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ARQUIVOS INSTITUCIONAIS, PESSOAIS E COLEÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC) - FIOCRUZ como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Linha de pesquisa: Patrimônio Cultural- História, Memória e Sociedade.

Aprovado em 12 de setembro de 2018.

Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT/COC)

Prof. Vitor Manoel Marques da Fonseca

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFF)

Profa. Maria Teresa Villela Bandeira de Mello

Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT/COC)

Prof. Dr. Eliezer Pires, da Silva

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO)

Profa. Aline Lopes de Lacerda

Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e

da Saúde (PPGPAT/COC)

### **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela vida, orientação, conhecimento e sabedoria, de fundamental importância na minha caminhada acadêmica e profissional.

À orientadora Dra. Aline Lopes de Lacerda, pela confiança, zelo e tranquilidade que procurou transmitir durante as aulas, o processo de escrita e revisão deste trabalho.

À banca de arguição da defesa: Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos e Dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca e aos suplentes, Dra. Maria Teresa Villela Bandeira de Mello e Dr. Eliezer Pires da Silva.

À banca de arguição da qualificação: Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos e Dra. Maria Teresa Villela Bandeira de Mello.

Ao Programa do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, principalmente a todos os professores do curso e aos coordenadores, Dr. Renato da Gama-Rosa Costa e Dra. Ana Luce Girão Soares de Lima.

Aos amigos do mestrado, pelo cotidiano de experiências, apoio e sugestões. Amigos que conheci e aprendi a respeitar, durante os maravilhosos dois anos do curso, dos quais tenho gratidão e amizade.

As diretoras-gerais Elizabeth e Clesemary e as diretoras-adjuntas Elza e Denise, das escolas que leciono, Adlai Stevenson e Maria Werneck de Castro, principalmente pela paciência e apoio incondicionais.

As minhas irmãs Cristiane e Tatiane, agradeço por todo amor e compreensão nesta caminhada.

A Carminha e Sérgio, meus pais, a quem devo a minha vida e por me fazer entender o verdadeiro sentido que o plural "pais" representa.

Agradeço o amor, carinho e cuidado inimagináveis da minha esposa Diana, minha benção enviada por Deus!

"A mente que se abre a uma nova ideia, jamais voltará ao seu tamanho original" (Albert Einstein)

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo apresentar um guia de fontes documentais sobre saúde pública na Primeira República, conjugando, num mesmo instrumento de pesquisa, parcela importante do patrimônio documental sobre essa temática, e proporcionando, assim, acesso e preservação dessa documentação sob a forma de registro de suas informações. Para isso, pretende discutir a pertinência do recorte temático e temporal proposto para o guia, estudar a importância dos instrumentos de descrição documentais que a Ciência Arquivística tradicionalmente lança mão nos seus processos metodológicos e investigar mais precisamente a funcionalidade de um guia desse tipo, que visa oferecer uma seleção documental e suas relações com ações mais amplas de proteção ao patrimônio documental do país.

**Palavras-chave**: guia de fontes- instrumento de pesquisa- patrimônio documental - saúde pública - arquivos institucionais e pessoais - Primeira República (Brasil).

### **ABSTRACT**

This work aims to present a documentary sources guide on public health in the First Brazilian Republic, combining in a single finding aid a significant part of the documentary heritage on this subject and thus providing access and preservation of this documentation in the form of registration of its information. To this goal, it intends to discuss the pertinence of the proposed thematic and temporal clipping for the guide, to study the importance of the finding aids that Archival Science traditionally uses in its methodological processes and to investigate more precisely the functionality of such a guide, a documentary selection and its relations with broader actions to protect the national documentary heritage.

**Keywords:** fonts guide – finding aid- documentary heritage - public health - institutional and personal archives - First Brazilian Republic.

### LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AN - Arquivo Nacional (Brasil)

ABL - Academia Brasileira de Letras

AGCRJ - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

ANM - Academia Nacional de Medicina

APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

CND/CIA - Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos

CIA - Conselho Internacional de Arquivos

COC - Casa de Oswaldo Cruz

CODEARQ - Código de entidades custodiadoras de documentos arquivísticos

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos (Brasil)

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CTNDA - Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística

DAD - Departamento de Arquivo e Documentação

DGSP - Diretoria Geral de Saúde Pública (Brasil)

DNSAMS - Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (Brasil)

DNSP - Departamento Nacional de Saúde Pública (Brasil)

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

ICA - International Council on Archives

ICA-AtoM - Conselho Internacional de Arquivos- Acesso à Memória

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IOC - Instituto Oswaldo Cruz

ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registro de Autoridade para Entidades

Coletivas, Pessoas e Famílias

ISAD (G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

ISDF - Norma Internacional de Descrição de Funções

ISDIAH - Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico

MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira

MJNI- Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil)

NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAP. 1- SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: NOTAS SOBRE INSTITUIÇÕES, ATORES E SEUS ARQUIVOS	4
1.1 Saúde Pública na Primeira República	5
1.2 Instituições que atuaram na organização da saúde pública no Brasil	9
1.3 Personagens com atuação de destaque nas instituições de saúde pública	15
1.3.1 Oswaldo Cruz e a Diretoria Geral de Saúde Pública (1903-1909)	15
1.3.2 Carlos Seidl e a Diretoria Geral de Saúde Pública (1912-1918)	16
1.3.3 Belisário Penna e a Liga Pró-Saneamento (1918-1920)	17
1.3.4 Carlos Chagas e o Departamento Nacional de Saúde Pública (1920-1926)	18
1.3.5 Clementino Fraga e o Departamento Nacional de Saúde Pública (1927-1930)	20
1.3.6 Arthur Neiva e o Instituto Oswaldo Cruz (1906-1916)	20
1.4 Instituições, atores e seus arquivos	21
CAP. 2- DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, INSTRUMENTOS DE PESQUISA, GUIA DE FONTES: NOTAS PARA UM DEBATE	
2.1 A descrição arquivística	25
2.2 Instrumentos de pesquisa em acervos arquivísticos	28
2.3 A importância da normalização: uma norma brasileira de descrição arquivística, a NOBRADE.	31
2.4 Guia de acervos, guia de fontes e as fontes da história da saúde	37
CAP. 3- CONSTRUINDO UM GUIA DE FONTES DOCUMENTAIS SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: NOTAS SOBRE O PERCURSO DA PESQUIS	
3.1 Observações gerais sobre acesso às informações sobre as instituições de guarda bem como sobre seus acervos	
3.2 Arquivo Nacional	49
3.2.1 Forma de acesso atual aos arquivos	49
3.2.2 Breve explicação sobre a documentação	50
3.3 APERJ	51
3.3.1 Forma de acesso atual aos arquivos	51
3.3.2 Breve explicação sobre a documentação	52
3.4 AGCRJ	53

3.4.1 Forma de acesso atual aos arquivos	53
3.4.2 Breve explicação sobre a documentação	54
3.5 COC	55
3.5.1 Forma de acesso atual aos arquivos	55
3.5.2 Breve explicação sobre a documentação	55
3.6 ABL	58
3.6.1 Forma de acesso atual aos arquivos	58
3.6.2 Breve explicação sobre a documentação	58
3.7 CPDOC	59
3.7.1 Forma de acesso atual aos arquivos	59
3.7.2 Breve explicação sobre a documentação	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
FONTES PRIMÁRIAS	67
FONTES ELETRÔNICAS	68
ANEXO: GUIA DE FONTES	69

### INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é organizar um guia de fontes documentais sobre saúde pública na Primeira República Brasileira (1889-1930) integrantes de arquivos institucionais e pessoais custodiados em instituições de arquivo e documentação da cidade do Rio de Janeiro. Para isso, busquei justificar o recorte temporal e temático e inserir esse exercício de feitura de um tipo específico de instrumento de pesquisa — o guia de fontes — numa discussão maior, ainda que de forma introdutória, sobre a função de descrição de documentos nos arquivos e a sua relação com instrumentos de pesquisa, tanto os tradicionais quanto os novos, informatizados. Fiz da experiência de meu percurso de pesquisa um capítulo específico contendo a descrição de minhas observações por considerar importante a sistematização de aspectos de organização mais geral do acesso a essas fontes, na medida em que experimentei, em cada caso, as possibilidades e limites oferecidos em cada instituição para o acesso às informações de seu patrimônio documental.

As origens da história da saúde pública na Primeira República estão representadas por duas instituições vinculadas ao Ministério de Justiça e Negócios Interiores (MJNI), ou seja, a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) (1897-1920) e o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) (1920-1930). Os arquivos dessas instituições, hoje no Arquivo Nacional, são fontes essenciais ao estudo sobre esse período, no que tange às políticas públicas na área da saúde. Ao lado deles, os arquivos pessoais dos atores com protagonismo em sua atuação nessa área também se revestem de especial interesse para estudos nessa linha. Localizados na cidade do Rio de Janeiro, hoje se constituem em patrimônio documental sobre a temática da saúde pública e são fontes centrais para o desenvolvimento de diversos estudos.

Defendo a bandeira da saúde pública. Esta deve ser tratada como um direito fundamental social defendido por todos os cidadãos como uma política pública efetiva do Estado brasileiro. O interesse pelo tema da presente pesquisa surgiu a partir da análise de artigos e livros que tratavam da história da saúde pública no Brasil durante os primórdios do regime republicano, e nos quais essas instituições (DGSP e DNSP) se destacavam. Meu objetivo será contribuir para a maior divulgação do valor histórico e patrimonial das fontes documentais sobre saúde pública na Primeira República, por meio da elaboração de um guia de fontes documentais existentes nos fundos institucionais e pessoais, localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Foi realizado um mapeamento de fundos pessoais e institucionais e/ou coleções de interesse nas entidades custodiadoras de acervos: Arquivo Nacional (AN), Casa de Oswaldo

Cruz (COC), Academia Brasileira de Letras (ABL), Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). A esse mapeamento, se seguiu um levantamento do nível de descrição desses fundos e coleções nas instituições de origem e posterior transcrição das descrições constantes nos instrumentos de pesquisas originais para um modelo normatizado seguindo os padrões da norma de descrição arquivística brasileira, a NOBRADE¹. Esse modelo foi elaborado pela COC e também contempla a descrição de entidades custodiadoras de acervos mediante a norma ISDIAH². Então, a NOBRADE serviu como referência para a descrição de fundos e a ISDIAH para a descrição de entidades custodiadoras de acervo.

O produto apresentado ao final desse trabalho, o *Guia de fontes sobre saúde pública* na Primeira República: arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro possui como recorte temporal a Primeira República Brasileira (1889-1930), tendo como ênfase inicial a gestão de Oswaldo Cruz na DGSP e como recorte temporal final o ano de 1930, fim da gestão de Clementino Fraga no DNSP e da República Oligárquica.

Para melhor organização e desenvolvimento do estudo proposto, o trabalho foi estruturado em três capítulos, além do produto (o guia) ao final.

No primeiro capítulo busco apresentar e justificar o recorte temático e temporal e os atores institucionais e pessoais centrais para a compreensão dessa história, tendo como foco os arquivos remanescentes de suas atuações. Após essa compreensão, foi realizado um levantamento de informações sobre os arquivos institucionais da DGSP e do DNSP, além do arquivo do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), instituição também protagonista no cenário de desenvolvimento científico na primeira república na área da saúde pública. Este levantamento de informações foi essencial para a descrição das fontes documentais sobre saúde pública na Primeira República, bem como um estudo dos atores políticos e seus arquivos pessoais (Oswaldo Cruz, 1903-1909, Carlos Seidl, 1912-1918, Carlos Chagas, 1920-1926, Belisário Penna, 1918-1920, Arthur Neiva, 1906-1916 e Clementino Fraga, 1927-1930), além de coleções dessas instituições.

No segundo capítulo apresento, ainda que de forma introdutória, notas sobre a função da atividade de descrição arquivística e dos instrumentos de pesquisa para acesso aos arquivos

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Nobrade: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

e sobre as características do instrumento de pesquisa guia de fontes. Discuto também a importância da normalização dos acervos por meio da NOBRADE. Ao final, apresento alguns exemplos de guia de fontes, inclusive guias relacionados às instituições de saúde.

No terceiro capítulo me dediquei a descrever o processo de nossa pesquisa por meio de observações gerais sobre os contatos com as instituições de guarda, analisando dois aspectos relevantes: a forma de acesso atual aos arquivos e uma breve explicação sobre a documentação. Observei as singularidades dos distintos instrumentos de pesquisa nas instituições arquivísticas pesquisadas, averiguando os desníveis descritivos nos arquivos, os instrumentos de pesquisa existentes, a abrangência da descrição em cada caso, o grau de organização dos fundos relevantes para a pesquisa, além das "adaptações" necessárias para a inclusão dos arquivos desnormalizados ao formulário modelo da NOBRADE e ao guia de fontes propriamente dito. Para além de todos os ganhos teóricos e metodológicos que a pesquisa e a feitura do trabalho me proporcionaram, gostaria de chamar a atenção para a importância do exercício de que se constituiu minha análise. Uma síntese, transcrição e elaboração de um instrumento de descrição com base normalizada a partir de informações dispersas e com outras formas de disposição de informações. Foi importante e enriquecedora essa experiência de ver os diferentes tipos de instrumentos nas instituições, muitos frutos de outras épocas, com outras racionalidades descritivas, e transportar suas informações para novo modelo.

Como produto, construo um instrumento de pesquisa – o guia de fontes – que agrega todos os arquivos das distintas instituições de guarda de memória localizadas na cidade do Rio de Janeiro, pelo recorte temático (saúde pública), temporal (Primeira República) e geográfico (Rio de Janeiro), buscando contribuir para o acesso a esse patrimônio documental sobre a saúde pública brasileira.

Logo, como produto da dissertação de mestrado, apresento o Guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República: arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro.

# CAP. 1- SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: NOTAS SOBRE INSTITUIÇÕES, ATORES E SEUS ARQUIVOS

A relevância de um guia de fontes documentais de saúde pública na Primeira República por meio de levantamento de arquivos institucionais, pessoais e coleções custodiados na cidade do Rio de Janeiro torna-se evidente, visto que os arquivos hoje existentes representam documentalmente as atuações institucionais e pessoais em saúde pública na Primeira República.

O objetivo do capítulo é demonstrar a importância histórica do recorte temático-temporal, ou seja, saúde pública e Primeira República. Apesar da existência anterior ao período republicano de ações governamentais em prol da saúde em momentos pontuais, este período foi significativo na implementação de políticas públicas em saúde no Brasil, como também na implementação da legislação sanitária no país e na criação institucional de órgãos de saúde pública numa ótica de cuidado nacional.

Na Primeira República, o MJNI desempenhou um papel fundamental ao assegurar os direitos políticos estabelecidos pela Constituição de 1891 e a própria organização política do país. O MJNI reuniu uma ampla gama de competências, assumindo tarefas do programa republicano como a instrução pública, o registro civil dos nascimentos, óbitos e casamentos e a manutenção da liberdade e igualdade dos cultos religiosos. Coube também à pasta o cuidado das questões referentes à naturalização e à concessão de direitos políticos aos milhares de imigrantes que desembarcaram no país em busca de trabalho e melhores condições de vida (CAMARGO, 2015b, p. 12).

Segundo a lei nº. 23, de 30 de outubro de 1891, competiam ao MJNI todos os assuntos relativos à administração da justiça federal e à Guarda Nacional em todo país, à justiça local, polícia e corpo de bombeiros do Distrito Federal, instrução, educação e desenvolvimento das ciências, letras e artes, incluindo a catequese dos índios e todas as atribuições que pertenciam à antiga Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Essas atribuições compreendiam as questões ligadas à saúde e à assistência pública, aos menores abandonados, aos alienados, à naturalização de estrangeiros e à organização dos estados. A mesma lei dispôs sobre a estrutura central do ministério, que ficou composta por uma seção de contabilidade e três diretorias: da Justiça, da Instrução e do Interior (CAMARGO, 2015b, p.12).

Diante deste cenário, este capítulo se divide em quatro tópicos centrais que levam a compreensão do período da Primeira República no Brasil: a saúde pública, as instituições que

a organizavam, os personagens importantes dessas instituições e os arquivos existentes desses personagens.

### 1.1 Saúde Pública na Primeira República

Não se conheciam os micróbios. Sem antibióticos e sem medidas de higiene, a população das cidades estava à mercê de epidemias como peste bubônica, varíola e febre amarela, e de outras doenças como sífilis e tuberculose. Principais causas de morte, essas enfermidades provocavam dizimações na população (...) Chefiado por Oswaldo Cruz, Manguinhos alcançaria repercussão internacional sob o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), que encarregaria seu diretor das campanhas de saneamento do Rio. Partindo da ideia de que as moléstias eram causadas por micróbios, e de que era preciso vacinar a população e mudar as condições de higiene para combate-las (...). Exterminando ratos, para combater as causas da peste bubônica, desinfetando pântanos e alagados, que eram focos de mosquitos transmissores da febre amarela, e vacinando a população contra a varíola, em poucos anos o Dr. Cruz venceu essas doenças (...) (ENCICLOPÉDIA Nosso Século, 1985, p.101).

No governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), o Rio de Janeiro, capital da República, era uma cidade com graves problemas urbanos e sociais: pobreza, desemprego, lixo amontoado pelas ruas, ratos e mosquitos transmissores de doenças. Milhares de pessoas morriam em consequência de epidemias como as de febre amarela, peste bubônica e varíola. O Rio tinha fama mundial de cidade pestilenta, desde o século XIX médicos higienistas tentavam sanear a cidade para combater as enfermidades epidêmicas e defendiam o aterramento dos pântanos, o desmonte dos morros e mudanças nas condições higiênicas das habitações.

Substancialmente, duas questões estavam em jogo na ação das agências federais. Primeiro, as elites republicanas temiam que as condições insalubres dos portos brasileiros pudessem colocar em risco os interesses comerciais do país. Reportagens de imprensa e debates no Congresso Nacional enfatizaram que a ameaça de epidemias nos principais portos da República estava forçando os navios estrangeiros a alterar suas paradas programadas e se dirigir para portos mais seguros na Argentina e no Uruguai. Uma segunda questão em jogo foi a proteção das condições sanitárias da capital do país, chamada de "viveiro de pestes tropicais" (CASTRO-SANTOS, 1987, p. 100).

Era desejo dos primeiros governos republicanos transformar o Rio de Janeiro na "capital do progresso", na "Paris Tropical", uma espécie de cartão-postal da República. O "Rio civiliza-se" era o slogan da moda. Coube ao presidente Rodrigues Alves a iniciativa de

reformar e modernizar a capital federal. Isso implicou tomar decisões e medidas enérgicas no combate às epidemias.

As obras de modernização do Rio de Janeiro, comandadas pelo prefeito Pereira Passos, verdadeiro "Haussman à la carioca" (ABREU, 2008, p. 67), incluíam o alargamento das ruas principais, a construção da Avenida Central, a ampliação da rede de água e esgoto e a remodelação do porto.

Para combater as epidemias, o governo contou com a ação enérgica do médico sanitarista Oswaldo Cruz, diretor da Saúde Pública, que convenceu o presidente Rodrigues Alves a decretar a lei de vacinação obrigatória contra a varíola<sup>4</sup>. Diversos setores da sociedade reagiram à vacina obrigatória. O resultado de tantas pressões foi uma grande revolta popular conhecida como Revolta da Vacina que explodiu pelas ruas do Rio de Janeiro, no período de 12 a 15 de novembro de 1904. Bondes foram queimados, prédios incendiados e a polícia atirava nos manifestantes, gerando um quadro de guerra civil.

Segundo dr. Aureliano Portugal, médico da saúde pública, o prefeito Pereira Passos em três anos conseguira:

desalojar milhares de pessoas de suas habitações e remover para mais de mil estabelecimentos comerciais, demolir, no todo ou parcialmente, cerca de dois mil prédios(...) promovendo, ao mesmo tempo, mil outras [obras] de ordem diversa, tendentes ao saneamento e embelezamento de uma cidade extensíssima, que conta em seu seio cerca de um milhão de habitantes (BENCHIMOL, 2002, p. 125).

Após essa conturbada primeira década do século XX, viagens científicas patrocinadas pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), conhecidas como expedição Penna-Neiva<sup>5</sup>, em várias regiões do interior do país entre 1911 e 1913 foram consideradas os pilares científicos sobre os quais ergueu-se a campanha do saneamento (BRITTO, 1995, p. 11).

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Antes de Francisco Pereira Passos tornar-se prefeito do Rio de Janeiro, nos anos 1902-1906, ele acompanhou em Paris as obras empreendidas por Georges Haussmann, prefeito parisiense com o intuito de transformar a capital francesa em uma cidade "civilizada", de acordo com os padrões da época. À frente da Prefeitura do Departamento do Sena, Haussmann derrubou o emaranhado de ruas estreitas, pôs abaixo habitações populares e construiu em seu lugar um conjunto monumental de largas e extensas avenidas. A chamada Reforma Haussmann em Paris foi o modelo da reforma urbana a ser empreendida futuramente por Pereira Passos no Rio de Janeiro. Sanear, higienizar, ordenar, demolir, civilizar, foram também as palavras de ordem do prefeito Pereira Passos na capital do Brasil. (PASSOS, Pereira. ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Em março de 1904, Rodrigues Alves deu a Oswaldo Cruz a base legal necessária para sua campanha de saneamento, emitindo um decreto que anunciava o 1º Código Sanitário Nacional (Decreto nº 5.156, de 08.03.1904). Em outubro do mesmo ano, a vacinação compulsória contra a varíola tornou-se lei. Cruz começou a espalhar as brigadas sanitárias em toda a cidade para fazer cumprir a nova legislação (CASTRO-SANTOS,1987, p. 104).

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> NEIVA, Artur e PENNA, Belisário. Viagem científica: pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. Brasília, Senado Federal, 1999.

A denúncia do quadro sanitário e social do interior com a divulgação em 1916 do relatório da expedição científica do Instituto Oswaldo Cruz a vários estados do Nordeste e a Goiás, sob a chefia dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, e a publicação em 1918 do livro Saneamento do Brasil por este último, lançaram as bases para um movimento nacional que congregou médicos e intelectuais em torno da proposta do saneamento. Foi nesse contexto, e sob a liderança de Belisário Penna, que se criou em 1918 a Liga Pró-Saneamento do Brasil.

Sanear o país significava, na ótica dos participantes do movimento, a recuperação da autêntica nacionalidade ignorada pelas elites urbanas. Declara-se, então, a impossibilidade de desenvolvimento social sem solucionar os problemas de um povo "constituído na sua maioria de doentes, de incapazes físicos, de maleitosos, opilados, embarbeirados" (LIMA & BRITTO, 1991, p.1).

Segundo Castro Santos, o movimento sanitarista possuiu duas fases: do surgimento da Primeira República até meados da década de 1910 e da interiorização da saúde pública até final da primeira república (CASTRO-SANTOS, 1987, p. 97).

Em discurso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1916, o médico Miguel Pereira denunciou as más condições de vida e de saúde no interior do país, devastado por endemias como a malária, a ancilostomíase e a doença de Chagas. Numa época de grande fervor nacionalista, declarou frase que se tornaria célebre e polêmica: "O Brasil é um imenso hospital".

O movimento sanitarista defendia a ideia de que o "retardo" do Brasil não era resultado do clima tropical ou da composição racial de sua população, mas das doenças que afetavam as áreas rurais e da falta de ação do Estado diante dessa realidade. A campanha reivindicava que o governo federal aumentasse sua intervenção no campo da saúde pública e formalizou-se na Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918-1920), criada e dirigida por Belisário Penna.

A origem do pensamento sanitarista na Primeira República defendia a salvação do Brasil por meio da construção da identidade nacional, sendo essencial a participação do sertanejo (backlander) que vivia em extrema pobreza, isolado do litoral, sofrendo doenças endêmicas e epidemias que reduziam sobremaneira a força de trabalho do interior (CASTRO-SANTOS, 1987, p. 97).

A denúncia da inaptidão dos poderes públicos para enfrentar os problemas de saúde do país intensificou-se nos últimos meses de 1918, quando chegou ao Brasil a assoladora gripe

espanhola, uma pandemia do vírus influenza que se espalhou por quase toda parte do mundo nesta época.

Ao tomar posse na presidência da República, Epitácio Pessoa (1919-1922) declarou que a reorganização dos serviços sanitários do país era uma prioridade nacional. Para comandá-la, nomeou Carlos Chagas em outubro de 1919 diretor da DGSP que, em janeiro do ano seguinte, após intenso debate no Congresso Nacional, foi transformada no DNSP.

A campanha pelo saneamento expressou-se fundamentalmente na reivindicação de que o Estado brasileiro aumentasse seu poder de intervenção no campo da saúde pública. Com grande repercussão na imprensa, nos meios intelectuais e no Congresso Nacional, o movimento, formalmente organizado na Liga Pró-Saneamento do Brasil (criada em 1918 e dirigida por Belisário Penna), conduziria a uma ampla reforma dos serviços sanitários, com a criação, em janeiro de 1920, do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), do qual Chagas foi o primeiro diretor (KROPF & LIMA, 2018).

O novo órgão fortaleceu a capacidade de intervenção e regulação do governo central na saúde pública. Carlos Chagas foi autor do vasto Código Sanitário de 1923, que modernizou a legislação sanitária brasileira. Aumentou-se as atribuições regulatórias e fiscalizadoras do DNSP, dando-lhe novas responsabilidades, tais como propaganda e educação sanitária, higiene infantil, higiene industrial e profissional. Desta forma, as ações de saúde, até então concentradas nas áreas urbanas, foram estendidas ao interior do país, sobretudo com a criação de postos de combate às endemias rurais, na periferia do Distrito Federal (RJ) e nos sertões dos outros estados brasileiros (KROPF, 2009, p. 204).

Por motivos de dificuldades técnicas e financeiras dos estados, durante a década de 1920 praticamente todos eles, à exceção de São Paulo, fizeram acordos com os serviços federais para trabalhos de profilaxia rural. Ao deixar a presidência da República em novembro de 1922, Epitácio Pessoa informou ao Congresso Nacional que quinze estados contavam com a presença da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural do DNSP. Em 1924, na presidência de Artur Bernardes, esse número elevou-se para dezessete, expressando a rápida e grande adesão dos estados a esse modelo de intervenção sanitária federal e resultando no incremento tanto da presença da autoridade sanitária em áreas do interior do Brasil como no contato com as populações até então desassistidas pelo poder público (ABREU, 2010b, p. 5).

Ao final da Primeira República ocorreram várias mudanças político-sociais que afetaram o governo brasileiro e suas políticas públicas em saúde. A crise econômica de 1929,

a Revolução de 1930<sup>6</sup> e a instabilidade do governo provisório de Getúlio Vargas tiveram impacto negativo a política de saúde pública e consequentemente, no funcionamento do DNSP. O próprio Ministério da Educação e Saúde Pública, que foi criado logo em 1930, também experimentou a instabilidade dos primeiros anos de Getúlio Vargas no poder, não garantindo ao seu principal departamento na área de saúde a continuidade de sua atuação em âmbito nacional. Na reforma do Ministério da Educação e Saúde em 1934, o DNSP foi extinto e suas funções foram incorporadas à nova Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (DNSAMS)<sup>7</sup>. As marcas e os avanços do DNSP seriam as bases de um novo ciclo de expansão da saúde pública com as reformas realizadas em 1937 e 1941 na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde (1934-1945) (ABREU, 2010b, p. 5-6).

### 1.2 Instituições que atuaram na organização da saúde pública no Brasil

Na Primeira República as instituições de saúde pública mais significativas na implementação de políticas públicas e legislação em saúde no Brasil foram a DGSP (1897-1919) e o DNSP (1920-1930). O Instituto Oswaldo Cruz (IOC) possuiu também papel de destaque como instituição de ciência e saúde pública no período. Porém, no início do período republicano tínhamos ainda a Inspetoria-Geral de Higiene (1886-1892).

As instituições DGSP e DNSP foram produtoras de arquivos que atualmente estão depositados em diversas instituições de memória. Para melhor compreensão da política de saúde pública na época, além do estudo histórico dessas instituições faz-se necessário o estudo da Liga Pró-Saneamento (movimento pelo saneamento rural). A Inspetoria-Geral de Higiene sucedeu a Junta Central de Higiene Pública, criada pelo decreto nº. 9.554, de 3 de fevereiro de 1886 como resultado da demanda por reforma nos serviços sanitários da Corte. O decreto de 1886 dividiu os serviços sanitários do Império em terrestre e marítimo, que ficavam dirigidos respectivamente pela Inspetoria-Geral de Higiene e pela Inspetoria-Geral de Saúde dos Portos, além de criar também Conselho Superior de Saúde Pública (BRASIL, 1886, p. 57-103).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano (REVOLUÇÃO DE 1930. ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Decreto nº 24.438, 21 de junho de 1934.

A Inspetoria-Geral de Higiene enfrentava, nos anos iniciais da República, a ocorrência de epidemias que ciclicamente atingiam as cidades portuárias, como cólera, malária, febre amarela e tifoide. Também neste período verificou-se a chegada de uma nova doença epidêmica, a peste bubônica, que já grassava na Europa.

Subordinada em sua criação à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, transformada em Secretaria de Estado dos Negócios do Interior (1889) e Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1891), a Inspetoria sofreu as alterações por que passou a administração pública com a instauração da República. O decreto nº. 169, de 18 de janeiro de 1890, reorganizou o serviço sanitário terrestre e procurou fortalecer a atuação da Inspetoria-Geral nos estados. Tal reestruturação manteve a cargo da Inspetoria-Geral de Higiene o serviço sanitário terrestre, na capital federal e nos estados, e promoveu pequenas alterações em sua composição. Ainda em 1890, pelo decreto n. 372-B, de 2 de maio, o Instituto de Higiene, então pertencente à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi transferido para a estrutura da Inspetoria Geral de Higiene, com a denominação de Instituto Nacional de Higiene.

Com a Constituição de 1891, promulgada em 24 de fevereiro, ficava estabelecido que passasse à responsabilidade dos estados muitos dos assuntos que eram atribuições do Governo Federal, que ficava impedido de intervir nos negócios da esfera estadual, salvo as exceções estabelecidas. O decreto nº. 438, de 11 de junho de 1891, dispôs sobre a execução dos arts. 3º e 4º das Disposições Transitórias da Constituição, que determinou que à proporção que os estados se organizassem, liquidava a responsabilidade do Governo Federal com a administração de tais serviços e pagamento do pessoal respectivo (CABRAL, 2018).

Fica evidente que no breve período de existência da Inspetoria Geral de Higiene durante a Primeira República houve fortes embates políticos no tocante a centralização-descentralização dos serviços públicos em saúde, ora nas mãos do poder central ora nas mãos dos poderes estaduais.

Até a Constituição de 1891, o serviço sanitário procurou fortalecer a atuação da Inspetoria-Geral nos estados (decreto n. 169/1890). Contudo, com o advento constitucional republicano ficava estabelecido que a partir daquele momento muitas atribuições sanitárias seriam de responsabilidade dos estados e não mais do Governo Federal, que ficava impedido de intervir nos negócios da esfera estadual.

Em 1892, pelo decreto nº. 1.172, de 17 de dezembro, foi criada a Diretoria Sanitária da Capital Federal, responsável pelos serviços sanitários no Distrito Federal, e extinta a Inspetoria Geral de Higiene.

Em 1897 foi instituída, pelo decreto nº. 2.449, de 1º de fevereiro, a DGSP, que reuniu os serviços anteriormente pertencentes ao Instituto Sanitário Federal e à Inspetoria-Geral de Saúde dos Portos. A Diretoria-Geral tinha sede na capital da República e era formada por diretorias e inspetorias sanitárias nos portos dos estados. A partir da administração de Oswaldo Cruz, entre 1903 e 1909, verifica-se a expansão da legislação sanitária e das atribuições da DGSP, que passava a se responsabilizar pelos serviços de higiene defensiva, polícia sanitária, profilaxia geral e higiene domiciliar (HOCHMAN, 1993, p. 48). A criação da DGSP mostrou progresso significativo, após tentativas frustradas na Monarquia, de unificação das organizações de saúde pública (CASTRO-SANTOS, 1987, p. 102).

No início de 1903 Osvaldo Cruz recebeu o convite do ministro da Justiça e Negócios Interiores, José Joaquim Seabra, para dirigir o serviço sanitário federal. Em 23 de março de 1903 foi nomeado para dirigir a DGSP, com a missão de promover o saneamento do Rio de Janeiro (ABREU, 2010a, p. 12).

Para executar o projeto de remodelação da cidade – inspirado na reforma urbana realizada em Paris poucas décadas antes pelo barão Georges Eugène Haussmann –, Rodrigues Alves convidou o engenheiro urbanista Francisco Pereira Passos, que assumiu a prefeitura do Distrito Federal em 30 de dezembro de 1902 (ABREU, 2010a, p. 13).

Comissários de higiene e acadêmicos de medicina, divididos em turmas que eram acompanhadas por carroças da Limpeza Pública, vistoriavam domicílios do centro e da zona portuária, recorrendo, com frequência, à polícia para expurgar reservatórios de água, bueiros, ralos e valas, desocupar sótãos e porões, confiscar galinhas e porcos, prescrever reformas imediatas ou interditar prédios considerados arruinados e insalubres. Ao mesmo tempo, uma série de interdições foi imposta, atingindo o comércio ambulante com multas e pagamento de licença, e também os comerciantes estabelecidos em lojas, que deveriam expor as mercadorias em vitrines e não mais nos umbrais e vãos de porta que davam para a via pública, entre outras regras. Para completar o projeto de regeneração de maus hábitos e costumes da população, o prefeito determinou a proibição de urinar e cuspir nas ruas, de soltar pipas, para não embaraçar os cabos de energia elétrica, de acender fogueiras, soltar fogos de artifício e balões nas festas de São João.

Tais medidas foram pensadas de modo complementar a reforma dos serviços sanitários, entregue a Oswaldo Cruz. Seus planos contemplavam a reestruturação da DGSP, visando à centralização das ações sanitárias na capital, além de uma regulamentação jurídica que ampliasse o poder da autoridade sanitária, sobretudo no que concernia à notificação obrigatória dos casos de doenças infecciosas. Em 5 de janeiro de 1904 foi aprovada a lei que

regulamentava a reforma dos serviços sanitários. Entre o elenco de propostas constavam as campanhas sanitárias, direcionadas para alvos específicos, tal como faziam os pasteurianos nas regiões tropicais dos continentes africano e asiático, colonizadas pelos países europeus (ABREU, 2010a, p. 14).

Vencido o período crítico das campanhas na capital federal, Oswaldo Cruz passou a defender a ideia de que a defesa sanitária da cidade somente seria assegurada se os serviços da DGSP se tornassem permanentes e extensivos às zonas suburbanas, e se o órgão dispusesse de meios para estender o saneamento a outros portos do Brasil. Assim, reproduzindo a prática comum entre os médicos e bacteriologistas europeus que se deslocavam para a África e a Ásia a fim de combater epidemias e estudar as chamadas doenças tropicais, Oswaldo Cruz e suas equipes da DGSP e do Instituto de Manguinhos começaram a expandir seu raio de ação, realizando assim a expansão das campanhas e as expedições científicas aos sertões brasileiros.

As campanhas marcaram a gestão de Oswaldo Cruz na DGSP (1903-1909), conformando um modelo de ação estatal que perdurou muitas décadas, fundamentado na articulação da microbiologia pasteuriana com as teorias da medicina tropical, especialidade criada na Inglaterra ao final do século XIX para estudar sobretudo as doenças parasitárias transmitidas por insetos. O combate desfechado pelo diretor da saúde pública se direcionou para os principais flagelos que assolavam sazonalmente a cidade e atingiam a população: a febre amarela, a peste bubônica e a varíola (ABREU, 2010a, p. 15).

Essas cinco expedições médico-científicas realizadas entre 1911 e 1913 pelo Instituto Oswaldo Cruz produziram um sólido inventário das condições e dos modos de vida das regiões visitadas (SANTOS, 2008, p. 53). A partir de 1916, com a divulgação do relatório da viagem de Artur Neiva e Belisário Pena pelos estados da atual região Nordeste e Goiás, que denunciou as péssimas condições de vida no interior do país, o foco se voltou para os sertões (CASTRO SANTOS, 1985, p. 5), questão que se transformou em uma das bandeiras defendidas pela Liga Pró-Saneamento.

Em 1919, o então ministro do MJNI Urbano Santos da Costa Araújo<sup>8</sup> classificou o saneamento e a instrução pública como "problemas máximos", afirmando que apenas com a solução destes "os nossos patrícios se tornariam aptos para o trabalho, trabalho fecundo que fará o nosso progresso" (BRASIL, 1919, p. XXVI). Vale lembrar que em 1918 o país

\_

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Urbano Santos da Costa Araújo foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores. Ocupou o cargo de 21 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919, e durante sua gestão dinamizou todos os departamentos do ministério, principalmente o de saúde pública. Promoveu o serviço de profilaxia urbana e rural, instalou o Instituto Oswaldo Cruz em São Luís e firmou contrato com a Fundação Rockefeller para o combate à malária.

enfrentou uma epidemia de gripe espanhola, que chegou a vitimar o presidente eleito, Rodrigues Alves. Além disso, havia ainda uma grande preocupação com a febre amarela, que atingia todas as regiões do território nacional. Buscando melhorar a situação, o ministro nomeou uma comissão formada por nomes como Miguel Couto, Rocha Faria, Afrânio Peixoto e Carlos Chagas que, dentre outras tarefas, deveria elaborar um Código Sanitário. A comissão sugeriu a criação de um Ministério da Saúde Pública, a exemplo do existente na Inglaterra, ou de um Departamento Federal de Higiene e Saúde Pública, dotado de maior autonomia, alternativa que acabou por se concretizar (BRASIL, 1919, p. XII-XIX).

A Liga Pró-Saneamento pleiteava um Ministério da Higiene e Saúde Pública ou, como este parecia ser pouco viável politicamente, um Departamento Nacional de Saúde, "técnico e autônomo" e "com largas atribuições e vastos elementos de ação em todo o país" (PENNA, 1919, p. 101-102). Segundo Belisário Penna, a obra *Saneamento do Brasil* foi vital para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) (PENNA, 1923, p.11).

Sob pressão da campanha pelo saneamento rural, sob o impacto da gripe espanhola que paralisou a capital federal e outras cidades do país no final de 1918, o Congresso aprovou, em fins de dezembro de 1919, uma reforma da saúde pública que, se não correspondia à perspectiva mais centralizadora e intervencionista da Liga Pró-Saneamento, materializava no DNSP, criado em 2 de janeiro de 1920, um avanço significativo, principalmente em relação ao combate às endemias rurais no interior do país.

A aprovação do Código Sanitário pela lei nº. 3.987, de 2 de janeiro de 1920, visava a centralização e uniformização das ações governamentais, e concedia ao governo federal maior poder de intervenção a partir de acordos estabelecidos com os estados. A lei também criou o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), ao qual competiam os serviços de higiene do Distrito Federal, os serviços sanitários dos portos marítimos e fluviais, a profilaxia rural em todo o país, o estudo da natureza, etiologia, tratamento e profilaxia das doenças transmissíveis, o fornecimento de soros e vacinas, destinados ao combate de epidemias em quaisquer regiões do país, o fornecimento dos medicamentos oficiais, o exame químico dos gêneros alimentícios de procedência nacional e dos estrangeiros importados para o consumo, a inspeção médica de imigrantes e de outros passageiros nos portos, o serviço de fiscalização dos esgotos e o da construção de novas redes no Distrito Federal (HOCHMAN, 2012, p. 136-137).

O DNSP foi o departamento criado em 2 de janeiro de 1920, pelo Decreto nº 3.987, para ser o principal órgão federal da área de saúde, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O novo departamento correspondeu, na prática, a uma reforma na

estrutura da saúde pública brasileira, em particular pelo aumento da capacidade do governo federal para atuar além dos limites da capital do país e dos principais portos marítimos e fluviais, e pela incorporação formal, pelo Estado nacional, da preocupação com as doenças das populações do interior. Seu primeiro diretor foi Carlos Chagas, que, desde 1917, era diretor do Instituto Oswaldo Cruz e acumulou os dois cargos até 1926. Nesse ano, assumiu a direção do DNSP o médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e político baiano, Clementino Fraga, que permaneceu até o final da Primeira República (ABREU, 2010b, p. 1).

A ampla regulamentação estabelecida para o funcionamento do DNSP, dada pelo decreto nº 14.354, de 15 de ago. de 1920, com 1.195 artigos, destacava o combate às chamadas doenças venéreas, à lepra e à tuberculose, definia atividades regulatórias mais amplas para a saúde pública e reforçava os poderes dos serviços sanitários, aspectos que teriam impacto potencial sobre o exercício das profissões e atividades do setor de saúde, e também sobre atividades comerciais e econômicas tais como produção e comercialização do leite e de gêneros alimentícios.

O DNSP dispôs de instrumentos para garantir uma maior presença da saúde pública em todo território nacional por meio de convênios com os estados, visando à criação de serviços de profilaxia rural para o combate às principais endemias, a ancilostomíase e a malária, e também para o controle da lepra. O resultado principal desses acordos foi a criação de postos de profilaxia de doenças endêmicas nas áreas rurais, administrados pelos serviços sanitários federais. Suas atividades principais foram o atendimento da população, a distribuição de medicamentos, ações de educação sanitária, pequenas obras de engenharia sanitária e coleta de estatísticas vitais (ABREU, 2010b, p. 4-5).

O IOC possuiu também papel de destaque como instituição de ciência e saúde pública durante a Primeira República. Originou-se do Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 no bairro de Manguinhos, Rio de Janeiro, com o objetivo imediato de produzir soros e vacinas contra a peste bubônica que, tendo atingido o porto de Santos em 1899, ameaçava a capital federal. A partir de 1903, já sob a direção de Oswaldo Cruz, o Instituto Soroterápico transformou-se numa instituição destinada à pesquisa científica; em 1906 passou a ter uma filial em Belo Horizonte; em 1907, refletindo essas transformações, foi criado o Instituto de Patologia Experimental. No ano seguinte, passou a denominar-se Instituto Oswaldo Cruz, em homenagem ao sucesso obtido por seu diretor nas campanhas de combate à febre amarela e à peste bubônica, no Rio de Janeiro, e na Exposição de Higiene que integrava o XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia, realizado em Berlim, em 1907. Nessa oportunidade o

IOC teve aprovado o seu primeiro regulamento, que manteve as atividades de pesquisa e ensino em andamento. De 1910 a 1920, seus profissionais realizaram missões sanitárias e expedições científicas ao interior do Brasil, para proceder à profilaxia e ao estudo das zonas flageladas por doenças ainda pouco estudadas. Em 1909 Carlos Chagas protagonizou um dos feitos mais importantes de Manguinhos: a descoberta do ciclo biológico da doença que posteriormente levou seu nome. Em 1912, em virtude da repercussão dessa descoberta, o IOC deu início à construção de um hospital, que seria inaugurado em 1918 sob a denominação Hospital Oswaldo Cruz. Tinha por finalidade receber doentes vindos do interior, sobretudo das áreas mais afetadas pela moléstia, para tratamento e estudos. Vitoriosa a revolução de outubro de 1930, o IOC, até então vinculado à pasta da Justiça, foi transferido para a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde Pública, subordinando-se ao Departamento Nacional de Medicina Experimental (CASA DE OSWALDO CRUZ, 2009, p. 94).

### 1.3 Personagens com atuação de destaque nas instituições de saúde pública

No interior e ao redor das instituições também foram relevantes as trajetórias de políticos, médicos, sanitaristas e cientistas cuja atuação no campo da saúde ajudou a alicerçar aquelas que são as pioneiras políticas públicas da Primeira República nessa área. Seus arquivos representam suas trajetórias pessoais e profissionais e hoje se constituem em fontes centrais para o estudo do período sob a ótica da temática.

Foram mapeados os seguintes atores políticos: Oswaldo Cruz (1903-1909), Carlos Seidl (1912-1918), Carlos Chagas (1920-1926), Belisário Penna (1918-1920), Arthur Neiva (1906-1916) e Clementino Fraga (1927-1930). Estes atores foram escolhidos por sua relevância político-administrativa nas instituições de saúde pública no início do período republicano.

Todos esses atores políticos foram protagonistas importantes da saúde pública, como por exemplo, diretores-gerais da DGSP ou do DNSP, executores de legislações sanitárias, administradores em períodos de graves epidemias com campanhas renomadas ou criticadas ou líderes de movimentos sanitários em prol do saneamento do Brasil.

### 1.3.1 Oswaldo Cruz e a Diretoria Geral de Saúde Pública (1903-1909)

No início de 1903 Oswaldo Cruz recebeu o convite do ministro da Justiça e Negócios Interiores, José Joaquim Seabra, para dirigir o serviço sanitário federal. Cruz foi convidado a

assumir a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) em substituição a Nuno de Andrade. Subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a DGSP tinha entre suas atribuições a coordenação dos serviços sanitários dos portos e a realização de estudos sobre as doenças infecciosas (BIBLIOTECA VIRTUAL OSWALDO CRUZ, 2018).

Oswaldo Cruz, ao ser empossado em 23 de março de 1903, expôs um detalhado plano para erradicar a febre amarela do Rio de Janeiro em um prazo máximo de três anos. Assumiu, também, o compromisso de derrotar duas outras enfermidades que frequentemente irrompiam na capital federal em violentas epidemias: a varíola e a peste bubônica. As campanhas sanitárias eram parte de um projeto ainda mais ambicioso de reforma urbana, conhecida como Reforma Pereira Passos por referência ao engenheiro que a conduziu, Pereira Passos, nomeado prefeito da capital federal, em 1903, pelo presidente da República Rodrigues Alves (FRAGA, 2005, p. 49-52).

Oswaldo Cruz elaborou o projeto de uma nova legislação sanitária para acabar com a dualidade de poderes entre o governo e a prefeitura da capital federal no trato da saúde pública. Aprovada no Congresso Nacional em janeiro de 1904, a nova lei transferiu para a DGSP o comando de todas as ações na capital. O órgão passou a incorporar, entre outras atribuições, os serviços de higiene defensiva, a polícia sanitária, a profilaxia das doenças contagiosas e as atividades de higiene domiciliar.

Com as epidemias de peste e de febre amarela sob controle, Oswaldo pôde estender suas ações para outras localidades. Em 1905 e 1906 realizou duas longas expedições aos portos marítimos e fluviais do país, trabalho que permitiu um mapeamento preliminar das condições sanitárias de diferentes regiões do território brasileiro.

Prestigiado pelo sucesso da campanha contra a febre amarela, Cruz foi mantido à frente da Saúde Pública durante o governo de Afonso Pena (1906-1909). Todavia, quando, em novembro de 1909, passou a vigorar a lei que proibiu a acumulação de cargos no serviço público federal, Oswaldo decidiu permanecer diretor do Instituto Oswaldo Cruz (BIBLIOTECA VIRTUAL OSWALDO CRUZ, 2018).

### 1.3.2 Carlos Seidl e a Diretoria Geral de Saúde Pública (1912-1918)

Carlos Pinto Seidl foi considerado um dos mais eminentes sanitaristas brasileiros, ocupando o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública, entre 1912 e 1918, e pedindo demissão por ocasião da gripe espanhola, quando foi substituído por Carlos Chagas. Em seu livro de memórias, publicado em 1919, narra suas experiências pessoais e desventuras ao longo deste

evento, expondo opiniões e rebatendo as críticas por sua atuação na Diretoria Geral de Saúde Pública, além de discussões acadêmicas e manifestações de apoio diante dos profundos ataques à sua figura pública (SEIDL, 1919).

A exoneração de Carlos Seidl foi um esforço de se dar uma solução diante das críticas à incapacidade de conter a expansão da moléstia e socorrer a população. Foi a maneira que o presidente Wenceslau Brás encontrou para diminuir suas perdas políticas diante do caos social que se instalou na sociedade brasileira. Braz culpava Carlos Seidl pela epidemia, achando-o letárgico na organização da assistência pública

A tese sobre a morosidade de Seidl é facilmente posta abaixo pelo exame da série saúde-administração geral do MJNI sob a salvaguarda do AN. Nestes conjuntos documentais podem ser encontrados, mesmo em períodos bem anteriores à gripe espanhola, vários ofícios de insistentes pedidos de verbas para a criação de hospitais provisórios e materiais de diversas naturezas, como também verba para o aparelhamento do lazareto de Ilha Grande (GOULART, 2003, p. 95).

Após realização de pesquisas sobre os atores políticos relevantes na implementação de políticas públicas sanitárias durante a primeira república, revelou-se não haver nenhum arquivo pessoal Carlos Seidl. É possível encontrar esparsos itens documentais em instituições arquivísticas no Rio de Janeiro.

### 1.3.3 Belisário Penna e a Liga Pró-Saneamento (1918-1920)

Em 1903, Belisário Penna assumiu o cargo de inspetor sanitário da Diretoria Geral de Saúde. Dois anos depois foi designado para trabalhar na Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela, realizando vários estudos sobre o mosquito transmissor da doença e incorporando-se à campanha chefiada por Oswaldo Cruz para a sua erradicação no Rio de Janeiro.

Entre 1907 e 1910, por designação de Oswaldo Cruz, organizou o controle da malária ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil, acompanhando Carlos Chagas em viagem a Lassance, na ocasião em que este descobre a tripanossomíase americana.

Dentre as missões científicas desenvolvidas pelo Instituto Oswaldo Cruz, a de Belisário Penna e de Arthur Neiva<sup>9</sup>, envolvendo a Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás, foi a

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> A expedição de Belisário Penna e Arthur Neiva destaca-se pela riqueza das observações de caráter sociólogo e antropológico que coligiram em seu relatório de viagem, publicado em *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, e nos numerosos registros fotográficos do acervo da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 1991, p. 55).

que teve maior ressonância. Em novembro de 1916 e janeiro de 1917<sup>10</sup>, dois dos artigos referentes à viagem foram publicados no jornal *Correio da Manhã*, escancarando o quadro sanitário em que o homem rural se encontrava. Em 1918, a publicação do livro *O saneamento do Brasil* (PENNA, 1918) enfatizou ainda mais o retrato de um Brasil doente, decorrente do abandono e do descaso das elites governantes e da ausência do Poder Público (LIMA, 1999, p.106).

Em 1918 foi fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil por Belisário Penna, médico, funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública, testemunha ocular do cenário de mazelas em que se encontrava a população, principalmente a do interior do país.

As propostas da Liga conquistaram uma parcela dos políticos que, no Congresso Nacional, defendiam a intervenção do Estado na área da saúde pública, encaminhando a principal bandeira, a centralização dos serviços de saúde, a qual se efetivaria com a criação de um ministério da saúde pública.

A Liga Pró-Saneamento conseguiu sensibilizar o governo de Wenceslau Brás para a questão das endemias rurais, tendo como resultado imediato a criação do Serviço de Profilaxia Rural em 1918, cuja direção foi entregue a Belisário Penna. Este Serviço tinha por finalidade combater, em nível nacional, as endemias rurais mais importantes – a malária, a ancilostomose e a doença de Chagas (BRITTO, 1995, p. 25).

A extinção da Liga Pró-Saneamento, depois de dois anos de trabalho, foi em decorrência da aprovação do decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920, do Congresso Nacional, para a criação do DNSP, que era apontado como um passo importante em busca das soluções para o problema sanitário brasileiro.

### 1.3.4 Carlos Chagas e o Departamento Nacional de Saúde Pública (1920-1926)

Carlos Chagas, desde a descoberta da doença que leva seu nome, alertava sobre a importância das endemias rurais e a necessidade de combatê-las, demonstrando, assim, uma atuação de destaque nos debates e nas ações sobre a saúde pública pátria nas primeiras décadas do século XX. No debate nacional, o tema da saúde como elemento-chave para que o Brasil se tornasse efetivamente uma nação começou a ser inserido por este chamado movimento sanitarista (KROPF & LACERDA, 2009, p. 204).

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Publicação de uma série de artigos de Belisário Penna conclamando o país a participar de uma campanha pelo saneamento do Brasil (LIMA, N.T. & HOCHMAN, G.,1996. p.5).

Nos meses finais de 1918, quando chegou ao Brasil a pandemia de gripe espanhola, foi acentuada a denúncia da incompetência dos poderes públicos para enfrentar os problemas de saúde do país. Chagas então, assumiu, a convite do presidente da República Wenceslau Braz, a responsabilidade de comandar a assistência médica à população, visando enfrentar estes problemas no Rio de Janeiro. Iniciou, assim, o estabelecimento de hospitais emergenciais e postos de consulta em diferentes pontos da cidade e, por meio da publicação de anúncios nos principais jornais, buscou a colaboração de seus colegas de profissão para o enfrentamento da epidemia (KROPF & LACERDA, 2009, p. 204).

Epitácio Pessoa (1865-1942), ao tomar posse na presidência da República, declarou que era uma prioridade nacional reorganizar os serviços sanitários do país. Para comandar esta reorganização, Chagas foi nomeado, em outubro de 1919, para a Diretoria-Geral de Saúde Pública, que foi transformada em Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) em janeiro do ano seguinte, após intenso debate no Congresso Nacional. Chagas assumiu sua direção, acumulando o cargo com suas funções à frente de Manguinhos (KROPF & LACERDA, 2009, p. 204).

A capacidade de intervenção e regulação do governo central na saúde pública foi fortalecida pelo DNSP. A legislação sanitária brasileira foi então modernizada por Chagas, autor de um extenso Código Sanitário<sup>11</sup>. Postos de combate às endemias rurais e outras ações de saúde foram estendidas ao interior do país, pois eram, até então, concentradas nas áreas urbanas. Para isso, foi decisiva a colaboração da Fundação Rockefeller<sup>12</sup>, que atuava no país desde 1916 na profilaxia da ancilostomíase e da febre amarela. Além disso, foram contemplados com serviços especializados os cuidados com a maternidade e a infância, a assistência hospitalar e o combate à tuberculose, sífilis e lepra (KROPF & LACERDA, 2009, p. 204).

Em 1926, ao final da conturbada presidência de Arthur Bernardes (1875-1955), Chagas deixou a direção do Departamento Nacional de Saúde Pública. O término de sua gestão foi marcado por fortes críticas na imprensa devido a um surto de varíola na capital e ao risco de

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> O Código Sanitário de Carlos Chagas está expresso no Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923. Este código possuía 1679 artigos tratando dos mais diversos assuntos como: profilaxia específica das doenças de notificação compulsória, delegacias de saúde, polícia sanitária, higiene das habitações, organização das diretorias e das inspetorias, diretoria dos serviços sanitários do DF, diretoria de defesa sanitária marítima e fluvial, diretoria de saneamento rural, entre outros.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> A Fundação Rockefeller foi criada em 1913, no contexto da remodelação dos códigos sanitários internacionais vivenciada no início do século XX. Com o objetivo de implantar medidas sanitárias uniformes no continente americano, consolidou-se nessa época uma ampla rede de organizações internacionais, cujo financiamento provinha, em sua maior parte, dos Estados Unidos. Instituição filantrópica e de cunho científico, ela atuou prioritariamente nas áreas de educação, medicina e sanitarismo.

uma epidemia de febre amarela. Seu sucessor no cargo foi Clementino Fraga (1880-1971). (KROPF & LACERDA, 2009, p. 204).

### 1.3.5 Clementino Fraga e o Departamento Nacional de Saúde Pública (1927-1930)

Clementino Fraga foi o sucessor de Carlos Chagas no DNSP. Foi seu diretor-geral de 1927 a 1930. Neste período chefiou a campanha contra o surto de febre amarela epidêmica no Rio de Janeiro, de 1928 a 1929.

A luta contra a febre amarela parecia finalizada em 1927 no continente americano. Porém, em 1928, ocorreu nova epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro. Esse surto, de início lento e insidioso, desafiou a comunidade científica que não conseguiu explicar satisfatoriamente a origem dessa infecção (TASCO, 2012, p.1).

No dia 23 de maio o IOC enviou ao Dr. Clementino Fraga, diretor geral do Departamento de Saúde Pública do Brasil, a confirmação do diagnóstico de febre amarela no Rio de Janeiro (TASCO, 2012, p. 6).

A campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro no final da década dos anos trinta enfrentou grandes desafios, pois, os problemas encontrados para a luta da doença depois de 20 anos foram grandes. Além do desconhecimento dos sintomas por parte dos médicos, o número de mata mosquitos na cidade de ano para ano, diminuía, pelo sucessivo corte das verbas. Essas medidas de combate foram desenvolvidas com um conjunto de serviços (expurgo, policia de focos e isolamentos) criados com métodos empregados por Oswaldo Cruz vinte anos atrás (TASCO, 2012, p. 7-8).

Com o início do Governo Vargas, Clementino Fraga exonerou-se da direção do DNSP e foi substituído por Belisário Penna.

### 1.3.6 Arthur Neiva e o Instituto Oswaldo Cruz (1906-1916)

Arthur Neiva trabalhou para a Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela nas campanhas dirigidas por Oswaldo Cruz visando à erradicação do mosquito Aedes aegypti, transmissor da doença. Em 1906 ingressou no Instituto Soroterápico Federal, posteriormente denominado Instituto Oswaldo Cruz (IOC), onde realizou pesquisas em entomologia. Em 1907 participou ao lado de Carlos Chagas da campanha de profilaxia da malária em Xerém (RJ). Nessa região estudou os hábitos e as características dos mosquitos transmissores da doença e identificou alguns grupos de seus parasitos resistentes à quinina.

Em 1908, como pesquisador do IOC, desenvolveu pesquisas sobre os insetos transmissores da doença de Chagas. Em 1910 forneceu informações detalhadas sobre a biologia do Conorhinus megistus – depois denominado Panstrongylus megistus –, que contribuíram para os primeiros conhecimentos sobre o ciclo evolutivo do Trypanosoma cruzi. Ainda sobre a doença de Chagas, realizou a classificação de espécies de barbeiros e explicou o mecanismo de transmissão, formulando a hipótese de que, ao se coçar, o indivíduo introduz em seu corpo, pela pele ou por uma mucosa, as fezes do inseto que contém tripanossomas. Durante a década de 1910 participou de expedições científicas enviadas pelo IOC ao interior do Brasil. Ao lado de Belisário Penna, percorreu estados das regiões Nordeste e Centro-Oeste, com recursos do IOC e da Inspetoria de Obras contra as Secas, e publicou, em 1916, um relatório 13 em que são denunciadas as más condições de vida e saúde da população rural. Participou do movimento que congregou cientistas, médicos e intelectuais em prol do saneamento do país, a Liga Pró-Saneamento.

Após a Revolução de 1930, Neiva ocupou cargos na administração pública, como o de interventor federal na Bahia. De 1935 a 1937 foi deputado federal pelo Partido Social Democrático baiano. Com a implantação do Estado Novo, retomou suas atividades em Manguinhos. Morreu em 6 de junho de 1943, no Rio de Janeiro (CASA DE OSWALDO CRUZ, 2009, p. 21).

### 1.4 Instituições, atores e seus arquivos

Considerar fontes documentais como instrumentos essenciais para pesquisas num determinado tema significa entender que os documentos do passado e seus conjuntos, constituídos e acumulados por instituições e pessoas, têm a capacidade de não só representar no tempo as atuações de seus produtores como também servir de provas para as narrativas que se processam no presente ou que virão a ser elaboradas no futuro.

A pergunta que nos move nesse momento é por que **documentos** e **arquivos** são importantes para a pesquisa sobre a saúde pública na Primeira República?

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, documento é a "unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73). Essa é uma acepção bastante geral e simples que define o objeto. Ainda segundo

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Relatório Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás (1916).

o Dicionário, os documentos de arquivo "são os documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

A característica principal que define os documentos de arquivo é sua relação orgânica com o seu produtor, seja ele uma instituição ou um indivíduo. São em geral produzidos e acumulados pelo produtor e, à medida em que o tempo passa, esses documentos adquirem a função de representação documental das atividades, dos processos de trabalho e de vida do ente que os produziu e acumulou. Tal característica dota os arquivos de uma importância enorme enquanto fontes confiáveis para as pesquisas que precisem de informações sobre o período em que viveu certo produtor de arquivo, por exemplo, ou sobre fatos diretamente relacionados a essas vidas institucionais e pessoais. Por isso, o guia proposto terá como principal objetivo a reunião desses arquivos num único instrumento de pesquisa.

Documentos de arquivo são testemunhos inequívocos da vida das instituições. Estão registradas nos arquivos as informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações levadas a efeito por uma entidade, pública ou privada, no decorrer das relações administrativas, políticas e sociais por ela mantidas. Bellotto afirma que:

Os documentos de arquivo (...) surgem por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam, sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variada, assim como sua forma e suporte (BELLOTTO, 2006, p.37).

Documentos de arquivo são também testemunhos inequívocos da vida dos indivíduos pois em maior ou menor grau possuem registros que remetem à evolução da trajetória de vida pessoal, tanto na esfera pública e profissional de alguém quanto na esfera privada ou familiar. O arquivo dos cientistas registra suas produções, a maneira como as fizeram e os resultados alcançados.

Schellenberg elaborou a seguinte definição para o termo "documentos" (records):

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

Para além de servirem como prova da existência de instituições e pessoas, documentos de arquivo são importantes fontes de informação e de conhecimento em termos mais amplos. Os arquivos, por exemplo, são essenciais para a pesquisa histórica<sup>14</sup>, fornecendo-lhe documentação necessária para a compreensão da historicidade de uma época. Estes são relevantes para a formação da memória institucional, da identidade comum de uma família, de um povo, de um Estado e de uma nação na atualidade. Referências são indispensáveis para a vida cidadã. Símbolos, histórias e tradições<sup>15</sup> devem ser fundamentados em provas e animados pela lembrança, comemoração e identificação.

Os arquivos da saúde pública, tanto os de caráter pessoal quanto os de caráter institucional representam uma parcela significativa do patrimônio documental do país, isto é, uma fração relevante do patrimônio cultural material da nação. Este patrimônio documental deve ser preservado, ter amplo acesso aos usuários e ser declarado relevante no conjunto do patrimônio documental existente.

A preservação de arquivos de instituições de governo, públicas, é regida por legislação específica. O objetivo é manter documentos como prova de ações passadas e permitir usos pelo cidadão. Também fornecem prestação de contas à comunidade. Já a preservação de arquivos pessoais, via de regra, é regida por outras racionalidades. Embora todos nós possamos produzir arquivos, Camargo chama a atenção para o fato de que "só se costuma atribuir valor permanente aos arquivos de pessoas que alcançaram alguma expressão ou proeminência no mundo da política, da ciência, das artes, do direito, da filosofía ou da literatura" (CAMARGO, 2009, p.29). O nosso recorte temático se coaduna com outros dois recortes documentais, quais sejam: de um lado os dos atores institucionais protagonistas e, de outro, os dos atores pessoais de projeção na área da saúde no tempo do recorte.

Os arquivos pessoais dos médicos, cientistas, sanitaristas da Primeira República que participaram ativamente das políticas públicas em saúde no período estudado são referências documentais apreciáveis para essa área. Estes atores foram escolhidos por sua relevância político-administrativa nas instituições de saúde pública no início do período republicano. A maioria, inclusive, ocupou cargos de direção nas principais instituições científicas ou político-governamentais na época.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Segundo François Hartog, os arquivos "constituem a memória da nação e uma parte essencial de seu patrimônio histórico" (HARTOG, 2013, p. 152).

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Segundo Eric Hobsbawn, muitas vezes, "tradições" que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas (HOBSBAWN, 1997, p. 9).

O guia de fontes como instrumento de pesquisa tem seu valor, entre outros motivos, já pelo fato de apresentar descrições da biografía ou da história administrativa de cada produtor de arquivo, fornecendo informações referenciais sistematizadas dessas trajetórias (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE, 2006, p.32). Num segundo momento, o guia fornece informações gerais sobre quais são e onde estão os documentos de interesse para o pesquisador da temática em questão.

Como objetivo geral, um guia de fontes arquivísticas pretende dar visibilidade, facilidade de acesso e contribuir para a preservação de parcela do patrimônio documental, no caso, da história da saúde na Primeira República – suas instituições, atores e seus arquivos – agregando, num mesmo instrumento de pesquisa, arquivos dispersos por várias instituições, tornando-se uma seleção relevante de fontes sobre o recorte temporal e temático.

Para dar conta da tarefa de construir um guia buscaremos discutir algumas questões relacionadas à ação de descrição de documentos – tanto como função de tratamento de arquivos quanto em relação à elaboração de instrumento de pesquisa.

# CAP. 2- DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, INSTRUMENTOS DE PESQUISA, GUIA DE FONTES: NOTAS PARA UM DEBATE

Nesse capítulo temos como objetivo discutir a etapa metodológica de descrição arquivística, numa perspectiva conceitual e as características do instrumento de pesquisa que é o guia de fontes. Apresentamos breves notas sobre descrição arquivística, instrumentos de pesquisa em acervos arquivísticos e a importância da normalização dos acervos por meio da NOBRADE, bem como a discussão do guia de fontes como instrumento de pesquisa. Posteriormente, analisamos alguns exemplos de guia publicados, primeiramente tentando exemplificar as diferenças entre um guia de acervo e um guia de fontes e em segundo lugar expondo alguns exemplos de guias de fontes relacionados a temáticas de saúde já publicados, investimentos nos quais inserimos a nossa proposta.

#### 2.1 A descrição arquivística

Segundo a definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a descrição arquivística é o "conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).

O termo descrição vem do latim *descriptio*, que significa o ato de descrever, reproduzir, traçar, delimitar, copiar ou representar. A finalidade principal da descrição arquivística é a criação de representações sobre determinado acervo documental, tornando acessível o seu contexto e conteúdo.

Os instrumentos de pesquisa serviram como prova da existência dos arquivos e respondiam totalmente aos interesses da administração pública. Posteriormente, quando os arquivos abriram as suas portas para a sociedade, os arquivistas começaram a procurar soluções para garantir o arranjo dos documentos. Finalmente, a Arquivística toma um lugar nas ciências e a descrição se adpata aos seus princípios e fundamentos teóricos, tornando-se numa atividade autônoma, com a função de facilitar a recuperação e o acesso aos documentos (PADRÓN, 2016, p. 20).

Ao realizar o trabalho de descrição, o arquivista compreende da procedência, do conteúdo, do arranjo e do valor documental. Esses dados são registrados em instrumentos de busca que servem a um duplo propósito: tornar os documentos conhecidos às pessoas que

possam vir a se interessar pelos mesmos e facilitar ao arquivista a pesquisa (SCHELLENBERG, 2006, p. 313).

A tarefa de descrever não é fácil, cabe ao profissional arquivista ao elaborar a descrição, identificar, condensar e, sem distorções, apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação dos documentos por ele descritos (BELLOTTO, 2006, p. 173, 178).

A descrição, segundo Duranti, desde o seu surgimento como prática arquivística tem sido vinculada a três atividades: conservar o significado, manter o controle e fornecer acesso (DURANTI, 1993, p. 52). A descrição devia cumprir uma das funções básicas dos arquivos: facilitar a consulta dos documentos (controle/acesso), organizando e localizando todos os tipos documentais existentes.

Para Padrón, a descrição de arquivos tem passado por etapas, segundo os paradigmas arquivísticos, custodial (1898-1980) e pós-custodial (1980 - atualidade) (PADRÓN, 2016, p 23,25).

Em 1961, Schellenberg considerou a descrição como "o conjunto de atividades desenvolvidas pelo arquivista com a finalidade de elaborar instrumentos de pesquisa que facilitem o acesso aos fundos documentais em qualquer nível documental" (SCHELLENBERG, 1961 apud BONAL ZAZO, 2000, p. 156).

Na mesma corrente de pensamento de Schellenberg, Padrón, em suas primeiras definições publicadas, afirmou que a descrição se preocupava em capturar as informações contidas nos documentos para assim elaborar instrumentos de descrição (PADRÓN, 2016, p 25).

Logo, no paradigma custodial, o vocábulo *descrição* significa, segundo o *Dicionário* de terminologia arquivística do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), "a elaboração de instrumentos de pesquisa que facilitem o controle e a consulta dos fundos e coleções" (WALNE, 1984, p.23). Ou seja, a ênfase da descrição arquivística era o instrumento de busca.

Já na perspectiva do paradigma pós-custodial, a atividade de descrição começa a ser pensanda como necessitando de desenvolvimento de padrões normativos internacionais enquanto requisitos necessários para descrever, recuperar e acessar as entidades arquivísticas de forma homogênea. Nessa chave de entendimento dos objetivos mais amplos que uma política de descrição pode almejar encontra-se o papel institucional do Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Nas últimas décadas do século XX ocorrem reformulações na maneira de pensar e realizar a descrição de documentos arquivísticos. As definições da descrição arquivística

põem mais ênfase na atividade (a representação dos fundos de arquivos) do que no resultado final (os instrumentos de descrição, busca, consulta, investigação) (PADRÓN, 2016, p.26).

A ideia de descrição arquivística como processo<sup>16</sup> surgiu no momento do trabalho de normalização da descrição arquivística efetuado pelo CIA (FONSECA, 2011, p.126):

elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G), 2001, p. 14-15)<sup>17</sup>.

O objetivo da descrição é a acessibilidade, ou seja, a assistência ao usuário para localização do documento, além do papel de preservação dos instrumentos de pesquisa ao reduzirem o manuseio dos documentos originais (EASTWOOD & MACNEIL, 2016, p. 136).

Analisando ainda os produtos descritivos, para os estudiosos a descrição deveria seguir o princípio da proveniência, isto é, tal princípio exige que os documentos sejam descritos com referência a seus contextos e origens (EASTWOOD & MACNEIL, 2016, p. 137).

Na descrição arquivística, a norma padrão é a descrição retrospectiva, ou seja, as descrições são criadas de forma retrospectiva depois que os documentos são transferidos para os arquivos. Apesar das críticas, a descrição retrospectiva manteve-se como a norma na maioria dos países (EASTWOOD & MACNEIL, 2016, p. 142, 144).

Partindo do princípio de que os instrumentos de pesquisa são resultado do trabalho de descrição arquivística, existem várias maneiras de descrever arquivos, em vários níveis de profundidade descritiva, do fundo ao item documental. Os instrumentos de pesquisa em acervos arquivísticos se definem em função da menor ou maior profundidade desejada na descrição dos níveis da classificação arquivística. Nesse sentido temos o guia, o inventário, o catálogo, o catálogo seletivo (ou repertório), o índice. É possível, por exemplo, encontrar guias que chegam a descrever fundos de arquivo até níveis de série, como também guias mais gerais, que descrevem fundos num acervo, com informações apenas sobre volume, datas-limite, dados gerais do produtor etc.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> A conceituação mais centrada na ideia de descrição como processo dá relevância a descrição como representação e construção. Como representação, não substitui nem contém integralmente o documento representado. Como construção, tem um autor que analisa, organiza e registra a partir de seu ponto de vista. Desta forma, a ideia de que a descrição explica o documento, o contexto de sua produção e o sistema de arquivos que o produziu é algo novo (FONSECA, 2011, p. 126).

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001 (Publicações técnicas, n. 49).

Segundo o Comitê de Normas de Descrição do CIA, quanto aos diferentes níveis de descrição incluídos, os instrumentos de pesquisa podem ser divididos em três classes principais: classe A, B e C. A classe A detém instrumentos de pesquisa que incluem descrições somente no nível de fundo e/ou seção. A classe B possui instrumentos de pesquisa que incluem descrições de material arquivístico em todos os níveis, inclusive o dossiê/processo e a classe C dispõe instrumentos de pesquisa que incluem descrições de itens documentais.<sup>18</sup>

O guia de fontes elaborado neste trabalho enquadra-se na Classe B que se caracteriza por instrumentos de pesquisa que incluem descrições de material arquivístico em todos os níveis, sendo que a unidade básica de descrição desses instrumentos é a série. Este instrumento de pesquisa fornece todos os elementos necessários para recuperar o material arquivístico do fundo e séries descritas (CND/CIA)<sup>19</sup>.

#### 2.2 Instrumentos de pesquisa em acervos arquivísticos

Os vários tipos de instrumentos de pesquisa, como vimos, resultam do trabalho de descrição arquivística e detêm a finalidade de propiciar o acesso aos documentos, consulta e divulgação do acervo. Tais instrumentos são assim definidos:

Obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo (BELLOTTO & CAMARGO, 1996, p. 45).

Na forma de guias, inventários, catálogos e índices, são destinados não só ao corpo técnico do arquivo (para controle do acervo) mas também a todos os consulentes. Via de regra, os instrumentos de pesquisa aspiram a uma grande difusão, motivo pelo qual são publicados em meios impressos ou eletrônicos, sempre que a instituição responsável dispõe de capitais (LOPEZ, 2002, p.10-11).

Porém, como afirma Tessitore:

apesar de possuirmos uma produção de instrumentos significativa, esses instrumentos são marcados por um forte empirismo; muitos são precários, outros sem unidade metodológica, a maioria sem referenciais teóricos claros e opções

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Material disponibilizado pelo Dr. Vitor Manuel Marquês Fonseca.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos.

metodológicas explícitas. Ao longo de sua produção, no Brasil e no exterior, a imprecisão terminológica e de estrutura acompanhou os instrumentos de pesquisa (TESSITORE, 2012, p. 19).

Apesar da diversidade dos instrumentos de pesquisa, há elementos gerais comuns entre eles, como os seguintes (TESSITORE, 2012, p. 21-22):

UNIVERSO: delimitação do objeto sobre o qual é elaborado o instrumento (entidade custodiadora do acervo, fundo (s) /coleção (ões), tema (s) e período);

UNIDADE DE DESCRIÇÃO: "documento ou conjunto de documentos que se tornam por base, independentemente de sua classificação, para elaboração de instrumentos de pesquisa" (BELLOTTO & CAMARGO, 1996, p. 76);

DEFINIÇÃO: natureza do instrumento (tipo de instrumento);

ESTRUTURA: organização interna do instrumento e conexão entre as partes. Devem ser elementos constantes dessa estrutura:

- Introdução teórico-metodológica: texto introdutório ao instrumento, onde são explicitados os pressupostos teóricos e os procedimentos metodológicos adotados na sua elaboração.
- Contextualização: histórico da entidade custodiadora do acervo, dos titulares (es) do (s) fundo (s) / coleção (ões) e/ou do tema objeto do instrumento, conforme a natureza do instrumento a ser elaborado.
- Ordenação: distribuição das unidades de descrição dentro do instrumento.
- Instrumentos auxiliares: instrumentos que complementam ou permitem acesso ao original, como índices.
- Bibliografia: arquivística e sobre a entidade custodiadora do acervo, o (s) titular
   (es) do (s) fundo (s) / coleção (ões) e/ou o tema objeto do instrumento, utilizada na sua elaboração.

PADRÃO DESCRITIVO: elementos formais e de conteúdo das unidades de descrição presentes nos verbetes.

Notação: códigos de localização dos documentos descritos no depósito do acervo.

Guias são, via de regra, instrumentos de caráter mais geral e, portanto, mais sujeitos à atualização, à medida em que os fundos de arquivo vão sendo organizados e ganham seus próprios instrumentos de descrição mais verticalizados. Sendo assim, guias devem ser de fato revistos periodicamente. Já um guia de fontes, como é o nosso caso, nem sempre perde a sua atualidade rapidamente, como ocorre regularmente, pois busca reproduzir fontes dispersas em

acervos distintos, com recorte temático, e acaba refletindo estados de desenvolvimento de tratamento técnico muito diferentes, conforme cada instituição representada. Em alguns casos, mesmo não sendo o mais adequado, poderá oferecer a descrição completa de um fundo já organizado em determinada instituição, ao passo que também poderá conter descrição geral de um fundo de interesse ao tema, porém sem tratamento no momento do recorte.

No que diz respeito às novas formas de descrição em bases de dados informatizadas, as instituições arquivísticas, já há algum tempo, começaram a se utilizar das tecnologias da informação, como forma de auxílio nas atividades arquivísticas. Desta forma, ampliou-se assim o universo de usuários ao acervo da entidade custodiadora, mesmo de forma remota. Este "usuário virtual" possui, a partir da informatização dos instrumentos de pesquisa, determinadas vantagens como por exemplo "definir interesses, solicitar informações detalhadas e mesmo serviços à distância ou chegar à entidade mais esclarecido na pesquisa, otimizando o seu tempo disponível para a consulta" (TESSITORE, 2012, p. 42).

Logo, a disponibilização dos acervos documentais na Internet e a utilização de novos instrumentos de pesquisa têm por objetivo atingir um número maior de usuários, ampliando o atendimento, melhorando a qualidade das pesquisas e aumentando a visibilidade e, consequentemente, a importância do acervo.

Somado a isso, o aperfeiçoamento da digitalização de documentos, a capacidade das vias de transmissão de suportar arquivos cada vez maiores ou melhor comprimidos tem aumentado a condução da consulta — do conhecimento da entidade à reprodução dos documentos — utilizando-se os recursos digitais.

Contudo, com o desenvolvimento de sistemas digitais de descrição multinível,<sup>20</sup> de normalização internacional e nacional, o instrumento de pesquisa vem sofrendo uma importante transformação.

A oportunidade de acesso a distintos níveis de descrição, que vão do fundo ao item documental, que se complementam e permitem variadas formas de recuperação, tanto horizontais – no mesmo nível – quanto verticais – no mesmo fundo – está possibilitando ao usuário uma autonomia na construção do produto da descrição arquivística (TESSITORE, 2012, p. 43).

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> A NOBRADE tem como pressupostos básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível, adotando os princípios expressos na ISAD (G): descrição do geral para o particular, informação relevante para o nível de descrição, relação entre descrições e não repetição da informação (CONARQ, 2006, p.10-11).

# 2.3 A importância da normalização: uma norma brasileira de descrição arquivística, a NOBRADE.

A normalização da descrição de instituições arquivísticas e de arquivos contribui não apenas para o intercâmbio entre diferentes instituições, como também facilita o acesso e a consulta em geral (LOPEZ, 2002, p. 16). A normalização facilita o processo de descrição, e ainda permite que os instrumentos de pesquisa possam ser compreendidos universalmente.

O Brasil foi o primeiro país latino-americano a criar uma norma nacional de descrição para arquivos<sup>21</sup>. A divulgação e aceitação da ISAD (G)<sup>22</sup> e ISAAR (CPF)<sup>23</sup> dentro da comunidade arquivística brasileira foi um dos fatores que impulsionaram o desenvolvimento dos primeiros trabalhos para formar um padrão nacional. Em 2001, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) decidiu criar a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), a fim de desenvolver uma descrição padrão que regulasse o processo descritivo nos arquivos e nas entidades de custódia de documentos no país (PADRÓN, 2016, p.118).

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) foi publicada oficialmente em 2006. Ela é compatível com a Norma Internacional de Descrição Arquivística, a ISAD (G), realizada pelo Conselho Internacional de Arquivo (CIA) e tem como objetivo facilitar o acesso e a troca de informação entre instituições arquivísticas e a todos os pesquisadores, a nível nacional e internacional.

Segundo a 1ª edição *da NORMA INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA (ISAD-G)* a descrição vai mais além do controle e acesso aos fundos arquivísticos, prestando atenção no documento e seu contexto de produção para compreender sua origem e procedência (PADRÓN, 2016, p.29).

A NOBRADE possui três princípios teóricos basilares: o princípio do respeito aos fundos é a base do arranjo e da descrição (origem e procedência); a descrição arquivística baseia-se nos princípios da descrição multinível e a descrição se aplica a todos os materiais de arquivo com independência de forma e suporte (PADRÓN, 2016, p. 121).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> O Brasil foi o primeiro a criar uma norma nacional, porém a Colômbia, ainda na 1ª edição da ISAD, a assumiu como norma nacional.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001 (Publicações técnicas, 49).

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004 (Publicações técnicas, 50).

A NOBRADE possui seis níveis principais de descrição, que representam a "posição da unidade de descrição em uma estrutura hierarquizada de organização de um acervo (CONARQ, 2006, p.11). Cada nível de descrição corresponde ao nível de arranjo estruturado para a organização dos documentos. Dessa forma, o nível "0" corresponde ao acervo da entidade custodiadora. O nível "1" (fundo ou coleção<sup>24</sup>) descreve o conjunto de documentos de uma mesma proveniência. O nível "2" (seção) é a subdivisão da estrutura hierarquizada de organização que representa a primeira fração lógica do fundo ou coleção, reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade (s) administrativa (s) com competências específicas, também chamadas grupo ou subfundo (CONARQ, 2006, p.11). No nível "3" (série), descreve-se a "subdivisão da estrutura hierarquizada de organização de um fundo ou coleção que corresponde a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto" (CONARQ, 2006, p.11). Já no nível "4" (dossiê ou processo) representa um conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto). E por último, o nível "5" (itens documentais) são os documentos que integram o dossiê ou processo. Também são admitidos níveis intermediários, como o nível "3,5" (subsérie), considerada a subdivisão da série, podendo ser o desdobramento de uma função/atividade que gera o documento.

Logo, a NOBRADE possui seis níveis principais de descrição - entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5) - e oito áreas que se utilizam de 28 elementos de descrição.

A área de identificação (1) é onde são registradas as informações que identificam a unidade descrita. Conta com cinco campos: código de referência, título, data, nível de descrição e dimensão e suporte.

A área de contextualização (2) é responsável pelo registro de informação sobre a proveniência e custódia da unidade descrita. Possui quatro campos, a saber: nome do produtor, a história administrativa ou biografía da unidade de descrição, história arquivística e a procedência.

A área de conteúdo e estrutura (3) é onde se deve registrar a organização e o assunto da unidade de descrição. Esta área possui quatro campos: âmbito e conteúdo, avaliação, eliminação e temporalidade, incorporações e o sistema de arranjo.

A área de condições de acesso e uso (4) contém informações sobre como o acesso a esta unidade de descrição é feito. Possui cinco campos: condições de acesso, condições de

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Para efeito de utilização da NOBRADE, fundo e coleção, conforme definidos no Glossário, equivalem-se (CONARQ, 2006, p. 11).

reprodução, o idioma da unidade de descrição, as características físicas e os requisitos técnicos para o acesso e os instrumentos de pesquisa à disposição.

A área de fontes relacionadas (5) contém informações sobre outras fontes relativas à unidade de descrição. Possui quatro campos para preenchimento: existência e localização dos originais, existência e localização de cópias, unidades de descrição relacionadas e notas sobre a publicação.

A área de notas (6) deve conter informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição ou qualquer outra informação que não tenha lugar definido nas outras áreas de descrição. Esta área possui dois campos de preenchimento: notas sobre conservação (elemento de descrição que não existe na ISAD (G)) e as notas gerais.

A área de controle de descrição (7) contém informações sobre a descrição elaborada. Como essa descrição foi feita, quando foi feita e por quem foi feita. Possui três campos para preenchimento: nota do arquivista, regras ou convenções e data da descrição.

A área de pontos de acesso e descrição de assuntos (8). Esta área é exclusiva da NOBRADE e não faz parte da ISAD (G). Detém apenas um campo de descrição: ponto de acesso e indexação por assuntos.

O objetivo da NOBRADE é a contextualização da descrição arquivística no Brasil, estabelecendo diretrizes que visam facilitar o acesso e o intercâmbio de informações no cenário nacional.

Do estudo da NOBRADE se constata que os arquivistas brasileiros têm formado um padrão baseado na ISAD (G)<sup>25</sup>. Porém, a NOBRADE apresenta algumas inovações relacionadas com os conteúdos dos elementos, os níveis de descrição, os elementos obrigatórios e a estrutura.

A NOBRADE contém 28 elementos para a descrição da entidade documento, dos quais sete<sup>26</sup> são obrigatórios. Seis elementos correspondem aos recomendados pelo ISAD (G) para a troca de informações (PADRÓN, 2016, p. 120). O elemento "restrições de acesso" é uma proposta nova, pois é considerado obrigatório. A novidade sobre as "condições de acesso" é sua obrigatoriedade. Existem outras novidades extremamente importantes como: a normalização dos níveis, a maneira de se dimensionar o acervo de acordo com o gênero documental, pontos de acesso e notas sobre conservação.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> A NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD (G) e ISAAR (CPF), que já existem e estão publicadas. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional (CONARQ, 2006, p. 9).

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> Código de referência; título; data (s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome (s) do (s) produtor (es) e condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1) (CONARQ, 2006, p. 19).

A NOBRADE é uma norma de estrutura de dados e conteúdo. A partir de sua estrutura podem ser descritos apenas documentos de arquivo e coleções<sup>27</sup>. Esta norma inclui regras gerais e específicas, comentários, procedimentos e exemplos ilustrativos. A norma brasileira não regula a forma de apresentação de dados na tela ou nos instrumentos impressos. Portanto, não é considerado um padrão de apresentação e formalização. (PADRÓN, 2016, p. 120)

Sobre as normas descritivas, é importante salientar que, apesar da onda de normalização da descrição arquivística a partir do final do século XX, é notório a ausência de um consenso global, porém como já analisado, houve tentativas de padronizações. Nesta dissertação, sobre a padronização da descrição arquivística dos fundos e das entidades custodiadoras de acervo, estamos utilizando as normas de descrição arquivística: NOBRADE e ISDIAH<sup>28</sup>, respectivamente.

Sobre a importância e a pertinência do esforço pela normatização da descrição de documentos e arquivos, Tessitore faz a seguinte consideração.

"A descrição normalizada é possível e desejável. Possível, pois, se a Arquivologia é ciência, a construção dos instrumentos de pesquisa não pode ser uma questão subjetiva. Visto que, não podemos confundir a especificidade de cada arquivo, nascida da sua relação orgânica com a entidade produtora, que gera a necessidade de conhecimento específico sobre essa entidade, com os parâmetros teóricos e metodológicos aplicáveis a todo e qualquer arquivo. Desejável, pois é imprescindível para a informatização dos instrumentos descritivos. É fundamental para ampliar o potencial dos instrumentos na recuperação da informação, passa seguramente pela padronização dos dados componentes desses instrumentos" (TESSITORE, 2012, p.52).

Além disso, Tessitore chama a atenção para outra vantagem da padronização de descrições quando afirma que a normalização vem colaborar para um maior intercâmbio entre as entidades arquivísticas, para uma utilização mais ágil e proveitosa dos instrumentos de pesquisa por parte dos usuários, através de uma mesma estrutura de informações (TESSITORE, 2012, p 52).

Porém, se deve "evitar qualquer rigidez de normalização" (BELLOTTO, 1984, p. 86). As normas internacionais e nacionais também não aconselham essa rigidez. Nem todas as áreas e/ou todos os seus elementos precisam ser usados para a elaboração de todos os instrumentos de pesquisa, nem nessa ordem e necessitam ser adequados às especificidades nacionais, regionais, locais e até mesmo institucionais.

<sup>28</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> A possibilidade da ISAD (G) ser usada tanto na descrição de fundos quanto de coleções ocorreu expressamente na segunda edição da norma (CONARQ, 2006, p. 11).

Destaca-se a importância da normalização para utilizar a informatização na descrição. Para a autora, só a descrição assim normalizada atingirá a desejada normalização universal e terá todas as condições para ser feita facilmente, de modo informatizado e uniforme (BELLOTTO, 2006, p. 183).

Entre os instrumentos de pesquisa existentes em acervos arquivísticos, o guia foi o instrumento de pesquisa ao qual mais rapidamente se aplicou a ISAD (G) e agora a NOBRADE, pelo menos no Brasil. Tratando-se de um instrumento de pesquisa global, em que todas as informações gerais sobre o fundo são dadas, o guia tem sido o que mais se adequou à normalização proposta, já contando com vários exemplos no Brasil.

Podemos considerar como campos de um guia normalizado (TESSITORE, 2012, p. 57-59):

- CÓDIGO DE REFERÊNCIA: código destinado a identificar o fundo ou a coleção internacionalmente, composto pelo país + entidade custodiadora + unidade de descrição. No que se refere aos códigos do Brasil e da entidade custodiadora hoje já constituem um só, o CODEARQ (código de entidades custodiadoras de documentos arquivísticos), que deve ser obtido através do CONARQ.
- TÍTULO: nome do titular do fundo ou da coleção (pessoa ou entidade).
- NATUREZA DO CONJUNTO: campo acrescentado, quando da existência de fundos e coleções no acervo, pelo significado diferenciando para o usuário de uns e outros.
- DATAS-LIMITE DE PRODUÇÃO: registra o ano do documento mais antigo e o ano do documento mais recente do fundo.
- DIMENSÕES E SUPORTE: indica o volume documental do fundo ou da coleção. Essa mensuração deve ser unida ao gênero/suporte.
- NOME DO PRODUTOR: indica o nome do produtor do fundo ou coleção, neste nível, geralmente coincidente com o título. O produtor deveria ser nomeado segundo a ISAAR (CPF), mas não temos ainda um registro normalizado de autoria arquivística e essa norma tem ficado em segundo plano, o que também parece ocorrer em nível internacional, pois Michael Cook a chama de "a norma esquecida" (COOK, 2007, p. 129)
- HISTÓRIA ADMINISTRATIVA/BIOGRAFIA: este campo informa o histórico do titular do fundo ou da coleção.
- HISTÓRIA ARQUIVÍSTICA: informa o histórico da custódia do fundo ou da coleção, ou seja, quem gerou, acumulou ou reuniu os documentos.

- PROCEDÊNCIA: indica o modo de aquisição do documento, nomes completos das pessoas ou instituições de quem se adquiriu o fundo ou a coleção e data (s) de entrada dos documentos na entidade.
- ÂMBITO E CONTEÚDO: neste campo é feita uma descrição sumária do conjunto documental, indicando as características do mesmo e especificando os tipos documentais que os constituem.
- AVALIAÇÃO, ELIMINAÇÃO E TEMPORALIDADE: só utilizado por arquivos, nos quais tem lugar essas funções.
- INCORPORAÇÕES: idem anterior.
- SISTEMA DE ARRANJO: indica o nível de processamento técnico a que o conjunto foi submetido após sua entrada na entidade. Se o fundo ou a coleção já estiverem organizados, aqui deve ser descrita sua estrutura.
- CONDIÇÕES DE ACESSO: informa qualquer fator ligado à conservação, tratamento técnico ou doação do conjunto, que impeçam o acesso a alguns ou a todos os documentos do conjunto.
- CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO: indica qualquer limitação e especificidade em relação à reprodução do fundo ou da coleção.
- IDIOMA: idioma ou idiomas em que foram produzidos os documentos, inclusive português, pois a normalização visa o intercâmbio internacional.
- CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E REQUISITOS TÉCNICOS: que afetem o uso do fundo ou da coleção.
- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: informa os instrumentos de pesquisa em que o conjunto foi descrito integral ou parcialmente.
- FONTES RELACIONADAS: subdivididas em existência e localização de originais; existência e localização de cópias; unidades de descrição relacionadas; nota sobre publicações relacionadas ao conjunto.
- NOTAS: notas sobre conservação, que não afetam o acesso/ notas gerais.
- CONTROLE DA DESCRIÇÃO: nota do arquivista (informa sobre a elaboração da descrição); regras ou convenções utilizadas- externas ou internas à entidade em que a descrição foi baseada; data (s) da (s) descrição (ões) - datas em que a descrição foi feita ou revisada.

INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS: área e elemento acrescentados por serem vias ágeis para
o acesso à descrição dos conjuntos, evitando um grande número de resultados de busca
indesejáveis.

#### 2.4 Guia de acervos, guia de fontes e as fontes da história da saúde

Os conceitos que regem a caracterização de um guia são vários e possuem uma essência comum, seu caráter generalista. Encontramos também definições que, não deixando de marcar a característica essencial do guia, observam que ele pode servir a recortes temáticos, aproximando da forma como buscamos empregar esse instrumento de pesquisa no presente trabalho. Segundo Herrera, o guia é um instrumento de pesquisa que realiza:

valorações globais (...), não descendo a particularidades (...). Pode fazer-se um guia de um arquivo com um fundo único(...), ou de um arquivo com vários fundos (...). Também pode redigir-se um guia do conjunto de arquivos de uma nação ou de uma região, ou de arquivos similares (...) (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 321).

No Dictionary of Archival Terminology (1988), o guia possui dois significados essenciais: "uma visão geral de todo ou parte do acervo de um ou vários arquivos" e um "instrumento de pesquisa que descreve o acervo de um ou mais arquivos, relativos a determinados temas, períodos, áreas geográficas ou a um tipo específico de documentos" (DICTIONARY of Archival Terminology, 1988, p. 78).

Nosso guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República: arquivos institucionais, pessoais e coleções no Rio de Janeiro segue as características conceituais de um guia descritas acima. O guia ora proposto é um instrumento de pesquisa que descreve o acervo de mais de um arquivo (no caso em questão, seis instituições arquivísticas), com uma temática peculiar (saúde pública), período determinado (Primeira República), área geográfica certa (a cidade do Rio de Janeiro).

O guia de acervo é, preferencialmente, o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo. Ele é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo. No guia de acervo deverão constar todos os dados básicos necessários para orientar os consulentes, desde as informações práticas — tais como o endereço da instituição, os telefones, o horário de atendimento etc. — até as informações específicas sobre o acervo, como por exemplo os fundos e as coleções que ele possui, seu nível de organização, as condições físicas e jurídicas do acesso, as possibilidades de reprodução de documentos etc.

O guia de acervo também deve conter uma pequena introdução que apresente o histórico da instituição e explique o processo pelo qual seu acervo foi formado. Através do guia, o pesquisador poderá programar sua visita, sabendo exatamente quais são as condições de consulta, quais conjuntos documentais são pertinentes para seus interesses de pesquisa e quais são as condições de acesso. Ele será o primeiro instrumento solicitado por qualquer consulente familiarizado com os procedimentos técnicos do arquivo (LOPEZ, 2002, p. 23).

Atualmente, tal estrutura interna dos guias deverá está baseada nas normas de descrição arquivística: NOBRADE e a ISDIAH.<sup>29</sup>

Já o guia de fontes é definido, de modo geral, como um instrumento de pesquisa que torna a informação acessível a todos os interessados sobre um determinado tema, de maneira ordenada e clara. O pesquisador, quando recorre a um guia de fontes procura agilidade e clareza para chegar ao seu objetivo final que é encontrar a documentação ou a informação sobre ela.

Silva faz um bom contraponto entre os dois tipos de guias esclarecendo suas funções primordiais:

(...) um guia de fontes temático possui algumas diferenças com relação a guias de acervos, destacando-se o próprio tema, que delimita o universo a ser levantado e circunscreve o objeto da descrição de conteúdo, além de divulgar os arquivos pertinentes à temática, que permite ampliar as possibilidades de pesquisa, através da publicação desse instrumento. Um guia de acervos tem como objetivo cadastrar acervos de documentação permanente, a fim de que instituições arquivísticas possam implantar formas de cooperação técnica e políticas de tratamento, gestão, conservação e acesso. Se a publicação de um guia de fontes cumpre o seu principal objetivo, no tocante à divulgação de acervos, a publicação de um guia de acervos levanta imediatamente questões sobre as possibilidades de alteração no quadro de abandono, dispersão e perda irrecuperável de documentos (SILVA, 1997, p.11-12).

Observamos que um guia de fontes pode ter como função preencher uma lacuna de um instrumento que agregue informações sobre um tema num recorte temporal e geográfico importante, como é o caso das fontes documentais sobre saúde pública na Primeira República.

Apresentamos brevemente, como exemplos ilustrativos dessas diferenças citadas, dois exemplos de guias: o primeiro, de um guia de acervos públicos de uma região administrativa intitulado Guia do Patrimônio documental do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pela Secretaria de Estado de Justiça e Interior e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) (1997); o segundo, um guia de fontes produzido no país sobre a escravidão, por

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Nesta dissertação, sobre a padronização da descrição arquivística dos fundos e das entidades custodiadoras, estamos utilizando as publicações técnicas: NOBRADE e ISDIAH, respectivamente.

ocasião da comemoração dos 100 anos da libertação dos escravos, intitulado Guia de fontes para a história da África e da escravidão negra, coordenado pelo Arquivo Nacional (1988).

#### Guia de fontes para a história da África e da escravidão negra

O Guia de fontes para a história da África e da escravidão negra (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. XXIX) possibilitou a elaboração e a implementação eficaz de um modelo de censo de arquivos para o Brasil. Este modelo de guia demonstrou que é possível descrever acervos organizados, parcialmente organizados ou mesmo sem nenhum tratamento técnico em único instrumento adequando-se à situação dos arquivos brasileiros.

A elaboração desse guia foi um marco na história arquivística brasileira. O levantamento do patrimônio documental arquivístico ocorreu em 507 municípios, com 1267 informantes, depositários de acervo, entre pessoas físicas e jurídicas, correspondendo a 1814 fundos/coleções. Tratando sobre o tema África e escravidão negra – do período colonial aos nossos dias, contou com predomínio de acervos paroquiais e cartoriais (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. XXV).

A concepção metodológica adotada para a coleta de dados considerou os seguintes aspectos: predominância de acervos desorganizados, seu grau de dispersão, condições inadequadas de conservação e guarda e variedade de métodos e técnicas de tratamento.

Segundo a introdução do guia de fontes da África:

Nos dados cadastrais dos informantes, isto é, daqueles que custodiam acervos documentais de natureza arquivística, estão indicados: 1- natureza; 2- subordinação administrativa; 3- endereço; 4- responsável; 5- atendimento ao público e 6-fornecimento de cópias". Ainda no tocante ao guia "nos dados referentes aos acervos, elegeram-se os seguintes quesitos: 1- nome do fundo/coleção; 2- natureza jurídica; 3- histórico; 4- datas-limite; 5- dimensões; 6- estágio de tratamento; 7- organização; 8- tema; 9- conteúdo; 10- instrumentos de pesquisa; 11- edição em microfilmes e 12- restrições de acesso (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. XXVI- XXVIII).

Segundo as considerações finais do guia de fontes da África, o objetivo deste "era sistematizar os acervos sobre a temática e romper um círculo de fontes e instituições constantemente utilizadas em pesquisas (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. XXIX). Um dos problemas identificados na coleta de dados foi a ausência de instrumentos de pesquisa que oferecessem uma visão geral do acervo que custodiavam.

#### Guia do Patrimônio documental do Estado do Rio de Janeiro

O Guia do Patrimônio documental do Estado do Rio de Janeiro, realizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e publicado em 1997 possuiu como finalidade principal:

(...) localizar, identificar e descrever os arquivos, a fim de divulgar fontes ainda pouco conhecidas dos pesquisadores, além de sensibilizar os poderes públicos e instituições privadas para que comecem a tratar dos arquivos, transformando-os em informação para pesquisadores, cidadãos e a própria administração, seja pública ou privada (SILVA, 1997, p.12).

Este guia do APERJ foi o primeiro trabalho da instituição arquivística fluminense para tornar acessíveis acervos de documentação permanente, custodiados por cartórios, fóruns, igrejas, dioceses, prefeituras, câmaras, arquivos municipais, bibliotecas, museus, casas de cultura, indústrias, sindicatos, escolas e pessoas físicas.

O universo levantado constituiu-se de 37 municípios do interior do estado do Rio de Janeiro e o recenseamento do Arquivo Público na capital e os critérios para a escolha dos municípios foi o de sua antiguidade, relevância histórica e disponibilidade dos detentores dos acervos em atender a equipe de trabalho. Sobre os 197 informantes, destacam-se dois grupos: os do Poder Executivo municipal e os do Poder Judiciário estadual, correspondendo a 48 e 60 informantes respectivamente. Esses dois grupos atingem quase 55% do guia, demonstrando a importância dos documentos públicos do Judiciário e do Executivo.

Alguns itens do guia permitem uma avaliação quantitativa sobre a situação dos arquivos fluminenses, como: mensuração/quantificação, estágio e formas de organização, assuntos, instrumentos de pesquisa e estado de conservação.

Sobre os instrumentos de pesquisa, verificou-se a precariedade de instrumentos clássicos de pesquisa (guias e inventários). Segundo o guia:

foram indicadas todas as formas que o arquivo dispõe para realizar a busca e fornecer algum tipo de informação tais como: guias de remessa, listagens, relações, livros de tombo, livros-índice, entre outros. Esses instrumentos são parciais e tornam-se parte integrante do acervo, já que sua função de instrumentos se desatualiza, não recuperando a localização dos documentos (SILVA, 1997, p.14).

Com relação à localização física,

(...) não há instrumentos do tipo topográfico; as listagens e relações de processos, quando indicam a sua localização, remetem a um grupo de processos para maços e/ou caixas. A busca de um documento específico implica frequentemente em várias pesquisas, tornando o serviço lento e difícil. Foram detectados 128 informantes que possuem instrumentos e 69 que não apresentam instrumentos, correspondendo a 65% e 35% respectivamente. Os instrumentos clássicos que indicam tratamento técnico, estão presentes em 6 instituições, isto é, cerca de 3% do universo recenseado; dentre essas, 4 são instituições arquivísticas (SILVA, 1997, p.14).

Ao final do guia, concluiu-se que os acervos fluminenses, apesar de constituídos de documentos importantes para a história do Rio de Janeiro, com dados de inegável valor informativo e probatório, não têm condições de acesso em muitos casos. Além disso, para Margareth da Silva,

documentos podem ser descartados sem avaliação, transferidos de um lugar para outro, armazenados nos piores locais, pois sua importância como fonte de informação não é sentida, a não ser por alguns funcionários e dirigentes que enfrentando toda a sorte de dificuldades mantêm e conservam os arquivos (SILVA, 1997, p.18).

#### Guias de fontes temáticos sobre saúde pública

Foram também consultados e analisados alguns guias de fontes sobre a temática da saúde pública e consideramos que o guia proposto pode vir a somar a essas iniciativas já existentes, contribuindo para a facilitação de informações aos pesquisadores e estudantes interessados na temática e nos recortes. São eles: Guia de fontes para a história do ensino no médico no Rio de Janeiro (1995), Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil fundadas entre 1500 e 1900 (2002), Guia de fontes e catálogos de acervos e instituições para pesquisas em saúde mental e assistência psiquiátrica no Estado do Rio de Janeiro (2004).

#### Guia de Fontes para a História do Ensino Médico no Rio de Janeiro (1995)

Segundo a pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz (COC), Maria Rachel Froés da Fonseca:

Este guia é um desdobramento do projeto sobre Institucionalização da Medicina no Brasil, desenvolvido por uma equipe de pesquisadores do Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz. Ao longo do desenvolvimento deste projeto, foram constatadas inúmeras dificuldades quanto ao acesso às fontes arquivísticas e bibliográficas relevantes para a realização de estudos nos mais diversos recortes temáticos da história das ciências biomédicas no Brasil, indicando, então, a necessidade da elaboração de um instrumento de pesquisa que suprisse estas deficiências (FONSECA, 1995, p.126).

Era notório naquele momento histórico, final do século XX, a ausência de instrumentos de pesquisa específicos e a estagnação de estudos sobre a história da medicina no país. Desta forma,

definiu-se a necessidade da composição de um instrumento de pesquisa adequado que fornecesse as informações específicas e constitutivas dos diversos acervos potencialmente relevantes e muitas vezes inéditos. Neste propósito buscou-se constituir um *Guia de fontes para a história das ciências biomédicas no Brasil* (FONSECA, 1995, p. 127).

O guia em análise concentrou seus esforços dentro de um âmbito geográfico e cronológico mais restrito, isto é, sobre a história do ensino médico no Rio de Janeiro, desde sua institucionalização (1808) até a criação do Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz (1907), momento de um novo modelo de produção e reprodução da medicina (FONSECA, 1995, p. 127).

As fontes analisadas neste projeto foram: arquivos, bibliotecas, documentos de caráter político administrativo e institucional, documentos de caráter didático-pedagógico, periódicos especializados em ciências biomédicas, documentos de caráter "científico", documentos de caráter acadêmico e cultural, referências teóricas básicas e bibliografía geral de referência (FONSECA, 1995, p. 128-130).

## Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: fundadas entre 1500 e 1900 (2002)

O guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil elaborado por Yara Aun Khoury, do Cento de Documentação em Informação Científica "Prof. Casemiro dos Reis Filho" da Pontificia Universidade Católica de São Paulo, demonstra que "raros foram os arquivos das Misericórdias que apresentaram instrumentos de pesquisa". Na maioria dos casos, prevaleceu o acesso direto à documentação. Na descrição do acervo, adotou-se o termo conjunto documental, de significado amplo, para expressar todas as formas de agrupamentos de documentos existentes nos arquivos das Santas Casas, a fim de que o pesquisador tenha um retrato do acervo (KHOURY, 2004, p. 43-44).

Na produção desse guia de fontes analisou-se tanto as informações sobre a instituição Santa Casa de Misericórdia, apresentando dados cadastrais e históricos a seu respeito, quanto sobre cada uma de suas unidades detentoras de arquivos. As equipes foram inicialmente treinadas para aplicação de dois questionários: o primeiro, aplicado a cada Santa Casa, com o objetivo de registrar informações cadastrais e históricas a respeito da instituição e identificar as unidades detentoras de arquivos não correntes; e o segundo, aplicado a cada unidade detentora de arquivos não correntes, com o objetivo de registrar informações sobre o acervo arquivístico (KHOURY, 2004, p. 36).

A constatação de que a documentação permanente – tanto das irmandades quanto de suas dependências - encontra-se armazenada nos órgãos centrais, e a impossibilidade de atingir os arquivos de cada dependência restringiu o levantamento aos arquivos não correntes centrais. (KHOURY, 2004, p. 38).

Os mais de 200 arquivos descritos por este guia nas respectivas dependências – hospitais, faculdades, asilos, educandários e cemitérios –, permitem usos diversificados, seja na localização das unidades hospitalares e assistenciais ou de documentos probatórios, como prontuários médicos e certidões de óbito, seja em pesquisas diversas, desde as dimensões da organização da vida e da administração das cidades, até parte substancial da história e da memória da Medicina, da Farmácia e do ensino médico, passando pela assistência social e pela saúde de pobres, menores, idosos, órfãos e indigentes, por serviços sanitários, educacionais e, até mesmo, funerários, no Brasil (KHOURY, 2004, p. 26).

Complementam o corpo principal do guia dois instrumentos auxiliares: uma relação das Santas Casas de Misericórdia (1500 - 1900) por ano de fundação, com o objetivo de possibilitar uma visão cronológica de sua criação; e outra, por cidade, a fim de permitir a

localização da instituição desejada diretamente por esse campo (o meio mais comum de busca), sem necessidade de conhecimento da região e do estado.

#### Guia de Fontes e Catálogos de Acervos e Instituições para Pesquisas em Saúde Mental e Assistência Psiquiátrica no Estado do Rio de Janeiro (2004)

A principal finalidade do Guia de fontes sobre saúde mental e assistência psiquiátrica do Rio de Janeiro foi oferecer aos pesquisadores um instrumento de pesquisa que facilitasse o acesso aos acervos históricos na área de saúde mental e assistência psiquiátrica nas principais instituições que guardam material relevante sobre esta temática e que se encontram no município do Rio de Janeiro.

O guia de fontes foi publicado em três partes. Na primeira parte, está relacionado o levantamento realizado na Academia Nacional de Medicina (incluindo o Museu Inaldo Lyra Neves-Manta), no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo, no Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (incluindo o Museu Bispo do Rosário), no Instituto Municipal Nise da Silveira (incluindo o Museu de Imagens do Inconsciente), no Instituto de Neurologia Deolindo Couto, no Instituto Philippe Pinel, e no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (incluindo no Museu de Memória da Psiquiatria).

Na segunda parte, foram apresentados o levantamento realizado nas Bibliotecas da Fundação Oswaldo Cruz, da Biblioteca de Manguinhos, da Biblioteca Lincoln de Freitas Filho da Escola Nacional de Saúde Pública e da Biblioteca do Instituto Fernandes Figueira. Na última parte, temos o levantamento das referências bibliográficas dos artigos que fazem parte dos periódicos não-correntes da Biblioteca de Manguinhos (Fundação Oswaldo Cruz, 2004, p.7-8).

Segundo o guia, o mesmo deve apontar ao pesquisador que o busca, quais os documentos, fontes que ratificam a informação, estão agrupados naquela publicação e qual o seu suporte e, ainda, como é possível ao leitor chegar de forma mais rápida ao seu encontro. Ao manusear o guia espera-se que o leitor compreenda a história da psiquiatria no Brasil, tendo um eficiente meio de levá-lo à realização concreta de sua pesquisa, sempre ratificando que uma publicação desta natureza reflete o universo encontrado no momento em que a informação foi agregada à publicação (Fundação Oswaldo Cruz, 2004, p.8).

Vemos que esse último guia se aproxima da nossa experiência nesse trabalho, embora nosso escopo documental se restrinja a documentos de arquivo ou coleções documentais e não a material bibliográfico.

A seguir desenvolveremos uma descrição das etapas de trabalho percorridas na busca por construir um guia de fontes documentais sobre saúde pública na Primeira República em instituições de arquivo na cidade do Rio de Janeiro, visando registrar e compartilhar o caminho percorrido e as formas de construção de nosso objeto de estudo.

### CAP. 3- CONSTRUINDO UM GUIA DE FONTES DOCUMENTAIS SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: NOTAS SOBRE O PERCURSO DA PESQUISA

O objetivo do terceiro capítulo é descrever o processo de construção do guia de fontes apontando aspectos que caracterizam, em cada instituição visitada, a forma de acesso aos arquivos bem como os formatos dos distintos instrumentos de pesquisa. De forma geral apontamos o fato de existirem diferentes formas de uso de instrumentos de pesquisa nas instituições, como por exemplo, guias muito gerais, guias mais descritivos e que chegam a níveis de classificação onde se encontra a documentação, inventários cujas descrições são muito genéricas, inventários que descrevem séries documentais, além da existência de simples índices e listagens Se esse aspecto diz respeito ao grau de organização dos fundos em cada instituição, também nos colocou um desafio de como "adaptar" essas transposições necessárias ao guia de fontes que pretendíamos organizar, no modelo NOBRADE.

O capítulo também apresenta breve descrição da documentação examinada. Como já dito, a coleta de dados de fontes documentais sobre o tema da saúde pública na primeira república ficou circunscrita a seis entidades custodiadoras: Arquivo Nacional (AN), Casa de Oswaldo Cruz (COC), Academia Brasileira de Letras (ABL), Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Num primeiro momento, foi realizado um levantamento nessas instituições para o mapeamento de fundos e/ou coleções de interesse e, em paralelo decidimos por usar dois formulários de descrição (de entidades custodiadoras/ISDIAH e de fundos/NOBRADE<sup>30</sup>). Em seguida foi realizado o levantamento do nível de descrição desses fundos e coleções e, na sequência, a transcrição das descrições constantes nos instrumentos de pesquisas originais nos formulários.

Nos casos em que os fundos estavam descritos até níveis mais específicos – como série – respeitamos essa descrição, provendo ao usuário do guia acesso às descrições no nível onde se localizam os documentos de interesse. Como produto da dissertação, apresentamos o guia ao final do trabalho.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> Formulários elaborados pela Casa de Oswaldo Cruz.

# 3.1 Observações gerais sobre acesso às informações sobre as instituições de guarda bem como sobre seus acervos

No que diz respeito ao acesso às informações sobre a própria entidade custodiadora o levantamento foi mais fácil nas instituições COC, AN, ABL e APERJ. Nosso primeiro investimento foi no sentido de recolher e inserir no formulário com base na norma ISDIAH as informações das instituições. No AGCRJ e no CPDOC esse tipo de informação, embora exista do site, se encontra dispersa, sem uma sistematização no modelo proposto, o que foi nosso esforço para o trabalho.

Com relação ao acesso às informações sobre os diferentes fundos e coleções de interesse ao nosso recorte temático observamos diferenças. No AN encontramos arquivos institucionais pertinentes à temática da saúde pública, principalmente sobre a DGSP na Série Saúde do fundo MJNI já descritos em base de dados, o que facilitou. Da mesma forma, na COC encontramos, além do arquivo do Instituto Oswaldo Cruz, arquivos pessoais de sanitaristas como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas também descritos em base de dados arquivística seguindo o modelo da NOBRADE. Nesses casos a transposição ocorreu de forma mais tranquila. Na ABL, em que pese a facilidade em obter informações sobre fundos e coleções, a descrição não segue esses modelos. No AGCRJ a coleta de informações seguiu caminho mais complexo pela forma mais dispersa e desigual de seus instrumentos de pesquisa (códices, guias virtuais, listagens). No APERJ houve acesso pelos instrumentos de pesquisa existentes, antigos e sob outros formatos, embora o fundo não esteja acessível há tempos. No CPDOC a pesquisa foi virtual, o acesso ocorreu pela base de dados da instituição. Tanto ABL, CPDOC quanto AGCRJ e APERJ foram instituições que, de diversos níveis, nos colocaram desafios ao acesso, coleta de dados e transposição dos mesmos no nosso formulário.

No que diz respeito à representação de guarda de arquivos institucionais ou pessoais relevantes para nosso recorte temático, observamos que no AN, no AGCRJ e APERJ foram encontrados apenas arquivos institucionais<sup>31</sup>. Já na ABL encontramos apenas documentos de caráter pessoal formando coleções sobre os acadêmicos. No CPDOC encontramos também arquivos pessoais de homens públicos atuantes no cenário político nacional. Na COC, em que pese à relevância de arquivos pessoais para a temática, o próprio arquivo institucional do IOC é também fonte importante.

-

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> No AN destaca-se o fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. No APERJ destacamos o fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro. Já no AGCRJ destacamos os fundos ou Câmara Municipal, Conselho de Intendência e Prefeitura do Distrito Federal.

Em relação aos instrumentos de pesquisa disponíveis e suas características gerais, observamos que no AGCRJ existe um desnível descritivo entre o guia virtual do acervo, já baseado na NOBRADE e um outro instrumento mais antigo que é o Índice de Documentação Textual em quatro volumes. Este índice possui uma lista onomástica e cronológica e nela encontramos antigas notações de códices<sup>32</sup>. Esse aspecto se configurou um grande desafio para que pudéssemos não só entender esses desníveis, como perceber as lacunas tendo em vista a transposição para nosso formulário. Foi necessário que fossem estabelecidos contatos diretos com o corpo técnico para sanar dúvidas e obter orientação.

No APERJ, em que pese a existência de descrição a nível de fundo pelas normas NOBRADE do fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro não há descrição arquivística das suas respectivas séries. Nesse caso, no anexo do guia realizamos uma tabela contendo anotações sobre as séries recolhidas de um instrumento físico disponível na sala de consulta da instituição – um inventário contendo resumos.

Na ABL ainda não há descrição arquivística dos fundos pertinentes à saúde pública na Primeira República baseada na NOBRADE, apenas descrição arquivística da entidade custodiadora. Foi necessário nosso esforço para que as coleções de interesse pudessem ser descritas no nosso formulário.

No AN, além de transcrever as informações já acessíveis na base SIAN formos mais fundo e transcrevemos também informações que constavam em outros instrumentos como fichas. Ali inclusive fizemos consulta aos próprios documentos. O mesmo ocorreu na COC.

No que foi possível, tentamos a transcrição no modelo NOBRADE. Para respeitar e trazer informações de níveis muito específicos (dossiê e item) e não onerar nosso trabalho em termos de volume de folhas optamos por apresentar essas informações no anexo do guia.

Como forma de sistematizarmos as informações coletadas durante o nosso levantamento documental, descrevemos, por instituição, a forma de acesso às fontes e um breve comentário sobre elas, a partir de nosso recorte.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Códice: Conjunto encadernado de manuscritos avulsos (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 51). No caso específico do AGCRJ tais códices eram conjuntos encadernados de manuscritos temáticos, ou seja, possuíam uma seleção por assunto.

#### 3.2 Arquivo Nacional

#### 3.2.1 Forma de acesso atual aos arquivos

A pesquisa no AN, além da consulta física aos instrumentos de pesquisa e aos arquivistas, inicia-se no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), visto que, o SIAN é o principal meio de acesso às informações relacionadas ao acervo custodiado pelo Arquivo Nacional.

As buscas podem ser feitas por meio de pesquisas nas descrições arquivísticas, ou seja, nos instrumentos de pesquisa ou base de dados; podem ser feitas também uma pesquisa nos documentos, muitos já digitalizados e disponíveis via internet; e podem ser realizadas no contato físico, isto é, no manuseio dos próprios documentos.

Segundo o sítio da própria instituição, por meio do SIAN são disponibilizados mais de um milhão de documentos. O sistema facilita a busca em documentos datilografados ou impressos, cujos conteúdos podem ser varridos em busca por termos específicos, além dos manuscritos, fotografías, vídeos e áudios.

Segundo o sítio oficial da instituição<sup>33</sup>, para pesquisar no acervo do Arquivo Nacional, basta acessar o SIAN<sup>34</sup> e escolher uma das opções de pesquisa. Dois módulos do SIAN acham-se disponíveis ao público: Fundos e Coleções; e Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)<sup>35</sup>.

Criado inicialmente como um projeto, em 1981, o atual programa permanente de pesquisa MAPA tem como principal objetivo atender à necessidade das áreas técnicas do AN no processo de identificação e organização dos conjuntos documentais sob guarda da instituição. Suas atribuições envolvem a reunião e a sistematização de informações relativas a história da administração pública desde o período colonial.

O módulo do SIAN - Fundos e Coleções - oferece a possibilidade de explorar a potencialidade do acervo custodiado pela instituição em até cinco níveis de detalhamento (níveis de descrição). Tratam-se de papéis, mapas, plantas, filmes, vídeos, discos, fitas, documentos nato-digitais, fotografias, cartazes, desenhos e objetos apresentados, aplicando-se a metodologia da descrição multinível. Esta descrição leva em consideração a estrutura de organização de um acervo, permite a recuperação das informações dos documentos que o integram em diferentes níveis, do mais genérico ao mais específico, estabelecendo relações

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Disponível em: <a href="http://www.arquivonacional.gov.br/br/">http://www.arquivonacional.gov.br/br/</a>. Acesso em: 05 ago. 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Disponível em: <a href="http://sian.an.gov.br">http://sian.an.gov.br</a>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

<sup>35</sup> Disponível em: <a href="http://mapa.an.gov.br">http://mapa.an.gov.br</a>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

verticais e horizontais entre eles (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 67).

No SIAN há algumas modalidades de pesquisa em Fundos e Coleções, tais como: 1) pesquisa livre; 2) pesquisa avançada; 3) pesquisa multinível; 4) pesquisa digital; 5) instrumentos de pesquisa e 6) notação anterior. Além disso, existem duas modalidades de pesquisa no MAPA, tais como: 1) pesquisa livre e 2) pesquisa avançada.

O módulo do SIAN - MAPA é fruto de atividade contínua de pesquisa e monitoramento da administração pública federal. Oferece a sistematização de atos legais que criaram, extinguiram, transformaram, organizaram e reorganizaram a estrutura e o funcionamento de órgãos da administração colonial, da administração central e da administração pública federal, do século XVI ao XX.

#### 3.2.2 Breve explicação sobre a documentação

No AN, os arquivos institucionais examinados foram: Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Série Saúde - Gabinete do Ministro - IS 1; Série Saúde - Administração-IS 2; Série Saúde - Higiene e Saúde Pública - Instituto Oswaldo Cruz (IOC) - IS 4 e Série Justiça- Administração- IJ2.

O AN possui um volume documental expressivo, na Série Saúde principalmente sobre a DGSP, além de documentação proporcionalmente menor sobre o DNSP. As pesquisas concentraram-se nas instituições de saúde pública, protagonistas na elaboração de políticas públicas no país, como a DGSP e o DNSP.

A massa documental existente no AN, referente ao período que vai de 1900 a 1920, trata de relatórios de trabalhos efetuados pelas delegacias de Saúde e Inspetoria dos Serviços de Profilaxia, durante todas as semanas e meses do ano. Além de serviços executados pela Inspetoria de Isolamento e Desinfecção, de Profilaxia da Febre Amarela (Polícia de Focos), ofícios do diretor-geral de Saúde Pública à Diretoria de Contabilidade do MJNI sobre pagamentos de aluguéis dos prédios ocupados pelas delegacias urbanas e suburbanas, vencimentos dos funcionários da instituição, notas de suprimentos comprados e outros trabalhos efetuados por diversas repartições da DGSP.

Além disso, também foram tratadas diversas temáticas como: epidemias, remoção de doentes, nomeações, atestados de vacina, morte de pacientes, relação de enfermos, epidemia de impaludismo, reparos na matriz e aumento do cemitério, fiscalização de asilo, balancete, relação de bens patrimoniais, mapa do movimento hospitalar, instruções aos delegados de

higiene para a execução das medidas sanitárias, desinfecções domiciliárias, quarentenas e processos de desinfecção, saneamento das cidades e dos portos e polícia sanitária suburbana (óbitos, requerimentos e informações, visitas domiciliárias, medidas requisitadas, vacinação, revacinação, assistência pública, correição sanitária)<sup>36</sup>.

#### 3.3 APERJ

#### 3.3.1 Forma de acesso atual aos arquivos

A pesquisa no APERJ, além da consulta física aos instrumentos de pesquisa e aos arquivistas, inicia-se na sua base de dados, também conhecida como Base APERJ<sup>37</sup>.

O APERJ possui um acervo de cerca de quatro mil metros lineares de documentos de relevância para os estudos sobre a história do estado do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XVIII, constituindo um importante patrimônio histórico do país, que inclui o arquivo da Presidência da Província do Rio de Janeiro, tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC)<sup>38</sup> e a documentação das Polícias Políticas no Estado do Rio de Janeiro, nominada no Programa Memória do Mundo da Unesco.

A instituição reúne grande acervo de documentos textuais, além de mapas, plantas, fotografias, filmes, fitas de áudio, fitas de vídeo e microfilmes. Dispõe também de uma biblioteca especializada nas áreas de legislação, história e arquivologia.

Segundo pesquisas realizadas, a base de dados APERJ contém informações sobre os documentos que integram o acervo arquivístico da instituição. Constituída a partir do modelo NOBRADE, permite a pesquisa em fundos e coleções sob custódia do APERJ, articulando diferentes níveis de descrição.

O sistema utilizado na base APERJ é o AtoM (versão 2.2.1), um aplicativo de descrição arquivística para a web desenvolvido em conformidade com os padrões de normalização do Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

No primeiro nível, a base atua como guia de fundos e permite um mapeamento panorâmico do acervo, fornecendo informações gerais sobre os fundos e coleções tais como: título, nome(s) e história(s) de seu(s) produtor(es), datas-limites, dimensões, gêneros documentais, conteúdo dos documentos, sistemas de organização e condições de acesso. Quando exploramos a hierarquia dos níveis de descrição é possível examinar com maior

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Massa documental existente no AN no Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Série Saúde).

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> APERJ. Base APERJ. Disponível em: <www.aperj.rj.gov.br>. Acesso em: 5 ago. 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> INEPAC. Disponível em: <a href="http://www.inepac.rj.gov.br/">http://www.inepac.rj.gov.br/</a>. Acesso em: 5 ago. 2018.

detalhamento a documentação correspondente a cada um dos produtores. O sistema permite ainda a pesquisa livre ou, ainda, a pesquisa avançada. A base de dados APERJ está em constante alimentação e revisão.

No Fundo PE- Presidência do Estado do Rio de Janeiro (Coleção Sala Matoso Maia) está localizada a documentação referente à história fluminense no período republicano (1889-1961). Este fundo possui o seguinte arranjo arquivístico contendo nove séries: PE 1-Secretaria do Governo do Estado; PE 2- Correspondências recebidas pela Secretaria do Governo do Estado; PE 3- Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas; PE 4-Diretoria de Obras Públicas e Estatísticas; PE 5- Diretoria de Polícia e Assistência Pública; PE 6- Diretoria da Fazenda; PE 7- Diretoria de Negócios do Interior, Justiça e Instrução; PE 8- Diretoria de Finanças do Estado e AL- Assembleia Legislativa. Cada série, como o nome indica, aborda uma área da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República até a década de 50 do século XX.

#### 3.3.2 Breve explicação sobre a documentação

O APERJ contém uma documentação expressiva, principalmente no Fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro, tanto do ponto de vista cronológico quanto do ponto de vista temático. Os documentos possuem como data-limite 1889-1961, com relevância para pesquisa de 1890-1927, ou seja, o período da Primeira República, totalizando dezoito metros de dimensão textual.

Diversas instituições de saúde e assistência da Primeira República estão retratadas neste fundo, como por exemplo: Casas de Caridade, Hospital, Irmandades e Asilos, Diretoria de Polícia e Assistência Pública/ Inspetoria de Higiene e Saúde, Inspetoria Geral de Higiene, Inspetoria Geral de Assistência dos Portos, Inspetoria Geral de Assistência Médico Legal de Alienados, Hospício Nacional de Alienados, Instituto Vacínico Municipal, Delegacia de Higiene.

O conteúdo do fundo mencionado é composto por documentos provenientes de diversos órgãos estaduais tratando dos seguintes assuntos: agricultura; obras públicas; saneamento; iluminação e abastecimento de água; navegação e portos; finanças; engenhos centrais; polícia; saúde; entre outros. Contém mapas e plantas referentes a municípios, estradas de ferro, limites do estado, planos rodoviários, entre outros.

As tipologias documentais constantes das séries são ofícios, atestados, comunicados, relatórios, mapas, informes, processos, folhas de pagamento, requerimentos, projetos, entre outros.

#### 3.4 AGCRJ

#### 3.4.1 Forma de acesso atual aos arquivos

A pesquisa no AGCRJ, além da consulta física aos instrumentos de pesquisa e aos arquivistas, inicia-se na sua base de dados. Esta base é o Arquivo Virtual - Guia de Fundos<sup>39</sup> que contém o Índice de Documentação Textual do acervo arquivístico da instituição. Este índice é composto de quatro volumes, contendo o acervo atual sob a guarda definitiva do AGCRJ.

O Índice de Documentação Textual da Subgerência de Documentação Escrita foi disponibilizado on-line<sup>40</sup> para facilitar o acesso do pesquisador ao acervo. Os documentos descritos neste índice referem-se ao acervo hoje sob a guarda definitiva do AGCRJ, mas que tiveram suas origens em administrações públicas diversas, tendo como destaques os fundos: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Conselho de Intendência Municipal e Prefeitura do Distrito Federal. Seu recorte temporal abrange o período compreendido entre o século XVI e o século XX.

Segundo o sítio eletrônico da instituição<sup>41</sup>, a organização do acervo foi pensada de forma temática e, por conta disso, os documentos foram encadernados de acordo com os assuntos, dando origem aos códices, que é a forma como a maior parte da documentação está organizada. Foram realizadas, recentemente, algumas alterações neste índice, que foi cotejado com a documentação existente nos depósitos, no sentido de complementar ou corrigir os dados e ainda acrescentar novos documentos incorporados ao acervo.

Segundo as pesquisas realizadas no próprio sítio oficial da instituição, o AGCRJ vem aumentando o acesso online tanto aos instrumentos de pesquisa, como aos documentos custodiados por meio do seu Guia de Fundos. Este instrumento permite o mapeamento da documentação – em todos os suportes – existente em seus depósitos, organizando-a de acordo com sua procedência, pública e/ou privada.

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> AGCRJ. Arquivo Virtual- Guia de Fundos. Disponível em: <a href="http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/">http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/</a>. Acesso em: 5 ago. 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> AGCRJ. Índice de Documentação Textual. Disponível em: <a href="http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/acervos-indice.html">http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/acervos-indice.html</a>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup>AGCRJ. Subgerência de Documentação Escrita. Disponível em: <a href="http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/subgerencia-de-documentacao-escrita">http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/subgerencia-de-documentacao-escrita</a>. Acesso em: 5 ago. 2018.

#### 3.4.2 Breve explicação sobre a documentação

Após sucessivas pesquisas na entidade municipal custodiadora de acervo, e considerando o acionamento de diferentes instrumentos de pesquisa, os conjuntos documentais investigados foram: Série Saúde Pública do fundo Prefeitura do Distrito Federal; Série Saúde Pública do fundo Conselho de Intendência; Dossiê Higiene e Saúde Pública do fundo Câmara Municipal e Dossiê Saúde Pública da Série Posturas Municipais<sup>42</sup>.

O AGCRJ contém uma documentação considerável sobre saúde pública e higiene pública na Primeira República, principalmente nos fundos Câmara Municipal, Conselho de Intendência e Prefeitura do Distrito Federal.

Segundo o sistema de arranjo do Fundo Câmara Municipal os documentos do gênero textual se encontram organizados provisoriamente em dezesseis séries temáticas: Aforamentos, Tombamento Municipal, Escravidão, Família Real e Imperial, Funcionalismo da Municipalidade, Higiene Pública, Iluminação Pública, Instrução Pública, Infração de Posturas, Instrução Pública, Jardins Públicos, Legislativo Municipal, Legislativo Constitucional, Legislação Municipal, Licença para obras, Limpeza Pública.

Lamentavelmente, o sistema de arranjo dos fundos Conselho de Intendência e Prefeitura do Distrito Federal não estão descritos nas áreas do formulário NOBRADE usados pelo Guia de Fundos do AGCRJ.

Além disso, existem 71 conjuntos documentais relevantes para a temática da saúde pública na Primeira República nos quatro volumes de Índice de Documentação Textual. Segundo a Subgerência de Documentação Escrita do AGCRJ está sendo elaborada a tabela de equivalência das notações antigas de códices sobre "saúde pública" no Índice para os identificadores modernos baseados na NOBRADE, principalmente para a alimentação de dados no Arquivo Virtual - Guia de Fundos do AGCRJ. Porém, até a conclusão desta dissertação, a elaboração da tabela de equivalência ainda não está terminada.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Ao acessar a base do AGCRJ conhecida como Arquivo Virtual - Guia de Fundos após uma pesquisa avançada, baseada na descrição multinível, tendo a expressão "saúde pública" como palavra-chave (ponto de acesso) encontramos um total de 36 registros sobre a temática. Após realização de uma pesquisa por amostragem sobre a temática inserida no recorte temporal (primeira república) detectamos quatro conjuntos documentais relevantes-2 séries e 2 dossiês.

#### 3.5 COC

#### 3.5.1 Forma de acesso atual aos arquivos

A pesquisa na COC, além da consulta física aos instrumentos de pesquisa e aos arquivistas, inicia-se na base Arch. A base Arch é uma versão do sistema ICA-AtoM <sup>43</sup> (Versão 2.3.1), um software de descrição e acesso aos documentos arquivísticos digitais em conformidade com os padrões de normatização do *Conselho Internacional de Arquivos (CIA)* e customizado pela COC de acordo com normas nacionais e internacionais de descrição arquivística. Funcionando em ambiente web, é uma aplicação de código aberto destinada à descrição normalizada em arquivos permanentes, permitindo um acesso multilíngue numa organização com múltiplos repositórios integrados. Possui alguns recursos adicionais, relatórios administrativos, tema específico da base Arch e tradução para o português.

A base Arch é o repositório de informações sobre o acervo arquivístico permanente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), representativo da história das ciências biomédicas e da saúde no Brasil. A pesquisa na base apresenta diversos níveis de descrição nos fundos e coleções sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da COC. Estão reunidos documentos institucionais e pessoais, dos gêneros textual, iconográfico, cartográfico, sonoro, audiovisual, micrográfico e eletrônico, que abrangem o período de 1756 até os dias atuais.

#### 3.5.2 Breve explicação sobre a documentação

Na COC por meio do DAD, os arquivos pessoais examinados foram: Arquivo Oswaldo Cruz; Arquivo Belisário Penna, Arquivo Carlos Chagas, Arquivo Arthur Neiva e Arquivo Clementino Fraga. Já o arquivo institucional consultado foi o do Instituto Oswaldo Cruz. No acervo COC encontramos um volume documental expressivo, pois a pesquisa concentrou-se nos acervos dos sanitaristas descritos acima, atuantes politicamente no período republicano nas instituições públicas protagonistas em políticas públicas, como a DGSP e o DNSP.

O Arquivo Instituto Oswaldo Cruz contém uma documentação significativa, tanto do ponto de vista cronológico quanto do ponto de vista temático. Possui documentos oriundos da

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup>Disponível em: <a href="https://www.ica-atom.org/">https://www.ica-atom.org/</a>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

Disponível em: <a href="https://www.accesstomemory.org/pt-br/">https://www.accesstomemory.org/pt-br/</a>. Acesso em: 5 ago. 2018.

Direção do IOC, do Departamento de Ensino e Cursos, dos Serviços Técnico-Auxiliar e de Administração, do Hospital Evandro Chagas. Além da documentação proveniente dos departamentos especializados como os de Medicina Tropical, Zoologia Médica, Bioquímica e Biologia Molecular, Patologia, Entomologia, Helmintologia, Ultraestrutura e Biologia Celular e Microbiologia e Imunologia.

A Seção Direção reúne documentos que refletem as várias atividades desenvolvidas ao longo do período, tais como: remessas de vacinas, laudos de análises de preparados, visitas de pesquisadores estrangeiros ao IOC, realização de cursos. A Seção Serviço de Administração reúne documentos representativos da origem do Instituto Oswaldo Cruz, fornecendo informações sobre sua criação e as primeiras atividades, bem como o desenvolvimento ao longo de sua trajetória, com destaque das fotografías produzidas no início das atividades da instituição com forte concentração nonos trinta primeiros anos do século XX.

Existe uma grande riqueza documental no arquivo IOC, com representação de documentos textuais, iconográficos, cartográficos, sonoros e filmográficos.

O Arquivo Oswaldo Cruz contém uma documentação abundante, tanto do ponto de vista cronológico quanto do ponto de vista temático. Dos cargos que exerceu a atuação como diretor do IOC e como diretor da DGSP produziu vasto acúmulo documental. Essa documentação trata de atividades administrativo-burocráticas da DGSP, campanhas sanitárias organizadas pelo titular; além de projetos, leis e atribuições referentes aos serviços sanitários a cargo da União. Existe uma série de pequenas dimensões no final de sua existência sobre sua passagem na Prefeitura de Petrópolis.

A Série Correspondência também se reveste de interesse pelo protagonismo exercido pelo titular. Hoje representa e informa sobre suas relações de sociabilidade e também profissionais e científicas. Grande parte da documentação de Oswaldo Cruz reflete sua atuação como sanitarista, protagonista nas atividades político-administrativa da saúde pública na Primeira República, principalmente como diretor da DGSP no início do século XX. Todo o fundo, portanto, é fonte importante para a temática da saúde pública no período.

Destacamos também o Arquivo Carlos Chagas. Figura de renome na área científica e que exerceu postos de natureza política e executiva nos primórdios da organização de políticas de saúde pública no Brasil, sua atuação como diretor do IOC e como diretor do DNSP produziu relevante acúmulo documental. O fundo traz ainda documentos do período em que esteve nos cargos de médico dos hospitais da DGSP, pesquisador assistente do IOC, chefe de Serviço do IOC, diretor do IOC, diretor da DGSP, diretor-geral do DNSP, professor

catedrático de medicina tropical da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro e membro do Comitê de Higiene da Liga das Nações.

Grande parte da documentação de Carlos Chagas reflete sua atuação como sanitarista, protagonista nas atividades de gestão da saúde pública e da ciência na Primeira República, principalmente como diretor da DNSP, o que o torna fonte privilegiada para o estudo da temática da saúde pública no período de recorte de nosso trabalho.

O terceiro fundo de interesse pertence a Belisário Penna. Seu arquivo apresenta documentação relativa à sua atuação como diretor do Saneamento e Profilaxia Rural do DNSP e como diretor do DNSP. A documentação produzida trata de relatórios, cartas e projetos referentes as atividades do titular como diretor dos órgãos já mencionados anteriormente.

O maior volume documental do arquivo de Belisário Penna reflete sua atuação como sanitarista, grande propagador das ideias do saneamento dos sertões no Brasil e protagonista nas atividades político-administrativa da saúde pública na Primeira República, principalmente durante a Primeira República.

Destacamos também o Arquivo Clementino Fraga. Dos cargos que exerceu, a atuação como diretor do DNSP produziu um conjunto documental interessante para a pesquisa sobre saúde pública neste período. A Série DNSP contém documentos do período final da Primeira República até o governo Vargas na gestão Clementino Fraga no DNSP (1927-1930), cuja documentação produzida reúne documentos referentes às diversas medidas administrativas ao longo do mandato do titular à frente da principal instituição de saúde pública da época, incluindo a campanha contra a febre amarela na capital federal entre 1928-1929.

A Série Correspondência demonstra as comunicações de Clementino Fraga com sanitaristas nacionais e internacionais sobre os serviços de saúde pública e as campanhas sanitárias contra a epidemia de febre amarela empreendida pelo titular da pasta no DNSP.

Por último, temos o Arquivo Arthur Neiva. Seu arquivo na COC apresenta três séries: Docência e Pesquisa; Formação e Administração da Carreira; e Vida Pessoal. A documentação produzida reúne cartas, cartões-postais, telegramas, discursos, fotografias, diários de campo, artigos científicos e recortes de jornais, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular nas áreas de entomologia e parasitologia.

O arquivo de Arthur Neiva reflete sua atuação como sanitarista e protagonista nas atividades político-administrativa da saúde pública na Primeira República. Apresentando seus documentos pessoais, homenagens póstumas, relações familiares e de sociabilidade, além da participação de homenagens e congratulações, pesquisas e artigos científicos.

#### **3.6 ABL**

#### 3.6.1 Forma de acesso atual aos arquivos

A pesquisa na ABL, além da consulta física aos instrumentos de pesquisa e aos arquivistas, inicia-se na sua base de dados<sup>44</sup>. Esta base de dados permite que o pesquisador acesse o Guia Geral do Arquivo dos Acadêmicos (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2003) cuja primeira edição é de 2003. Para consultar o conteúdo do arquivo de um acadêmico, deve-se selecionar a opção "ARQUIVO", seguido do nome do acadêmico. A busca pelo campo palavra-chave será realizada em todos os registros da Base de Dados.

O Arquivo da ABL é composto por duas linhas de acervo: o Arquivo dos Acadêmicos, com a documentação de caráter pessoal dos membros efetivos, patronos e sócios correspondentes e o Arquivo Institucional, com a documentação administrativa e funcional, produzida, recebida e acumulada em decorrência das atividades-meio e atividades-fim da instituição.

#### 3.6.2 Breve explicação sobre a documentação

A ABL detém um volume documental relevante no que diz respeito aos acadêmicos que ali passaram. Nosso interesse então tem a ver com alguns personagens que também tiveram atuação de destaque na área de saúde na Primeira República. Os conjuntos documentais de caráter pessoal<sup>45</sup> examinados foram os de Oswaldo Cruz e Clementino Fraga. O instrumento de pesquisa utilizado foi o Guia Geral do Arquivo dos Acadêmicos (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2003)<sup>46</sup>. Este guia é o primeiro instrumento arquivístico produzido pelo projeto de revitalização do Arquivo da ABL, iniciado em 1997, ano do centenário da ABL. Não há descrição arquivística dos fundos baseada na NOBRADE.

O que se chama de arquivo Oswaldo Cruz na verdade é uma documentação diminuta, porém com grande variedade cronológica e temática. Os documentos possuem como data-limite 1911-1927, com predominância de 1909-1917, ou seja, do final da gestão de Oswaldo Cruz na DGSP até o seu falecimento. Considerando que seu arquivo pessoal integral está na

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> ABL. Base de dados. Disponível em: <a href="http://servbib.academia.org.br/arquivo/index.html">http://servbib.academia.org.br/arquivo/index.html</a>. Acesso em: 5 ago. 2018

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> Interessante notar que a instituição utiliza termos diferentes para esses conjuntos, ora os denominando arquivos, ora coleções.

<sup>46</sup>ABL. Guia Geral. Disponível em:

<sup>&</sup>lt;a href="http://www.academia.org.br/abl/media/guia\_geral\_arquivos\_academicos.pdf">http://www.academia.org.br/abl/media/guia\_geral\_arquivos\_academicos.pdf</a>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

Casa de Oswaldo Cruz, concluímos que essa documentação não é de fato seu arquivo. Mas pode ser fonte para interessados no personagem ou na temática da saúde pública.

A coleção sobre Clementino Fraga, em comparação à coleção sobre Oswaldo Cruz, é mais expressiva. Chamamos a atenção para o fato desse conjunto ser maior, inclusive, ao que existe na COC. Os documentos possuem como data-limite 1926-1971, com relevância para pesquisa de 1927-1930, ou seja, durante sua gestão na direção do DNSP, quando realizou o combate à epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, em 1928 e 1929.

#### **3.7 CPDOC**

#### 3.7.1 Forma de acesso atual aos arquivos

A pesquisa no CPDOC, além da consulta física aos instrumentos de pesquisa e aos arquivistas, inicia-se na sua base de dados<sup>47</sup>. Esta base de dados permite que o pesquisador acesse informações existentes no acervo documental do CPDOC.

Para consultar o conteúdo do arquivo o usuário poderá fazer suas buscas pelo tipo dos documentos (textual, audiovisual, livros...), por assunto, título, autor e data de produção. Existe uma descrição dos documentos solicitados pelo pesquisador, com a possibilidade de visualização de todas as fotos do acervo – mais de 80.000 unidades - e dos documentos textuais dos arquivos que já foram digitalizados.

O Arquivo do CPDOC é composto de manuscritos, impressos, fotos, discos, filmes e fitas, acervo estimado em um milhão e trezentos mil documentos. Na base já se encontram referenciados cerca de um milhão de documentos.

#### 3.7.2 Breve explicação sobre a documentação

O CPDOC detém um volume documental significativo no que diz respeito ao sanitarista Arthur Neiva, cientista do IOC no início do século XX.

Seu arquivo pessoal<sup>48</sup> apresenta documentação relativa à sua atuação no IOC na área de saúde pública e política governamental para este setor, entre as décadas de 1910 e 1940. A

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> CPDOC. Base de dados Accessus. Disponível em: <a href="https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base">https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base</a>. Acesso em: 18 ago. 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> CPDOC. O Programa de Arquivos Pessoais (PAP) tem por objetivo reunir, organizar e divulgar o acervo de arquivos privados doados ao CPDOC desde 1973 até os dias atuais. Pioneiro na definição de uma metodologia para o tratamento de arquivos pessoais, reúne quase duas centenas de arquivos de homens públicos de atuação destacada no cenário nacional, além de alguns poucos arquivos de partidos políticos, que constituem fontes para

grande massa documental do arquivo trata de informações sobre as atividades públicas e privadas de Artur Neiva.

O arquivo Arthur Neiva, na sua documentação textual está organizado em quatro séries: Documentos pessoais, Correspondência, Produção Intelectual e Recortes de Jornais. Sobre a documentação audiovisual, os documentos fornecem informações esparsas sobre a trajetória pública do titular. Referem-se a Artur Neiva no Instituto Oswaldo Cruz e no Instituto Bacteriológico da Argentina, bem como à construção do prédio do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal. Figuram ainda registros relativos ao período em que o titular esteve à frente do Serviço Sanitário de São Paulo, da Secretaria dos Negócios do Interior de São Paulo e da interventoria baiana, nas décadas de 1910-1940. No tocante aos documentos impressos, o material reflete o interesse e a atuação de Artur Neiva na área científica, incluindo quarenta trabalhos de sua autoria, legislação sanitária, publicações sobre o Instituto do Cacau da Bahia e homenagens prestadas ao titular.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os arquivos das instituições governamentais e dos diversos atores políticos envolvidos na implementação de políticas de saúde pública na nascente república, atualmente sob custódia em várias instituições de memória, constituem-se em fonte e patrimônio documental de enorme relevância e seu amplo acesso e divulgação é uma das ações necessárias à sua preservação.

A relevância de um guia de fontes documentais de saúde pública na Primeira República por meio de levantamento de arquivos institucionais e pessoais, além de coleções custodiadas na cidade do Rio de Janeiro se justifica visto que os arquivos hoje existentes representam documentalmente as atuações institucionais e pessoais em saúde pública na Primeira República. A sistematização de informações sobre documentos e arquivos relevantes para o estudo da temática em um instrumento como um guia de fontes documentais se constitui em oportunidade para os pesquisadores terem acesso à seleção documental que de outra forma estaria pulverizada pelas diversas instituições.

Nesta dissertação demonstramos a importância da normalização dos acervos por meio da NOBRADE, apresentamos breves notas sobre a descrição arquivística e os instrumentos de pesquisa. Examinamos também os tipos de guias, investigando modelos de guia de fontes ao longo da história, com a realização de um sumário mapeamento sobre as peculiaridades dos guias de fontes das áreas da saúde ou não.

Buscamos descrever as etapas de construção do guia de fontes por meio de observações gerais sobre os contatos com as instituições de guarda, analisando dois aspectos significativos: a forma de acesso atual aos arquivos e uma breve explicação sobre a documentação dos mesmos.

Identificamos as peculiaridades dos díspares instrumentos de pesquisa nas instituições arquivísticas pesquisadas averiguando os desníveis descritivos nos arquivos, os instrumentos de pesquisa existentes, a abrangência da descrição em cada caso, o grau de organização dos fundos relevantes à pesquisa, além do ajustamento realizado para a inclusão dos arquivos desnormalizados ao formulário modelo da NOBRADE e ao guia de fontes propriamente dito.

Portanto, com a compilação dos dados no formato descrito de normalização, foi possível construir o *Guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República: arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro*, ora apresentado.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). Oswaldo Cruz. In: Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010a. Disponível em: <a href="https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/3">https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/3</a>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). Departamento Nacional de Saúde Pública. In: Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010b. Disponível em: <a href="https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/2">https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/2</a>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ABREU, Maurício de Almeida. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de. Janeiro: IPP, 2008.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS - Arquivo dos Acadêmicos: Guia Geral / coordenação de Sérgio Conde de Albite Silva - Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005 (Série Publicações Técnicas, n. 51).

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Guia de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual. Rio de Janeiro: O Arquivo; Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1988. 2 v.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Guia do Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1997.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Dicionário de Terminologia Arquivística. São Paulo: AAB-SP/SEC, 1996.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (1. ed., 1991).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivo: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro, 23 a 26 de outubro de 2000. Organizador, André Nunes de Azevedo. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ, 2002.

BIBLIOTECA VIRTUAL OSWALDO CRUZ. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. Disponívelem:<<a href="http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica">http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica</a>. Acesso em 20 de ago. de 2018.

BONAL ZAZO, J. La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas. Gijón: Ediciones Trea, 2000.

BRASIL. Decreto n. 9.554, de 3 de fevereiro de 1886. Reorganiza o serviço sanitário do Império. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p. 57-103, 1886.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores dr. Urbano Santos da Costa Araújo, em julho de 1919. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. Disponível em: <a href="http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1911/contents.html">http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1911/contents.html</a>. Acesso em: 29 jan. 2015.

BRITTO, Nara. Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

CABRAL, Dilma. Inspetoria-Geral de Higiene (1886-1892). In: Dicionário Primeira República. Mapa (Memória da Administração Pública Brasileira). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: <a href="http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/535-inspetoria-geral-de-higiene-1886-1892">http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/535-inspetoria-geral-de-higiene-1886-1892</a>. Acesso em: 23 jul. 2018.

CAMARGO, Ana Maria. Arquivos pessoais são arquivos. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v.45, n.2, p.26-39, jul. /dez.2009.

CAMARGO, Angélica Ricci. Ministério da Justiça e Negócios Interiores: um percurso republicano (1891-1934) [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015b (Publicações Históricas; 112) (Cadernos Mapa; 11 - Memória da Administração Pública Brasileira).

CASA DE OSWALDO CRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz/Departamento de Arquivo e Documentação. 2.ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

CASTRO-SANTOS, Luiz Antônio de. Power, ideology and public health in Brazil (1889-1930). Tese (Doutorado) - Harvard University, 1987.

CASTRO-SANTOS, Luiz Antônio de. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados, n.28, p. 193-210, 1985.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <a href="http://www.arquivonacional.gov.br">http://www.arquivonacional.gov.br</a>. Acesso em: 08 abr. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001 (Publicações técnicas, n. 49). Disponível em: <a href="http://www.arquivonacional.gov.br">http://www.arquivonacional.gov.br</a>. Acesso em: 08 abr. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. (Publicações técnicas, 50). Disponível em: <a href="http://www.arquivonacional.gov.br">http://www.arquivonacional.gov.br</a>. Acesso em: 08 abr. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (tradução de Vitor Manoel Marques da

Fonseca). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: <a href="http://www.arquivonacional.gov.br">http://www.arquivonacional.gov.br</a>. Acesso em: 08 abr. 2018.

COOK, Michael. Desenvolvimento da Descrição Arquivística: algumas sugestões para o futuro. Acervo: revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: AN, 20 (1-2): 125-132, jan.-dez., 2007.

DICIONÁRIO de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo); Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DICTIONARY of Archival Terminology: English and French; with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish. Edited by Peter Walne. Compiled by Frank B. François-J. Himly and Peter Walne. 2. ed. rev. Munchen: K.G. Saur, 1988 (ICA Handbooks Series, 7).

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. Archivaria, n. 35, p. 47-54, 1993.

EASTWOOD & MACNEIL. Correntes atuais do pensamento arquivístico/ Terry Eastwood, Heather MacNeil, organizadores; tradução Anderson Bastos Martins; revisão técnica Heloísa Liberalli. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

ENCICLOPÉDIA Nosso Século - Brasil. Volume 2: 1900 / 1910 (II) - A Era dos Bacharéis - Rio de Janeiro: Editora Abril S.A. Cultural, 1985.

FONSECA, M.R.G.F. Guia de Fontes para a História do Ensino Médico no Rio de Janeiro (1808-1907). História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.126-130, 1995.

FONSECA, Vitor Manoel da. Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. v. 5, n. 1 (dez 2011). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009-Semestral. Disponível em: <a href="http://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-anteriores/revista-dm-05.pdf">http://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-anteriores/revista-dm-05.pdf</a>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FRAGA, Clementino. Vida e obra de Oswaldo Cruz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Eduardo Vilela Thielen, Fernando Antonio Pires Alves, Jaime Larry Benchimol, Marli Brito de Albuquerque, Ricardo Augusto dos Santos e Wanda Latmann Weltman. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Fundo Clementino Fraga: inventário analítico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Fundo Belisário Penna: inventário analítico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Arquivo Oswaldo Cruz: inventário analítico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Fundo Carlos Chagas: inventário. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Guia de fontes e catálogo de acervos e instituições para pesquisas em saúde mental e assistência psiquiátrica no Estado do Rio de Janeiro. / Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: LAPS, 2004.

GOULART, Adriana da Costa. Um cenário mefistofélico: gripe espanhola no Rio de Janeiro. Niterói, Dissertação (Mestrado em História), UFF, 2003.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Archivistica General: teoria y practica. 6. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1993 (1. ed., 1991).

HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HOCHMAN, Gilberto. 'Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)', In Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v.6, n.11, p.40-61, 1993.

HOCHMAN, Gilberto. A era do saneamento: as bases da política da saúde pública no Brasil. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

KHOURY, Yara Aun (coord.). Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: fundadas entre 1500 e 1900. 2v. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: PUC-SP/CEDIC: FAPESP, 2004.

KROPF, Simone Petraglia; Lacerda, Aline Lopes de. Carlos Chagas: um cientista do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

KROPF, S.P. & LIMA, N.T. A importância social: A doença de Chagas e o movimento sanitarista da década de 1910. Disponível em: <a href="http://chagas.fiocruz.br/a-importancia/#">http://chagas.fiocruz.br/a-importancia/#</a> Acesso: 23 jul. 2018.

LIMA, N.T. & BRITTO, N. Saúde e Nação: A proposta do saneamento rural: um estudo da Revista Saúde (1918-1919). Estudos de História e Saúde. Rio de Janeiro, ano 3, maio. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

LIMA, N.T. & HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

LOPEZ, André Porto Ancona. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa/ André Porto Ancona Lopez. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

NEIVA, Artur e PENA, Belisário. Viagem científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. Brasília, Senado Federal, 1999.

PADRÓN, Dunia Llanes. A descrição arquivística em tempos pós-modernos: conceitos, princípios e normas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

PENNA, Belisário. Saneamento do Brasil. 1. ed., 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1918, 1923.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-1937) / Niterói, Tese (Doutorado em História), UFF, 2008.

SEIDL, Carlos Pinto. A propósito da pandemia de gripe de 1918. Rio de Janeiro: Tipografía Besnard Féres, 1919.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos Modernos: princípios e técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006 (1. ed. original, 1956).

SILVA, MARGARETH. Arquivos Fluminenses: as dificuldades para o acesso à informação. Arquivo & História. Rio de Janeiro: Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, n.3, outubro de 1997.

TESSITORE, Viviane. Guias de Arquivo: conceitos e elaboração. Associação de Arquivistas de São Paulo: ARQ-SP, 2012.

TASCO, A. H. O SURTO DE FEBRE AMARELA NO RIO DE JANEIRO (1928-1929) (PONTOS CONTROVERSOS). In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. Site SBHC, 2012.

WALNE, P. Dictionary of archival terminology. English and French with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish. Munich: Saur, 1984.

#### FONTES PRIMÁRIAS

#### Arquivos Institucionais/Pessoais/Coleções

#### Arquivo Nacional (AN)

Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (BR RJANRIO 4T) Série Saúde- Gabinete do Ministro (IS 1) (BR RJANRIO BE) Série Saúde- Administração (IS 2) (BR RJANRIO BB) Série Saúde- Higiene e Saúde Pública- Instituto Oswaldo Cruz (IS 4) (BR RJANRIO BF) Série Justiça- Administração (IJ 2) (BR RJANRIO AF)

#### Arquivo Público do Estado do Rio De Janeiro (APERJ)

Fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro (BR RJAPERJ PE)

#### Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)

Fundo Câmara Municipal. (BR RJ AGCRJ. CM) Fundo Conselho de Intendência. (BR RJ AGCRJ. CI) Fundo Prefeitura do Distrito Federal. (BR RJ AGCRJ. PDF)

#### Casa de Oswaldo Cruz (COC)

Arquivo Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. (BR RJCOC OC) Arquivo Carlos Chagas. Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. (BR RJCOC CC) Arquivo Belisário Penna. Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. (BR RJCOC BP) Arquivo Clementino Fraga. Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. (BR RJCOC CL)

#### Academia Brasileira de Letras (ABL)

Arquivo Oswaldo Cruz (BR ABL AA OC) Arquivo Clementino Fraga (BR ABL AA CF)

#### FONTES ELETRÔNICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Arquivo Múcio Leão. Disponível em: <a href="http://www.academia.org.br/memoria-da-abl/arquivo">http://www.academia.org.br/memoria-da-abl/arquivo</a>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS. Consulta ao acervo arquivístico da ABL. Disponível em: <a href="http://servbib.academia.org.br/arquivo/index.html">http://servbib.academia.org.br/arquivo/index.html</a>>. (Base Sophia Acervo). Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Arquivo Virtual. Disponível em: <a href="http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/">http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/</a>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Guia de Fundos. Disponível em: <a href="http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/acervos.html">http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/acervos.html</a>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Índice de Documentação Textual. Disponível em: <a href="http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/acervos-indice.html">http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/acervos-indice.html</a>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Subgerência de Documentação Escrita. Disponível em: <a href="http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/subgerencia-de-documentacao-escrita">http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/subgerencia-de-documentacao-escrita</a>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. Disponível em: <a href="http://www.arquivonacional.gov.br/br/">http://www.arquivonacional.gov.br/br/</a>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional). Disponível em: <a href="http://sian.an.gov.br">http://sian.an.gov.br</a>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Disponível em: www.aperj.rj.gov.br. Acesso em: 05 ago. 2018.

BIBLIOTECA VIRTUAL OSWALDO CRUZ. Biografia. Vida Pessoal e Trajetória Científica. Na Diretoria Geral de Saúde Pública. Disponível em: <a href="http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica">http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica</a>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CASA DE OSWALDO CRUZ. Base ARCH. Disponível em: <a href="http://basearch.coc.fiocruz.br/">http://basearch.coc.fiocruz.br/</a>. Acesso em: 05 ago. 2018.

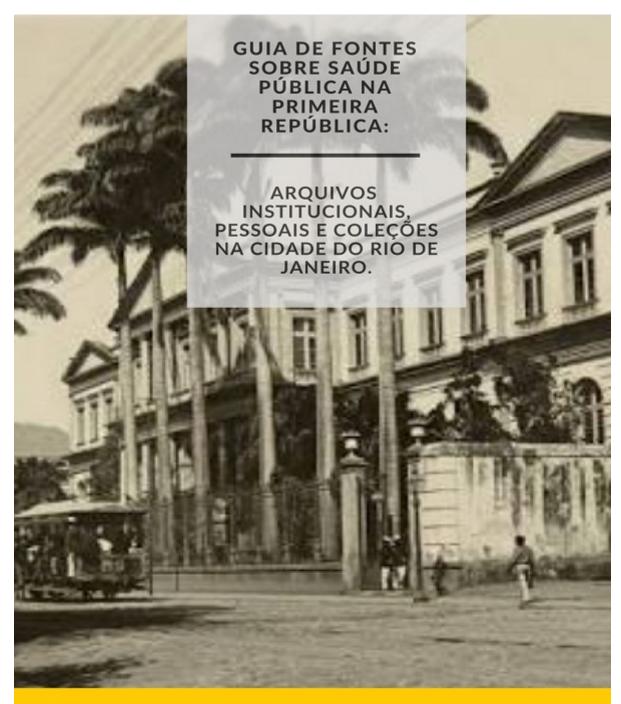
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC). Disponível em: <a href="http://www.inepac.rj.gov.br/.">http://www.inepac.rj.gov.br/.</a>. Acesso em: 05 ago. 2018.

MAPA (Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <a href="http://mapa.an.gov.br/">http://mapa.an.gov.br/</a>. Acesso em: 05 ago. 2018.

Sistema ICA-AtoM. Disponível em: <a href="https://www.accesstomemory.org/pt-br/">https://www.ica-atom.org/>. Acesso em: 05 ago. 2018.

#### **ANEXO: GUIA DE FONTES**

#### **CAPA**



## **ADROALDO LIRA FREIRE**



Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz - Brasil 1ed. 2018



# SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	1
2. PÚ	QUADRO DE ENTIDADES CUSTODIADORAS DE ACERVO SOBRE SAÚDE ÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (BASEADO NA NORMA ISDIAH)	3
	2.1 ARQUIVO NACIONAL (AN)	3
	2.2 CASA DE OSWALDO CRUZ (COC)	7
	2.3 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ)	. 10
	2.4 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ)	. 14
	2.5 ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL)	. 18
	2.6 CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)	
3. Al NÍ	GUIA DE FONTES SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: RQUIVOS INSTITUCIONAIS, PESSOAIS E COLEÇÕES (BASEADO NA NOBRADI VEL FUNDO, SÉRIE/GRUPO)	E - 25
	3.1 ARQUIVO NACIONAL	25
	3.1.1 FUNDO: Ministério da Justiça e Negócios Interiores	25
	3.1.1.1 Série Saúde - Gabinete do Ministro (IS1)	28
	3.1.1.2 Série Saúde - Administração (IS2)	. 30
	3.1.1.3 Série Saúde - Higiene e Saúde Pública - Instituto Oswaldo Cruz (IS4)	31
	3.1.1.4 Série Justiça- Administração (IJ 2)	. 33
	3.2 CASA DE OSWALDO CRUZ	35
	3.2.1 Arquivo pessoal Oswaldo Cruz	35
	3.2.1.1 Série Correspondência (COR)	. 40
	3.2.1.2 Série Documentos Complementares (DC)	. 41
	3.2.1.3 Série Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP)	. 42
	3.2.1.4 Série Documentos Pessoais (DP)	. 44
	3.2.1.5 Série Instituto Oswaldo Cruz (IOC)	. 45
	3.2.1.6 Série Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (MIOC)	. 46
	3.2.1.7 Série Prefeitura de Petrópolis (PET)	. 47
	3.2.1.8 Série Produção Intelectual (PI)	. 48
	3.2.1.9 Série Recortes de Jornais (RJ)	. 50
	3.2.2 Arquivo pessoal Carlos Chagas	. 51
	3.2.2.1 Grupo Administração Da Carreira (AC)	. 54
	3.2.2.2 Grupo Docência (DC)	55
	3.2.2.3 Grupo Formação Acadêmica (FC)	56

3.2.2.4 Grupo Gestão de Ciência e Saúde Pública (GE)	57
3.2.2.5 Grupo Pesquisa (PQ)	58
3.2.2.6 Grupo Relações Interinstitucionais e Intergrupos (RI)	60
3.2.2.7 Grupo Vida Pessoal (VP)	61
3.2.3 Arquivo pessoal Belisário Penna	62
3.2.3.1 Série 01 - Documentos Pessoais	64
3.2.3.2 Série 02 - Correspondência	65
3.2.3.3 Série 03 - Trajetória Profissional	66
3.2.3.4 Série 04 - Produção Intelectual	67
3.2.3.5 Série 05 - Recortes de Jornais	68
3.2.3.6 Série 06 - Fotografias	69
3.2.4 Arquivo pessoal Clementino Fraga	70
3.2.4.1 Série 01 – Correspondência	72
3.2.4.2 Série 02 - Departamento Nacional de Saúde Pública	73
3.2.4.3 Série 03 - Produção Intelectual	74
3.2.4.4 Série 04 - Recortes de Jornais	75
3.2.4.5 Série 05 - Documentação Complementar	76
3.2.5 Arquivo pessoal Arthur Neiva	77
3.2.5.1 Grupo Docência e Pesquisa (DP)	79
3.2.5.2 Grupo Formação e Administração da Carreira (FC)	80
3.2.5.3 Grupo Vida Pessoal (VP)	81
3.2.6 Arquivo Instituto Oswaldo Cruz	82
3.2.6.1 Dossiê Carlos Pinto Seidl	87
3.3 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	88
3.3.1 Fundo: Câmara Municipal	88
3.3.1.1 Série: Posturas Municipais	98
3.3.2 Fundo: Conselho de Intendência	102
3.3.3 Fundo: Prefeitura do Distrito Federal	
3.4 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	104
3.4.1 FUNDO: Presidência do Estado do Rio de Janeiro	104
3.5. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS	106
3.5.1 Arquivo pessoal Oswaldo Cruz	106
3.5.2 Arquivo pessoal Clementino Fraga	109

	3.6 CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA E BRASIL	
	3.6.1 Arquivo pessoal Arthur Neiva	. 112
4.	. ANEXO	.115
	4.1 Tabelas Descritoras Arquivísticas	. 115
	4.1.1 ANEXO 1: ARQUIVO NACIONAL	. 115
	4.1.1.1 Fundo: Ministério da Justiça e Negócios Interiores	. 115
	4.1.1.1 Série Saúde - Gabinete do Ministro e Generalidades (IS 1)	. 115
	4.1.1.1.2 Série Saúde - Higiene e Saúde Pública – DGSP e IOC (IS 4)	. 116
	4.1.1.1.3 Série Justiça- Administração (IJ 2)	. 118
	4.1.2 ANEXO 2: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS	. 131
	4.1.2.1 Fundo: Arquivo Oswaldo Cruz	. 131
	4.1.2.2 Fundo: Arquivo Clementino Fraga	. 132
	4.1.2.2.1 Série 1 - Correspondência recebida de diversos brasileiros	. 132
	4.1.2.2.2 Série 2 - Cartas recebidas de personalidades diversas em várias épocas	. 136
	4.1.2.2.3 Série 3 - Cartas de época diversas de brasileiros	. 136
	4.1.2.2.4 Série 4 - Cartas a acadêmicos e cartas de acadêmicos	. 136
	4.1.2.2.5 Série 5 - Cartas a personalidades diversas relacionadas por C. Fraga	. 139
	4.1.2.2.6 Série 6 - Cartas recebidas de personalidades estrangeiras	. 139
	4.1.2.2.7 Série 7 - Cartas recebidas (1915-1938)	. 140
	4.1.2.2.8 Série 8 - Academia de Letras da Bahia	. 141
	4.1.2.2.9 Série 9 - Fotos	. 142
	4.1.2.2.10 Série 10 - Academia Brasileira Pronunciamento	. 142
	4.1.3 ANEXO 3: ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	. 143
	4.1.3.1 Série: Saúde Pública	. 143
	4.1.4 ANEXO 4: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	. 146
	4.1.4.1 Fundo: Presidência do Estado (PE) do Rio de Janeiro	. 146
	4.1.5 ANEXO 5: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL	. 149
	4.1.5.1 Fundo: Arquivo Arthur Neiva	. 149
5	REFERÊNCIAS RIBI IOGRÁFICAS	150

#### 1. APRESENTAÇÃO

Apresentamos o *Guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República: arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro*. Seu objetivo é servir de instrumento de pesquisa que localize e descreva fontes documentais sobre saúde pública na primeira república brasileira (1889-1930) integrantes de arquivos institucionais e pessoais, além de coleções custodiadas em instituições de arquivo e documentação da cidade do Rio de Janeiro.

Um guia é, preferencialmente, o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo. Ele pode apresentar diferentes formatos e variados níveis de profundidade em termos de como disponibiliza as informações. De forma geral, um guia tem a função de servir como porta de entrada da instituição de guarda de acervo e permitir um mapeamento panorâmico do mesmo.

As coleções e os arquivos pessoais e institucionais, atualmente sob custódia em várias instituições de memória, constituem-se em fonte e patrimônio documental relevante ao acesso, divulgação e preservação. Consideramos oportuna a elaboração de um guia de fontes documentais sobre a saúde pública, em coleções e em fundos institucionais e pessoais sob custódia de instituições de acervo do Rio de Janeiro, para a preservação e divulgação deste patrimônio pertinente ao desenvolvimento dos estudos históricos sobre essa temática.

Este instrumento se propõe a aglutinar arquivos e coleções dispersos por várias instituições, oferecendo um repertório de fontes previamente levantadas e selecionadas num recorte temático, temporal e geográfico significativo, tendo em vista um público de interesse específico.

A efetiva coleta de dados documentais sobre a saúde pública no período republicano abarcou seis entidades custodiadoras que se encontram no Rio de Janeiro. Estas instituições são: Arquivo Nacional (AN), Casa de Oswaldo Cruz (COC), Academia Brasileira de Letras (ABL), Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Foi realizado um mapeamento de fundos pessoais e institucionais e/ou coleções de interesse nas entidades custodiadoras de acervos com o intuito da elaboração do guia de fontes. Seguido do levantamento do nível de descrição desses fundos e coleções nas instituições de origem e da transcrição das descrições constantes nos instrumentos de pesquisas originais. Para a construção do guia foi utilizado um modelo de formulário de descrição arquivística baseado na NOBRADE e outro na ISDIAH elaborado pela COC para preenchimento nos níveis de descrição: Fundos/Coleções e Entidades Custodiadoras de Acervo Arquivístico.

O estudo apresentado possui como recorte temporal todo o período da Primeira República, tendo como ênfase inicial a gestão de Oswaldo Cruz na DGSP e como recorte temporal final o ano de 1930, fim da gestão de Clementino Fraga no DNSP e da República Oligárquica.

Estão descritos neste guia de fontes arquivos institucionais, pessoais e coleções sobre saúde pública na Primeira República, dispersos em seis entidades custodiadoras já referidos anteriormente.

Os campos da descrição seguem a NOBRADE, nos níveis fundo, série/grupo, subsérie/subgrupo que estabelece linhas mestras para a descrição de documentos compatíveis com as normas internacionais em vigor.

O guia de fontes tem início com um sumário no qual estão indicados, além de um quadro de entidades custodiadoras de acervo sobre saúde pública na primeira república, baseado na ISDIAH, outro quadro discriminando os arquivos institucionais, pessoais e coleções baseado na NOBRADE.

O guia de fontes possui em anexo tabelas contendo informações sobe documentos e sua localização nos locais de origem. Por serem instrumentos descritivos que não passaram por normalização não puderam ser transpostos para o modelo dos formulários utilizados, mas que optamos por inserir como informação nos campos de notas e apresentá-los em anexo.

As subséries/grupos e os dossiês apenas serão nominalmente citados no anexo do guia devido a numerosa quantidade dos mesmos, tornando-se inviável a descrição arquivística de cada subsérie/grupo ou dossiê baseado na NOBRADE, principalmente na COC.

Este instrumento de pesquisa, o *Guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República:* arquivos institucionais, pessoais e coleções na cidade do Rio de Janeiro buscou como finalidade imprescindível a preservação e a valorização do patrimônio documental da saúde pública na forma da sistematização de suas informações.

# 2. QUADRO DE ENTIDADES CUSTODIADORAS DE ACERVO SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (BASEADO NA NORMA ISDIAH $^1$ )

#### 2.1 ARQUIVO NACIONAL (AN)

Campo	Informações
	1 Área de identificação
1.1 Identificador	BR RJ AN
1.2 Forma	ARQUIVO NACIONAL (Brasil)
autorizada do	
nome	
1.3 Outra (s)	Arquivo Nacional do Brasil
forma (s) do	
nome	
1.4 Tipo	Nacional
	2 Área de contato
2.1 Tipo	Carolina Chaves de Azevedo (CONTATO PRINCIPAL)
	Diretor-Geral
2.2 Endereço	Praça da República, 173 – Centro
	Rio de Janeiro - RJ
	Brasil CEP: 20211-350
2.3 Telefone	(55) (21) 2179-1275
2.4 E-mail	diretoriageral@arquivonacional.gov.br
2.5 URL	http://www.arquivonacional.gov.br
2.3 UKL	3 Área de descrição
3.1 História	Previsto na Constituição de 1824, o Arquivo Público do Império foi
3.1 Historia	estabelecido na Secretaria dos Negócios do Império pelo regulamento n. 2, de 2/1/1838. Tinha por competência a guarda dos diplomas legais dos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador, dos documentos eclesiásticos, dos relativos à família imperial e às relações exteriores. Em 3/3/1860, o decreto n. 2.541 reorganizou o órgão, que passou a guardar e classificar os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia do Brasil.  Em 21/11/1890, pelo decreto n. 10, o Arquivo Público do Império teve seu nome alterado para Arquivo Público Nacional, mantendo-se na Secretaria dos Negócios do Interior. Em 3/12/1892, o decreto n. 1.160 o transferiu
	para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 21/11/1958, o decreto n. 44.862 aprovou uma nova competência para o órgão: preservar os documentos de valor administrativo ou histórico, oriundos dos órgãos da União e entidades de direito privado por ela instituídas e os de valor histórico, provenientes de entidades públicas ou

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

particulares; possibilitar seu uso aos órgãos governamentais e particulares e promover a pesquisa histórica, realizá-la, e divulgar a história pátria, visando à educação cívica do brasileiro.

Em 15/10/1975, a portaria n. 600-B do Ministério da Justiça determinou que o órgão tinha por finalidade recolher e preservar o patrimônio documental do país com o objetivo de divulgar o conteúdo científico e cultural, e incentivar a pesquisa relacionada com os fundamentos e as perspectivas do desenvolvimento nacional.

A portaria n. 384, de 12/7/1991, do Ministério da Justiça, aprovou um novo regimento interno para o Arquivo Nacional, que se tornou o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos. Sua finalidade, desde então, é executar a gestão, o recolhimento, a guarda, a preservação e a restauração do acervo arquivístico da Administração Pública Federal, bem como dos documentos privados de interesse público sob sua guarda, garantindo o acesso público às informações neles contidas, com o objetivo de apoiar o governo nas suas decisões político-administrativas, o cidadão na defesa dos seus direitos, divulgando o conteúdo de natureza técnica, científica e cultural, incentivando a pesquisa e implementando a política arquivística do Governo Federal, visando à racionalização e à diminuição dos custos públicos.

Em junho de 2000, várias medidas provisórias com o objetivo de dar melhores condições ao combate à violência na sociedade brasileira foram editadas e reeditadas, implicando a reorganização ministerial. No conjunto dessas mudanças, o Nacional teve sua subordinação transferida do Ministério da Justiça para Arquivo a Casa Civil da Presidência da República, ato finalmente consolidado pela medida provisória n. 2.216-37, de 31/8/2001.

# 3.2 Contexto cultural e geográfico

A instituição foi criada no contexto da formação do Estado Nacional, sendo já prevista na primeira Constituição (1824), dois anos após a proclamação da Independência. Durante o período imperial, como o país era uma monarquia centralizada, reuniu também documentos de origem provincial. Com a República, dado seu caráter federativo, passou a atuar principalmente no âmbito do Executivo Federal.

#### 3.3 Mandatos/ Fontes de autoridade

BRASIL. Decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da administração pública federal, e dá outras providências.

BRASIL. Portaria n. 42, de 8 de novembro de 2002, da Casa Civil da Presidência da República, que dispõe sobre o regimento interno do Arquivo Nacional.

BRASIL. Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

BRASIL. Medida provisória n. 2.049-2, 29 de junho de 2000, que altera dispositivos da lei n. 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios, e dá outras providências [entre elas, a transferência do Arquivo Nacional para a estrutura da Casa Civil da Presidência da República].

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991 [Lei de Arquivos], que dispõe sobre a política nacional de arquivos e dá outras providências.

# 3.4 Estrutura administrativa

Tem como órgãos de assistência direta e imediata ao diretor-geral o Gabinete da Direção Geral e a Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Arquivos. Como órgãos específicos e singulares, a Coordenação Geral de Gestão de Documentos; a Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo, integrada pela Coordenação de Documentos Escritos, pela Coordenação de Documentos Audiovisuais e

	Cartográficos e pela Coordenação de Preservação do Acervo; a Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental, integrada pela Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo, pela Coordenação de Atendimento a Distância e pela Coordenação de Consultas ao Acervo; a Coordenação Geral de Administração e a Coordenação Regional no Distrito Federal.
3.5 Políticas de gestão e entrada de documentos	Presta orientação técnica aos órgãos e entidades da administração pública federal na implementação de programas de gestão de documentos, em qualquer suporte. Recebe documentos por recolhimento, transferência, doação e comodato.
3.6 Prédios	A sede no Rio de Janeiro situa-se no complexo de edifícios da antiga Casa da Moeda, sendo parte dos prédios, da segunda metade do séc. XIX, tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por suas características arquitetônicas e históricas. Dispõe de 56 mil metros de prateleiras, mapotecas e depósitos especiais para fotografias e filmes. Em Brasília, enquanto não se constrói prédio específico, usa parte das instalações da Imprensa Nacional, dispondo de 18 mil metros de prateleiras para guarda de acervo.
3.7 Acervos documentais	O Arquivo Nacional custodia acervo do séc. XVI ao séc. XXI, oriundo da capitania do Rio de Janeiro e do Vice-Reinado (Colônia), da administração central e de algumas províncias (Império) e do Poder Executivo Federal (República). Tem também acervo proveniente do Poder Legislativo (constituições e emendas constitucionais) e do Poder Judiciário (tribunais superiores, além de pretorias, varas cíveis e criminais e cartórios da cidade do Rio de Janeiro). A documentação privada foi produzida por pessoas, famílias e instituições. Possui biblioteca especializada em arquivologia, história e direito, com obras raras.
3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações	Guia: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). SIAN: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, s/n. Disponível em: <a href="http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm">http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm</a> . Acesso em: 9 maio 2008.  Edita uma revista semestral, Acervo, livros selecionados anualmente pelo concurso Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, e as seguintes séries: Publicações Históricas, Publicações Técnicas, Instrumentos de Trabalho e Publicações Avulsas.
	4 Årea de acesso
4.1 Horário de funcionamento	Segunda a sexta-feira, das 8h30min às 18h, exceto nos feriados nacionais (1º de janeiro, Carnaval, Sexta-feira Santa, 21 de abril, 1º de maio, Corpus Christi, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 e 15 de novembro e Natal) e nos estaduais ou municipais (20 de janeiro, 23 de abril e 20 de novembro).
4.2 Condições de	Para consulta aos documentos, é necessária a apresentação de documento
acesso e uso	de identificação com foto; para estrangeiros, solicita-se apresentação de passaporte. Franqueada a visita a exposições.
4.3Acessibilidade	A sede no Rio de Janeiro é servida pela rede de ônibus, pelo metrô (estação Central) e por trens (Supervia, estação Central do Brasil). A Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos. A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.
	5 Area de serviços
5.1 Serviços de pesquisa	Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).
5.2 Serviços de	Cópias digitais, em papel e em microfilme, mediante pagamento, conforme

reprodução	tabela de serviços. É cobrado direito de uso de cópias de imagens para uso comercial. Emite, com prazos variados, certidões (atestatórias ou declarativas e de inteiro teor).
5.3 Áreas públicas	Na sede existe caixa eletrônico do Banco do Brasil e máquina automática de café. Tem salas para exposições temporárias, auditório para a realização de eventos e jardim interno onde ocorrem exibições de filmes e apresentações musicais. Pode-se agendar visitas guiadas para conhecimento do prédio, do acervo e da Instituição.
	6 Área de controle
6.1 Regras ou convenções utilizadas	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (Publicações Técnicas, n. 54). CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br. Acesso em: 22 fev. 2009.
6.2 Estatuto	Final
6.3 Nível de detalhe	Completo
6.4 Línguas e escritas	Português
6.5 Fontes	ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2002. 51 p. CASTELLO BRANCO, Pandiá H. de Tautphoeus. Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938): o Arquivo no Império. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937. 356 p. (Publicações Históricas, n. 35)

<sup>\*</sup> A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

# 2.2 CASA DE OSWALDO CRUZ (COC)

Campo	Informações
	1 Área de identificação
1.1 Identificador	BR RJCOC
1.2 Forma	Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz
autorizada do	,
nome	
1.3 Outra (s)	Fiocruz/COC
forma (s) do	
nome	
1.4 Tipo	
	2 Área de contato
2.1 Responsável	ALINE LOPES DE LACERDA - Chefe do Departamento de Arquivo e
pelo contato	Documentação
	Email: alopeslacerda@gmail.com
2.2 Endereço	SALA DE CONSULTA - Departamento de Arquivo e Documentação
	Av. Brasil, 4036 - 6° andar - sala 614
	Manguinhos. CEP: 21040-361
2.3 Telefone	Tel: (021) 3882-9124
2.4 E-mail	E-mail: consulta@coc.fiocruz.br
2.5 URL	Endereço eletrônico: www.coc.fiocruz.br
	3 Área de descrição
3.1 História	A história da Fundação Oswaldo Cruz começa em 25/5/1900, com a
	criação do Instituto Soroterápico Federal, voltado para a fabricação de
	soros e vacinas contra a peste bubônica. O local escolhido para a
	construção do prédio central, chamado futuramente de Pavilhão Mourisco,
	foi a antiga Fazenda de Manguinhos, na zona norte da cidade do Rio de
	Janeiro. Em 1902, Oswaldo Cruz assumiu a direção-geral do Instituto,
	ampliando suas atividades, que passaram a incluir a pesquisa básica
	aplicada e a formação de recursos humanos, deixando de se restringir à
	fabricação de soro antipestoso. Em 1904, inicia-se a construção do
	conjunto arquitetônico-histórico, que inclui o Pavilhão Mourisco ou
	Castelo de Manguinhos, a Cavalariça, o Quinino, o Pavilhão do Relógio ou
	Pavilhão da Peste, o Hospital Evandro Chagas, o Pombal ou Biotério para
	Pequenos Animais, o Pavilhão Arthur Neiva e o Restaurante Central.
	A Ĉasa de Oswaldo Cruz foi criada em 1985, como um centro de pesquisa,
	documentação e informação. Desenvolve atividades de pesquisa em
	história, sociologia e filosofia da ciência e da saúde pública, de arquivo e
	documentação, preservação do patrimônio arquitetônico, ensino, promoção
	cultural, educação e divulgação científica.
3.2 Contexto	A criação do Instituto Soroterápico Federal e da Fundação Oswaldo Cruz
cultural e	ocorreu no contexto de aperfeiçoamento das condições sanitárias no país e,
geográfico	principalmente, na capital federal, o Rio de Janeiro.
3.3 Mandatos/	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Ato da Presidência n. 221/1985-PR,
Fontes de	entrado em vigor em 19/11/1985.
autoridade	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Regimento
	interno aprovado em assembleia geral em 5/7/2007.
3.4 Estrutura	
administrativa	

3.5 Políticas de gestão e entrada de documentos	O Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGDA) é um projeto desenvolvido sob a coordenação do Departamento de Arquivo e Documentação da COC, que tem por objetivo assegurar de forma eficiente a produção, administração, manutenção e destinação dos documentos gerados pela Fiocruz. A partir desse conjunto de ações, visa o estabelecimento de políticas e processos de gestão arquivística. As ações de implantação do projeto, desenvolvidas a partir de 1995, envolvem, em linhas gerais, as atividades de: diagnóstico da situação dos arquivos e dos processos de gestão da informação; levantamento e análise das massas documentais acumuladas; organização dos arquivos correntes; estruturação de arquivo intermediário nas unidades; estabelecimento de normas e procedimentos de gestão documental, com a elaboração de instrumentos técnicos.
3.6 Prédios	O conjunto arquitetônico-histórico foi tombado em 1981, pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje IPHAN) e, em 1998, pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC).  Construído entre 1904 e 1905, o Pavilhão da Peste ou do Relógio é o mais antigo prédio do conjunto arquitetônico e foi projetado por Luiz Moraes Júnior. Com um relógio de quatro faces localizado numa pequena torre, o prédio, que hoje abriga a sede da Casa de Oswaldo Cruz foi construído com tijolos importados da Marselha e possui janelas alemãs, com uma arquitetura típica do período elisabetano.
3.7 Acervos	A Fundação Oswaldo Cruz está intimamente associada à pesquisa
documentais	biomédica e de saúde pública no Brasil desde o início do século XX, e tem sido palco do surgimento e da consolidação de escolas de pesquisa, ensino e práticas sanitárias, assim como da formulação de políticas públicas que influenciaram os rumos tomados pelos cuidados com a saúde e o desenvolvimento científico e tecnológico no país. Toda esta história figura no amplo acervo da instituição, nos seus edifícios, em suas bibliotecas ou nas coleções científicas e conjuntos documentais acumulados em Manguinhos no decurso da sua trajetória, hoje sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz.  Em 2013, o acervo documental do Hospital Escola São Francisco de Assis - que estava sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz - foi transferido para a custódia do Centro de Documentação do Ensino Médico (CEDEM), da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Janeiro.
3.8 Instrumentos	Encontram-se à disposição dos pesquisadores, na Sala de Consulta do
de pesquisa,	Departamento de Arquivo e Documentação, todos os instrumentos de
guias e publicações	pesquisa (inventários, catálogos, repertórios etc.) produzidos pelas áreas de tratamento técnico do acervo, bem como algumas bases de dados e o Guia
publicações	do acervo da Casa de Oswaldo Cruz. Além de instrumentos de pesquisa, a
	Casa de Oswaldo Cruz possui um Núcleo Editorial responsável pela
	publicação da revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos.
	4 Área de acesso
4.1 Horário de	Funcionamento do Departamento de Arquivo e Documentação: 8h às 17h,
funcionamento	de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados regionais e nacionais.
	Atendimento a consultas, mediante agendamento: 9h30min às 16h30, de
	segunda a sexta-feira, exceto nos feriados regionais e nacionais.
4.2 Condições de acesso e uso	A maior parte dos documentos encontra-se aberta à consulta em condições de acesso irrestrito ou mediante autorização após avaliação dos objetivos e finalidades da pesquisa a ser efetuada. Em ambos os casos é necessária a assinatura do Termo de responsabilidade, instrumento que define condições e determina responsabilidades no uso das informações. Sob nenhuma hipótese é concedido o empréstimo de documentos que integram o acervo arquivístico da instituição. O empréstimo de material
	o accivo aiquivistico da instituição. O empresamo de material

	bibliográfico é concedido aos funcionários, bolsistas, estagiários e alunos,
4.3Acessibilidade	bem como a outras instituições por meio de empréstimo entre bibliotecas.  Para ida à instituição, pode-se recorrer a ônibus municipais e intermunicipais com itinerário pela avenida Brasil. Os prédios contam com rampa de acesso, elevadores e banheiros para portadores de necessidades especiais.
	5 Área de serviços
5.1 Serviços de pesquisa	O Departamento de Arquivo e Documentação também promove o atendimento aos usuários por correspondência, telefone, fax ou correio eletrônico.
5.2 Serviços de reprodução	De maneira geral, são permitidas reproduções de documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e sonoro mediante a assinatura, pelo consulente, de Termo de cessão de direito de uso. Podem ser obtidas, mediante pagamento de taxa de serviço, cópias eletrostáticas, cópias em papel a partir de microfilmes; cópias digitalizadas; cópias fotográficas e reprodução de fitas de áudio e vídeo. As cópias eletrostáticas de documentos e livros raros somente serão autorizadas caso não acarretem prejuízo à sua conservação.
5.3 Áreas públicas	
	6 Área de controle
6.1 Regras ou convenções utilizadas	INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008.  ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro, 2000. 22p.  CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br. Acesso em: 22 fev. 2009.
6.2 Estatuto	Final
6.3 Nível de detalhe	Integral
6.4 Línguas e escritas	
6.5 Fontes	CASA DE OSWALDO CRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz – 2. ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

<sup>\*</sup> A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

## 2.3 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ)<sup>3</sup>

Campo	Informações
	1 Área de identificação
1.1 Identificador	BR RJAGCRJ
1.2 Forma	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
autorizada do	
nome	
1.3 Outra (s)	
forma (s) do	
nome	
1.4 Tipo	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Casa Civil
	2 Área de contato
2.1 Tipo	
2.2 Endereço	Rua Amoroso Lima, nº 15 - Cidade Nova
2.3 Telefone	(21) 2273-3141 / 2503-3097
2.4 E-mail	arquivog@pcrj.rj.gov.br
2.5 URL	http://www.rio.rj.gov.br/arquivo
	3 Área de descrição
3.1 História da	A origem do AGCRJ remonta à época da refundação da cidade, por Mem
Instituição com	de Sá, no morro do Castelo em 1567, quando foi constituído o Arquivo da
acervo	Câmara Municipal. Esse Arquivo tinha como finalidade guardar a
arquivístico	documentação gerada e acumulada pela Câmara, que, obedecendo à
	legislação portuguesa, desempenhava tanto funções legislativas quanto
	executivas na administração da "muito leal e heróica cidade do Rio de
	Janeiro".
	No século XVIII, com o crescimento da cidade, a Câmara Municipal
	passou a deliberar sobre uma gama mais vasta de assuntos, passando a
	produzir um número maior de documentos versando sobre temas
	diversificados. Em 1790, um incêndio criminoso nessa Casa destruiu
	grande parte do acervo arquivístico. Entretanto, os vereadores
	determinaram que fossem feitas cópias dos documentos relativos à
	municipalidade, existentes em outros órgãos administrativos, conseguindo
	reconstituir uma parte da documentação perdida, especialmente os
	registros de terras, que foram o alvo principal do incêndio, já que
	continham informações sobre a propriedade de terrenos e de imóveis, em
2.2	várias regiões da cidade.
3.2 Contexto cultural e	O acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro remonta à época
	da refundação da cidade, em 1567, quando Mem de Sá transferiu a cidade
geográfico	do morro Cara de Cão - onde fora instalada por Estácio de Sá -, para o
	novo sítio situado no morro do Castelo. Além da fortaleza, para garantir a segurança da cidade, Mem de Sá mandou erguer o prédio da Cadeia e da
	Câmara Municipal, e separar uma grande arca para guardar os documentos
	que fossem produzidos dali em diante. Até a Proclamação da República, os
	documentos originários do exercício da administração da cidade foram
	recolhidos ao arquivo da Câmara. Após a instalação do novo regime, com

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Este formulário da ISDIAH do AGCRJ caracteriza-se como versão própria do pesquisador. Pois, a instituição arquivística ainda não possui a elaboração do mesmo.

a criação da Prefeitura, os documentos produzidos pelo novo ente municipal juntaram-se aos custodiados pela Câmara Municipal. Com o passar dos anos, arquivos particulares de interesse público foram anexados ao acervo, assim como novas mídias foram a ele incorporadas. Deste modo, um amplo conjunto documental, que versa sobre a cidade do Rio de Janeiro, com mais de 4 séculos de existência, encontra-se à disposição do pesquisador e do cidadão. 3.3 Mandatos/ **Fontes** autoridade Ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, sendo um arquivo de Estrutura administrativa caráter público, compete a gestão e a preservação da documentação de valor permanente produzida na esfera do Poder Executivo municipal. Portanto, suas principais funções são organizar, gerir, preservar e democratizar o acesso público aos acervos documentais, que têm valor probatório e histórico reconhecidos, produzidos no âmbito da Prefeitura da cidade. Estas funções são também desempenhadas pelo AGCRJ, em relação às diversas coleções particulares que estão sob a sua custódia. Outra função do Arquivo Geral é registrar, de diversas formas, as manifestações culturais, políticas e sociais, oficiais e não-oficiais, realizadas na cidade, de reconhecida relevância para a sua memória e para a sua história, contribuindo para divulgá-las e preservá-las. Neste sentido, para cumprir as suas competências, o AGCRJ tem suas atividades organizadas em três unidades orgânicas: a Gerência de Documentação Escrita e Especial, a Gerência de Apoio Técnico e a Gerência de Pesquisa. A primeira se subdivide em duas Subgerências: a de Documentação Escrita e a de Documentação Especial. A segunda contém a Subgerência de Restauração e a terceira a Subgerência de Biblioteca. O Arquivo Geral da Cidade reinsere-se no século XXI contando com 3.5 Políticas de novos mecanismos de ação que a promulgação da Lei nº 3.404/02 - que gestão e entrada versa sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados de documentos conferiu à instituição. Através dela, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro atribuiu ao Arquivo da Cidade novas funções que lhe permitem desenvolver uma gestão de caráter interdepartamental e transversal, voltada para a preservação do patrimônio documental e, por extensão, da informação e do conhecimento. As novas competências do Arquivo Geral da Cidade permitirão criar estratégias que resultem em ações capazes de introduzir novas relações entre o poder público e os cidadãos, com vistas a atender não só aos interesses dos munícipes, como também a inaugurar uma nova dinâmica na administração municipal. O AGCRJ possui como funções: ser o gestor da documentação produzida pelo poder público no decorrer do exercício de suas funções administrativas, custodiando os documentos necessários para subsidiar a Prefeitura na busca da eficiência e eficácia nas ações e da rentabilidade econômica; deter informações imprescindíveis para o cidadão e para o pesquisador respectivamente na busca de comprovação de direitos e na reconstrução do passado; e estar mais próximo do universo afetivo da comunidade a que pertence, já que mantém os registros do cotidiano da cidade e de sua população. O prédio que sedia o AGCRJ foi especialmente projetado e construído, no 3.6 Prédios final da década de 1970, para abrigar a documentação produzida e acumulada pelos diversos órgãos e repartições da administração municipal, desde o período colonial até o período republicano. Visitado pelo então Inspetor Geral dos Arquivos da França e ex-presidente

	do Conselho Internacional de Arquivos, o Sr. Michel Duchein, foi
	considerado um modelo de construção arquitetônica para a sua finalidade,
	em termos de estrutura física, e inovador como projeto de ocupação de
	espaços.
	O edifício dispõe de 5.602 metros quadrados de área construída, em quatro
	pavimentos, contando com instalações adequadas para a guarda
	permanente de documentos.
3.7 Acervos	O acervo, quando da sua organização, foi pensado de forma temática e, por
documentais	conta disso, os documentos foram encadernados de acordo com os
documentais	
	assuntos, dando origem aos códices, que é a forma como a maior parte da
	documentação está organizada. A digitação deste índice teve como base o
	trabalho realizado em 1971, por Tancredo Paiva, bibliotecário do Colégio
	Pedro II, e foi datilografado por F.G. Lima, conforme consta nos próprios
	índices originais datilografados. Foram realizadas, recentemente, algumas
	alterações neste índice, que foi cotejado com a documentação existente nos
	depósitos, no sentido de complementar ou corrigir os dados e ainda
	acrescentar novos documentos incorporados ao acervo.
3.8 Instrumentos	O índice de Documentação textual da Subgerência de Documentação
de pesquisa,	Escrita foi disponibilizado on-line para facilitar o acesso do pesquisador ao
guias e	acervo. Os documentos descritos neste índice referem-se ao acervo hoje
publicações	sob a guarda definitiva do AGCRJ, mas que tiveram suas origens em
,	administrações públicas diversas, tendo como destaques: a Câmara
	Municipal do Rio de Janeiro, o Conselho de Intendência Municipal, a
	Prefeitura do Distrito Federal e o estado da Guanabara. Seu recorte
	temporal abrange o período compreendido entre o século XVI e o século
	XX.
-	4 Área de acesso
4.1 Horário de	Segunda a sexta-feira, das 9h às 17:30h, exceto nos feriados nacionais (1º
funcionamento	de janeiro, Carnaval, Sexta-feira Santa, 21 de abril, 1º de maio, Corpus
	Christi, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 e 15 de novembro e Natal) e nos
4.2.0 1: ~ 1	estaduais ou municipais (20 de janeiro, 23 de abril e 20 de novembro).
4.2 Condições de	Para consulta aos documentos, é necessária a apresentação de documento
acesso e uso	de identificação com foto; para estrangeiros, solicita-se apresentação de
	passaporte. Franqueada a visita a exposições.
4.3Acessibilidade	A sede no Rio de Janeiro é servida pela rede de ônibus, pelo metrô (estação
	Cidade Nova) e por trens (Supervia, estação Central do Brasil). A
	Cidade Nova) e por trens (Supervia, estação Central do Brasil). A Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos.
	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos.
	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos. A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com
5.1 Serviços de	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos.  A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços
5.1 Serviços de pesquisa	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos.  A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas
5.1 Serviços de pesquisa	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos.  A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo,
•	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos.  A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por
•	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos.  A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).
•	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos.  A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).  Localizadas no 2°, 3° andares do prédio, destinam-se à pesquisa dos
•	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos.  A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).  Localizadas no 2º, 3º andares do prédio, destinam-se à pesquisa dos usuários nos acervos institucionais disponíveis para a consulta pública.
•	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos. A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).  Localizadas no 2º, 3º andares do prédio, destinam-se à pesquisa dos usuários nos acervos institucionais disponíveis para a consulta pública. Nessas salas, o usuário deve respeitar os procedimentos determinados para
•	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos. A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).  Localizadas no 2º, 3º andares do prédio, destinam-se à pesquisa dos usuários nos acervos institucionais disponíveis para a consulta pública. Nessas salas, o usuário deve respeitar os procedimentos determinados para cada tipo de documentação consultada e aceitar as normas de segurança.
•	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos. A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).  Localizadas no 2º, 3º andares do prédio, destinam-se à pesquisa dos usuários nos acervos institucionais disponíveis para a consulta pública. Nessas salas, o usuário deve respeitar os procedimentos determinados para cada tipo de documentação consultada e aceitar as normas de segurança. Não é permitido ao usuário levar para as mesas das Salas de Consulta seus
pesquisa	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos. A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).  Localizadas no 2º, 3º andares do prédio, destinam-se à pesquisa dos usuários nos acervos institucionais disponíveis para a consulta pública. Nessas salas, o usuário deve respeitar os procedimentos determinados para cada tipo de documentação consultada e aceitar as normas de segurança. Não é permitido ao usuário levar para as mesas das Salas de Consulta seus objetos pessoais, com exceção de lápis e papel branco.
pesquisa  5.2 Serviços de	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos. A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).  Localizadas no 2º, 3º andares do prédio, destinam-se à pesquisa dos usuários nos acervos institucionais disponíveis para a consulta pública. Nessas salas, o usuário deve respeitar os procedimentos determinados para cada tipo de documentação consultada e aceitar as normas de segurança. Não é permitido ao usuário levar para as mesas das Salas de Consulta seus
pesquisa  5.2 Serviços de reprodução	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos. A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).  Localizadas no 2º, 3º andares do prédio, destinam-se à pesquisa dos usuários nos acervos institucionais disponíveis para a consulta pública. Nessas salas, o usuário deve respeitar os procedimentos determinados para cada tipo de documentação consultada e aceitar as normas de segurança. Não é permitido ao usuário levar para as mesas das Salas de Consulta seus objetos pessoais, com exceção de lápis e papel branco.  Reprodução fotográfica e digital.
5.2 Serviços de reprodução 5.3 Áreas	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos. A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).  Localizadas no 2º, 3º andares do prédio, destinam-se à pesquisa dos usuários nos acervos institucionais disponíveis para a consulta pública. Nessas salas, o usuário deve respeitar os procedimentos determinados para cada tipo de documentação consultada e aceitar as normas de segurança. Não é permitido ao usuário levar para as mesas das Salas de Consulta seus objetos pessoais, com exceção de lápis e papel branco.  Reprodução fotográfica e digital.
pesquisa  5.2 Serviços de reprodução	Coordenação Regional em Brasília é servida pela rede de ônibus urbanos. A sede possui elevadores e banheiros apropriados para pessoas com necessidades especiais.  5 Área de serviços  Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo, máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por correspondência).  Localizadas no 2º, 3º andares do prédio, destinam-se à pesquisa dos usuários nos acervos institucionais disponíveis para a consulta pública. Nessas salas, o usuário deve respeitar os procedimentos determinados para cada tipo de documentação consultada e aceitar as normas de segurança. Não é permitido ao usuário levar para as mesas das Salas de Consulta seus objetos pessoais, com exceção de lápis e papel branco.  Reprodução fotográfica e digital.

	apresentando um documento de identidade e informando qual setor deseja
	visitar.
	Receberá um crachá que franqueará o seu ingresso às dependências do prédio, abertas ao público.
	Na Portaria e na Recepção, encontra-se disponível, gratuitamente, um guarda-volumes, que o usuário poderá usar durante sua permanência no AGCRJ, para depositar seus objetos de uso pessoal (pastas, bolsas, mochilas, etc).
	6 Área de controle
6.1 Regras ou convenções utilizadas	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (Publicações Técnicas, n. 54). CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br. Acesso em: 22 fev. 2009.
6.2 Estatuto	Final
6.3 Nível de	Completo
detalhe	
6.4 Línguas e	Português
escritas	
Fontes	

<sup>\*</sup> A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

# 2.4 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ)

Campo	Informações
	1 Área de identificação
1.1 Identificador	BR RJAPERJ
1.2 Forma	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
autorizada do	
nome	
1.3 Outra (s)	Arquivo Geral do Estado (1931-1936)
forma (s) do	Diretoria Geral do Arquivo Público e Biblioteca Universitária (1936-1938)
nome	Arquivo Público (1938-1975)
<del></del>	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (1975-)
1.4 Tipo	Entidade coletiva
	2 Årea de contato
2.1 Tipo	Entidade coletiva
2.2 Endereço	Praia de Botafogo, 480 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22.250-040
2.3 Telefone	Tel: (21) 2332-1449
2.4 E-mail	aperj@aperj.rj.gov.br
2.5 URL	
	3 Área de descrição
3.1 HISTÓRIA	Pelo Decreto nº 2.638, de 25 de agosto de 1931, foi criado o Arquivo Geral
DA	do Estado, subordinado à Diretoria do Interior e Justiça. Entre suas
INSTITUIÇÃO	atribuições estavam as tarefas de receber, classificar, guardar e conservar
COM ACERVO	os papéis e livros findos, pertencentes às Secretarias de Estado; organizar
ARQUIVÍSTICO	anualmente a coleção de Leis, Decretos e Deliberações para ser publicada
	em volumes; receber por recolhimento das diversas repartições do Estado
	todos os papéis, livros e documentos, à medida que deles não mais
	precisassem.
	Pelo Art. 2º do Decreto nº 3.004, de 16 de dezembro de 1933, o Arquivo
	Geral foi anexado à Biblioteca Pública com as mesmas competências. Pelo
	Decreto nº 148, de 20 de março de 1936, foi transformado em Diretoria
	Geral do Arquivo Público e Biblioteca Universitária, ficando responsável
	pelos manuscritos administrativos e documentos oficiais do Estado e de
	seus municípios.
	Pelo Decreto nº 653, de 28 de dezembro de 1938, ocorreu a separação do
	Arquivo Público da Biblioteca Universitária. O Arquivo permaneceu vinculado à Secretaria do Interior e Justiça, ficando subordinado ao
	Departamento do Interior e Justiça, enquanto a Biblioteca passa a integrar
	a Secretaria de Educação e Saúde Pública. Esse Decreto ratifica as
	atribuições instituídas pelo Decreto nº 3.004, de 1933 ao Arquivo Público.
	A Lei nº 3.790, de 28 de novembro de 1958, criou a Secretaria de
	Administração Geral, e, ao mesmo tempo transferiu, para este órgão
	recém-criado, o Arquivo Público. A sua principal competência passa a ser
	a conservação sistematizada dos documentos públicos estaduais e ele
	estava estruturado nas seções de Administração, de Referência e de
	Arquivo.
	Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e com a
	reformulação da estrutura administrativa, o Arquivo ganhou a sua atual
	designação. Pelo Decreto nº 241, de 16 de julho de 1975, o Arquivo
	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,

Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), retornou à esfera da Justiça, que passou a ser denominada, Secretaria de Estado de Justiça.

Como um Departamento da Secretaria de Estado de Justiça, o APERJ tinha como competências: administrar a guarda, conservação e utilização dos documentos de valor permanente do Estado, cabendo-lhe, ainda, a orientação normativa no que se refere aos arquivos estaduais, para realização do recolhimento racional de documentos; analisar a documentação permanente, sob o ponto de vista operacional, jurídico e histórico; efetuar recolhimento e avaliação de documentos, para fins de retenção ou descarte; receber ou propor a aquisição de arquivos particulares. Este Decreto torna o APERJ responsável pela normatização e pela prestação de orientação técnica aos serviços de arquivos dos órgãos estaduais.

O Decreto nº 427, de 24 de outubro de 1975, transferiu a Superintendência de Documentação da Secretaria de Administração para a Secretaria de Estado de Justiça, dando-lhe a denominação de Departamento Geral de Documentação (DGD), com as mesmas competências do Arquivo Público, ou seja, orientar, coordenar, controlar, supervisionar as atividades de documentação do Estado, além de estabelecer normas e fiscalizar sua aplicação. Essa situação conflitante permaneceu por 4 meses, quando a Resolução nº 21, de 21 de janeiro de 1976, determinou que ao Departamento Geral de Documentação caberia a normatização das atividades de documentação do Estado, a recuperação da informação dos atos oficiais, e ainda, divulgar a legislação estadual. Ao Arquivo Público caberia o recolhimento da documentação dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e do novo Estado do Rio de Janeiro.

O Decreto n º 2.030, de 11 de agosto de 1978, atribuiu ao DGD o papel de "órgão central do sistema de Documentação do Estado", passando a controlar e orientar as atividades de gestão dos documentos produzidos pelo Estado e ao APERJ a função de recolhimento dos documentos de valor permanente.

O Decreto nº 8.096, de 22 de maio de 1985, extinguiu o Departamento Geral de Documentação, passando as suas atribuições ao APERJ, que recebeu inclusive, o seu patrimônio, a biblioteca especializada em legislação e direito. Estava incluída, ainda, a responsabilidade de exercer o papel de órgão central do sistema de Documentação do Estado, aprovando as tabelas de temporalidade e mantendo sua participação nas comissões de avaliação de documentos.

Em 6 de março de 1997, o Decreto nº 22.989, ratificou o disposto no artigo 103 do Decreto nº 2.030, de 1978, que determinava o recolhimento ao APERJ da documentação de valor histórico, probatório e informativo produzida pela Administração Pública Estadual.

No ano de 1999, o APERJ teve suprimidas suas responsabilidades de expedir atos normativos, de orientação técnica, bem como a aprovação das tabelas de temporalidade, com a publicação do Decreto nº 25.166, de 1º de janeiro e do Decreto nº 24.828, de 14 de dezembro, os quais conferiram à Secretaria de Administração e Reestruturação do Estado (SARE) o poder de atuar na gestão de documentos da Administração Pública Estadual, como órgão central do Sistema de Comunicações Administrativas e Documentação (SICAD).

Posteriormente, com a publicação do Decreto nº 29.010, de 14 de agosto 2001, a SARE editou e aprovou a Tabela de Temporalidade dos Documentos da Atividade-Meio do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, a ser aplicada nos órgãos da Administração Direta e Indireta.

Pelo Decreto nº 31.896, de 20 de setembro de 2002 a participação do

Arquivo nas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD) não é mais obrigatória, ficando a critério das Secretarias de Estado e dos demais órgãos subordinados ao Governador do Estado, a opção em escolher um representante de instituição arquivística pública para integrá-la.

Por esse Decreto a aprovação das tabelas de temporalidade de documentos elaboradas pelos órgãos estaduais passa a ser uma competência exclusiva da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Durante o período compreendido entre 1975 e 2006, a Secretaria de Justiça passou por diversas denominações, tendo incorporado órgãos e funções de várias Secretarias: Secretaria de Estado de Justiça e Interior; Secretaria de Estado de Interior e Justiça; Secretaria de Estado de Justiça e Sistema Penitenciário; Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos e Secretaria de Estado de Justiça e de Defesa do Consumidor. O APERJ permaneceu, nesse período, no âmbito dessas Secretarias.

Ainda, durante esse período, foi criado o Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ), por meio do Decreto nº 29.387, de 15 de outubro de 2001. Por esse ato, o Arquivo Público torna-se o responsável pela assessoria técnica e administrativa do Conselho e volta a desempenhar funções de gestão, organização, preservação e acesso aos documentos oriundos do Poder Executivo Estadual.

Pelo Decreto nº 40.628, de 1º de março de 2007, passa a integrar a estrutura básica da Secretaria de Estado da Casa Civil, com os efeitos contados a partir de 1º de janeiro de 2007, mantendo suas competências e atribuições.

- 3.2 Contexto cultural e geográfico
- 3.3 Mandatos/ Fontes de autoridade
- Lei nº 5.562 de 20 de outubro de 2009 dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências
- Decreto nº 42.002 de 21 de agosto de 2009 dispõe sobre avaliação e destinação de documentos produzidos e recebidos pela administração pública estadual e dá outras providências.
- 3.4 Estrutura administrativa
- O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, tem por finalidade implementar a política estadual de arquivos, por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico preservação e divulgação do patrimônio documental estadual, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.
- 3.5 Políticas de gestão e entrada de documentos
- 3.6 Prédios
- 3.7 Acervos documentais

O acervo da instituição reúne documentos a partir da segunda metade do século XVIII. Seus principais fundos, provenientes da Província e do antigo e novo Estado do Rio de Janeiro e do antigo Estado da Guanabara, são: Polícias Políticas (1905-1983), Instituto Médico Legal [1907-1960], Departamento de Educação [1926-1950], Presidência da Província (1786-1900), Registros Paroquiais de Terras (1854-1858), Presidência do Estado (1889-1972), Programa Estadual de Orientação e Proteção ao Consumidor do Estado do Rio de Janeiro - PROCON/RJ (1993-2001), Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas (1975-1999). Há ainda acervos privados, doados por militantes de movimentos sociais, como:

-	Arquivo Ângela Borba (1964-1989), Coleção Jean Marc Van Der Weid (1963-1981), Coleção Jair Ferreira de Sá (1966-1984), Coleção Daniel Aarão Reis (1954-1985).
3.8 Instrumentos	
de pesquisa,	
guias e	
publicações	
	4 Área de acesso
4.1 Horário de	Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, exceto nos feriados nacionais (1º de
funcionamento	janeiro, Carnaval, Sexta-feira Santa, 21 de abril, 1º de maio, Corpus Christi, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 e 15 de novembro e Natal) e nos
	estaduais ou municipais (20 de janeiro, 23 de abril e 20 de novembro).
4.2 Condições de	Para consulta aos documentos, é necessária a apresentação de documento
acesso e uso	de identificação com foto; para estrangeiros, solicita-se apresentação de passaporte. Franqueada a visita a exposições.
4.3Acessibilidade	A sede no Rio de Janeiro é servida pela rede de ônibus, pelo metrô (estação
	Cidade Nova) e por trens (Supervia, estação Central do Brasil).
	5 Área de serviços
5.1 Serviços de	Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas
pesquisa	elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo,
	máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por
	correspondência).
5.2 Serviços de reprodução	Reprodução digital e transcrição de originais
5.3 Áreas públicas	Pode-se agendar visitas guiadas para conhecimento do prédio, do acervo e da Instituição.
	6 Área de controle
6.1 Regras ou	
convenções	
utilizadas	
6.2 Estatuto	Órgão público da administração direta do Executivo Estadual
6.3 Nível de	Integral
detalhe	
6.4 Línguas e	Português
escritas	
6.5 Fontes	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, ISAAR (CPF): norma
	internacional de registro de autoridade arquivística para entidades
	coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da
	Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.
	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). CODEARQ:
	código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em:
	www.conarq.arquivonacional.gov.br. Acesso em 21 jan. 2009.
6.6 Notas de	Carla Regina Petrópolis Vieira de Castro Freitas
manutenção	

<sup>\*</sup> A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

# 2.5 ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL)

Campo	Informações
	1 Área de identificação
1.1 Identificador	BR ABL
1.2 Forma	Academia Brasileira de Letras. Arquivo Múcio Leão
autorizada do	
nome	
1.3 Outra (s)	Academia Brasileira de Letras -ABL
forma (s) do	
nome	Instituição mivedo com finalidado cultural
1.4 Tipo	Instituição privada com finalidade cultural  2 Área de contato
2.1 Responsável	Chefe:
2.1 Responsaver	Maria Oliveira
	Endereço eletrônico: maria@academia.org.br
2.2 Endereço	Av. Presidente Wilson, 203 - Castelo
	20030-021 - Rio de Janeiro – RJ
	Brasil
	www.academia.org.br
2.3 Telefone	Tel.: XX (55) (21) 3974-2547; 3974-2564
2.4 E-mail	Endereço eletrônico: maria@academia.org.br
2.5 URL	
	3 Área de descrição
3.1 História da	A Academia Brasileira de Letras foi fundada a 20/7/1897 e teve Machado
Instituição com	de Assis como o seu primeiro presidente. Inicialmente, não possuía sede
acervo	própria e seus membros se reuniam em diversas salas e prédios públicos da
arquivístico	antiga Capital Federal. Com a doação pelo governo francês do Petit
	Trianon, o Pavilhão Francês da Exposição do Centenário da Independência
	do Brasil, enfim, conquistou o seu espaço definitivo, que lhe serviu de sede administrativa até que, com a construção do Palácio Austregésilo de
	Athayde, com seus 30 andares, a administração transferiu-se para o novo
	prédio e adquiriu independência econômica.
	A história da criação e formação do Arquivo da ABL aparece,
	basicamente, em algumas falas de acadêmicos nas sessões plenárias
	iniciais, ditas Preparatórias (1896), e registradas nas Atas da Casa. No
	entanto, a primeira referência direta à estruturação de um arquivo na ABL
	aparece na Ata do dia 09 de dezembro de 1926, quando o acadêmico
	Constâncio Alves propôs que fosse criado o cargo de arquivista,
	independente das funções do bibliotecário.
	Mais tarde, na sessão de 16 de dezembro de 1943, quando a ordem do dia
	era "discussão do Projeto de Reforma do Regimento Interno" da ABL, o
	Sr. Múcio Leão, referindo-se à necessidade de dar-se definitiva
	organização aos Arquivos da Academia, apresenta uma emenda para ser
	aditada ao Projeto que estabelece, entre outras, normas para a eleição do
	Diretor do Arquivo e a sua competência.
	O Projeto de Reforma do Regimento Interno foi aprovado, por
	unanimidade, na sessão do dia 23 de dezembro de 1943. Alguns anos mais tarde, na sessão de 23 de dezembro de 1948, o acadêmico Múcio Leão é
	reeleito para Diretor do Arquivo, cargo que ocupou até o seu falecimento,
	1 recience para Director do Anquivo, cargo que ocupou ate o seu falcemiento,

em 12 de agosto de 1969, portanto, por 26 anos consecutivos. No dia 30 de dezembro de 1969, quatro meses após a morte deste grande Acadêmico, realizou-se a Sessão Pública para a posse da Diretoria de 1970. Nesse dia, o Presidente, Acadêmico Austregésilo de Athayde, ao ler o Relatório da Diretoria e o Programa para o ano de 1970, indicou o nome de Múcio Leão a ser "dado a tão importante departamento da Academia Brasileira de Letras". Em consulta às atas da Academia, constatamos que o Arquivo já funcionou numa das salas do porão do Petit Trianon – Salão Medeiros e Albuquerque. O projeto para a revitalização e reorganização do Arquivo da ABL foi desenvolvido a partir de fevereiro de 1997, quando se iniciaram os primeiros levantamentos do acervo encontrado. A partir desse momento, o Arquivo ganhou instalações apropriadas e modernas; compraram-se equipamentos condizentes com a nova realidade; foi instalado o Núcleo de Conservação e Higienização de Documentos; e passou a ser administrado apenas por profissionais de formação em curso superior de Arquivologia. Consequentemente, estabeleceram-se rotinas e normas referentes ao recebimento, tratamento, e a disponibilização do acervo para consulta; criaram-se programas de esclarecimentos da importância e do cuidado para com o acervo, agora disseminando entre os demais funcionários da ABL; e foi dada a oportunidade para os funcionários e estagiários do Arquivo de participarem de programas de reciclagem e aprimoramento. 3.2 Por sua especificidade, o Arquivo da ABL é uma fonte inesgotável de Contexto cultural cultura e conhecimento, em que os originais manuscritos de obras primas da literatura nacional e internacional convivem, lado a lado, com o geográfico epistolário de três ou quatro gerações de homens de letras. Está localizado na cidade do Rio de Janeiro, RJ Brasil. 3.3 ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Estatutos. Rio de Janeiro, 28 Mandatos/ **Fontes** de jan. 1897. autoridade ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Regimento Interno. Rio de Janeiro, 2016. 3.4 Estrutura A administração do Arquivo da ABL está discriminada no Regimento Interno da Academia. Tem um Diretor Acadêmico que, necessariamente, é administrativa Membro Efetivo. O Arquivo é chefiado por um arquivista de formação em curso superior de Arquivologia e para coordenar o Arquivo Institucional e o Arquivo dos Acadêmicos tem, sob sua orientação, duas arquivistas igualmente formadas em curso superior de Arquivologia. O mesmo pode ser dito para o Núcleo de Conservação do Arquivo, coordenado por uma arquivista-conservadora. Completam os quadros de funcionários, uma arquivista-conservadora e uma arquivista auxiliar. Para dar suporte a todo trabalho desenvolvido pelo Arquivo são contratados dez estagiários, todos estudantes de Arquivologia. 3.5 Políticas de Cabe ao Arquivo Institucional realizar a gestão documental em todos os gestão e entrada documentos produzidos, recebidos e acumulados em decorrência das atividades-meio e atividades-fim da Instituição. Ao Arquivo dos de documentos Acadêmicos cabe dar definitiva guarda aos documentos referentes à vida e à obra dos acadêmicos e dos patronos das cadeiras, bem como dos Sócios Correspondentes. Em geral, este acervo chega à Academia por doação do próprio acadêmico ou de seus familiares. A ABL não compra acervos. Todo e qualquer documento que entra no Arquivo passa anteriormente pelo Núcleo de Conservação, que dá ao documento estabilidade ao suporte, além de mantê-lo higienizado. 3.6 Prédios O prédio em que está situado o Arquivo da Academia Brasileira de Letras é um edificio moderno, inteligente, e está situado no coração da cidade do

Rio de Janeiro. Possui 30 andares; tem um conjunto de 11 elevadores

_	sociais e um de serviço; garagem; jardins; um teatro para 280 lugares, todo equipado com instrumentos de última geração; possui igualmente uma sala de conferências; uma biblioteca toda informatizada; um <i>bistrô</i> ; e uma
	galeria de arte. O Palácio é administrado por uma empresa de grande porte – ENGEPRED – e possui uma brigada contra incêndios. Em 2013, o
	Arquivo passou por uma reforma de modernização de suas instalações físicas, com a implantação de eficientes sistemas de extinção e proteção
	contra incêndio pelo gás FM-200; controle ambiental, com a climatização de toda a área de guarda; monitoramento por TV; e controle de acesso.
3.7 Acervos	O Arquivo da Academia Brasileira de Letras tem por finalidade a
documentais	preservação, a organização e a criação de facilidades para o acesso à documentação produzida, recebida e acumulada pela a Academia e por seus membros, individualmente, entendidos como tais àqueles cujos arquivos pessoais foram doados em vida ou foram, igualmente, doados após a sua morte, por familiares e/ou sucessores. Para tratar essa
	documentação existente em seus arquivos, optou-se por um arranjo que
	separa o acervo em duas grandes linhas administrativas: o Arquivo dos Acadêmicos, constituído pela documentação privada e pessoal de cada acadêmicos, constituído pela documentação privada e pessoal de cada acadêmicos, constituído pela documentação privada e pessoal de cada
	acadêmico e/ou sócio correspondente, e pelo Arquivo Institucional, constituído pela documentação administrativa e funcional da Academia. Além do acervo arquivístico, a Academia possui também uma riquíssima
	coleção de obras de arte, pinturas e bustos de artistas plásticos de renome nacional e internacional como Cândido Portinari, H. Bernardelli e tantos
	outros. Possui também uma valiosa coleção de medalhas, colares e
	comendas de seus membros. No âmbito da iconografia e do audiovisual, destacamos filme produzido por Roquette-Pinto, uma série de Depoimentos Acadêmicos e fotografias de renomados fotógrafos atuantes
	no Rio de Janeiro, inclusive a existência de daguerreótipo e outros
	processos dos primórdios da fotografía.
3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e	O Arquivo desenvolve vários instrumentos de pesquisa, como listagens, índices e guias. Em 2004, o Arquivo produziu o <i>Guia Geral do Arquivo dos Acadêmicos</i> e o seu primeiro inventário, o <i>Inventário do Arquivo</i>
publicações	Machado de Assis.  ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Base de Dados do Arquivo.
	Rio de Janeiro: ABL. Disponível em:
	http://www.academia.org.br/memoria-da-abl/arquivo. Acesso em: 22 de junho de 2017.
	4 Área de acesso
4.1 Horário de funcionamento	Segunda a sexta, das 10h às 17h. Horário limite para ingresso: 16h e para solicitação de documentos: 16h 45min. Fechado para o público nos feriados regionais e nacionais
4.2 Condições de	Acesso livre e gratuito a todo cidadão brasileiro ou estrangeiro com
acesso e uso	apresentação de documento de identificação (identidade e passaporte)
	É obrigatório o preenchimento da ficha de cadastramento de usuário do Arquivo ABL e agendamento da consulta por telefone ou pelo correio
	eletrônico: arquivo@academia.org.br
	O acesso a documentos sigilosos, reservados e confidenciais só será
	liberado respeitando os prazos previstos, conforme legislação em vigor, mediante autorização do titular ou família no caso dos arquivos dos
	acadêmicos, e da direção da ABL, no caso de documentação institucional.
4.3Acessibilidade	O Arquivo está localizado em um prédio com instalações preparadas para
	pessoas com necessidades especiais: rampas, banheiros e estacionamento
	(a reserva deverá ser feita no agendamento da consulta) Ônibus: todas as linhas com destino a Castelo e Cinelândia.
	Metrô: estação Cinelândia

	Trem: estação Cinelândia
	Veículo Leve sobre Trilhos (VLT): estação Antônio Carlos
	Estacionamento: Cinelândia e Santa Luzia
	5 Area de serviços
5.1 Serviços de pesquisa	Na Sala de Consultas, o usuário requisita e examina os documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, digitais e microfilmes.  A equipe do Arquivo oferece orientação quanto aos acervos disponíveis,
	auxilia no manuseio dos instrumentos de pesquisa (inventários, índices, catálogos em papel e em meio eletrônico) e nos procedimentos para a requisição dos documentos. É também esta equipe que encaminha os pedidos de cópias à autoridade
	competente, intermediando todos os contatos necessários com as áreas de guarda, tratamento e conservação do acervo às quais os usuários não têm acesso.  Atendimento à distância: O pesquisador também realizar pesquisa através
5.2 G : 1	de correio eletrônico.
5.2 Serviços de reprodução	Os documentos, uma vez reformatados (fotografados, microfilmados, digitalizados, etc.), serão reproduzidos, exclusivamente, a partir de matriz de reprodução da respectiva tecnologia.
	Os documentos originais não microfilmados, não fotografados ou não digitalizados só serão liberados para reprodução, por qualquer meio se estiverem em bom estado de preservação e se o processo a ser utilizado para sua reprodução não trouxer danos.
	A reprodução dos documentos do Arquivo dos Acadêmicos para terceiros poderá ser feita pela ABL, respeitando-se o termo de doação da documentação e a legislação em vigor.
	Os serviços de reprodução serão efetuados pela ABL, às expensas do solicitante.
	A partir da solicitação de reprodução de documentos, o Arquivo reserva-se um prazo de até 10 dias úteis para o atendimento do pedido.  Toda e qualquer reprodução de documento do acervo arquivístico da ABL depende de autorização por escrito da presidência da ABL ou da Chefia do Arquivo.
5.3 Áreas	A instituição possui uma programação cultural com diversos eventos sobre
públicas	a vida e obra de seus membros entre outros temas relacionados a língua, literatura e cultura nacional. Como por exemplo, ciclos de conferências, mesas-redondas, exposições, concertos, recitais, lançamentos de livros, peças teatrais, leituras dramatizadas, entre outros. Conta, ainda, com o Espaço Machado de Assis destinado à pesquisa e à difusão do universo machadiano formado, pela Galeria de Exposições, Sala de Projeções e Núcleo de Referência e Informação.  6 Área de controle
6.1 Dagger on	
6.1 Regras ou convenções	INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. <i>ISDIAH</i> : International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris:
utilizadas	International Council on Archives, 2008.
	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ:
	código de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br. Acesso em: 23 de jun. 2017.
6.2 Estatuto	Versão revisada
6.3 Nível de	Descrição integral
detalhe	
6.4 Línguas e escritas	Português – Port.
6.5 Fontes	Sites: www.academia.org.br e www.machadodeassis.org.br
0.0 1 011005	Steed. II II II I I I I I I I I I I I I I I

6.6 Notas	de	Revisão elaborada por: Maria Oliveira, Chefe do Arquivo.
manutenção		Descrição Elaborada por: Paulino Cardoso, Chefe do Arquivo; Cíntia
		Mendes, Responsável pelo Arquivo Institucional e Maria Oliveira,
		Responsável pelo Arquivo dos Acadêmicos.

<sup>\*</sup> A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

# 2.6 CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)<sup>4</sup>

Campo	Informações
	1 Área de identificação
1.1 Identificador	BR RJCPDOC
1.2 Forma	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
autorizada do	1 , 1
nome	
1.3 Outra (s)	
forma (s) do	
nome	
1.4 Tipo	
•	2 Área de contato
2.1 Tipo	Fundação Getúlio Vargas
2.2 Endereço	Praia de Botafogo, nº 190 - Botafogo
2.3 Telefone	(21) 3799-5676 / 3799-5677
2.4 E-mail	cpdoc@fgv.br
2.5 URL	http://www.cpdoc.fgv.br
	3 Área de descrição
3.1 História da	O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do
Instituição com	Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio
acervo	Vargas. Criado em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais
arquivístico	relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua
•	área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação. Os
	conjuntos documentais doados ao CPDOC, que podem ser conhecidos no
	Guia dos Arquivos, constituem, atualmente, o mais importante acervo de
	arquivos pessoais de homens públicos do país, integrado por
	aproximadamente 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de
	documentos. A organização desses arquivos e sua abertura à consulta
	pública, hoje totalmente informatizada por meio do sistema Accessus, são
	tarefas primordiais do Centro. Os documentos desse acervo estão sendo
	progressivamente disponibilizados pela Internet.
3.2 Contexto	
cultural e	
geográfico	
3.3 Mandatos/	
Fontes de	
autoridade	
3.4 Estrutura	
administrativa	
3.5 Políticas de	
gestão e entrada	
de documentos	
3.6 Prédios	
3.7 Acervos	Composto de manuscritos, impressos, fotos, discos, filmes e fitas. Esse

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Este formulário da ISDIAH do CPDOC caracteriza-se como versão própria do pesquisador. Pois, a instituição arquivística ainda não possui a elaboração do mesmo.

documentais	acervo está estimado em um milhão e oitocentos mil documentos, dos quais mais de um milhão encontram-se referenciados na base <i>Accessus</i> .
3.8 Instrumentos	
de pesquisa,	
guias e	
publicações	
puoneações	4 Área de acesso
4.1 Horário de	Segunda a sexta-feira, das 9h às 16:30h, exceto nos feriados nacionais (1º
funcionamento	de janeiro, Carnaval, Sexta-feira Santa, 21 de abril, 1º de maio, Corpus
	Christi, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 e 15 de novembro e Natal) e nos
	estaduais ou municipais (20 de janeiro, 23 de abril e 20 de novembro).
4.2 Condições de	Consulta aberta ao público.
acesso e uso	Consulta aborta ao paoneo.
4.3Acessibilidade	A sede no Rio de Janeiro é servida pela rede de ônibus e pelo metrô
4.5Acessibilidade	
	(estação Botafogo). A sede em São Paulo é servida pela rede de ônibus e
	pelo metrô (estação Trianon-MASP).
<u> </u>	5 Årea de serviços
5.1 Serviços de	Sala de consulta, com computadores para acesso às bases locais, tomadas
pesquisa	elétricas para uso de computadores portáteis, sala para pesquisa em grupo,
	máquinas leitoras de microfilmes, serviço de consulta à distância (por
	correspondência). Com orientação de profissionais especializados é
	possível acessar aos documentos de arquivos ou a alguma forma de
	reprodução, como microfilmes e arquivos digitais de vídeo ou áudio. O
	acesso ao conteúdo dos documentos microfilmados se faz através da leitura
	e/ou reprodução dos microfilmes. A consulta às entrevistas de história oral
	pode ser feita por meio de arquivos de áudio ou vídeo e/ou da leitura de
	suas transcrições. Todos os trabalhos publicados pelos pesquisadores do
	Centro estão igualmente disponibilizados na Sala de Consulta.
5.2 Serviços de	Reprodução eletrostática digital e fotográfica.
reprodução	
5.3 Áreas	
públicas	
	6 Área de controle
6.1 Regras ou	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma
convenções	internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio
utilizadas	de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (Publicações Técnicas, n. 54).
	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CODEARQ: código
	de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. Disponível
	em: www.conarq.arquivonacional.gov.br. Acessado em: 22 de fevereiro de
	2009.
6.2 Estatuto	
6.3 Nível de	
detalhe	
6.4 Línguas e	Português
escritas	
6.5 Fontes	

<sup>\*</sup> A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, 2009). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

# 3. GUIA DE FONTES SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ARQUIVOS INSTITUCIONAIS, PESSOAIS E COLEÇÕES (BASEADO NA NOBRADE<sup>5</sup> - NÍVEL FUNDO, SÉRIE/GRUPO)

#### 3.1 ARQUIVO NACIONAL

#### 3.1.1 FUNDO: Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJANRIO 4T
1.2 Título	Ministério da Justiça e Negócios Interiores
1.3 Data (s)	1808 – 1959
1.4 Nível de descrição	Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Cartográfico (s) –planta (s) - 679 item (ns) Textual(is) - sem especificação - 1235,4 m
2 Ámas da ass	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1891 - 1967
	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil). Departamento de Administração. Serviço de Obras Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil). Divisão de Material Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil). Escritório de Obras
2.3 História arquivística	A documentação foi recolhida pelo Ministério do Império em 1842 e 1870 e, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a partir de 1901. A documentação do período entre 1933 e 1959, que se acha sob guarda intermediária, foi transferida em 1948, 1960, 1962, 1964, 1965, 1970 e 1978. Na Coordenação de Documentos Escritos acham-se reunidos, sob esta denominação, documentos do Ministério da Justiça e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, oriundos das antigas seções de Documentação Histórica e do Poder Executivo, identificados em 1989.
2.4 Procedência	Ministério da Justiça (Brasil) - 2002 - recolhimento - 8 Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1948 - recolhimento - 6 Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1960 - recolhimento - 42 Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1962 - recolhimento - 430 Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1964 - recolhimento - 24 Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1965 - recolhimento - 32

-

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> A denominação e numeração dos campos, bem como seus objetivos foram reproduzidos da Nobrade (CONARQ, 2006). As informações sugeridas para o levantamento baseiam-se nas instruções da mesma norma.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil). Departamento de Administração. Serviço de Obras - 1961 - recolhimento - 9

Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil). Divisão de Material - 1967 - recolhimento - 20 Ministério do Império (Brasil) - 1842 - recolhimento - 9

Ministério do Império (Brasil) - 1870 - recolhimento - 48

3 Área de conteúdo e estrutura

#### 3.1 Âmbito e conteúdo

Avisos e portarias relativos à Província Cisplatina, registro de títulos de nomeações, decretos, avisos, provisões eclesiásticas, ofícios da Polícia à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, pareceres, processos jurídicos, receita e despesa do Corpo Militar da Polícia da Corte, oficios diversos da Intendência Geral de Polícia, do Corpo Municipal Permanente da Corte e da Casa de Correção, atas das reuniões da Comissão Inspetora da Casa de Correção, requerimentos sobre presos e prisões e sobre a Guarda Nacional, relatórios da Polícia do Rio de Janeiro, mapas semanais e mensais de crimes e outras ocorrências em diversas províncias, correspondência de câmaras municipais com o ministério, pedidos de emancipação de escravos, registro de beneplácitos, breves e ordens expedidas à Capela Imperial, oficios, requerimentos, certidão de escrituras e outros papéis referentes ao Morgado de Marapicu. Termos de acordo sobre limites entre os diversos estados do Brasil. Desenho aprovado para o estandarte do Corpo de Bombeiros. Decreto autorizando o traslado dos despojos mortais de Dom Pedro II e D. Teresa Cristina para o Brasil. Registro dos bens móveis do Abrigo de Menores, do Instituto Oswaldo Cruz e do Tribunal do Júri. Registro de matrículas dos oficias de justiça do Acre. Registro de ofícios do (MJNI) sobre os processos de comutação de penas, pedidos de perdão, indulto, etc. Registros da Diretoria Geral de Estatística contendo entrada de processos de registros civis. Relação das comarcas, municípios e distritos de AL, BA, CE e RS. Estatística de registros civis de diversos estados. Processos sobre organização e administração da justiça, de instituições militares, penitenciárias e de assistência a menores, do Arquivo Nacional, da Imprensa Nacional, dos serviços de informação, do serviço eleitoral, dos territórios federais e das sociedades civis. Ocorrências com menores e com detentos. Entrada, permanência, expulsão e deportação de estrangeiros. Aquisição e perda de direitos políticos. Concessão de graças e de garantias individuais. Autorização e execução de sentenças entre jurisdições estrangeiras e entre nacionais. Extradição e repatriação. Anistia. Livramento condicional. Notificações de registro civil. Pareces e consultas à Procuradoria e Consultoria Gerais da República e ao Congresso Nacional. Recursos contra atos dos interventores. Ordem política e social. Retificação de assentamentos. Administração orçamentária e financeira, de bens de consumo e patrimonial e de pessoal. Documentos cartográficos (plantas e mapas) referentes à urbanização de cidades

	brasileiras, monumentos históricos, prédios públicos, lotes de terrenos, instituições penais, tribunais, escolas correcionais e do Arquivo Nacional, no período 1908-1957.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: A revisar.  Organizado parcialmente.  Organização: Alfabética, alfanumérica, assunto, cronológica, espécie/tipo e numérica. A documentação em poder da (CODES), entre os anos de 1808 e 1932, não foi revisada. Entre os anos de 1933 e 1959, a revisão está completa.  VEJA ANEXO 1 DO GUIA.
	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Com restrição - Necessidade de prévio aviso
4.2 Condições de Reprodução	Com restrição - Necessidade de prévio aviso
	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	Microfilme - 011.0.82
5.3 Unidades de Descrição	Ministério da Justiça -BR DFANBSB 4V
Relacionadas:	Série Interior - Administração (IJJ2) -BR RJANRIO A1 Série Justiça - Administração (IJ2) -BR RJANRIO AF Diversos GIFI - Caixas e Códices -BR RJANRIO OI.
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área o	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de contr	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	Créditos: Documentos cartográficos: José Luiz Macedo de Faria Santos, Lucia Maria Fabiano Gusmão, Mariane Costa Pinto.
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

## 3.1.1.1 Série Saúde - Gabinete do Ministro (IS1)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJANRIO BE
1.2 Título	Série Saúde - Gabinete do Ministro (IS1)
1.3 Data (s)	1852 – 1930
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Textual (is) -sem especificação - 9,5 m
2 Área de con	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	
2.2História administrativa/Biografia	Não disponível.
2.3 História arquivística	Na década de 1960, o Arquivo Nacional contou com a colaboração técnica do professor francês Henri Boullier de Branche, diretor dos arquivos de Sarthe (Le Mans), que dirigiu um grupo de trabalho encarregado de estabelecer um quadro de arranjo do acervo textual. Surgiram, assim, as séries funcionais, que classificam parte da documentação da administração central dos ministérios, e de órgãos a eles pertencentes, de acordo com a função ou atividade ministerial principal, subdividindo-a, ainda, em atividades secundárias, específicas de determinado serviço. Assim, Gabinete do Ministro, por exemplo, corresponde a uma subsérie da atividade principal, representada na SÉRIE SAÚDE.
2.4 Procedência	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1908 - recolhimento – 6
	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1916 - recolhimento – 5
	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1917 - recolhimento – 2
	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1924 - recolhimento - 62
	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1931 - recolhimento – 13
	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1943 - recolhimento – 3
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Protocolo de requerimentos. Registro de minutas. Requerimentos sobre licença para exposição e venda de medicamentos fabricados por particulares, autorizações para o exercício das profissões de parteira, farmacêutico e dentista, licença para abertura de botica, aumento nos vencimentos dos remadores da Bahia. Recurso contra a Inspetoria Geral de Higiene Pública que concedeu licença

	a práticos de farmácia. Ofícios sobre epidemias de varíola e cólera morbus. Relatórios dos trabalhos efetuados no Laboratório Bacteriológico, na Seção de Engenharia Sanitária, na Inspetoria dos Serviços de Profilaxia e em Delegacias de Saúde. Despachos sobre protesto dos médicos de São João del Rey contra a instalação de um depósito de convalescentes, denúncias de irregularidades na Inspetoria de Saúde do Porto de Santos, providências para que fossem providos de aparelhos sanitários e fossas
	os prédios do Ministério da Guerra. Ofícios de legações do Brasil em diversos países europeus sobre portos fechados por suspeita de epidemia de cólera, navios para quarentena, informações sobre epidemias de cólera, cura e prevenção da tuberculose e hidrofobia.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: Organizado totalmente.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem Restrição
4.2 Condições de Reprodução	Sem Restrição
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de contr	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	Fichário 03 (gav. 5). Fichário 89 (gav. 4).
	Responsável da descrição: Cyntia Mendes Aguiar

# 3.1.1.2 Série Saúde - Administração (IS2)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJANRIO BB
1.2 Título	Série Saúde - Administração (IS2)
1.3 Data (s)	1883 – 1902
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Textual (is) -sem especificação - 0,35 m
2 Área de con	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	
2.2 História	Não disponível.
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	Na década de 1960, o Arquivo Nacional contou com a colaboração técnica do professor francês Henri Boullier de Branche, diretor dos arquivos de Sarthe (Le Mans), que dirigiu um grupo de trabalho encarregado de estabelecer um quadro de arranjo do acervo textual. Surgiram, assim, as séries funcionais, que classificam parte da documentação da administração central dos ministérios e de órgãos a eles pertencentes, de acordo com a função ou atividade ministerial principal, subdividindo-a, ainda, em atividades secundárias, específicas de determinado serviço. Assim, Administração, por exemplo, corresponde a uma subsérie da atividade principal, representada na SÉRIE SAÚDE.
2.4 Procedência	Secretaria de Justiça e Negócios Interiores - 1916 -
	recolhimento - 4
3 Área de con	teúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Livros de registro de decretos e portarias. Livros de empregados do Ministério da Instrução Pública e Saúde. Livros de registro de despesas e de assentamento de empregados da saúde pública.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: Organizado totalmente.
4 Área de cono	dições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem Restrição
4.2 Condições de Reprodução	Sem Restrição
5 Área de for	ntes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	do notos
	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo 7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Fichário 03 (gav. 5). Fichário 89 (gav. 4).
7.1 110ta do arquivista	Responsável da descrição: Cyntia Mendes Aguiar
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	, ,

# 3.1.1.3 Série Saúde - Higiene e Saúde Pública - Instituto Oswaldo Cruz (IS4)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJANRIO BF
1.2 Título	Série Saúde - Higiene e Saúde Pública - Instituto Oswaldo Cruz (IOC) (IS4)
1.3 Data (s)	1809 - 1919
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Textual (is) -sem especificação - 8,16 m
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	
2.2 História	Não disponível.
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	Na década de 1960, o Arquivo Nacional contou com a colaboração técnica do professor francês Henri Boullier de Branche, diretor dos arquivos de Sarthe (Le Mans), que dirigiu um grupo de trabalho encarregado de estabelecer um quadro de arranjo do acervo textual. Surgiram, assim, as séries funcionais, que classificam parte da documentação da administração central dos ministérios, e de órgãos a eles pertencentes, de acordo com a função ou atividade ministerial principal, subdividindo-a, ainda, em atividades secundárias, específicas de determinado serviço. Assim, Higiene e saúde pública e Instituto Oswaldo Cruz (IOC), por exemplo, corresponde a uma subsérie da atividade principal, representada na SÉRIE SAÚDE.
2.4 Procedência	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil) - 1932 - recolhimento – 10
	Secretaria dos Negócios do Império - 1861 - recolhimento - 43  Secretaria dos Negócios do Império - 1870 - recolhimento - 45  Secretaria dos Negócios do Império - 1871 - recolhimento - 50
3 Área de cont	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Apontamentos sobre a necessidade de organização de um serviço de saúde dos portos e do interior do reino de Portugal. Ofícios sobre estado de contágio dos portos portugueses. Certidões de navios portugueses para entrada no Rio de Janeiro. Reflexões sobre a obrigação e necessidade de visita de saúde em todos os navios que entrarem nos portos do Brasil. Plano de inspeção de saúde. Necessidade de embarcação para enfermos de navios estrangeiros. Criação de lazaretos. Folhas dos vencimentos de empregados, orçamentos e despesas de diversos órgãos da saúde e higiene pública. Mapas de vacinação do Império. Relatórios dos trabalhos da Junta Central de Higiene Pública relativos à comissão médica para visitas a cortiços, "public-houses", casa de pobres e limpeza e desinfecção das valas de esgotos do Rio de Janeiro. Relatórios sobre condições de higiene dos matadouros. Mapas demonstrativos dos serviços relativos à peste

	bubônica. Vacinação dos índios de Guarapuava, em São
	Paulo. Relação dos vacinados na capitania de São Paulo.
	Relatório das ocorrências da Comissão Vacínico-sanitária:
	vacinação e consultas nas paróquias e desinfecções de
	moradias e estabelecimentos comerciais do Rio de Janeiro.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: A revisar.
4 Área de cond	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem Restrição
4.2 Condições de Reprodução	Sem Restrição
5 Área de fon	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de contr	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	Fichário 03 (gav. 5). Fichário 89 (gav. 4).
	Responsável da descrição: Cyntia Mendes Aguiar
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

# 3.1.1.4 Série Justiça- Administração (IJ 2)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJANRIO AF
1.2 Título	Série Justiça- Administração (IJ 2)
1.3 Data (s)	1840-1956
1.4 Nível de descrição	Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Dimensão: 241,71 m
	Suporte: Textual
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	
2.2 História	Não disponível.
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	Na década de 1960, o Arquivo Nacional contou com a
	colaboração técnica do professor francês Henri Boullier de
	Branche, diretor dos arquivos de Sarthe (Le Mans), que
	dirigiu um grupo de trabalho encarregado de estabelecer
	um quadro de arranjo do acervo textual. Surgiram, assim,
	as séries funcionais, que classificam parte da
	documentação da administração central dos ministérios, e
	de órgãos a eles pertencentes, de acordo com a função ou
	atividade ministerial principal, subdividindo-a, ainda, em
	atividades secundárias, específicas de determinado
	serviço. Assim, Administração, por exemplo, corresponde
	a uma subsérie da atividade principal, representada na
	SÉRIE JUSTIÇA.
2.4 Procedência	Ministério da Justiça (Brasil) - 1971- recolhimento- 7
3 Área de cont	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Registro de decretos referentes à Polícia Militar do
	Distrito Federal e Ministério da Fazenda sobre promoção
	de pessoal por merecimento, licenças, exoneração,
	designação e liberação de verbas. Ofícios da Casa de
	Correção, da Brigada Policial e Secretaria de Polícia do
	Distrito Federal, do Corpo de Bombeiros e outros para o
	Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Diretoria de
	Contabilidade) sobre pagamentos de aluguéis dos prédios

	ocupados pelas delegacias urbanas e suburbanas. Folhas	
	de pagamento de pessoal e despesas de material (anexadas	
	as notas fiscais). Minutas de ofícios da Diretoria Geral de	
	Estatísticas enviados a diversas autoridades solicitando	
	informações para trabalhos estatísticos. Ofícios das	
	tesourarias da fazenda das províncias para o Ministério	
	dos Negócios da Justiça sobre prestação de contas e	
	orçamento da despesa futura financeira, com mapas	
	demonstrativos. Resumo dos orçamentos das obras	
	relacionadas às penitenciárias, contendo plantas baixas,	
	folhas de pagamento de pessoal e outras despesas.	
3.3 Incorporações		
3.4 Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: Organizado totalmente.	
4 Área de condições de acesso e uso		
4.1 Condições de Acesso	Com restrição (estado de conservação).	
4.2 Condições de Reprodução		
5 Área de fon	5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos		
Originais		
5.2 Existência e Localização de		
Cópias (Na Instituição)		
5.3 Unidades de Descrição		
Relacionadas:		
5.4 Notas Sobre Publicação		
6 Área de notas		
6.1 Notas sobre conservação	Há plantas que estão incluídas na mensuração da	
	documentação textual.	
6.2 Estado do Acervo		
7 Área de contr	ole da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Cyntia Mendes Aguiar	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	10/03/2006.	

#### 3.2 CASA DE OSWALDO CRUZ

# 3.2.1 Arquivo pessoal Oswaldo Cruz

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC OC
1.2 Título	Oswaldo Cruz
1.3 Data (s)	1889-1972 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 2,52 m
	Documentos iconográficos: 1 item (fotografia)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz
	(1872-1917)
2.2 História	Nasceu em 5 de agosto de 1872, em São Luís do
administrativa/Biografia	Paraitinga (SP), filho de Bento Gonçalves Cruz e Amália
	Bulhões Cruz. Em 1887 ingressou na Faculdade de
	Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou em 1892,
	apresentando a tese de doutoramento "A
	vehiculação microbiana pelas águas". No ano seguinte
	instalou em sua residência um pequeno laboratório de
	microbiologia. Nesse período, assumiu tanto a clínica que
	pertencera a seu pai como o ambulatório em que ele
	cuidava dos funcionários da Fábrica de Tecidos
	Corcovado. Em 1894, a convite de Egydio Salles Guerra,
	trabalhou na Policlínica Geral do Rio de Janeiro como
	responsável pela montagem e chefia do laboratório de
	análises clínicas que apoiava o Serviço de Moléstias
	Internas. No mesmo ano, auxiliou o Instituto Sanitário
	Federal, chefiado por Francisco Fajardo, a diagnosticar o
	cólera como a epidemia reinante no vale do Paraíba. Em
	1897 foi para Paris, onde estudou microbiologia,
	soroterapia e imunologia no Instituto Pasteur e medicina
	legal no Instituto de Toxicologia. Retornou em 1899,
	reassumiu seu cargo na Policlínica e foi convidado para
	fazer parte da comissão chefiada por Eduardo Chapot-

Prévost a fim de verificar a mortandade de ratos responsável pelo surto de peste bubônica em Santos. De volta ao Rio de Janeiro, foi convidado a ocupar a direção técnica do Instituto Soroterápico Federal que estava sendo construído na Fazenda Manguinhos, comandado pelo barão de Pedro Affonso, proprietário do Instituto Vacínico Municipal, e cujo funcionamento se iniciou em 1900. Em 1902, após divergências internas que provocaram a exoneração do barão, passou a dirigir sozinho a instituição. No ano seguinte, assumiu o comando da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) com o desafio de empreender uma campanha sanitária para combater as principais doenças que grassavam na capital federal: febre amarela, peste bubônica e varíola. Os métodos utilizados em relação às epidemias abarcaram desde o isolamento dos doentes, a notificação compulsória dos casos positivos, a captura dos vetores - mosquitos e ratos -, até a desinfecção das moradias situadas em zonas de focos. Em 1904, após a aprovação da lei da vacinação antivariólica obrigatória, ocorreu uma revolta popular, seguida da tentativa de golpe por parte dos militares episódio denominado de Revolta da Vacina. Durou uma semana e foi sufocada com saldo de mortos, feridos e presos, o que levou à revogação da obrigatoriedade. Entre 1905 e 1906 realizou, pela DGSP, uma expedição a trinta portos marítimos e fluviais de Norte a Sul do país com o objetivo de estabelecer um código sanitário de acordo com os preceitos internacionais. Em 1907 recebeu a medalha de ouro em nome da seção brasileira presente no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim. Terminado o evento, foi a Paris, com o objetivo de estreitar laços científicos com o Instituto Pasteur, e em seguida a Nova York, onde conheceu o Instituto de Pesquisas Médicas. Nesse período, cumprindo missão delegada pelo governo brasileiro, reuniu-se com o presidente Theodore Roosevelt para lhe garantir que a esquadra norte-americana poderia desembarcar na capital federal sem temer a febre amarela. Encontrava-se ainda no exterior quando, em 1907, o presidente Afonso Pena transformou o Instituto Soroterápico em Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos. Em sua volta ao país, no início de 1908, foi recepcionado como herói nacional, e não mais criticado por sua conduta à frente das campanhas sanitárias. Em 1909 solicitou sua exoneração e optou pela direção do instituto que passou a levar seu nome. Em Manguinhos realizou o levantamento das condições sanitárias do interior do país por meio de expedições científicas promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), tais como, em 1910, os combates à malária durante a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, para onde viajou em companhia de Belisário Penna, e à febre amarela, a convite do governo do Pará. Em 1913 ingressou na Academia Brasileira de Letras, e um ano depois foi agraciado com o título de oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra da França. Após deixar o comando do IOC no início de 1916, em consequência do agravamento de sua doença renal, foi residir em Petrópolis (RJ), onde ocupou o cargo de prefeito por nomeação de Nilo Peçanha, presidente do estado do Rio de Janeiro. Morreu em 11 de fevereiro de 1917, em Petrópolis.

#### 2.3 História arquivística

O fundo foi constituído, em primeiro lugar, por documentos que permaneceram no Instituto Oswaldo Cruz após a morte do titular, organizados pelo arquivista Albino Antônio Taveira durante a década de 1940. No início da década de 1970, como parte das comemorações do centenário de seu nascimento, o museólogo Luiz Fernando Fernandes Ribeiro, sob a orientação da chefe da Biblioteca de Manguinhos, Lucília Meyer Friedmann, elaborou uma lista de tombamento dos documentos, que foram novamente abertos à consulta. Alguns ficaram expostos, a partir de 1972, na Sala de Oswaldo Cruz, situada no Pavilhão Mourisco. Posteriormente foram levados para o

	prédio da Cavalariça, onde se instalou em 1986 o Museu
	de Oswaldo Cruz, responsável pela preservação da
	memória institucional. Em 1990 os documentos passaram
	à custódia do Departamento de Arquivo e Documentação.
	Além disso, o fundo recebeu doações de documentos que
	se encontravam sob a guarda de Roberto Marinho de
	Azevedo Neto e de Stella Oswaldo Cruz Penido,
2.4 P. 10 :	descendentes do cientista.
2.4 Procedência	Transferência do Museu de Oswaldo Cruz e doação de
2 / 1	Roberto Marinho de Azevedo Neto.
	nteúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne cartas, cartões, bilhetes, ofícios, telegramas,
	certidões, nomeações, conferências, discursos, relatórios,
	decretos, prospectos, catálogos, cadernos de aulas,
	resumos, textos e artigos científicos, orçamentos, projetos,
	recibos, desenhos e recortes de jornais, entre outros
	documentos referentes à vida pessoal e à trajetória
	profissional do titular como pesquisador e diretor do
	Instituto Oswaldo Cruz, diretor da Diretoria Geral de
	Saúde Pública e prefeito de Petrópolis, bem como
	representante do Brasil em eventos no exterior.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Organização:
	Série Documentos Pessoais
	Série Correspondência
	Série Instituto Oswaldo Cruz
	Série Diretoria Geral de Saúde Pública
	Série Produção Intelectual
	Série Prefeitura de Petrópolis
	Série Memórias do Instituto Oswaldo Cruz
	Série Recortes de Jornais
	Série Documentos Complementares
4 Área de cor	ndições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição
5 Área de fo	ntes relacionadas

5.1 Existência e Localização dos	Fundo Instituto Oswaldo Cruz
Originais	Arquivo Oswaldo Cruz – Arquivo da Academia Brasileira
	de Letras
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de
Relacionadas:	Arquivo e Documentação, subseção Serviço de Arquivo
	Histórico, série Projetos de Pesquisa, A Revolta da
	Vacina, documentário
	Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de
	Arquivo e Documentação, subseção Serviço de Arquivo
	Histórico, série Projetos de Pesquisa, O Brasil no
	microscópio, documentário
	Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de
	Arquivo e Documentação, subseção Serviço de Arquivo
	Histórico, série Projetos de Pesquisa, Oswaldo Cruz na
	Amazônia, documentário
	Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Direção, série
	Projetos de Pesquisa, Oswaldo Cruz, o médico do Brasil,
	documentário
	Fundo Instituto Oswaldo Cruz
	Fundo Carlos Chagas
	Fundo Belisário Penna
	Fundo Clementino Fraga
	Fundo Luiz de Moraes
	Arquivo Adolpho Lutz – Seção de Memória e Arquivo do
	Museu Nacional
	Coleção Bibliográfica Oswaldo Cruz
	Coleção de Objetos de Oswaldo Cruz
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de contr	role da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Dezembro de 2010
	<u> </u>

## 3.2.1.1 Série Correspondência (COR)

Campo	Informações	
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-COR	
1.2 Título	Correspondência	
1.3 Data (s)	1889-1922 (Produção)	
1.4 Nível de descrição	Série	
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 1.777 itens (1.184 folhas)	
2 Área de cor	ntextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz	
	(1872-1917)	
2.2 História		
administrativa/Biografia		
2.3 História arquivística		
2.4 Procedência	Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz	
3 Área de cont	eúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Possui 1.184 itens documentais divididos em três subséries. A Subsérie Pessoal, com 342 documentos, subdivididos em 12 dossiês, enviados pelo titular a sua esposa, como também aos filhos e entre estes personagens. A Subsérie Científica que está subdividida em 17 dossiês por missivas, possui 259 itens documentais. A Subsérie Político-Administrativa com 583 documentos subdivididos em 5 dossiês representados por cada um dos cadernos em que o titular deixava cópias de telegramas e cartas emitidos tanto a partir do IOC, da DGSP e da Prefeitura de Petrópolis.	
3.3 Incorporações		
3.4 Sistema de arranjo	A série está dividida e organizada em três subséries.	
	lições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.	
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.	
5 Área de for	ites relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos		
Originais		
5.2 Existência e Localização de		
Cópias (Na Instituição)		
5.3 Unidades de Descrição		
Relacionadas:		
5.4 Notas Sobre Publicação		
6 Área	6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação		
6.2 Estado do Acervo		
7 Área de contr	role da descrição	
7.1 Nota do arquivista		
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Dezembro de 2010.	

# 3.2.1.2 Série Documentos Complementares (DC)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-DC
1.2 Título	Documentos Complementares
1.3 Data (s)	1917 - 1972 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 180 itens (813 folhas)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz
	(1872-1917)
2.2 História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Seus três dossiês somam 180 documentos. Possui como datas-limite os anos 1917 a 1972. O primeiro refere-se às condolências e manifestações de pesar proferidas imediatamente após o falecimento do titular. O segundo, às homenagens póstumas prestadas por médicos e cientistas, em especial aqueles que conviveram com Oswaldo Cruz em Manguinhos, e o último, ao concurso de monografias comemorativo do centenário do nascimento, promovido pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Euvaldo Lodi em 1972.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Årea de contr	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

## 3.2.1.3 Série Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP)

Campo	Informações	
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-DGSP	
1.2 Título	Diretoria Geral de Saúde Pública	
1.3 Data (s)	1903-1909 (Produção)	
1.4 Nível de descrição	Série	
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 502 folhas (84 itens)	
2 Área de con	ntextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)	
2.2 História administrativa/Biografia		
2.3 História arquivística		
2.4 Procedência		
3 Área de conteúdo e estrutura		
3.1 Âmbito e conteúdo	Os 84 itens documentais que compõem esta série relatam as campanhas de saúde pública contra as doenças epidêmicas (febre amarela, varíola e peste bubônica) que grassavam no Rio de Janeiro durante a primeira década do século XX. Tem como datas-limite os anos de 1903-1909, cobrindo todo o período em que Oswaldo Cruz esteve à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública. A série está dividida em 3 dossiês: o primeiro refere-se aos documentos administrativos da Diretoria, o segundo descreve a organização dos serviços sanitários da capital e o terceiro possui documentos relativos às principais campanhas sanitárias do período de combate às epidemias acima referidas. Documento referente à campanha de saneamento dos portos, onde o titular descreve os portos de Santos (SP), Paranaguá (PR), Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	
3.3 Incorporações		
4 Área de cono	dições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.	
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.	
5 Área de for	ntes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais 5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)		
5.3 Unidades de Descrição		
Relacionadas: 5.4 Notas Sobre Publicação		
2.7 1 10 tab 50010 1 tabileação		

6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

# 3.2.1.4 Série Documentos Pessoais (DP)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-DP
1.2 Título	Documentos Pessoais
1.3 Data (s)	1889-1915 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 72 itens
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz
., .,	(1872-1917)
2.2 História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de cont	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Possui documentos que espelham boa parte da vida
	privada e trajetória profissional titular. Contém desde
	recibos de aluguel a nomeações para cargos que ocupou,
	livros caixa onde o titular anotava seu orçamento
	doméstico aos quais chamava de "Livro da Verdade".
	Neles também escrevia pensamentos, frases filosóficas e
	registrava datas importantes de sua vida.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está dividida e organizada em três dossiês.
4 Área de conc	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fon	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de contr	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Dezembro de 2010.

# 3.2.1.5 Série Instituto Oswaldo Cruz (IOC)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-IOC
1.2 Título	Instituto Oswaldo Cruz
1.3 Data (s)	1899 - 1941 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 1.044 itens (2.558 folhas)
2 Área de con	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)
2.2 História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Os documentos espelham a criação do Instituto de Manguinhos, bem como seu desenvolvimento político, científico e administrativo. Os temas contemplados referem-se principalmente à construção da filial de Belo Horizonte; ao XIV Congresso de Higiene e Demografia de Berlim, em 1907; e à Exposição Internacional de Higiene e Demografia de Dresden, em 1911; à construção do conjunto arquitetônico de Manguinhos; à produção de soros e vacinas; à transformação do Instituto Soroterápico Federal em Instituto de Medicina Experimental de Manguinhos e posteriormente Instituto Oswaldo Cruz; às expedições científicas na Amazônia.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está dividida e organizada em 10 dossiês.
	dições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
	ntes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Årea de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
	role da descrição
7.1 Nota do arquivista	D 1 1 2212
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Dezembro de 2010.

## 3.2.1.6 Série Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (MIOC)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-MIOC
1.2 Título	Memórias do Instituto Oswaldo Cruz
1.3 Data (s)	1912 - 1918 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 27 itens (422 folhas)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz
	(1872-1917)
2.2 História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Os 27 itens desta série receberam tratamento individual.
	Trata-se de trabalhos científicos de Henrique de
	Beaurepaire Aragão, Arthur Neiva, Adolpho Lutz, Alcides
	Godoy, Arthur Moses, Costa Lima, entre outros, enviados
	para publicação nas 'Memórias do Instituto Oswaldo
	Cruz'. Suas datas-limite situam-se entre 1912 e 1918.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Årea o	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
	role da descrição
7.1 Nota do arquivista	T
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Fevereiro de 2011.

# 3.2.1.7 Série Prefeitura de Petrópolis (PET)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-PET
1.2 Título	Prefeitura de Petrópolis
1.3 Data (s)	1916 - 1917 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 05 itens (22 folhas)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917)
2.2 História administrativa/Biografía	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de cont	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Seus cinco documentos são representativos da passagem do titular pela prefeitura de Petrópolis. Entre estes encontra-se o documento de nomeação do titular para o cargo de prefeito da cidade. Tem como datas-limite os anos de 1916 e 1917.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de conc	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fon	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição) 5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Fevereiro de 2011.

## 3.2.1.8 Série Produção Intelectual (PI)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-PI
1.2 Título	Produção Intelectual
1.3 Data (s)	1886 - 1963 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 147 itens (5.659 folhas)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz
-	(1872-1917)
2.2 História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de cont	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Os documentos receberam tratamento individual. São representativos de toda obra científica do titular, bem como trabalhos enviados a ele por outros cientistas. Divide-se em duas subséries. A Subsérie Trabalhos Próprios, com datas limite que vão de 1890 a 1917 e cobre o período em que o titular ainda era estudante da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, até o fim de sua vida. Cadernos de anotações de aula, bem como manuscritos referentes aos estudos realizados na França, que não foram publicados. A Subsérie Trabalhos de Terceiros com datas limite entre os anos de 1886 e 1963. Os documentos mais antigos deste conjunto, de autoria de Bento Gonçalves Cruz, pai do titular, versa sobre o saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, e o Relatório Semestral do Instituto Bacteriológico de São Paulo, datado de 1894 e enviado por Adolpho Lutz ao titular, informando sobre os casos de febre amarela e de outras febres não identificadas em São Paulo, no momento que uma das maiores epidemias de febre amarela explodia também no Rio de Janeiro. Este é, provavelmente, o primeiro registro que se tem do intercâmbio de informações entre o titular e o grupo de bacteriologistas de São Paulo, chefiado por Emílio Ribas e do qual também vazia parte Vital Brazil. O intercâmbio intensificar-se-ia no segundo semestre deste mesmo ano quando, juntos, trabalharam no combate à epidemia de cólera do Vale do Paraíba.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
	dições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	

5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Dezembro de 2010.

# 3.2.1.9 Série Recortes de Jornais (RJ)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC OC-RJ
1.2 Título	Recortes de Jornais
1.3 Data (s)	1893-1917 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 10 itens.
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz
	(1872-1917)
2.2 História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	É formada por dez cadernos com recortes de jornais e
	revistas, com datas-limite que vão de 1893 a 1917. Estes
	cadernos possuem informações sobre a atuação política e
	científica de Oswaldo Cruz no comando da saúde pública
	na capital federal e no Instituto de Manguinhos.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
-	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Fevereiro de 2011.

## 3.2.2 Arquivo pessoal Carlos Chagas

Сатро	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC CC
1.2 Título	Carlos Chagas
1.3 Data (s)	1842-1959 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 3,22 m  Documentos iconográficos: 253 itens (247 fotografías, 2
	cartões-postais, 3 caricaturas e 1 ilustração)
2 Área de con	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2 História administrativa/Biografía	Nasceu em 9 de julho de 1878, numa fazenda próxima à cidade de Oliveira (MG), filho de José Justiniano Chagas e Mariana Candida Ribeiro de Castro Chagas. Formou-se em 1903 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sua tese de doutoramento para conclusão do curso médico, abordando os aspectos hematológicos da malária, foi desenvolvida no Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 e denominado, a partir de 1908, Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Em 1904 abriu consultório no centro do Rio de Janeiro e, como médico da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), trabalhou no hospital de Jurujuba, Niterói. Em 1905 foi encarregado, por Oswaldo Cruz, de combater uma epidemia de malária em Itatinga (SP) que prejudicava as obras da Companhia Docas de Santos. Dois anos depois, coordenou a profilaxia da malária em Xerém (RJ), onde a Inspetoria Geral de Obras Públicas realizava a captação de águas para a capital federal. Constatando que a transmissão da doença ocorria fundamentalmente no interior dos domicílios, defendeu que os mosquitos deveriam ser combatidos mediante aplicação de substâncias inseticidas, nesses ambientes. A teoria da infecção domiciliária da malária e o método profilático a ela associado seriam reconhecidos como importantes contribuições à malariologia. Em 1907 atuou no combate à epidemia de malária que afetava as obras da Estrada de Ferro Central do Brasil entre Corinto e Pirapora (MG). No povoado de São Gonçalo das Tabocas — que, a partir de 1908, com a inauguração da ferrovia, ganhou o nome de Lassance — improvisou um laboratório num vagão de trem. Por intermédio do chefe dos engenheiros, Cornélio Cantarino Motta, tomou conhecimento da existência de um inseto hematófago que proliferava nas frestas das paredes das casas de pau a pique, conhecido como barbeiro. Examinando-lhes o intestino, identificou uma nova espécie de tripanossoma, que denominou de Trypanosoma cruzi, em homenagem a Oswaldo Cruz. No ano de 1909, em Lassance, identificou o novo parasito no sangue de uma criança de dois anos,

chamada Berenice, que seria considerada o primeiro caso de tripanossomíase americana ou doença de Chagas. A descoberta e os estudos sobre a nova doença trouxeram grande prestígio ao cientista, que se tornaria membro de importantes associações médicas e científicas no Brasil e no exterior, e ao IOC, a cuja equipe ele se integrara como pesquisador em 1908. Em 1910 a Academia Nacional de Medicina abriu vaga extraordinária para recebê-lo como membro titular. Em 1912 foi agraciado com o prêmio Schaudinn de protozoologia, concedido pelo Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo. Por duas vezes foi indicado ao prêmio Nobel, em 1913 e 1921. Com a colaboração de outros cientistas do IOC, investigou os vários aspectos da nova doença, como as características biológicas do vetor e do parasito, o quadro clínico e a patogenia da infecção, a transmissão e o diagnóstico. Entre 1912 e 1913 chefiou uma expedição ao vale do rio Amazonas para estudar as condições sanitárias da região. Foi uma das lideranças do movimento sanitarista que, entre 1916 e 1920, reuniu médicos, cientistas e intelectuais em torno da ideia de que o atraso do país era fruto das endemias que assolavam seu interior, e que o combate a tais enfermidades deveria ser prioridade do Estado. Em 1917, por ocasião da morte de Oswaldo Cruz, assumiu a direção do IOC, cargo que ocuparia até o final de sua vida. Em 1918 coordenou o combate à epidemia de gripe espanhola na capital federal. Em 1919 foi nomeado para a DGSP, transformada, em 1920, no Departamento Nacional de Saúde Pública, que dirigiu até 1926. No cenário internacional, destacou-se como membro do Comitê de Higiene da Liga das Nações, a partir de 1922, e idealizador e primeiro diretor do Centro Internacional de Leprologia, instalado em 1934. Foi professor do Curso de Aplicação do IOC e, em 1925, tornou-se o primeiro titular da cadeira de medicina tropical da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Morreu em 8 de novembro de 1934, no Rio de Janeiro.

#### 2.4 Procedência

Doação de Carlos Chagas Filho e Anna Leopoldina de Mello Franco Chagas.

#### 3 Área de conteúdo e estrutura

#### 3.1 Âmbito e conteúdo

Reúne cartas, telegramas, ofícios, relatórios de atividades, atas, nomeações, currículos, textos e artigos científicos, discursos, conferências, diplomas, designações, declarações, apostilas, fotografias, caricaturas, periódicos, recortes de jornais e folhetos, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular como pesquisador assistente, chefe de serviço e diretor do Instituto Oswaldo Cruz, diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, professor catedrático da Universidade do Rio de Janeiro, diretor do Centro Internacional de Leprologia, membro do Comitê de Higiene da Liga das Nações e de diversas sociedades e associações científicas,

	bem como representante do Brasil em eventos no exterior.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Organização: Grupo Vida Pessoal Grupo Formação Acadêmica Grupo Administração da Carreira Grupo Docência Grupo Pesquisa
	Grupo Gestão de Ciência e Saúde Pública Grupo Relações Interinstitucionais e Intergrupos
4 Área de cond	dições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	SEM RESTRIÇÃO
4.2 Condições de Reprodução	SEM RESTRIÇÃO
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos Originais 5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de Arquivo e Documentação, subseção Serviço de Arquivo Histórico, série Projetos de Pesquisa, Chagas do Brasil, documentário Chagas na Amazônia, documentário Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas: da borracha à biodiversidade, rios Negro e Branco, documentário Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas: da borracha à biodiversidade, rios Acre e Purus, documentário Fundo Instituto Oswaldo Cruz Fundo Centro de Pesquisas René Rachou Fundo Oswaldo Cruz Fundo Evandro Chagas Fundo Carlos Chagas Filho Fundo Clementino Fraga Fundo Cantarino Motta Coleção Bibliográfica Carlos Chagas Coleção de Objetos de Carlos Chagas Fundo Adolpho Lutz. Museu Nacional. Seção de Memória e Arquivo
5.4 Notas Sobre Publicação	C Aiquivo
6 Área o	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
	1 1 1 ' ~
7 Área de contr	ole da descrição
7 Área de contr 7.1 Nota do arquivista	ole da descrição

# 3.2.2.1 Grupo Administração Da Carreira (AC)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC CC-AC
1.2 Título	Administração da Carreira
1.3 Data (s)	1904-1935 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 168 itens
	Documentos iconográficos: 31 itens (fotografias)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2 História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de cont	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos produzidos e acumulados pelo titular nas atividades relativas aos seus estudos, participações em concursos, comissões avaliadoras, assim como homenagens, congratulações, premiações e visitas.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Participação em Concurso Subgrupo Participação em Comissões Avaliadoras Subgrupo Participação em Homenagens, Congratulações, Premiações e Visitas Subgrupo Sistematização da Trajetória
4 Área de cono	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fon	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011.

## 3.2.2.2 Grupo Docência (DC)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC CC-DC
1.2 Título	Docência
1.3 Data (s)	1911-1934 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 83 itens
•	Documentos iconográficos: 6 itens (fotografias)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas
	(1878-1934)
2.2 História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de cont	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos referente às atividades do titular como
	docente, palestrante e coordenador de cursos.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Realização de Aulas, Cursos, Palestras e outras
	Atividades Didáticas
	Subgrupo Coordenação de Cursos
	Subgrupo Participação em Comissões Avaliadoras
	Subgrupo Elaboração de Políticas Educacionais
	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Årea de fon	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011

## 3.2.2.3 Grupo Formação Acadêmica (FC)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC CC-FC
1.2 Título	Formação Acadêmica
1.3 Data (s)	1897-1904 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 64 itens
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2 História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos do titular referentes à sua formação
	acadêmica.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Administração da Vida Acadêmica
	Subgrupo Produção e Avaliação Acadêmica
	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	1
6.1 Notas sobre conservação	de notas
6.1 Notas sobre conservação 6.2 Estado do Acervo	
	l ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	ore da descrição
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011.
1.3 Data (8) ua (8) uescrição (0es)	Janeiro de 2011.

## 3.2.2.4 Grupo Gestão de Ciência e Saúde Pública (GE)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC CC-GE
1.2 Título	Gestão de Ciência e Saúde Pública
1.3 Data (s)	1908-1934 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 437 itens
	Documentos iconográficos: 113 itens (fotografias)
	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos referentes às atividades do titular no
	âmbito da gestão de ciência e saúde pública.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Administração Institucional
	Subgrupo Formulação e Implantação de Políticas Públicas
	e Institucionais
	Subgrupo Cooperação Técnico-Científica
	Subgrupo Coordenação de Serviço de Atendimento
	Subgrupo Participação em Eventos, Recepções e Visitas
	dições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
	ates relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
, ,	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
6.2 Estado do Acervo	ole da descrição
6.2 Estado do Acervo	role da descrição

## 3.2.2.5 Grupo Pesquisa (PQ)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC CC-PQ
1.2 Título	Pesquisa
1.3 Data (s)	1905-1934 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 295 itens
	Documentos iconográficos: 21 itens (fotografias)
	Documentos cartográficos: 1 item (mapa)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de cont	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos do titular referentes a programação da
	pesquisa, formalização de procedimentos técnicos e
	métodos, realização de exames e experiências, registros
	visuais no trabalho de campo, divulgação de resultados,
	debate sobre doença de Chagas e intercâmbio com outros
	cientistas.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Divulgação de Atividades Realizadas em
	Malária
	Subgrupo Debate sobre a Doença de Chagas
	Subgrupo Divulgação de Resultados em Malária
	Subgrupo Divulgação de Resultados sobre Outras
	Doenças
	Subgrupo Divulgação de Resultados sobre a Doença de
	Chagas
	Subgrupo Formalização de Procedimentos Técnicos e
	Métodos em Outras Doenças
	Subgrupo Formalização de Procedimentos Técnicos e Métodos em Doenca de Chagas
	Métodos em Doença de Chagas Subgrupo Intercâmbio com Outros Cientistas em Malária
	Subgrupo Intercâmbio com Outros Cientistas em Maiaria Subgrupo Intercâmbio com Outros Cientistas sobre a
	Doença de Chagas
	Subgrupo Intercâmbio com Outros Cientistas sobre Outras
	Doenças
	Subgrupo Participação em Expedições sobre Outras
	Doenças
	Subgrupo Programação da Pesquisa em Outras Doenças
	Subgrupo Programação da Pesquisa em Doença de Chagas
	Subgrupo Realização de Exames e Experiências em
	Doença de Chagas
	Subgrupo Registros Visuais no Trabalho de Campo sobre
	Doença de Chagas
4 Área de conc	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

5 Área de fon	tes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos		
Originais		
5.2 Existência e Localização de		
Cópias (Na Instituição)		
5.3 Unidades de Descrição		
Relacionadas:		
5.4 Notas Sobre Publicação	Notação anterior: BR RJCOC	CC.05.01.001 a
	CC.05.03.025	
6 Área o	le notas	
6.1 Notas sobre conservação		
6.2 Estado do Acervo		
7 Área de controle da descrição		
7.1 Nota do arquivista		
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011	

# 3.2.2.6 Grupo Relações Interinstitucionais e Intergrupos (RI)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC CC-RI
1.2 Título	Relações Interinstitucionais e Intergrupos
1.3 Data (s)	1909-1934 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 99 itens
	Documentos iconográficos: 31 itens (fotografias)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de cont	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos referentes a participação do titular em
	sociedades e associações científicas e em missões oficiais.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Participações em Missões Oficiais
	Subgrupo Participação em Sociedades e Associações
	Científicas
4 Årea de cond	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fon	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área o	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011

### 3.2.2.7 Grupo Vida Pessoal (VP)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC CC-VP
1.2 Título	Vida Pessoal
1.3 Data (s)	1842-1942 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 940 itens Documentos iconográficos: 45 itens (fotografías)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934)
2.2História administrativa/Biografía	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
3 Área de cont	reúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	O grupo está organizado em quatro dossiês temáticos.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas: 5.4 Notas Sobre Publicação	
	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
,	role da descrição
7.1 Nota do arquivista	Status da descrição: Final
1	Nível de detalhamento: Integral
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Janeiro de 2011.

### 3.2.3 Arquivo pessoal Belisário Penna

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC BP
1.2 Título	Belisário Penna
1.3 Data (s)	1870-1985 (Produção)
1.4 Nível de descrição 1.5 Dimensão e suporte	Fundo Documentos textuais: 2,8 m Documentos iconográficos: 2.721 itens (1.686 fotografias, 6 caricaturas/charges, 4 imagens impressas e 1.025 fotogramas de negativos flexíveis) Documentos cartográficos: 5 itens (4 mapas e 1 planta)
2 Área de co	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es) 2.2 História administrativa/Biografia	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)  Nasceu em 29 de novembro de 1868, em Barbacena (MG), filho de Belisário Augusto de Oliveira Penna e Lina Leopoldina Laje Duque Penna. Iniciou seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, graduando-se em 1890 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi vereador pelo município de Juiz de Fora até 1903, quando se mudou para o Rio de Janeiro para prestar concurso para a Diretoria Geral de Saúde Pública. Foi nomeado inspetor sanitário na 4ª Delegacia de Saúde, atuando no combate à varíola. Em 1905 foi designado para trabalhar na Inspetoria de Profilaxia Rural da Febre Amarela, incorporando-se à campanha chefiada por Oswaldo Cruz para a erradicação da doença no Rio de Janeiro. A partir de então e até 1913, dedicou-se ao combate de endemias rurais, como a malária e a ancilostomíase. Em 1914 reassumiu o cargo de inspetor sanitário no Rio de Janeiro, instalando, dois anos depois, o primeiro Posto de Profilaxia Rural do país, no subúrbio carioca de Vigário Geral. Através do jornal Correio da Manhã iniciou uma campanha pelo saneamento físico e moral do país. Em 1918 publicou o livro Saneamento do Brasil, foi nomeado para dirigir o Serviço de Profilaxia Rural e presidiu a Liga Pró-Saneamento do Brasil. Entre 1920 e 1922 foi diretor de Saneamento e Profilaxia Rural do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), instalando em 15 estados os serviços de profilaxia rural. Em 1924, em virtude de seu apoio ao movimento contra o governo do presidente Arthur Bernardes, foi preso e suspenso de suas funções, às quais foi reintegrado apenas em 1927. Um ano depois, ocupou a chefía do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, percorrendo os estados de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, até ser requisitado pelo governo do Rio Grande do Sul para estudar as condições sanitárias daquele estado. Em 1930 assumiu a chefía do DNSP, em substituição a Clementino Fraga, que se exonerou em razão da vitória da

	Revolução de 1930. Durante dois breves períodos, em setembro de 1931 e dezembro de 1932, ocupou interinamente o Ministério de Educação e Saúde. Ao final desse ano deixou o DNSP. Nessa época filiou-se à Ação Integralista Brasileira e tornou-se membro da Câmara dos 40, órgão máximo do integralismo. Morreu em 4 de novembro de 1939, no Rio de Janeiro.
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	Doação de João Carlos Penna.
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne cartas, bilhetes, projetos, relatórios, conferências, discursos, artigos, recortes de jornais, folhetos, fotografias e mapas, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular na política de saúde pública brasileira, nas campanhas de saneamento rural e em questões sobre eugenia.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Série Documentos Pessoais Série Correspondência Série Trajetória Profissional Série Produção Intelectual Série Recortes de Jornais Série Fotografias
4 Área de cono	dições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	SEM RESTRIÇÃO
4.2 Condições de Reprodução	SEM RESTRIÇÃO
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde, série Depoimentos Avulsos, depoimento oral de Maria Penna. Fundo Instituto Oswaldo Cruz Fundo Oswaldo Cruz Fundo Carlos Chagas Fundo Clementino Fraga Fundo Renato Kehl
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	Notação anterior: BP1920
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de contr	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

#### 3.2.3.1 Série 01 - Documentos Pessoais

Campo	Informações	
1 Área de identificação	BR RJCOC BP-01	
1.2 Título	Documentos Pessoais	
1.3 Data (s)	1890-1964 (Produção)	
1.4 Nível de descrição	Série	
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 910 itens (2.345 folhas)	
2 Área de contextualização		
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)	
2.2História administrativa/Biografía		
2.3 História arquivística		
2.4 Procedência		
3 Área de conteúdo e estrutura		
3.1 Âmbito e conteúdo	Documentos sobre a vida funcional do titular; inventário, certidão de óbito, recibos e convites.	
3.3 Incorporações		
3.4 Sistema de arranjo		
4 Área de conc	4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso		
4.2 Condições de Reprodução		
5 Área de fon	5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos Originais		
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)		
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:		
5.4 Notas Sobre Publicação		
6 Área o	6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação		
6.2 Estado do Acervo		
7 Área de controle da descrição		
7.1 Nota do arquivista		
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)		

### 3.2.3.2 Série 02 - Correspondência

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC BP-02
1.2 Título	Correspondência
1.3 Data (s)	1915 - 1939 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 831 itens (1.763 folhas)
2 Área de cor	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna
2.311, 1/ ;	(1868-1939)
2.2História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística 2.4 Procedência	
2.4 Procedencia	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Cartas e bilhetes enviados por instituições e missivistas
	brasileiros e estrangeiros referentes às atividades
	profissionais e políticas do titular.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área o	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.3.3 Série 03 - Trajetória Profissional

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC BP-03
1.2 Título	Trajetória Profissional
1.3 Data (s)	10/10/1911-junho/1948 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 633 itens (3.170 folhas)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)
2.2História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
<u> </u>	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Projetos de lei, relatórios, referentes às atividades como membro de campanhas pelo saneamento rural, campanhas contra hanseníase, alcoolismo, e como diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública durante o Estado Novo.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de cono	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
5 Área de for	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.3.4 Série 04 - Produção Intelectual

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC BP-04
1.2 Título	Produção Intelectual
1.3 Data (s)	30/01/1897-07/1985 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Séries
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 288 itens
	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)
2.2História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está organizada em duas subséries: Trabalhos
Č	Próprios e Trabalhos de Terceiros. Totalizando 288
	dossiês.
	dições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

#### 3.2.3.5 Série 05 - Recortes de Jornais

Campo	Informações	
1 Área de identificação	BR RJCOC BP-05	
1.2 Título	Recortes de Jornais	
1.3 Data (s)	08/02/1917 - 03/05/1965 (Produção)	
1.4 Nível de descrição	Série	
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 2.144 folhas	
2 Área de cor	,	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)	
2.2História		
administrativa/Biografia		
2.3 História arquivística		
2.4 Procedência		
	eúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Recortes de jornais relativos a vida profissional do titular;	
	integralismo, saneamento e profilaxia rural.	
3.3 Incorporações		
3.4 Sistema de arranjo		
	lições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso		
4.2 Condições de Reprodução		
5 Área de fon	tes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos		
Originais		
5.2 Existência e Localização de		
Cópias (Na Instituição)		
5.3 Unidades de Descrição		
Relacionadas:		
5.4 Notas Sobre Publicação		
6 Área de notas		
6.1 Notas sobre conservação		
6.2 Estado do Acervo		
7 Área de contr	7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Notação anterior: BP/RJ/19170208.	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)		

### 3.2.3.6 Série 06 - Fotografias

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC BP-06
1.2 Título	Fotografias
1.3 Data (s)	1870-1961 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos iconográficos: 2.721 itens (1.686 fotografias, 162 cópias, 6 caricaturas/charges, 4 imagens impressas, 2 cópias, 1.025 negativos flexíveis, 40 cópias).
2 Área de coi	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Belisário Augusto de Oliveira Penna (1868-1939)
2.2História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne imagens do titular, familiares e amigos, bem como de sua atuação política e profissional, como médico sanitarista, no Brasil.
3.3 Incorporações	,
3.4 Sistema de arranjo	A série está organizada em duas subséries: Documentos Pessoais e Trajetória Profissional. Totalizando 24 dossiês. A subsérie Documentos Pessoais está dividida em 5 dossiês. A subsérie Trajetória Profissional está dividida em 19 dossiês.
4 Área de cono	dições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
	role da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.4 Arquivo pessoal Clementino Fraga

Informações
BR RJCOC CL
Clementino Fraga
1911-1980 (Produção)
Fundo
0.42
Documentos textuais: 0,42 m Documentos iconográficos: 30 itens (fotografias)
ontextualização
Clementino da Rocha Fraga Júnior
(1880-1971)
Nasceu em 15 de setembro de 1880, em Muritiba (BA), filho de Clementino Rocha Fraga e Córdula Magalhães Fraga. Em 1898 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou em 1903 com a tese "A vontade – estudo psicofisiológico". Nos dois anos seguintes atuou como professor assistente nessa faculdade. Em 1906 transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como inspetor sanitário na campanha contra a febre amarela empreendida pela Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), chefiada por Oswaldo Cruz. Nesse período clinicou no Hospital da Santa Casa de Misericórdia sob a orientação de Miguel Couto. Retornou à Bahia em 1910 como professor substituto de clínica médica da Faculdade de Medicina, e tornou-se catedrático quatro anos depois. Em 1917 chefiou a Comissão Sanitária Federal do Rio de Janeiro encarregada do combate à febre amarela. Em 1918 trabalhou com Carlos Chagas na DGSP, onde assumiu a direção do Hospital Deodoro e organizou os serviços emergenciais de assistência médica às vítimas da epidemia de gripe espanhola. Em 1921 foi eleito deputado federal pela Bahia, e em 1924 foi reeleito para a mesma cadeira. Em função de suas atividades parlamentares, transferiu-se, em 1925, definitivamente para a capital federal, onde passou a lecionar na cadeira de clínica médica da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Após o encerramento de seu mandato na Câmara Federal, em 1926, assumiu a direção do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), substituindo Carlos Chagas, e destacou-se pelas ações que empreendeu no combate à epidemia de febre amarela que grassou no Rio de Janeiro entre 1928 e 1929. Com a Revolução de 1930 exonerou-se da direção do DNSP e foi substituído por Belisário Penna. Dedicou-se, então, ao estudo da tuberculose: criou e dirigiu por 12 anos um curso de aperfeiçoamento sobre o tema na cadeira de clínica médica da Faculdade de Medicina. Em 1937, atendendo ao convite do prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, retornou à administração pública para assumir a Secretar

	T	
	sua aposentadoria, em 1942, dedicou-se à clínica e ao	
	magistério, não mais como professor da faculdade e sim	
	na qualidade de conferencista. Morreu em 8 de janeiro de	
	1971, no Rio de Janeiro.	
2.3 História arquivística		
2.4 Procedência	Doações de Clementino Fraga Filho em 1988 e 2004.	
,	reúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne cartas, telegramas, cartões, discursos, relatórios,	
3.1 7 mono e contedao	demonstrativos financeiros, folhetos, artigos, recortes de	
	jornais e fotografías, entre outros documentos referentes à	
	trajetória profissional do titular nos processos de	
	formulação e implantação de políticas de saúde pública no	
	Brasil.	
2.2.1 ~	Brasii.	
3.3 Incorporações		
3.4 Sistema de arranjo	Organização:	
	Série Correspondência	
	Série Departamento Nacional de Saúde Pública	
	Série Produção Intelectual	
	Série Recortes de Jornais	
	Série Documentação Complementar	
4 Área de cono	lições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	SEM RESTRIÇÃO	
4.2 Condições de Reprodução	SEM RESTRIÇÃO	
5 Área de fontes relacionadas		
5.1 Existência e Localização dos	Arquivo Clementino Fraga - Arquivo da Academia	
Originais	Brasileira de Letras	
	Academia de Letras da Bahia	
	Memorial da Medicina da Faculdade de Medicina da	
	Universidade Federal da Bahia	
	Academia Nacional de Medicina	
5.2 Existência e Localização de	Treate into Transfer de Triedre ind	
Cópias (Na Instituição)		
5.3 Unidades de Descrição	Fundo Fundação Rockefeller	
Relacionadas:	Fundo Oswaldo Cruz	
Relacionadas.		
	Fundo Carlos Chagas	
	Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de	
	Pesquisa em História das Ciências e da Saúde, série	
	Projetos de Pesquisa, projeto História da Associação	
	Brasileira de Ensino Médico, depoimentos orais.	
5.4 Notas Sobre Publicação		
	de notas	
6.1 Notas sobre conservação		
6.2 Estado do Acervo		
7 Área de contr	ole da descrição	
7.1 Nota do arquivista		
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)		

### 3.2.4.1 Série 01 – Correspondência

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC CL-01
1.2 Título	Correspondência
1.3 Data (s)	1911-1932 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 66 itens (122 folhas)
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Clementino da Rocha Fraga Júnior (1880-1971)
2.2História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está dividida em quatro dossiês.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	1
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
	role da descrição
7.1 Nota do arquivista	Status da descrição: Final
	Nível de detalhamento: Integral
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Agosto de 2010.

## 3.2.4.2 Série 02 - Departamento Nacional de Saúde Pública

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC CL-02
1.2 Título	Departamento Nacional de Saúde Pública
1.3 Data (s)	1926-1940 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 103 itens (196 folhas)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Clementino da Rocha Fraga Júnior (1880-1971)
2.2História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos referentes as diversas medidas administrativas desenvolvidas ao longo do mandato do titular a frente da principal instituição de saúde pública da época, incluindo a campanha antiamarílica na capital federal entre 1928 e 1929.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está dividida em seis dossiês.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área o	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Status da descrição: Final
<u>-</u>	Nível de detalhamento: Integral
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Agosto de 2010.

### 3.2.4.3 Série 03 - Produção Intelectual

Campo	Informações	
1 Área de identificação	BR RJCOC CL-03	
1.2 Título	Produção Intelectual	
1.3 Data (s)	1919 - 1980 (Produção)	
1.4 Nível de descrição	Série	
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 26 itens (235 folhas)	
2 Área de cor	ntextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Clementino da Rocha Fraga Júnior (1880-1971)	
2.2História		
administrativa/Biografia		
2.3 História arquivística		
2.4 Procedência		
	eúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos referentes à atuação do titular em questões da saúde pública brasileira. Inclui o relatório apresentado por Antonio Peryassu sobre o início da campanha contra febre amarela no Rio de Janeiro. Entre a produção de Clementino Fraga podemos citar dois artigos, sendo um artigo referente a situação da saúde pública brasileira frente ao contexto internacional e outro que propõe a formulação de uma política sanitária para enfrentar a tuberculose e a lepra no Brasil.	
3.3 Incorporações	The second of th	
3.4 Sistema de arranjo	A série está dividida em 26 dossiês.	
4 Área de cond	lições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.	
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.	
5 Área de fontes relacionadas		
5.1 Existência e Localização dos Originais 5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição) 5.3 Unidades de Descrição		
Relacionadas:		
5.4 Notas Sobre Publicação	la natas	
6.1 Notas sobre conservação	ne notas	
6.2 Estado do Acervo	l role da descrição	
7.1 Nota do arquivista	Status de descrição: Final	
7.1 INOIA UO AIQUIVISIA	Nível de detalhamento: Integral	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Agosto de 2010.	

#### 3.2.4.4 Série 04 - Recortes de Jornais

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC CL-04
1.2 Título	Recortes de Jornais
1.3 Data (s)	1917 - 1960 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 48 itens (50 folhas)
2 Área de cor	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Clementino da Rocha Fraga Júnior (1880-1971)
2.2História administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	Leúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	eudo e estrutura
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está dividida em um dossiê.
	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fon	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de contr	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	Status da descrição: Final
	Nível de detalhamento: Integral
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

## 3.2.4.5 Série 05 - Documentação Complementar

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC CL-05
1.2 Título	Documentação Complementar
1.3 Data (s)	03/1977 - 02/12/1980 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Série
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 3 itens (27 folhas)
	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Clementino da Rocha Fraga Júnior (1880-1971)
2.2História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne documentos referentes à inauguração do Centro Municipal de Saúde Clementino Fraga, em Irajá (RJ) à
	homenagem feita pela Academia Nacional de Medicina no
	centenário do seu nascimento e à alocução de Carlos
	Chagas Filho intitulada "Clementino Fraga", realizada no
	Conselho Federal de Cultura.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série está dividida em um dossiê.
4 Área de cono	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
5 Área de fon	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	Status da descrição: Final
	Nível de detalhamento: Integral
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	Agosto de 2010.

### 3.2.5 Arquivo pessoal Arthur Neiva

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC AN
1.2 Título	Arthur Neiva
1.3 Data (s)	1904-1985 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 0,56 m
1	Documentos iconográficos:180 itens (152 fotografias, 27
	cartões-postais e 1 cartão) Documentos tridimensionais: 1
	item (placa de homenagem)
2 Área de coi	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Arthur Neiva
	(1880-1943)
2.2História	Nasceu em 22 de março de 1880, em Salvador (BA), filho
administrativa/Biografia	de João Augusto Neiva e Ana Adelaide Paço Neiva.
	Iniciou o curso superior na Faculdade de Medicina da
	Bahia, concluindo-o na Faculdade de Medicina do Rio de
	Janeiro em 1903. Trabalhou para a Inspetoria de Profilaxia
	da Febre Amarela nas campanhas dirigidas por Oswaldo
	Cruz visando à erradicação do mosquito Aedes aegypti,
	transmissor da doença. Em 1906 ingressou no Instituto
	Soroterápico Federal, posteriormente denominado
	Instituto Oswaldo Cruz (IOC), onde realizou pesquisas em
	entomologia. Em 1907 participou ao lado de Carlos
	Chagas da campanha de profilaxia da malária em Xerém
	(RJ). Nessa região estudou os hábitos e as características
	dos mosquitos transmissores da doença e identificou
	alguns grupos de seus parasitos resistentes à quinina. Em
	1908, como pesquisador do IOC, desenvolveu pesquisas
	sobre os insetos transmissores da doença de Chagas. Em
	1910 forneceu informações detalhadas sobre a biologia do
	Conorhinus megistus – depois denominado Panstrongylus
	megistus –, que contribuíram para os primeiros
	conhecimentos sobre o ciclo evolutivo do Trypanosoma
	cruzi. Ainda sobre a doença de Chagas, realizou a
	classificação de espécies de barbeiros e explicou o
	mecanismo de transmissão, formulando a hipótese de que,
	ao se coçar, o indivíduo introduz em seu corpo, pela pele
	ou por uma mucosa, as fezes do inseto que contém
	tripanossomas. Durante a década de 1910 participou de
	expedições científicas enviadas pelo IOC ao interior do Brasil. Ao lado de Belisário Penna percorreu estados das
	regiões Nordeste e Centro-Oeste, com recursos do IOC e da Inspetoria de Obras contra as Secas, e publicou, quatro
	anos depois, um relatório em que são denunciadas as más
	condições de vida e saúde da população rural. Participou
	do movimento que congregou cientistas, médicos e
	intelectuais em prol do saneamento do país. Em 1914,
	com a tese intitulada "Revisão do gênero Triatoma Lap.",
	sobre um dos gêneros de barbeiros, tornou-se livre-
	docente da cadeira de história natural médica e
	parasitologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
	parasnologia da Faculdade de Medicilia do Kio de Jaliello.

	De 1923 a 1927 dirigiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Entre 1924 e 1927 chefiou a Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira do Estado de São Paulo, trabalhando com Ângelo Moreira da Costa Lima e Edmundo Navarro de Andrade. Em 1928 o governo paulista o contratou como diretor-superintendente do recém-criado Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, denominado, a partir de 1937, Instituto Biológico, onde permaneceu até 1932. Após a Revolução de 1930, ocupou cargos na administração pública, como o de interventor federal na Bahia. De 1935 a 1937 foi deputado federal pelo Partido Social Democrático baiano. Com a implantação do Estado Novo, retomou suas atividades em Manguinhos. Morreu em 6 de junho de 1943, no Rio de Janeiro.
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	Doação de Ilka Hehl Neiva, filha do titular.
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	Reúne cartas, cartões-postais, telegramas, discursos, fotografias, diários de campo, artigos científicos e recortes de jornais, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular nas áreas de entomologia e parasitologia.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Grupo Vida Pessoal Grupo Formação e Administração da Carreira Grupo Docência e Pesquisa
4 Área de conc	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição.
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição.
	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	Arquivo Arthur Neiva – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas Coleção Arthur Neiva – Centro de Memória do Instituto Biológico de São Paulo Fundo Instituto Oswaldo Cruz Fundo Oswaldo Cruz Fundo Carlos Chagas
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área	le notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

## 3.2.5.1 Grupo Docência e Pesquisa (DP)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC AN-DP
1.2 Título	Docência e Pesquisa
1.3 Data (s)	10/01/1911 - 25/09/1923 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 2.059 páginas
	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Arthur Neiva
	(1880-1943)
2.2História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Programação da Pesquisa
	Subgrupo Divulgação de Resultados
	dições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
	ntes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	de notas
6.1 Notas sobre conservação	l lotas
6.2 Estado do Acervo	
	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	ore an accornance
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	
/.5 Data (5) da (5) descrição (005)	<u> </u>

## 3.2.5.2 Grupo Formação e Administração da Carreira (FC)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC AN-FC
1.2 Título	Formação e Administração da Carreira
1.3 Data (s)	06/05/1910 - 26/03/1940 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 272 páginas
	Documentos iconográficos: 45 itens (fotografias)
	Documento tridimensional: 1 item (placa de homenagem)
-	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Arthur Neiva (1880-1943)
2.2História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Participação em Homenagens e Congratulações
	Subgrupo Sistematização da Trajetória
	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	1 1 1 ' ~
	role da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.5.3 Grupo Vida Pessoal (VP)

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCOC AN-VP
1.2 Título	Vida Pessoal
1.3 Data (s)	1904 - 02/1985 (Produção)
1.4 Nível de descrição	Grupo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 454 páginas
	Documentos iconográficos: 135 itens (107 fotografias, 27
	cartões-postais e 1 cartão)
	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Arthur Neiva
	(1880-1943)
2.2História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
-	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Subgrupo Relações Familiares
	Subgrupo Relações de Sociabilidade
	Subgrupo Documentos Pessoais
	Subgrupo Manifestações Póstumas
	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	
Originais To 1	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	1
6.1 Notas sobre conservação	de notas
6.2 Estado do Acervo	l role da descrição
	ore da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

### 3.2.6 Arquivo Instituto Oswaldo Cruz

nformações
R RJCOC 02
nstituto Oswaldo Cruz
873-1998 (Produção)
Fundo
Documentos textuais: 140 m
Documentos iconográficos: 51.117 itens (12.931 cotografias, 54 cartazes, 2.753 desenhos, 23 mil negativos de vidro, 12 mil negativos flexíveis, 66 tiras de negativos elexíveis com 315 fotogramas, 6 folhas de cópias-contato com 50 fotogramas e 9 imagens impressas e 1 tira de negativo flexível com 5 fotogramas). Documentos cartográficos: 45 itens (plantas). Documentos sonoros: 2 itens (registros de discursos em cassete).
Documentos filmográficos: 2 itens (filmes/2 títulos)
xtualização
nstituto Oswaldo Cruz (1900-)
O Instituto Oswaldo Cruz (IOC) originou-se do Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 no bairro de Manguinhos, Rio de Janeiro, com o objetivo imediato de oroduzir soros e vacinas contra a peste bubônica que, endo atingido o porto de Santos em 1899, ameaçava a capital federal. A partir de 1903, já sob a direção de Oswaldo Cruz, o Instituto Soroterápico transformou-se numa instituição destinada à pesquisa científica; em 1906 passou a ter uma filial em Belo Horizonte; em 1907, refletindo essas transformações, foi criado o Instituto de Patologia Experimental. No ano seguinte este passou a denominar-se Instituto Oswaldo Cruz, em homenagem ao sucesso obtido por seu diretor nas campanhas de combate a febre amarela e à peste bubônica, no Rio de Janeiro, e na Exposição de Higiene que integrava o XIV Congresso internacional de Higiene e Demografía, realizado em Berlim, em 1907. Nessa oportunidade o IOC teve aprovado o seu primeiro regulamento, que manteve as atividades de pesquisa e ensino em andamento. De 1910 a 1920 seus profissionais realizaram missões sanitárias e expedições científicas ao interior do Brasil, para proceder a profilaxia e ao estudo das zonas flageladas por doenças anda pouco estudadas. Em 1909 Carlos Chagas protagonizou um dos feitos mais importantes de Manguinhos: a descoberta do ciclo biológico da doença que posteriormente levou seu nome. Em 1912, em virtude da repercussão dessa descoberta, o IOC deu início à construção de um hospital, que seria inaugurado em 1918 sob a denominação Hospital Oswaldo Cruz. Tinha por finalidade receber doentes vindos do interior, sobretudo das áreas mais afetadas pela moléstia, para tratamento e estudos. Vitoriosa a revolução de outubro de 1930, o IOC, até então vinculado à pasta da Justiça, foi transferido para

a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde Pública, subordinando-se ao Departamento Nacional de Medicina Experimental (DNME). Essa situação perdurou até 1932, quando foi extinto o DNME e suas atribuições incorporadas ao IOC, que passou a ser regido por um novo regulamento e manteve as seções científicas já instituídas. Em 1937 ficou subordinado ao Departamento Nacional de Saúde (DNS), após um curto período de vinculação ao Departamento Nacional de Educação. Suas atribuições concentraram-se sobre aquelas relativas à saúde humana, e a renda proveniente de serviços e da comercialização de imunizantes foi integrada à receita geral da União. Em janeiro de 1946, o IOC, até então subordinado ao DNS, foi incorporado à Universidade do Brasil, e assim permaneceu até março do mesmo ano, quando foi desligado da universidade e vinculado diretamente ao ministro da Educação e Saúde. Ao longo da década de 1940 houve um incremento na produção de soros e vacinas destinadas ao atendimento das demandas das autoridades sanitárias e à formação de estoques estratégicos. Quando, em 1953, foi criado o Ministério da Saúde, o IOC ficou a ele subordinado. Em 1970 passou a integrar, como um de seus órgãos centrais, a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz). O modelo integrador, originalmente formulado por Oswaldo Cruz para a instituição que buscava construir, foi contemplado, e mais tarde ampliado, pelas atribuições da Fiocruz em seu conjunto. Atualmente o IOC possui 72 laboratórios que desenvolvem atividades voltadas para o estudo e a geração de produtos e insumos para diversas doenças.

#### 2.3 História arquivística

O primeiro conjunto de valor permanente da Fiocruz, recolhido ao Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), foi a documentação objeto do projeto Organização e ampliação da documentação iconográfica do Museu do Instituto Oswaldo Cruz, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em 1986. Esses documentos estavam sob a guarda do Museu do Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Quando o DAD foi criado, em 1989, a documentação textual do fundo IOC encontrava-se na Superintendência de Administração Geral. Ao longo da década de 1990 esses conjuntos documentais foram recolhidos ao DAD. O diagnóstico do acervo documental do IOC foi realizado por equipe do DAD que mapeou e identificou os conjuntos que poderiam ser recolhidos.

#### 2.4 Procedência

#### 3 Área de conteúdo e estrutura

#### 3.1 Âmbito e conteúdo

Documentos textuais: documentos que abordam a origem do IOC, fornecendo informações sobre sua criação e funcionamento, e sobre as atividades de pesquisa, ensino, produção e assistência, nas áreas de ciências biomédicas e saúde pública desenvolvidas ao longo do século XX. Abrange, por exemplo, documentos relacionados à administração de pessoal e gestão institucional, em que se destacam: relatórios anuais de atividades; correspondência da Direção (1908-1971); livros e dossiês com

assentamentos funcionais; documentos relativos concursos públicos para o provimento de cargos de assistente (1917) e chefe de laboratório (1936), bem como o funcionamento dos órgãos subordinados ao IOC e localizados em outras unidades da federação, entre os quais o Hospital Regional de Lassance (MG, 1911-1941), o Instituto de Patologia Experimental do Norte (PA, 1936-1941) e o Instituto Ezequiel Dias (BH, 1936-1941). Inclui ainda documentos sobre o funcionamento e manutenção das instalações do IOC na Ilha dos Pinheiros, na Baía de Guanabara. Destacam-se também relatórios e ordens de serviço referentes à administração de biotérios e à manutenção da segurança do campus de Manguinhos. Sobre os serviços destacam-se laudos de análise de medicamentos: guias de controle da distribuição de penicilina e boletins de exame de ratos (1944-1957), da Divisão de Microbiologia e Imunologia, atividade desenvolvida em parceria com o Serviço Nacional da Peste. Entre os documentos produzidos e acumulados pelos departamentos e laboratórios que desenvolvem atividades de pesquisa encontram-se relatórios protocolos de experiências, cadernos de protocolo, cadernos de campo e de laboratório, cadernos de necropsias, artigos científicos, cartas, formulários com resultados de exames, exames diagnósticos e livros de registro, entre outros. Quanto aos serviços de assistência médica destacam-se os documentos do Hospital Evandro Chagas, como prontuários médicos de portadores de doenca de Chagas. Sobre as atividades de ensino desenvolvidas no IOC os documentos refletem aspectos da administração acadêmica da Coordenação dos Cursos desenvolvidos desde a década de 1910 (1908-1969) e do Curso Especializado de Higiene e Saúde Pública. Documentos iconográficos: reúne fotografias que retratam as atividades desenvolvidas pelo IOC (1873-1980) desde sua criação, como a construção de seus pavilhões; aspectos gerais do campus e arredores; principais personagens, entre eles pesquisadores, técnicos, alunos e funcionários; expedições científicas e material coletado; campanhas sanitárias; visitantes ilustres; aspectos técnicos e científicos das pesquisas; produção de imunobiológicos e de fármacos; pacientes e eventos. Inclui também imagens da atuação de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas e de diplomas, condecorações, títulos e registros de participação em sociedades científicas. O fundo contém esboço do futuro Pavilhão Mourisco feito por Oswaldo Cruz, desenhos com detalhes das edificações do IOC, do Pavilhão da Exposição de Dresden, da descrição morfológica de insetos e helmintos pertencentes à documentação produzida e acumulada no âmbito das coleções científicas de entomologia e helmintologia, além de cartazes de eventos científicos, de cursos e das Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Documentos cartográficos: reúne mapas de vários estados brasileiros com representações de registros

epidemiológicos, indicando áreas de incidência da febre amarela, e plantas com perspectiva geral e detalhes de fachadas e pavimentos das construções dos primeiros pavilhões e do edifício principal do conjunto histórico do IOC. Inclui também levantamentos topográficos da área; planta da residência de Oswaldo Cruz no bairro de Botafogo; plantas da fazenda Manguinhos e do campus da Fiocruz(1903-1932). Documentos filmográficos: reúne filmes produzidos em 1911. O primeiro, intitulado Chagas em Lassance, mostra Carlos Chagas e doentes estudados por ele em Lassance (MG), região onde, em 1909, foi descoberta a doença que leva seu nome. Provavelmente Carlos Chagas exibiu esse filme nas suas aulas e também na Academia Nacional de Medicina. O segundo filme, Serviço de Febre Amarela, apresenta imagens do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, da ação dos guardas sanitários no combate ao mosquito transmissor e das diversas técnicas de desinfecção das casas, da cobertura das casas com pano americano, do isolamento dos doentes, do aparelho Clayton, e do nascimento do mosquito Aedes aegypti. Os filmes foram apresentados por Oswaldo Cruz na Exposição Internacional de Higiene, realizada em 1911 em Dresden, Alemanha. 3.3 Incorporações 3.4 Sistema de arranjo Seção Direção Seção Serviço de Administração Seção Serviço Técnico-Auxiliar Seção Departamento de Ensino e Cursos Seção Hospital Evandro Chagas Seção Divisão de Fisiologia e Farmacodinâmica Seção Departamento de Medicina Tropical Seção Departamento de Zoologia Médica Seção Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular Seção Departamento de Patologia Seção Departamento de Entomologia Seção Departamento de Helmintologia Seção Departamento de Ultra-Estrutura e Biologia Celular Seção Divisão de Microbiologia e Imunologia 4 Área de condições de acesso e uso 4.1 Condições de Acesso Com restrição. Prontuários médicos, dossiês funcionais, documentos com informações sobre pacientes, produzidos e acumulados no decorrer de pesquisas, e documentos institucionais classificados como sigilosos. Conforme portaria 028/2015 - COC, que dispõe sobre o acesso às informações presentes nos prontuários de pacientes sob a guarda da COC, o acesso aos prontuários médicos está autorizado. mediante a observância de procedimentos e responsabilidades por parte do usuário. O acesso aos retratos de doentes é realizado apenas por catálogo disponível na Sala de Consulta, para assegurar a proteção de informações pessoais (conforme Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, cap. II, art. 60). 4.2 Condições de Reprodução Com restrição. Na Seção 10 Serviço de Administração Geral/Série 20 Serviço de Fotografia/Subsérie 55

	Fotografias de Doentes, as reproduções de retratos de doentes fornecidas aos usuários sofrem alteração digital de modo a impedir a identificação dos indivíduos (Lei
5 Á 1. C	12.527, de 18 de novembro de 2011, cap. II, art. 60).
	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de
Relacionadas:	Arquivo e Documentação, subseção Serviço de Arquivo Histórico, série Projetos de Pesquisa, projeto Memória das coleções científicas do Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz, depoimentos orais Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde, série Projetos de Pesquisa, projeto Memória de Manguinhos, depoimentos orais Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de Patrimônio Histórico, subseção Núcleo de Estudos de Urbanismo e Arquitetura em Saúde, série Projetos de Pesquisa, projeto Processo de ocupação e formação do campus de Manguinhos, depoimentos orais Fundo Casa de Oswaldo Cruz, seção Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde, série Projetos de Pesquisa, projeto Gênero e ciência: carreira e profissionalização no IOC, Museu Nacional e Instituto de Biofísica (1939-1969), depoimentos orais Fundos de pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz Fundo Fundação Rockefeller Fundo Instituto Nacional de Endemias Rurais Fundo Centro de Pesquisa René Rachou Presidência Fundo Oliveira Rodrigues, grupo Docência e Pesquisa,
5 4 Notes Cohes Dulling	subgrupo Registros Visuais no Trabalho de Campo
5.4 Notas Sobre Publicação	la natas
6 Area o	ie notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	l la de deseriere
	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

#### 3.2.6.1 Dossiê Carlos Pinto Seidl<sup>6</sup>

1 Área de identificação BR RJCOC 02-10-20-10-118  1.2 Título Carlos Pinto Seidl  1.3 Data (s) 1900-1960 (Produção)  1.4 Nível de descrição Dossiê  1.5 Dimensão e suporte Documentos iconográficos: 2 itens (1 negativo de vidro; 1 fotografia)  2 Área de contextualização  2.1 Nome (s) do (s) produtor (es) Instituto Oswaldo Cruz  2.2 História administrativa/Biografia  2.3 História arquivística  2.4 Procedência Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz  3 Área de conteúdo e estrutura  3.1 Âmbito e conteúdo  3.3 Incorporações  3.4 Sistema de arranjo  4 Área de condições de acesso e uso  4.1 Condições de Acesso  4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  Relacionados:  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo Cruz em seus trabalhos.	Campo	Informações
1.3 Data (s) 1.4 Nível de descrição 1.5 Dimensão e suporte Documentos iconográficos: 2 itens (1 negativo de vidro; 1 fotografia) 2 Área de contextualização 2.1 Nome (s) do (s) produtor (es) 1.5 História administrativa/Biografia 2.3 História arquivística 2.4 Procedência Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz 3 Área de conteúdo e estrutura 3.1 Ámbito e conteúdo Contém retrato de Carlos Pinto Seidl. 3.3 Incorporações 3.4 Sistema de arranjo 4 Área de condições de acesso e uso 4.1 Condições de Acesso 4.2 Condições de Reprodução 5 Área de fontes relacionadas 5.1 Existência e Localização dos Originais 5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição) 5.3 Unidades de Descrição Relacionadas: 5.4 Notas Sobre Publicação 6 Área de notas 6.1 Notas sobre conservação 6.2 Estado do Acervo 7 Área de controle da descrição 7 Área de controle da descrição 1 De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	1 Área de identificação	BR RJCOC 02-10-20-10-118
1.4 Nível de descrição Dossiê Documentos iconográficos: 2 itens (1 negativo de vidro; 1 fotografia)  2 Área de contextualização 2.1 Nome (s) do (s) produtor (es) Dosaido Cruz 2.2 História administrativa/Biografia 2.3 História arquivística Pundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz  3 Área de conteúdo e estrutura 3.1 Âmbito e conteúdo Contém retrato de Carlos Pinto Seidl. 3.3 Incorporações 3.4 Sistema de arranjo 4 Área de condições de acesso e uso 4.1 Condições de Acesso 4.2 Condições de Reprodução 5 Área de fontes relacionadas 5.1 Existência e Localização dos Originais 5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição) 5.3 Unidades de Descrição Relacionadas: 5.4 Notas Sobre Publicação 6 Área de notas 6.1 Notas sobre conservação 6.2 Estado do Acervo 7 Área de controle da descrição 7.1 Nota do arquivista De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	1.2 Título	Carlos Pinto Seidl
Documentos iconográficos: 2 itens (1 negativo de vidro; 1 fotografia)   2 Área de contextualização	1.3 Data (s)	1900-1960 (Produção)
fotografia)  2 Área de contextualização  2.1 Nome (s) do (s) produtor (es) Instituto Oswaldo Cruz  2.2 História administrativa/Biografia  2.3 História arquivística  2.4 Procedência Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz  3 Área de conteúdo e estrutura  3.1 Ámbito e conteúdo Contém retrato de Carlos Pinto Seidl.  3.3 Incorporações  3.4 Sistema de arranjo  4 Área de condições de acesso e uso  4.1 Condições de Acesso  4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7 Área de controle da descrição  7 Area de controle da descrição	1.4 Nível de descrição	Dossiê
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es) Instituto Oswaldo Cruz  2.2 História administrativa/Biografia  2.3 História arquivística  2.4 Procedência Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz  3 Área de conteúdo e estrutura  3.1 Âmbito e conteúdo Contém retrato de Carlos Pinto Seidl.  3.3 Incorporações  3.4 Sistema de arranjo  4 Área de condições de acesso e uso  4.1 Condições de Acesso  4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	1.5 Dimensão e suporte	Documentos iconográficos: 2 itens (1 negativo de vidro; 1
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)  2.2 História administrativa/Biografía  2.3 História arquivística  2.4 Procedência  Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz  3 Área de conteúdo e estrutura  3.1 Âmbito e conteúdo  3.3 Incorporações  3.4 Sistema de arranjo  4 Área de condições de acesso e uso  4.1 Condições de Acesso  4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas: 5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7 Area de controle da descrição  7 Area de controle da descrição en que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		· · · · · ·
2.2 História administrativa/Biografía 2.3 História arquivística 2.4 Procedência Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz 3 Área de conteúdo e estrutura 3.1 Âmbito e conteúdo Contém retrato de Carlos Pinto Seidl. 3.3 Incorporações 3.4 Sistema de arranjo 4 Área de condições de acesso e uso 4.1 Condições de Acesso 4.2 Condições de Reprodução 5 Área de fontes relacionadas 5.1 Existência e Localização dos Originais 5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição) 5.3 Unidades de Descrição Relacionadas: 5.4 Notas Sobre Publicação 6 Área de notas 6.1 Notas sobre conservação 6.2 Estado do Acervo 7 Área de controle da descrição 7.1 Nota do arquivista De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		
administrativa/Biografia  2.3 História arquivística  2.4 Procedência Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz  3 Área de conteúdo e estrutura  3.1 Âmbito e conteúdo Contém retrato de Carlos Pinto Seidl.  3.3 Incorporações  3.4 Sistema de arranjo  4 Área de condições de acesso e uso  4.1 Condições de Acesso  4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		Instituto Oswaldo Cruz
2.3 História arquivística   2.4 Procedência   Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz   3 Área de conteúdo e estrutura   3.1 Âmbito e conteúdo   Contém retrato de Carlos Pinto Seidl.   3.3 Incorporações   3.4 Sistema de arranjo   4 Área de condições de acesso e uso   4.1 Condições de Acesso   4.2 Condições de Reprodução   5 Área de fontes relacionadas   5.1 Existência e Localização dos Originais   5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)   5.3 Unidades de Descrição   Relacionadas:   5.4 Notas Sobre Publicação   6 Área de notas   6.1 Notas sobre conservação   6.2 Estado do Acervo   7 Área de controle da descrição   7.1 Nota do arquivista   De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo   1.5 de controle da descrição   1.5 de controle da descrição	2.2 História	
2.4 Procedência Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz  3 Área de conteúdo e estrutura 3.1 Âmbito e conteúdo Contém retrato de Carlos Pinto Seidl. 3.3 Incorporações 3.4 Sistema de arranjo  4 Área de condições de acesso e uso  4.1 Condições de Acesso 4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas: 5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação 6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	administrativa/Biografia	
3 Área de conteúdo e estrutura 3.1 Âmbito e conteúdo Contém retrato de Carlos Pinto Seidl. 3.3 Incorporações 3.4 Sistema de arranjo  4 Área de condições de acesso e uso  4.1 Condições de Acesso 4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação 6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	2.3 História arquivística	
3.1 Âmbito e conteúdo Contém retrato de Carlos Pinto Seidl. 3.3 Incorporações 3.4 Sistema de arranjo  4 Área de condições de acesso e uso 4.1 Condições de Acesso 4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas 5.1 Existência e Localização dos Originais 5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição) 5.3 Unidades de Descrição Relacionadas: 5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas 6.1 Notas sobre conservação 6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	2.4 Procedência	Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz
3.3 Incorporações 3.4 Sistema de arranjo  4 Área de condições de acesso e uso  4.1 Condições de Acesso 4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais 5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição) 5.3 Unidades de Descrição Relacionadas: 5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação 6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	3 Área de cont	eúdo e estrutura
3.4 Sistema de arranjo  4 Área de condições de acesso e uso  4.1 Condições de Acesso  4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		Contém retrato de Carlos Pinto Seidl.
4.1 Condições de Acesso 4.2 Condições de Reprodução 5 Área de fontes relacionadas 5.1 Existência e Localização dos Originais 5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição) 5.3 Unidades de Descrição Relacionadas: 5.4 Notas Sobre Publicação 6 Área de notas 6.1 Notas sobre conservação 6.2 Estado do Acervo 7 Área de controle da descrição 7.1 Nota do arquivista De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	3.3 Incorporações	
4.1 Condições de Acesso  4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	3.4 Sistema de arranjo	
4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas: 5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	4 Área de conc	lições de acesso e uso
5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	4.1 Condições de Acesso	
5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	4.2 Condições de Reprodução	
Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	5 Área de for	ites relacionadas
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	5.1 Existência e Localização dos	
Cópias (Na Instituição)  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		
5.3 Unidades de Descrição       Relacionadas:       5.4 Notas Sobre Publicação       6 Área de notas       6.1 Notas sobre conservação       6.2 Estado do Acervo       7 Área de controle da descrição       7.1 Nota do arquivista     De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo	,	
Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação  6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		
5.4 Notas Sobre Publicação       6 Área de notas       6.1 Notas sobre conservação       6.2 Estado do Acervo       7 Área de controle da descrição       7.1 Nota do arquivista     De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		
6.1 Notas sobre conservação 6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		
6.1 Notas sobre conservação 6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		
6.2 Estado do Acervo  7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		de notas
7 Área de controle da descrição  7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		
7.1 Nota do arquivista  De 1900 a 1960 corresponde ao período em que os negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		
negativos de vidro foram utilizados pelo Instituto Oswaldo		
	7.1 Nota do arquivista	
CIUL CIII COMO MAGMILLON		
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Após realização de pesquisas sobre os atores políticos relevantes na implementação de políticas públicas sanitárias durante a primeira república, revelou-se não haver nenhum fundo (conjunto documental) específico sobre o sanitarista Carlos Pinto Seidl nas entidades custodiadoras de acervo. Ou seja, não existe nenhum arquivo pessoal Carlos Seidl. Apenas esparsos itens documentais em instituições arquivísticas no Rio de Janeiro.

## 3.3 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

# 3.3.1 Fundo: Câmara Municipal

Campo	Informações
1 Área de identificação BR RJAGCRJ.CM	
1.2 Título	CÂMARA MUNICIPAL
1.3 Data (s)	1565 - 1889
1.4 Nível de descrição	FUNDO
1.5 Dimensão e suporte	TEXTUAL Espécie: SEM ESPECIFICAÇÃO Quantificação/Mensuração: 101,00 METROS LINEARES
	CARTOGRÁFICOS Espécie: Planta (s) Quantificação/Mensuração: 1.032,00 ITENS Escala: 1:2.000 NUMÉRICA Observações: 943 plantas correspondentes à áreas continentais e 116 plantas correspondentes à ilhas. Sendo que 27 plantas continentais estão ausentes.  FORMATO DIGITAL Espécie: Dvd-r Quantificação/Mensuração: 20,00 ITENS Capacidade de armazenamento: 0,00 BYTE Formato: SEM ESPECIFICAÇÃO  MICROGRÁFICO
	Espécie: Rolo (s) 35mm  Quantificação/Mensuração: 55,00 ITENS Formato: ROLO (S) 35MM
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Câmara Municipal
2.2 História administrativa/Biografía	Em 1º de março de 1565, Estácio de Sá, primeiro Governador e Capitão-Mor da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, lançou o marco de fundação da cidade, instituiu o regimento e a carta foral da Municipalidade e nomeou as primeiras autoridades que constituiriam o núcleo inicial do governo local, entre elas o Conselho ou a Câmara Municipal. Instituição portuguesa que foi transposta para a Colônia, a Câmara exerceu funções administrativas, políticas, legislativas, policiais e judiciais, funcionando como um tribunal de pequenas causas. Era formada por dois juízes ordinários, que alternadamente exerciam o cargo de presidente do órgão por um ano, três vereadores, um procurador e um tesoureiro, eleitos a cada três anos.  Criada a Câmara para administrar a cidade, em 16 de junho do mesmo ano, e tendo falecido Estácio de Sá na

luta contra os franceses, o novo governador, Mem de Sá, concedeu e delimitou a primeira sesmaria da Câmara Municipal, determinando que teria uma légua e meia de testada, começando nas terras planas do litoral da Baía de Guanabara e se estendendo até o sertão, no recôncavo carioca, limítrofe à sesmaria já concedida aos jesuítas. A carta de doação desta sesmaria foi registrada no cartório do 1º Ofício de Notas da Comarca do Rio de Janeiro.

Mem de Sá, comprou, em 1567, a Capitania do Rio de Janeiro para a Coroa, e ordenou a construção de uma "casa assobradada, telhada e grande" para sediar a Câmara Municipal e a Cadeia pública, no Morro do Castelo, para onde transferiu a cidade. Era um antigo costume português estabelecer essas duas instituições num mesmo prédio. O andar superior foi destinado à Câmara, e o térreo, à Cadeia. Foi, então, realizada a primeira eleição dos membros do Conselho ou da Câmara Municipal pelos "homens bons" da capitania. O Governador Mem de Sá nomeou o primeiro escrivão do órgão, Diogo de Oliveira, encarregando-o de registrar em livros e guardar, numa "arca grande e boa", os documentos produzidos pelos camaristas, tais como cartas de doação, termos de provimentos de cargos, cartas forais, provisões, alvarás etc.

Em 16 de agosto de 1567, o Governador Mem de Sá concedeu uma segunda sesmaria à Municipalidade, acrescentando mais seis léguas de terras em quadra ao seu território. A Carta de

Confirmação foi registrada no cartório do 1º Oficio de Notas da Comarca do Rio de Janeiro.

Durante a União Ibérica, que vigorou entre 1580 e 1640, a Câmara Municipal cresceu de importância junto ao governador da capitania e ao governador geral, devido aos serviços militares que prestou na defesa dos domínios ibéricos. Neste período, os camaristas cariocas decidiram transferir sua sede para a várzea, pois o prédio do Morro do Castelo estava arruinado.

Com o objetivo de organizar os trabalhos da Câmara e a administração da cidade, o primeiro Ouvidor da Comarca, João de Souza Cardena, ordenou a criação de um novo livro de registro de provimentos para lançar sua correição, a instituição de um livro de tombo das terras foreiras à Municipalidade e iniciou a organização da documentação. O escrivão da Câmara, por ordem dos ouvidores seguintes, passou também a inventariar todos os documentos do órgão e a registrar a correspondência ativa e passiva da instituição. Os ouvidores proibiram ainda a retirada de originais do acervo, ordenando o registro dos nomes dos oficiais que possuíam a chave do Arquivo, instituindo uma multa em caso de desobediência, além de criarem um livro de registro das devassas dos crimes ocorridos na cidade.

O primeiro prédio da Câmara Municipal foi erguido entre 1630 e 1640, na Rua da Misericórdia, na lateral da Igreja de São José, próximo ao Largo do Carmo, depois Largo do Paço e atual Praça XV de Novembro, e continuou a ser

partilhado com a Cadeia, estabelecida no andar térreo. As obras foram feitas sob a direção do mestre-de-obras Francisco Monteiro.

cariocas. Finda a União Ibérica, os camaristas sua fidelidade ao reino português, demonstrando organizaram comemorações em homenagem à coroação do Rei D. João IV e, logo depois, solicitaram à Coroa que emitisse uma Provisão ou Carta Régia que ordenasse a medição, a demarcação e o tombamento das sesmarias doadas à Municipalidade, denunciando as frequentes invasões dos seus terrenos foreiros. Um ano após, em 1643, a Câmara Municipal recebeu a Provisão Régia, datada de 7 de novembro, autorizando a medição, demarcação e tombamento das terras foreiras. Porém, o Procurador da Fazenda Real na capitania, servindo aos interesses dos jesuítas e dos poderosos senhores de terras, contestou as ordens régias e conseguiu embargar os trabalhos demarcatórios, que foram suspensos por quase 25 anos. Em 1647, o Rei D. João IV concedeu à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro o título honorífico de "mui leal e heroica", determinando que a Câmara Municipal passasse a exercer as funções de governo da capitania em casos de ausência ou de impedimento do capitão-governador e do alcaide-mor, dando-lhe, ainda, poder para conceder títulos de nobreza a cidadãos eminentes, e proibindo que os governadores da capitania distribuíssem sesmarias no interior do termo da cidade.

Em 1658, Salvador Correia de Sá e Benevides, que se encontrava em Portugal, foi nomeado governador e capitão-mor, em reconhecimento aos serviços militares que prestou à Coroa na libertação de Angola do domínio holandês. Assim que desembarcou no Porto do Rio de Janeiro, propôs a criação de um imposto per capita a ser cobrado dos munícipes cariocas, ocasionando a revolta de outubro de 1661, liderada pelos irmãos Agostinho e Jerônimo Barbalho de Bezerra. Os rebeldes reuniram-se no Senado da Câmara, depuseram o governador e elegeram Agostinho Barbalho de Bezerra para o seu lugar, além de convocarem novas eleições para juízes, vereadores e procurador da edilidade. Sá e Benevides conseguiu reprimir a revolta. mandou sumariamente Jerônimo Barbalho de Bezerra, um dos líderes da rebelião, mas acabou sendo destituído do cargo pela Coroa, tendo sido obrigado a retornar a Portugal. O governo da Capitania do Rio de Janeiro continuou sendo exercido por Agostinho Barbalho de Bezerra.

Mais um capítulo na questão da demarcação das terras foreiras à Municipalidade desenvolveu-se em 1667. O Ouvidor-Geral, Manoel Dias Raposo, retomou a execução das ordens da Provisão Régia de 1643, prosseguindo com os trabalhos demarcatórios das sesmarias do Senado da Câmara. Porém, não conseguiu concluí-los, pois foi preso e teve seus bens confiscados por ordem do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Pedro de Mascarenhas (1666-1670), pressionado pelos jesuítas e pelos poderosos

foreiros que se estabeleceram dentro das sesmarias da Câmara. Os trabalhos demarcatórios foram mais uma vez suspensos.

A Coroa, provavelmente com o interesse de restringir a autonomia do governo local, criou o cargo de juiz de fora, magistrado nomeado para presidir a Câmara Municipal, retirando dos munícipes o direito de eleger o juiz, que exercia o cargo mais importante da edilidade ao presidir a Câmara.

Os franceses invadiram o Rio de Janeiro em 1710 e 1711. Essas sucessivas invasões, comandadas por Jean Du Clerc e René Duguay Trouin, resultaram no extravio e na destruição de muitos documentos e no saque ao cofre da Câmara Municipal. Os camaristas cariocas, cuja autoridade e cujo prestígio aumentaram por terem organizado a resistência aos invasores franceses, requereram à Coroa a reabertura dos processos de medição, demarcação e tombamento das sesmarias da Municipalidade, questão que continuava sem solução. Em 1713, a Coroa emitiu uma ordem régia nomeando o ouvidor-geral para executar as determinações provisões régias que ordenavam a execução dos trabalhos demarcatórios das sesmarias da Municipalidade carioca. Um ano depois, em 1714, a Coroa agraciou a Câmara Municipal carioca com o título honorífico de Senado da Câmara, em reconhecimento à sua decisiva atuação na resistência aos invasores franceses da cidade. Esse título, concedido apenas às Câmaras Municipais de Salvador, Olinda, São Luís e Belém, entretanto, não ampliou as atribuições, as competências e os poderes do órgão de poder local do Rio de Janeiro.

Tendo, finalmente, obtido recursos para as obras no prédio da Câmara, em 1734 os camaristas solicitaram verba suplementar para reformar o telhado e trocar peças carcomidas pelos cupins. As obras arrastaram-se por vários anos. Em 1746, ainda estavam às voltas com as reformas, solicitando ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade (1733-1763), a liberação de verbas da Fazenda Real, pois o telhado estava arruinado, chovendo no seu interior, de modo que as condições sanitárias das celas eram péssimas, expondo os detentos a inúmeras enfermidades, fazendo com que temessem uma fuga em massa. Todas as obras solicitadas foram orçadas no valor de 16 mil cruzados. Em 1747, o Senado da Câmara reinaugurou suas instalações, depois das reformas projetadas pelo célebre engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, que instalou uma rede de esgotos sanitários na Cadeia.

Em 1753, o Ouvidor-Geral, Manoel Monteiro de Vasconcelos, retomou o processo de medição e demarcação das sesmarias do Senado da Câmara e, em 1755, o processo de demarcação da primeira sesmaria foi aprovado por sentença judicial. Esta sentença foi trasladada para o Livro de Tombo das terras foreiras municipais. Porém, a segunda sesmaria nunca foi medida

nem demarcada, devido às pressões dos senhores de terras. A concessão do título de Senado da Câmara foi confirmada por uma nova provisão régia, em 1757. Dois anos depois, os camaristas cederam suas instalações para o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, órgão judiciário de última instância de apelação na Colônia, instalado na capitania, em 1751. O Senado da Câmara transferiu-se para os sobrados pertencentes ao juiz Luís Francisco Telles de Barreto, na lateral esquerda do Largo do Carmo.

Em 27 de janeiro de 1763, uma carta régia transferiu a sede do Governo Geral do Estado do Brasil da cidade de Salvador (BA) para a do Rio de Janeiro, e elevou a Colônia à categoria de Vice-Reino de Portugal e Algarves. Antônio Álvares da Cunha foi nomeado governador-geral e primeiro vice-rei do Estado do Brasil. Entre 1769 e 1779, as eleições para o Senado da Câmara passaram a ser fiscalizadas, diretamente, pelo Vice-Rei, o Marquês do Lavradio, que desta forma pretendeu controlar os anseios autonomistas dos munícipes cariocas.

O Senado da Câmara e o seu Arquivo foram transferidos para o Arco do Telles, em 1759. Em 20 de julho de 1790, foram alvos de um incêndio criminoso, provavelmente deflagrado a mando dos posseiros e dos intrusos remissos reconheciam os direitos foreiros Municipalidade sobre as terras da sua sesmaria iá demarcada. Depois do incêndio, os camaristas, abrigados na casa do Ouvidor Marcelino Pereira Cleto, na Rua do Ouvidor, tomaram várias medidas para a reconstituição da documentação do Senado da Câmara. Para supervisionar a realização das medidas que adotaram, os camaristas cariocas instituíram uma secretaria no órgão, nomeando um secretário para dirigir essa repartição. A seguir, solicitaram o traslado dos documentos referentes à cidade, existentes nos órgãos do governo da capitania e do vicereino. Determinaram que os foreiros das sesmarias da Municipalidade comparecessem ao Senado da Câmara com seus títulos de propriedade para revalidá-los, sob pena de altas multas em caso de desobediência. Além disso, enviaram um procurador ao Reino para solicitar à Coroa o traslado e a autenticação de títulos, provisões, graças, mercês e privilégios régios concedidos à Cidade e ao Senado da Câmara, existentes nos arquivos portugueses.

O procurador do Senado da Câmara junto à Coroa, o Reverendo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, rapidamente obteve os traslados autenticados dos documentos que solicitou, inclusive da Sesmaria dos Sobejos, que foi doada à Municipalidade e que, em 1794, em carta régia, assinada pela Rainha Maria I, teve confirmada a sua doação ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Entretanto, essa sesmaria nunca foi demarcada.

No período de 1790-1794, o Senado da Câmara peregrinou por vários prédios, em diversos endereços da cidade, desde o sobrado da rua do Ouvidor,

no qual residida o ouvidor, passando por um sobrado na rua Direita, ao consistório da igreja de N. S. do Rosário, na rua do mesmo nome, até voltar a ocupar o prédio que dividiu com a cadeia, na rua da Misericórdia.

Os poderes do Conselho Municipal oscilaram durante todo o período colonial e imperial. Às vezes, a Câmara detinha funções mais amplas, mas em alguns períodos seus poderes foram drasticamente reduzidos. De 1790 a 1801, o vice-rei, em obediência a ordens da Coroa, tomou providências para a redução das competências e prerrogativas do Senado da Câmara.

Em março de 1808, a Corte Real portuguesa transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro. Os camaristas, então, cederam as instalações que ocupavam para a Família Real e se transferiram para um sobrado da rua Direita, entre o largo do Carmo ou do Paço e a rua do Ouvidor. O prédio do Senado da Câmara tornou-se uma dependência do Paço Real, a cadeia foi extinta e os detentos foram transferidos para a prisão do Aljube. Neste mesmo ano, a Coroa determinou a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte, nomeando Paulo Fernandes Viana como intendente geral, atribuindo-lhe amplos poderes. Este órgão passou a exercer diversas funções que antes eram atribuições do Senado da Câmara, que ficou ainda mais enfraquecido. Entretanto, a documentação produzida pela Intendência foi depositada no Arquivo do Senado da Câmara. Com a criação, em 12 de outubro de 1808, do Banco do Brasil, extinguiu-se o cofre de depósitos do Senado da Câmara e as rendas da municipalidade passaram a serem depositadas no Banco do Brasil.

Neste mesmo ano, a Coroa instituiu a Décima Urbana, tributo estabelecido sobre os terrenos e imóveis da cidade, procedendo ao primeiro cadastramento dos imóveis e terrenos existentes no termo do município e à delimitação do seu perímetro urbano. De 1809 a 1812, o Senado da Câmara funcionou em um sobrado alugado à irmandade de N. S. do Rosário, na rua do mesmo nome, pelo qual pagava um aluguel exorbitante. Porém, 4 anos depois, o Senado da Câmara obteve a permissão da Coroa para construir uma sede própria que, pela primeira vez, recebeu a autorização régia para se denominar Paço Municipal. O terreno escolhido para a sua construção localizava-se em frente ao campo de Santana, entre as ruas do Sabão e de São Pedro, na Cidade Nova. O projeto de construção foi assinado pelos engenheiros José de Castro e Silva e João da Silva Muniz. Depois de muitas delongas, as obras foram iniciadas, mas logo paralisadas por falta de verbas. Em 1820, nova transferência do Senado da Câmara, então para o consistório da igreja de N. S. do Carmo, que já fora reformado. As obras de construção da sua sede no Campo de Santana continuaram paralisadas por falta de verbas. No processo de independência do Brasil, o Senado da

No processo de independência do Brasil, o Senado da Câmara participou intensamente, atuando como verdadeiro representante dos interesses nacionais, como se pode comprovar pelos autos registrados no Livro de Vereanças daquele ano. Em retribuição, em 1823, o Senado da Câmara recebeu do imperador Pedro I o título de muito leal e heróica cidade imperial. Em 1824, com a nova Constituição, criou-se a Câmara Municipal da Corte, e foi retomada a construção do Paço Municipal, graças às várias doações de particulares que permitiram a conclusão das obras e sua inauguração, no Campo de Santana, então já denominado Campo da Aclamação, onde se deu posse aos primeiros vereadores cariocas, eleitos depois da independência do Brasil.

A Câmara, além de ter inúmeras vezes diminuído o seu poder, entre 1821-1827 teve suspensos todos os trabalhos e diligências sobre os seus bens territoriais e imobiliários, e, entre 1827-1830, teve suspensas as cobranças e as arrecadações de foros e laudêmios, provocando graves prejuízos para as suas finanças.

Em 1º de outubro de 1828, foi promulgada a Lei Orgânica que estabeleceu a organização e o funcionamento das Câmaras Municipais brasileiras, inclusive da Câmara da Corte. Esta Lei determinou a eleição de nove vereadores, reduziu os poderes e a autonomia dos municípios e subordinou o Arquivo à Secretaria da Câmara Municipal, sob a direção do seu secretário.

Em 1834, foi promulgação do Ato Adicional à Constituição, criando o Município Neutro da Corte, separado da província do Rio de Janeiro. Todas estas mudanças de estrutura e constitucionais trariam consequências para as Câmaras Municipais, principalmente a do Rio de Janeiro, devido ao fato de que a cidade conheceu múltiplas instâncias administrativas.

Em 1841, a Câmara Municipal da Corte recebeu do imperador Pedro II os títulos de Senhoria e de Ilustríssima em reconhecimento ao seu desempenho patriótico nas crises do 1º Reinado e da Regência, nas quais, mais uma vez, atuou como representante da nação. Em 1842, foi instituído o Regimento Interno da Câmara Municipal da Corte, estabelecendo sua organização, seu funcionamento e suas prerrogativas.

Em 1854, o vereador Roberto Haddock Lobo foi encarregado de reorganizar a documentação do Arquivo da Câmara e proceder à cobrança e à arrecadação dos impostos municipais sobre os terrenos e imóveis pertencentes à municipalidade. Um ano depois, publicou, em diversos fascículos, que se estenderam até 1858, os registros de tombamento das terras foreiras municipais, com base nas investigações que procedeu na documentação arquivada na Câmara.

Quinze anos após, o Paço Municipal, em péssimo estado de conservação, foi demolido, e a Câmara Municipal, seus vereadores, servidores e repartições, transferidos provisoriamente para dois sobrados, situados à rua do Conde, atual rua Frei Caneca, próximos ao campo da Aclamação. O projeto do novo Paço Municipal, assinado pelo engenheiro-arquiteto José de Souza Monteiro,

discípulo de Grandjean de Montigny, foi aprovado em plenário pelos vereadores. Em 2 de dezembro de 1882, inaugurou-se o novo Paço Municipal no terreno em frente ao Campo da Aclamação, depois da demolição do antigo prédio, com uma grande solenidade que contou com a participação do imperador e de altas autoridades governamentais. Nesta data, foi lavrado o Auto de Inauguração do Paço Imperial, depositado atualmente no AGCRJ.

Entre 1870 e 1889 houve crescente participação da Câmara Municipal nas campanhas abolicionista e republicana, promovendo a alforria dos escravos da casa e Município Neutro da Corte e antimonarquistas. Em 1884, os vereadores aprovaram a criação de um Livro de Ouro para registrar as doações destinadas à compra de alforrias de escravos. A solenidade civil que marcou a proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, foi realizada no plenário da Câmara Municipal, onde os vereadores se reuniram com líderes republicanos. Em 16 de novembro de 1889, os membros do Governo Republicano Provisório assinaram o Termo de Juramento perante a Câmara Municipal, prestando votos de lealdade ao regime recém-implantado no país.

A antiga Câmara - que se caracterizara por acompanhar, influir e participar do cotidiano da cidade por quase quatro séculos foi então extinta pelo Governo Provisório do marechal Deodoro da Fonseca e substituída pelo Conselho de Intendência, em 7 de dezembro de 1889, por meio do Decreto Nº 50-A, do Governo Republicano Provisório. O Conselho de Intendência passava a responder pelas atribuições que cabiam anteriormente àquela instituição e cujos presidentes, nomeados pelo governo federal, detinham a função de chefes do executivo municipal.

Concomitantemente, o Município Neutro do Império foi transformado em Distrito Federal, capital da recémimplantada República. Com a promulgação, pelo Congresso Nacional, em 20 de setembro de 1892, da Lei Orgânica do Distrito Federal, os poderes legislativo e executivo foram, enfim, separados: ao Conselho de Intendência, cujos membros eram eleitos pela população, coube legislar, e à recém-criada Prefeitura do Rio de Janeiro, cujo titular era indicado pelo governo federal, foi entregue o poder executivo.

O Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893, que reorganiza as repartições da Prefeitura, cria também o seu arquivo, denominando-o de Arquivo do Distrito Federal, órgão que, ao lado de outras repartições, passa a desempenhar funções executivas do governo municipal, com status de Secretaria. Cumpre notar que o acervo do antigo Arquivo da Câmara foi transferido para a estrutura da Prefeitura, talvez porque parte importante dos documentos sob sua custódia vinculava-se diretamente ao exercício da administração da municipalidade, uma vez que a Lei Orgânica de 1828 retirara das câmaras uma série de

2.3 História arquivística	prerrogativas, passando a coexistir com os que seriam, daí por diante, produzidos pela Prefeitura do Distrito Federal, pelo estado da Guanabara e pelo município do Rio de Janeiro, já que esta cidade conheceu inúmeras estruturas administrativas no decorrer de sua trajetória.  Os registros mais antigos deste fundo remontam ao século XVI perpassando até o século XIX. Os critérios de organização documental da época privilegiavam um agrupamento pela temática documental, diferentemente do que temos como modelo de arranjo para documentos históricos de acordo com a moderna Arquivística, em virtude da qual estes são organizados pelo órgão produtor. Desta forma, optamos por manter a ordem original, tanto no sistema de organização, como no sistema de referenciação.
2.4 Procedência 3 Área de cont	Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	O acervo é composto por documentos textuais que versam especificamente sobre questões urbanas, tombamento de bens municipais. Documentos que versam sobre a escravidão na Cidade do Rio de Janeiro, registros sobre a família real e imperial, corpo técnico da Câmara Municipal, com documentos do funcionalismo público, registros de ações de higiene pública, iluminação, preservação de jardins, além de códigos de condutas, com registros de infração de posturas, documentos sobre o legislativo municipal, legislativo constitucional e legislação municipal. O acervo é composto também por documentos cartográficos (plantas). Estas plantas mapeiam parte da cidade do Rio de Janeiro e algumas de suas ilhas existentes à época de sua confecção.
3.4 Sistema de arranjo	Organização: Documentos do gênero textual se encontram organizados provisoriamente em 16 séries temáticas, que são elas: Aforamentos, Tombamento Municipal, Escravidão, Família Real e Imperial, Funcionalismo da Municipalidade, Higiene Pública, Iluminação Pública, Instrução Pública, Infração de Posturas, Instrução Pública, Jardins Públicos, Legislativo Municipal, Legislativo Constitucional, Legislação Municipal, Licença para obras, Limpeza Pública.  A série "Cartas Cadastrais da Cidade do Rio de Janeiro de 1880" foi organizada em duas (2) subséries documentais, discriminadas da seguinte forma: Cartas Continentais, que contém 943 plantas relativas a áreas continentais da cidade; e Cartas de Ilhas, que contém 116 plantas relativas ao conjunto de 11 ilhas pertencentes à cidade. É importante salientar que na subsérie Cartas Continentais se verifica a ausência de 27 plantas, retiradas por motivos diversos - alheios e anteriores à salvaguarda do AGCRJ. VEJA ANEXO 3 DO GUIA.
4 Área de conc	lições de acesso e uso

4.1 Condições de Acesso

Com Restrição (RAZÕES ADMINISTRATIVAS/INTERNAS)

4.3 Idioma	
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	Tipo: Índice. Descrição: -Índices de documentação textual. Volume I.
5 Área de fon	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos Originais	ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS
5.2 Existência e Localização de Cópias	ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS
Outros Detentores	Ministério de Cultura de España/Subdirección General de los Archivos Estatales, possuindo uma cópia digital dos documentos pertencente à Série Escravidão, no suporte DVD, totalizando 10 unidades.
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	O estado dos documentos é regular, não foram completamente higienizados, sendo necessário futuramente passar por intervenções técnicas adequadas, visando assim sua preservação.
6.2 Notas gerais	
7 Área de contr	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	O processo de organização do acervo, se encontra em na fase de levantamento documental, ou seja, os dados aqui dispostos não correspondem a totalidade do acervo, futuramente novas informações sobre o respectivo fundo serão inseridas e disponibilizadas neste instrumento.
7.2 Regras ou Convenções	Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006 (Brasil).
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	21/12/2010

## 3.3.1.1 Série: Posturas Municipais

	T .
Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJAGCRJ.CM.POM
1.2 Título	POSTURAS MUNICIPAIS
1.3 Data (s)	1830 - 1978
1.4 Nível de descrição	SÉRIE
1.5 Dimensão e suporte	Espécie: ITENS Quantificação/Mensuração: 0,50 METROS LINEARES
	Observações: 07 volumes/ tomo
2 /	Área de contextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	CÂMARA MUNICIPAL
2.2 História administrativa/Biografi a	Os Códigos de Posturas Municipais, ou como eram inicialmente chamados de Posturas Policiais, criados no Brasil a partir do século XIX, podem ser considerados como uma tentativa de normalizar, normatizar e regulamentar a sociedade através de uma constante vigilância sobre os atos e comportamentos dos indivíduos.  Trata-se, em verdade, de uma tradição portuguesa advinda da Baixa Idade Média. O termo "postura" surge primitivamente como sinônimo de lei geral emanada do rei. Apenas no século XIV, e depois de um período de transição, a carga semântica do termo se fixa no seu sentido de lei particular de um conselho, constituindo-se as posturas como normas de regulamentação da vida local.  Neste sentido, os Códigos de Posturas Municipais, do Brasil oitocentista, como as do Rio de Janeiro, podem ser analisados como uma forma de normalização da sociedade, normatização do espaço urbano e organização do ambiente citadino. Constitui-se, assim, como uma legislação da cidade, com efeitos regulamentadores e disciplinares, visto que os códigos estão dentro de uma visão jurídica, do cumprimento de normas e regras de convívio, como uma maneira de socialização, normas de civilidade e sociabilidade que pressupõe um saber.  As Posturas Municipais da Cidade do Rio de Janeiro consistiam num conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio para uma determinada comunidade, demonstrando a preocupação com a segurança pública e com a preservação da ordem, incluindo –se os problemas relacionados com a saúde pública.  Ressalte-se que regulamentar a cidade também significava inibir a ação de indivíduos que poderiam desafiar o poder do Estado. As punições impostas nestes regulamentos deveriam ter uma função social mais complexa e não deveriam ser tomadas só como práticas de repressão. Estes mecanismos tiveram o intuito de controlar, vigiar e ao mesmo tempo corrigir as virtualidades da população, promovendo e tentando instruí-la. Com o crescimento econômico e populacional aliado à

expansão da cidade, o Poder Público desenvolveu estes dispositivos com a iniciativa de regulamentar, controlar e disciplinar a população, normatizando e normalizando o espaço urbano.

Estes códigos e regulamentos tinham por objetivo atuar preventivamente como forma de mecanismo regulamentador, antes que o cidadão pudesse praticar o delito. Portanto, tiveram uma dimensão preventiva, inibindo o indivíduo e a população em geral de cometer desvios que possam colocar em risco o ambiente civilizado da cidade. Assim, punições estabelecidas, como multa ou detenção, não são apoiadas no mecanismo da correção, mas no da prevenção e coerção prévia.

As legislações que conformam a Série Posturas Municipais espelham, além disso, as tensões e composições entre o poder local carioca e o poder central brasileiro, ao atuar no espaço público da Capital, principalmente de meados do século XIX até as décadas iniciais do século XX.

## 2.3 História arquivística

Os tomos publicados chegaram ao AGCRJ em diferentes ocasiões, em geral por doação. Os Códigos de Posturas referentes ao século XIX (1830; 1838-1893; e 1889) são consolidações de diferentes regulamentações publicadas ao longo destas datas, aplicando-se esta tipologia também aos códigos publicados em 1904-1906 e 1928. Já os códigos de 1976 e 1978 chegaram ao AGCRJ como cópia da legislação publicada à época. Trata-se de compêndios de atualizações legislativas criadas e realizadas após o fim da fusão e a criação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que a edição de regras legais denominadas e tipificadas como "Posturas Municipais", no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, vão além de 1978 e não integram esta série. As várias alterações ocorridas após este momento podem ser consultadas no Portal de Decretos dos Prefeitos (http://decretosmunicipais.rio.rj.gov.br), ou ainda nos Diários Oficiais do Município, disponíveis na Biblioteca Professor Oswaldo Porto Rocha.

Por se tratar de legislação, as Posturas Municipais foram inicialmente alocadas como acervo pertencente à Biblioteca Professor Oswaldo Porto Rocha. Entretanto, ao consistir fundamentalmente em resoluções do poder local, o acervo foi integrado à Documentação Textual, pois esta possui como proveniência básica a ação dos poderes locais cariocas: Câmara Municipal, Conselho de Intendência Municipal e Prefeitura do Distrito Federal. Também por este motivo, esta série integra o Fundo Câmara Municipal.

#### 2.4 Procedência

Natureza Jurídica: PÚBLICO

#### 3 Área de conteúdo e estrutura

#### 3.1 Âmbito e conteúdo

Os documentos da Série Posturas Municipais são conjuntos legislativos (com decretos, editais, resoluções etc.) que buscam regulamentar o modo de viver na urbe carioca. Assim, destacam-se as temáticas de Saúde Pública, administração do espaço público e licenciamento de atividades econômicas.

Cabe ressaltar que a edição de regras legais denominadas e tipificadas como "Posturas Municipais", no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, vão além de 1978 e não integram esta série. As várias alterações ocorridas apôs este momento podem ser consultadas no Portal de Decretos dos Prefeitos (http://decretosmunicipais.rio.rj.gov.br), ou ainda nos Diários Oficiais do Municipio, disponiveis na Biblioteca Professor Oswaldo Porto Rocha.  3.4 Sistema de arranjo  3.4 Sistema de arranjo  3.5 Serie Posturas Municipais, parte integrante do Fundo Câmara Municipal, encontra-se organizada em sete subséries, indicadas pela numeração sequencial e que representam a baliza cronológica de cada edição legislativa. Cada subsérie desdobrase em dossiês temáticos e, por sua vez, nos itens documentais, que são cada dispositivo legal adotado.  Estágio de Tratamento: ORGANIZADO VEJA ANEXO 3 DO GUIA.  4 Área de condições de Acesso e uso  4.1 Condições Acesso  4.2 Condições de Acesso ideal por meio eletrônico.  Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  6.2 Existência e ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS  Localização dos Originais  5.3 Unidades de Descrição Acquivistica Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  8 ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS  Localização dos Originais  5.1 Existência e ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS  Conselho NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivistica. Rio de Janeiro: Arquivo Macional, 2006.  5 Area de fontes relacionadas: Conselho NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivistica. Rio de Janeiro: Arquivo Macional, 2006.  5 ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS  CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivistica. Rio de Janeiro: Arquivo Macional, 2006.  5 ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivistica. Rio de Janeiro: Arquivo Macional, 2006.  5 ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS CONSELHO NORRADE: Norma Brasileira de De		
pela numeração sequencial e que representam a baliza cronológica de cada edição legislativa. Cada subsérie desdobrase em dossiés temáticos e, por sua vez, nos itens documentais, que são cada dispositivo legal adotado.  Estágio de Tratamento: ORGANIZADO VEJA ANEXO 3 DO GUIA.  4 Área de condições de Acesso e uso  4.1 Condições de RESTRIÇÃO  SEM RESTRIÇÃO  SEM RESTRIÇÃO  Acesso ideal por meio eletrônico.  Acesso ideal por meio eletrônico.  ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência dos Originais  5.2 Existência e Localização dos Originais  6.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  Mutros Detentores: Biblioteca Digital do Senado Federal: BR RJ.AGCRJ.POM.2 - Subsérie Posturas 1838-1893  5.3 Unidades de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  5.4 Notas Sobre Publicação  BARROS, Maria Filomena Lopes de; SANTOS, Maria Leonor F. O. Silva (orgs.). O "Livro Antigo das Posturas" da Cidade de Évora. Évora, Portugal: CIDEHUS, 2012. Disponível em: http://dspace.euvora.pt/rdpc/bitstream/10174/5042/1/POSTUR AS.pdf. Acessado em: 06/01/2015. SCHMACHTENBERG, Ricardo. "Código de Posturas e Regulamentos: vigiar, controlar e punir", in: ANAÍS do IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), 2008. Disponível em: http://ech2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/12091580 27_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf. Acessado em: 06/01/2015.  6 Área de notas  6.1 Notas sobre conservação em momentos diversos.		tipificadas como "Posturas Municipais", no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, vão além de 1978 e não integram esta série. As várias alterações ocorridas após este momento podem ser consultadas no Portal de Decretos dos Prefeitos (http://decretosmunicipais.rio.rj.gov.br), ou ainda nos Diários Oficiais do Município, disponíveis na Biblioteca Professor Oswaldo Porto Rocha.  Organização:  A Série Posturas Municipais, parte integrante do Fundo Câmara
4.1 Condições de Acesso  4.2 Condições de Reprodução  5 Área de fontes relacionadas  5.1 Existência e Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  5 Área de fontes: Biblioteca Digital do Senado Federal: BR RJ.AGCRJ.POM.2 - Subsérie Posturas 1838-1893  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  Fublicação  5 ARROS, Maria Filomena Lopes de; SANTOS, Maria Leonor F. O. Silva (orgs.). O "Livro Antigo das Posturas" da Cidade de Évora. Évora, Portugal: CIDEHUS, 2012. Disponível em: http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/5042/1/POSTUR AS.pdf. Acessado em: 06/01/2015.  SCHMACHTENBERG, Ricardo. "Código de Posturas e Regulamentos: vigiar, controlar e punir", in: ANAIS do IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), 2008. Disponível http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/12091580 27_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf. Acessado em: 06/01/2015.  6 Área de notas  O acervo passou por intervenções técnicas de conservação e preservação em momentos diversos.		pela numeração sequencial e que representam a baliza cronológica de cada edição legislativa. Cada subsérie desdobrase em dossiês temáticos e, por sua vez, nos itens documentais, que são cada dispositivo legal adotado. Estágio de Tratamento: ORGANIZADO
Acesso   Acesso ideal por meio eletrônico.	4 Á1	rea de condições de acesso e uso
S Área de fontes relacionadas   S Área de fontes relacionadas	•	SEM RESTRIÇÃO
S.1 Existência e Localização dos Originais   S.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)   ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS	,	Acesso ideal por meio eletrônico.
Localização dos Originais  5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)  Outros Detentores: Biblioteca Digital do Senado Federal: BR RJ.AGCRJ.POM.2 - Subsérie Posturas 1838-1893  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Sobre Publicação  F. O. Silva (orgs.). O "Livro Antigo das Posturas" da Cidade de Évora. Évora, Portugal: CIDEHUS, 2012. Disponível em: http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/5042/1/POSTUR AS.pdf. Acessado em: 06/01/2015. SCHMACHTENBERG, Ricardo. "Código de Posturas e Regulamentos: vigiar, controlar e punir", in: ANAIS do IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), 2008. Disponível http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/12091580 27_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf. Acessado em: 06/01/2015.  6 Área de notas  O acervo passou por intervenções técnicas de conservação e preservação em momentos diversos.	5 A	Area de fontes relacionadas
S.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	Localização dos	ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS
(Na Instituição)  Outros Detentores: Biblioteca Digital do Senado Federal: BR RJ.AGCRJ.POM.2 - Subsérie Posturas 1838-1893  5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  5.4 Notas Sobre Publicação  BARROS, Maria Filomena Lopes de; SANTOS, Maria Leonor F. O. Silva (orgs.). O "Livro Antigo das Posturas" da Cidade de Évora. Évora, Portugal: CIDEHUS, 2012. Disponível em: http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/5042/1/POSTUR AS.pdf. Acessado em: 06/01/2015.  SCHMACHTENBERG, Ricardo. "Código de Posturas e Regulamentos: vigiar, controlar e punir", in: ANAIS do IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/12091580 27_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf. Acessado em: 06/01/2015.  6 Área de notas  O acervo passou por intervenções técnicas de conservação e preservação em momentos diversos.		ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:  5.4 Notas Publicação  Sobre Publicação  Arquivo NaCIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.  Sobre Publicação Arquivística Arquivística. Asortos, Macional de História. Associação Nacional de A	,	
Publicação  F. O. Silva (orgs.). O "Livro Antigo das Posturas" da Cidade de Évora. Évora, Portugal: CIDEHUS, 2012. Disponível em: http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/5042/1/POSTUR AS.pdf. Acessado em: 06/01/2015.  SCHMACHTENBERG, Ricardo. "Código de Posturas e Regulamentos: vigiar, controlar e punir", in: ANAIS do IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/12091580 27_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf. Acessado em: 06/01/2015.  6 Área de notas  O acervo passou por intervenções técnicas de conservação e preservação em momentos diversos.	Descrição	Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
6.1 Notas sobre conservação sobre conservação e preservação em momentos diversos.		F. O. Silva (orgs.). O "Livro Antigo das Posturas" da Cidade de Évora. Évora, Portugal: CIDEHUS, 2012. Disponível em: http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/5042/1/POSTUR AS.pdf. Acessado em: 06/01/2015.  SCHMACHTENBERG, Ricardo. "Código de Posturas e Regulamentos: vigiar, controlar e punir", in: ANAIS do IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/12091580 27_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf. Acessado em:
conservação preservação em momentos diversos.		
6.2 Estado do Acervo REGULAR		
	6.2 Estado do Acervo	REGULAR

6.3 Notas Gerais	O acervo está organizado e identificado, tendo passado por ações de higienização e restauro e estando adequadamente acondicionado.
7 Ár	ea de controle da descrição
7.1 Nota do arquivista	A organização da série, a descrição dos dossiês e a identificação do acervo seguiram as orientações da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).
7.2 Regras ou Convenções	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	10/08/2014 a 05/12/2014
7.4 Gerência de Documentação Escrita e Especial (GDEE)	Gerência de Documentação Escrita e Especial (GDEE)
7.5 Responsável da Descrição	Raphael Camelo Caldas (Gerente)
7.6 Arquivo Digital	NÃO

## 3.3.2 Fundo: Conselho de Intendência

Campo  1 Área de identificação  1.2 Título	Informações
,	BRRJAGCRJ.CI
1 110010	CONSELHO DE INTENDÊNCIA
1.3 Data (s)	1890 - 1893
1.4 Nível de descrição	FUNDO
1.5 Dimensão e suporte	TEXTUAL
_	Espécie: documentos escritos
	Quantificação/Mensuração: 0,00 METROS LINEARES
2 Área de cont	textualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	
2.2 História administrativa/Biografía  2.3 História arquivística 2.4 Procedência  3 Área de conte 3.1 Âmbito e conteúdo	Criado pelo Decreto nº 50A de 07.12.1889, que dissolve a Câmara Municipal e institui em seu lugar um Conselho de Intendência Municipal encarregado de administrar a capital, revendo a divisão civil do município, fixando o orçamento e executando as obras municipais. O Conselho de Intendência é antes de tudo um poder administrativo local, agente de implementação de decisões executivas e legislativas referendadas pelo Executivo federal. Lei nº85 de 20.09.1892 - entrega a gestão do Distrito Federal a um Prefeito, nomeado pelo Presidente da República, e a um Conselho Municipal que deixa de ser formado por indicados do Presidente e passam a ser eleitos pela população alistável.
3.4 Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: ORGANIZADO
	VEJA ANEXO 3 DO GUIA.
	ições de acesso e uso
4.3 Idioma	~
4.4 Características físicas e	SEM RESTRIÇÃO
requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	1 . 1
	es relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIO
Originais 5.2 Existência e Localização de	ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIO
Cópias	ACLUSO SOMENTE I ARA PUNCIONARIO
6 Área d	e notas
6.1 Notas sobre conservação	v nomo
6.2 Notas gerais	
	ole da descrição
/ Area de contro	,
-	
7.1 Nota do arquivista	NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO
	NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA - NOBRADE.
7.1 Nota do arquivista	
7.1 Nota do arquivista 7.2 Regras ou Convenções	ARQUIVÍSTICA - NOBRADE.

## 3.3.3 Fundo: Prefeitura do Distrito Federal

Campo	Informações
1 Área de identificação	BRRJAGCRJ.PDF
1.2 Título	PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
1.3 Data (s)	1893 – 1960
1.4 Nível de descrição	FUNDO
1.5 Dimensão e suporte	TEXTUAL
	Espécie: Documentos Escritos
	Quantificação/Mensuração: 0,00 METROS LINEARES
	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	
2.2 História	
administrativa/Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	
3.2 Sistema de arranjo	VEJA ANEXO 3 DO GUIA.
	lições de acesso e uso
4.3 Idioma	
4.4 Características físicas e	
requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	
	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS
Originais	,
5.2 Na Instituição	ACESSO SOMENTE PARA FUNCIONÁRIOS
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas gerais	
	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) decrição (ões)	
7.6 Arquivo Digital	Não

## 3.4 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## 3.4.1 FUNDO: Presidência do Estado do Rio de Janeiro

Campo	Informações	
1 Área de identificação	BR RJAPERJ PE	
1.2 Título	Presidência do Estado do Rio de Janeiro	
1.3 Data (s)	1889 - 1951 (Produção)	
1.4 Nível de descrição	Fundo	
1.5 Dimensão e suporte	Textual: 18 m	
	ntextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Presidência do Estado do Rio de Janeiro	
2.2 História administrativa/Biografia	Com a proclamação da República, em 1889, e a nova Constituição de 1891, foi instituído o regime federativo, mudando a denominação das províncias para estados e o Poder Executivo estadual passou a ser chefiado pelo presidente do Estado. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro foi promulgada em 9/4/1892. Após a Revolução de 1930, houve uma nova Assembleia Constituinte que promulgou a Constituição em 1934. Com o Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas extinguiu o regime federativo e estabeleceu as interventorias em cada unidade política do país, sendo nomeado interventor do estado do Rio de Janeiro Ernani do Amaral Peixoto.  Com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, foi adotada uma nova Constituição em 1946; foi promulgada a Constituição do Estado do Rio de Janeiro em 20/6/1947. Em 1975, o governo federal determinou a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, incorporando a cidade do Rio de Janeiro a essa unidade da	
2.3 História arquivística	federação.  A documentação encontrava-se nos porões da Escola Aurelino Leal. Em 1961, foi transferida para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e posteriormente para a Biblioteca Estadual de Niterói, ali permanecendo até 1979, quando retornou ao Arquivo Público. Entre 1977 e 1978, parte da documentação recebeu tratamento técnico de uma equipe da Universidade Federal Fluminense, coordenada pela professora e historiadora Ismênia Martins e pela bibliotecária Sílvia Estrela.	
3 Área de conteúdo e estrutura		
3.1 Âmbito e conteúdo	Documentos provenientes de diversos órgãos estaduais tratando dos seguintes assuntos: agricultura; obras públicas; saneamento; iluminação e abastecimento de água; navegação e portos; finanças; engenhos centrais; polícia; saúde; entre outros. Contém mapas e plantas referentes a municípios, estradas de ferro, limites do estado, planos rodoviários, entre outros.	
3.3 Incorporações	-	
3.4 Sistema de arranjo	Organização: Séries institucionais: PE 1- Secretaria do Governo do Estado PE 2- Correspondências recebidas pela Secretaria do	

	Governo do Estado
	PE 3- Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas
	PE 4- Diretoria de Obras Públicas e Estatísticas
	PE 5- Diretoria de Polícia e Assistência Pública
	PE 6- Diretoria da Fazenda
	PE 7- Diretoria de Negócios do Interior, Justiça e
	Instrução
	PE 8- Diretoria de Finanças do Estado
	AL- Assembléia Legislativa
	Estágio de tratamento: Parcialmente tratado.
	No APERJ não há descrição arquivística das séries
	baseadas na NOBRADE, visto que o sistema de arranjo
	está parcialmente tratado.
	VEJA ANEXO 4 DO GUIA.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de Acesso	Restrição de acesso devido ao estado de conservação dos
m condições de messe	documentos.
4.2 Condições de Reprodução	actinities.
	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	ites relacionadas
Originais	
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	
Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área c	de notas
6.1 Notas sobre conservação	O fundo encontra-se em tratamento técnico visando
or read seers conservages	integrar a parcela não tratada ao arranjo estabelecido.
6.2 Estado do Acervo	5 1
	role da descrição
7.1 Nota do arquivista	Ponto de Acesso: Presidência do Estado do Rio de
, roa do diquiriba	Janeiro (Produtor)
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	valient (1100001)
	1

## 3.5. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

## 3.5.1 Arquivo pessoal Oswaldo Cruz

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR ABL AA OC
1.2 Título	Arquivo Oswaldo Cruz
1.3 Data (s)	1911-1997
1.4 Nível de descrição	Coleção
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais - 20 documentos (1911-1997)
1	Impressos - 1 caixa-arquivo com recortes
	Iconográficos - 11 fotografias
2 Área de con	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Oswaldo Gonçalves Cruz
	(1872-1917)
2.2História administrativa/Biografia	
	de empreender uma campanha sanitária para combater as
	principais doenças que grassavam na capital federal: febre
	amarela, peste bubônica e varíola. Os métodos utilizados
	em relação às epidemias abarcaram desde o isolamento

dos doentes, a notificação compulsória dos casos positivos, a captura dos vetores – mosquitos e ratos –, até a desinfecção das moradias situadas em zonas de focos. Em 1904, após a aprovação da lei da vacinação antivariólica obrigatória, ocorreu uma revolta popular, seguida da tentativa de golpe por parte dos militares episódio denominado de Revolta da Vacina. Durou uma semana e foi sufocada com saldo de mortos, feridos e presos, o que levou à revogação da obrigatoriedade. Entre 1905 e 1906 realizou, pela DGSP, uma expedição a trinta portos marítimos e fluviais de Norte a Sul do país com o objetivo de estabelecer um código sanitário de acordo com os preceitos internacionais. Em 1907 recebeu a medalha de ouro em nome da seção brasileira presente no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim. Terminado o evento, foi a Paris, com o objetivo de estreitar laços científicos com o Instituto Pasteur, e em seguida a Nova York, onde conheceu o Instituto de Pesquisas Médicas. Nesse período, cumprindo missão delegada pelo governo brasileiro, reuniu-se com o presidente Theodore Roosevelt para lhe garantir que a esquadra norte-americana poderia desembarcar na capital federal sem temer a febre amarela. Encontrava-se ainda no exterior quando, em 1907, o presidente Afonso Pena transformou o Instituto Soroterápico em Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos. Em sua volta ao país, no início de 1908, foi recepcionado como herói nacional, e não mais criticado por sua conduta à frente das campanhas sanitárias. Em 1909 solicitou sua exoneração e optou pela direção do instituto que passou a levar seu nome. Em Manguinhos realizou o levantamento das condições sanitárias do interior do país por meio de expedições científicas promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), tais como, em 1910, os combates à malária durante a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, para onde viajou em companhia de Belisário Penna, e à febre amarela, a convite do governo do Pará. Em 1913 ingressou na Academia Brasileira de Letras, e um ano depois foi agraciado com o título de oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra da França. Após deixar o comando do IOC no início de 1916, em consequência do agravamento de sua doença renal, foi residir em Petrópolis (RJ), onde ocupou o cargo de prefeito por nomeação de Nilo Peçanha, presidente do estado do Rio de Janeiro. Morreu em 11 de fevereiro de 1917, em Petrópolis.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

Reúne cartas, correspondências, cartão, telegramas, conferências, discursos, relatórios, homenagens, biobiografia, notícias e críticas, notícias-monumento, imagem impressa, convite, comunicado, discurso de recepção, elogio, recorte de jornais e 6 jaquetas com 13 documentos, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória intelectual e científica do membro da Academia

	Brasileira de Letras.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Organização: Telegrama (1912-1917) Correspondência (1909 1913) Cartão (1913) Bio-biografia (1936-1972) Conferência (1936) Discursos (1939-1972) Homenagens (1919-1982) Notícias e críticas (1919-1996) Notícias-monumento (1939) Imagem impressa (2000) Discurso de recepção ao sr. Osvaldo Gonçalves Cruz (s/d) Comunicado (1967) Convite (1937) Comunicado ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1967) Elogio de Osvaldo Cruz 6 jaquetas com 13 documentos. Este é um arranjo arquivístico próprio baseado nas normas da NOBRADE, pois a informação descritiva original desta instituição encontra-se desnormalizada.
	VEJA ANEXO 2 DO GUIA.
	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição
	tes relacionadas
5.1 Existência e Localização dos Originais	Arquivo Oswaldo Cruz – Arquivo da Academia Brasileira de Letras
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas	Fundo Instituto Oswaldo Cruz Casa de Oswaldo Cruz (COC)
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área o	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de contr	ole da descrição
7.1 Nota do arquivista	Arquivista: Maria de Lourdes Maia
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	03/05/2011

## 3.5.2 Arquivo pessoal Clementino Fraga

Informações
BR ABL AA CF
Arquivo Clementino Fraga
1926-1971
Coleção
Documentos textuais - 1266 documentos (1926-1971)
Documentos impressos - 1 caixa-arquivo com recortes
Documentos iconográficos - 4 fotografias
extualização
Clementino Fraga
Nasceu em 15 de setembro de 1880, em Muritiba (BA), filho de Clementino Rocha Fraga e Córdula Magalhães Fraga. Em 1898 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou em 1903 com a tese "A vontade – estudo psicofisiológico". Nos dois anos seguintes atuou como professor assistente nessa faculdade. Em 1906 transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como inspetor sanitário na campanha contra a febre amarela empreendida pela Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), chefiada por Oswaldo Cruz. Nesse período clinicou no Hospital da Santa Casa de Misericórdia sob a orientação de Miguel Couto. Retornou à Bahia em 1910 como professor substituto de clínica médica da Faculdade de Medicina, e tornou-se catedrático quatro anos depois. Em 1917 chefiou a Comissão Sanitária Federal do Rio de Janeiro encarregada do combate à febre amarela. Em 1918 trabalhou com Carlos Chagas na DGSP, onde assumiu a direção do Hospital Deodoro e organizou os serviços emergenciais de assistência médica às vítimas da epidemia de gripe espanhola. Em 1921 foi eleito deputado federal pela Bahia, e em 1924 foi reeleito para a mesma cadeira. Em função de suas atividades parlamentares, transferiu-se, em 1925, definitivamente para a capital federal, onde passou a lecionar na cadeira de clínica médica da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Após o encerramento de seu mandato na Câmara Federal, em 1926, assumiu a direção do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), substituindo Carlos Chagas, e destacou-se pelas ações que empreendeu no combate à epidemia de febre amarela que grassou no Rio de Janeiro entre 1928 e 1929. Com a Revolução de 1930 exonerou-se da direção do DNSP e foi substituído por Belisário Penna. Dedicou-se, então, ao estudo da tuberculose: criou e dirigiu por 12 anos um curso de aperfeiçoamento sobre o tema na cadeira de clínica médica da Faculdade de Medicina. Em 1937, atendendo ao convite do prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, retornou à administração pública para assumir a Secretar

	1040 1 11
	sua aposentadoria, em 1942, dedicou-se à clínica e ao
	magistério, não mais como professor da faculdade e sim
	na qualidade de conferencista. Morreu em 8 de janeiro de 1971, no Rio de Janeiro.
2.2 Histório arquivística	1971, no kio de Janeno.
2.3 História arquivística 2.4 Procedência	Doações de Clementino Fraga Filho
	eúdo e estrutura
3.1 Âmbito e conteúdo	
3.1 Amono e conteudo	Reúne cartas de personalidades brasileiras e estrangeiras, cartas de acadêmicos, telegramas, cartões, discursos na
	ABL, folhetos, artigos, recortes de jornais e fotografías,
	entre outros documentos referentes à produção intelectual
	e literária de Clementino Fraga, inclusive como membro
	da Academia Brasileira de Letras.
3.3 Incorporações	da Academia Brasilena de Letras.
3.4 Sistema de arranjo	Organização:
3.4 Sistema de arranjo	Arquivo Clementino Fraga
	Academia Brasileira
	Correspondência recebida de diversos brasileiros
	Cartas recebidas de personalidades diversas em várias
	épocas
	Cartas de época diversas de brasileiros
	Cartas a acadêmicos e cartas de acadêmicos
	Cartas a personalidades diversas relacionadas por C. Fraga
	Cartas recebidas de personalidades estrangeiras
	Cartas recebidas de personalidades estrangeiras
	Correspondência 1949-1968
	Cartas C. F. 1940-50
	Cartas recebidas 1915-1938
	Academia de Letras da Bahia
	Fotos
	Discurso na Academia
	Academia Brasileira Pronunciamento
	Cartas de Luiz Torres P/ Dr. C. F Originais
	Cartas do Prof. Dr. C. F. (coleção de correspondências
	Este é um arranjo arquivístico próprio baseado nas normas
	da NOBRADE, pois a informação descritiva original desta
	instituição encontra-se desnormalizada.
4 Áron do cono	VEJA ANEXO 2 DO GUIA. dições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	Sem restrição
	,
4.2 Condições de Reprodução	Sem restrição
5 Área de for	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos	Arquivo Clementino Fraga – Arquivo da Academia
Originais	Brasileira de Letras
5.2 Existência e Localização de	
Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição	Casa de Oswaldo Cruz (COC)
Relacionadas:	Academia de Letras da Bahia
	Memorial da Medicina da Faculdade de Medicina da
	Universidade Federal da Bahia
-	Academia Nacional de Medicina
5.4 Notas Sobre Publicação	

6 Área de notas		
6.1 Notas sobre conservação		
6.2 Estado do Acervo		
7 Área de contr	role da descrição	
7.1 Nota do arquivista		
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)		

# 3.6 CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

## 3.6.1 Arquivo pessoal Arthur Neiva

Campo	Informações
1 Área de identificação	BR RJCPDOC AN
1.2 Título	Arthur Neiva
1.3 Data (s)	1903-1944
1.4 Nível de descrição	Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Documentos textuais: 2207 manuscritos.  Documentos iconográficos:133 itens (132 fotografias, 1 cartão-postal).  Documentos impressos: 77 livros, 8 periódicos e 3 artigos de periódicos.
2 Area de coi	ntextualização
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Arthur Neiva (1880-1943)
2.2 História administrativa/Biografia	Nasceu em 22 de março de 1880, em Salvador (BA), filho de João Augusto Neiva e Ana Adelaide Paço Neiva. Iniciou o curso superior na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo-o na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1903. Trabalhou para a Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela nas campanhas dirigidas por Oswaldo Cruz visando à erradicação do mosquito Aedes aegypti, transmissor da doença. Em 1906 ingressou no Instituto Soroterápico Federal, posteriormente denominado Instituto Oswaldo Cruz (IOC), onde realizou pesquisas em entomologia. Em 1907 participou ao lado de Carlos Chagas da campanha de profilaxia da malária em Xerém (RJ). Nessa região estudou os hábitos e as características dos mosquitos transmissores da doença e identificou alguns grupos de seus parasitos resistentes à quinina. Em 1908, como pesquisador do IOC, desenvolveu pesquisas sobre os insetos transmissores da doença de Chagas. Em 1910 forneceu informações detalhadas sobre a biologia do Conorhinus megistus — depois denominado Panstrongylus megistus —, que contribuíram para os primeiros conhecimentos sobre o ciclo evolutivo do Trypanosoma cruzi. Ainda sobre a doença de Chagas, realizou a classificação de espécies de barbeiros e explicou o mecanismo de transmissão, formulando a hipótese de que, ao se coçar, o indivíduo introduz em seu corpo, pela pele ou por uma mucosa, as fezes do inseto que contém tripanossomas. Durante a década de 1910 participou de expedições científicas enviadas pelo IOC ao interior do Brasil. Ao lado de Belisário Penna percorreu estados das regiões Nordeste e Centro-Oeste, com recursos do IOC e da Inspetoria de Obras contra as Secas, e publicou, quatro

anos depois, um relatório em que são denunciadas as más condições de vida e saúde da população rural. Participou do movimento que congregou cientistas, médicos e intelectuais em prol do saneamento do país. Em 1914, com a tese intitulada "Revisão do gênero Triatoma Lap.", sobre um dos gêneros de barbeiros, tornou-se livredocente da cadeira de história natural médica e parasitologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. De 1923 a 1927 dirigiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Entre 1924 e 1927 chefiou a Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira do Estado de São Paulo, trabalhando com Ângelo Moreira da Costa Lima e Edmundo Navarro de Andrade. Em 1928 o governo paulista o contratou como diretor-superintendente do recém-criado Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, denominado, a partir de 1937, Instituto Biológico, onde permaneceu até 1932. Após a Revolução de 1930, ocupou cargos na administração pública, como o de interventor federal na Bahia. De 1935 a 1937 foi deputado federal pelo Partido Social Democrático baiano. Com a implantação do Estado Novo, retomou suas atividades em Manguinhos. Morreu em 6 de junho de 1943, no Rio de Janeiro.

#### 2.3 História arquivística

#### 2.4 Procedência

#### 3 Área de conteúdo e estrutura

#### 3.1 Âmbito e conteúdo

O material textual apresenta informações sobre as atividades públicas e privadas de Artur Neiva, concentrando-se em temas vinculados à área de saúde pública, como sanitarismo e política governamental para este setor, entre as décadas de 1910 e 1940. Os registros relativos à atuação do titular na política baiana são escassos, merecendo destaque sua correspondência com Juraci Magalhães analisando a situação político-partidária regional e nacional de 1933 a 1937. O arquivo possui ainda 75 depoimentos prestados à Polícia Federal por políticos de projeção nacional comprometidos com a Revolução Constitucionalista de 1932, além de farta correspondência de Artur Neiva com Monteiro Lobato sobre a questão do petróleo. Período abrangido: 1903-1943.

Os documentos audiovisuais fornecem informações esparsas sobre a trajetória pública do titular. Referem-se a Artur Neiva no Instituto Oswaldo Cruz e no Instituto Bacteriológico da Argentina, bem como à construção do prédio do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal. Figuram ainda registros relativos ao período em que o titular esteve à frente do Serviço Sanitário de São Paulo, da Secretaria dos Negócios do Interior de São Paulo e da interventoria baiana. Período abrangido: 1913-1938. O material dos documentos impressos reflete o interesse e a atuação de Artur Neiva na área científica, incluindo quarenta trabalhos de sua autoria, legislação

	sanitária, publicações sobre o Instituto do Cacau da Bahia e homenagens prestadas ao titular. Período abrangido: 1905-1944.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	O arquivo está organizado em quatro séries. Documentos pessoais, Correspondência, Produção Intelectual e Recortes de Jornais.
	Este é um arranjo arquivístico próprio baseado nas normas da NOBRADE, pois a informação descritiva original desta instituição encontra-se desnormalizada.  VEJA ANEXO 5 DO GUIA.
4 Área de conc	lições de acesso e uso
4.1 Condições de Acesso	
4.2 Condições de Reprodução	
5 Área de fon	ites relacionadas
5.1 Existência e Localização dos Originais	
5.2 Existência e Localização de Cópias (Na Instituição)	
5.3 Unidades de Descrição Relacionadas:	
5.4 Notas Sobre Publicação	
6 Área	de notas
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Estado do Acervo	
7 Área de contr	role da descrição
7.1 Nota do arquivista	
7.3 Data (s) da (s) descrição (ões)	

#### 4. ANEXO

### **4.1 Tabelas Descritoras Arquivísticas**<sup>7</sup>

#### 4.1.1 ANEXO 1: ARQUIVO NACIONAL

#### 4.1.1.1 Fundo: Ministério da Justiça e Negócios Interiores

#### 4.1.1.1 Série Saúde - Gabinete do Ministro e Generalidades (IS 1)8

NOTAÇÃO	AUTORIA	TÍTULO	DATA LIMITE	OBS
IS 1	Ministério da Saúde- Rio de Janeiro- Laboratório de análises	Diversos	1892 a 1897	Vide IF <sup>1</sup> 155
IS 1.1	Ministério do Império- Diretoria do Interior- 2 Seção	Registro de portarias	1893-1899	Seção dos Ministérios S.D.E (Rel. 29- n. 1024)
IS 1. 2	Ministério do Império- 2 Seção	Protocolo de requerimentos	1891	Seção dos Ministérios S.D.E (Rel. 29- n. 802)
IS 1. 4	Ministério do Império- Secretaria do Interior- 2 Seção	Protocolo de requerimentos	Maio/Junho- 1890	Seção dos Ministérios S.D.E (Rel. 29- n. 1021)
IS 1. 113	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria do Interior- Serviço Sanitário	Processos diversos	1916-1920	Seção dos Ministérios S.D.E (Rel. 98)
IS 1. 114	Ministério da Justiça e Negócios Interiores	Processos, requerimentos, relatórios e diversos.	1912-1952	Seção dos Ministérios S.D.E (Rel. 98)
IS 1. 115		Correspondência da Legação do Brasil na Alemanha com diversos Ministérios	1890-1894- 1896-1899	M.188 (Of. 8494)
IS 1. 116	Ministério da Justiça e Negócios Interiores.	Legação do Brasil na Bélgica	1886-1892- 1895-1896- 1903-1912-1913	M. 189 (Of. 8494)
IS 1. 117	Ministério [da	Legação do Brasil	1890	M.188 (Of. 8494)

\_

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Temos nos anexos uma enorme massa documental desnormalizada. Ou seja, ainda não existe uma descrição arquivística dos fundos baseado na NOBRADE. Por isso, foi realizado um arranjo arquivístico pessoal, apenas para facilitar a organização da pesquisa. Apesar da proposta inicial da confecção do guia de fontes sobre saúde pública na Primeira República ser todo baseado na NOBRADE (a partir do nível descritivo "fundo"), por questão de *informação descritiva desnormalizada* em algumas entidades custodiadoras tal situação não será possível.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> 13 conjuntos documentais (subséries), da série Saúde- Gabinete do Ministro e Generalidades (IS 1) do fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

	Justiça] e Negócios	na Áustria		
	Interiores.			
IS 1. 118		Correspondência da	1886-1889-	M. 190 (Of.
		Legação do Brasil	1892-1895-	8494)
		na França com	1897-1899-	
		vários Ministérios	1901-1911	
IS 1. 119		Correspondência da	1885-1889-	M. 193 (Of.
		Legação do Brasil	1890-1891-	8494)
		na Itália com vários	1898-1905	
		Ministérios.		
IS 1. 120		Correspondência da	1885-1897-	M. 192 (Of.
		Legação do Brasil	1902-1904	8494)
		na Grã-Bretanha		
		com vários		
		Ministérios		
IS 1. 121		Correspondência da	1885-1887-	M. 193 (Of.
		Legação do Brasil	1894-1895	8494)
		em Portugal com		
		vários Ministérios.		

## 4.1.1.1.2 Série Saúde - Higiene e Saúde Pública - DGSP e IOC (IS 4)9

NOTAÇÃO	AUTORIA	TÍTULO	DATA LIMITE
IS 4. 59	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios	1900-1911
IS 4. 60	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios	1912-1° trimestre
IS 4. 61	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios	1912- Abril
IS 4. 62	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios.	1912- Maio
IS 4. 63	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios.	1912- Junho-Julho
IS 4. 64	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios	1912- Agosto- Setembro
IS 4. 65	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios.	1912- Outubro- Novembro
IS 4. 66	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios.	1912- Dezembro
IS 4. 67	Ministério da Justiça e	Ofícios, processos e	1913- 1° trimestre

\_

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> 16 conjuntos documentais (subséries) da série Saúde-Higiene e Saúde Pública-Diretoria Geral de Saúde Pública e Instituto Osvaldo Cruz (IS 4) do fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

	Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	relatórios.	
IS 4. 68	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios	1913- 2º trimestre
IS 4. 69	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios	1913- 3° trimestre
IS 4. 70	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública.	Ofícios, processos e relatórios	1913- 4° trimestre
IS 4. 71	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública.	Ofícios, processos e relatórios	1914
IS 4. 72	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios	1915
IS 4. 73	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Ofícios, processos e relatórios	1917-1919
IS 4. 74	Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Diretoria Geral de Saúde Pública	Relatório dos serviços da Inspetoria de Saúde dos Portos de diversos Estados	1919

## 4.1.1.1.3 Série Justiça- Administração (IJ 2)

NOTAÇÃO	AUTORIA	DESTINATÁRIO	TÍTULO	DATA LIMITE	OBS
IJ 2.338	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Oficios do diretor geral de Saúde Pública	1900 - 1° semestre	Rel: 90
IJ 2.339	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1900 - 3° semestre	Rel: 90
IJ 2.340	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1900 - 4° semestre	Rel: 90
IJ 2.341	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1901 - 1° semestre	Rel: 90
IJ 2.342	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública		Rel: 90
IJ 2.343	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1902 - 1° trimestre	Rel: 90
IJ 2.344	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1902 - 2° trimestre	Rel: 90
IJ 2.345	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1902 - 3° trimestre	Rel: 90
IJ 2.346	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1902 - 4° trimestre	Rel: 90
IJ 2.347	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1903 - janeiro	Rel: 90
IJ 2.348	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1903 - fevereiro	Rel: 90
IJ 2.349	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1903 - abril - maio	Rel: 90
IJ 2.350	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1903 - junho - julho	Rel: 90
IJ 2.351	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1903 - agosto - setembro	Rel: 90
IJ 2.352	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1903 - outubro - novembro	Rel: 90
IJ 2.353	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Oficios do diretor geral de Saúde Pública	1903 - dezembro	Rel: 90

IJ 2.354	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde	1904 - 1° trimestre	Rel: 90
			Pública		
IJ 2.355	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1904 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	abril	
IJ 2.356	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1904 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	maio	
IJ 2.357	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1904 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	junho	
IJ 2.358	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1904 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	julho	
IJ 2.359	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1904 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	agosto	
IJ 2.360	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1904 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	setembro	
IJ 2.361	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1904 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	outubro	
IJ 2.362	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1904 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	novembro	
IJ 2.363	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1904 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	dezembro	
IJ 2.364	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1905 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	janeiro	
IJ 2.365	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1905 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	fevereiro	
IJ 2.366	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1905 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	março	
IJ 2.367	Diretoria Geral de	Diretoria de	Oficios do diretor	1905 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	abril	
IJ 2.368	Diretoria Geral de	Diretoria de	Oficios do diretor	1905 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	maio	
IJ 2.369	Diretoria Geral de	Diretoria de	Oficios do diretor	1905 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	junho	
IJ 2.370	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1905 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	julho	
IJ 2.371	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1905 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	agosto	

IJ 2.372	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde	1905 - setembro	Rel: 90
IJ 2.373	Diretoria Geral de	Diretoria de	Pública Ofícios do diretor	1905 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	outubro	
IJ 2.374	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1905 - novembro	Rel: 90
IJ 2.375	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1905 - dezembro	Rel: 90
IJ 2.376	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1906 - janeiro	Rel: 90
IJ 2.377	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1906 - fevereiro	Rel: 90
IJ 2.378	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1906 - março	Rel: 90
IJ 2.379	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1906 - abril	Rel: 90
IJ 2.380	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1906 - maio	Rel: 90
IJ 2.381	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1906 - junho	Rel: 90
IJ 2.382	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1906 - julho	Rel: 90
IJ 2.383	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1906 - agosto	Rel: 90
IJ 2.384	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1906 - setembro	Rel: 90
IJ 2.385	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1906 - outubro	Rel: 90
IJ 2.386	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1906 - novembro	Rel: 90
IJ 2.387	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1906 - dezembro	Rel: 90
IJ 2.388	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1907 - janeiro	Rel: 90
IJ 2.389	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1907 - fevereiro	Rel: 90

IJ 2.390	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde	1907 - março	Rel: 90
			Pública	100-	- 1 00
IJ 2.391	Diretoria Geral de	Diretoria de	Oficios do diretor	1907 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	abril	
IJ 2.392	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1907 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	maio	
IJ 2.393	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1907 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	junho	
IJ 2.394	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1907 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	julho	
IJ 2.395	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1907 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	agosto	
IJ 2.396	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1907 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	setembro	
IJ 2.397	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1907 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	outubro	
IJ 2.398	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1907 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	novembro	
IJ 2.399	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1907 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	dezembro	
IJ 2.400	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1908 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	janeiro	
IJ 2.401	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1908 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	fevereiro	
IJ 2.402	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1908 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	março	
IJ 2.403	Diretoria Geral de	Diretoria de	Oficios do diretor	1908 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	abril	
IJ 2.404	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1908 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	maio	
IJ 2.405	Diretoria Geral de	Diretoria de	Oficios do diretor	1908 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	junho	
IJ 2.406	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1908 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	julho	
IJ 2.407	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1908 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	agosto	

IJ 2.408	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Oficios do diretor geral de Saúde	1908 - setembro	Rel: 90
IJ 2.409	Diretoria Geral de	Diretoria de	Pública Ofícios do diretor	1908 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	outubro	
IJ 2.410	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1908 - novembro	Rel: 90
IJ 2.411	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1908 - dezembro	Rel: 90
IJ 2.412	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1909 - janeiro	Rel: 90
IJ 2.413	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1909 - fevereiro	Rel: 90
IJ 2.414	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1909 - março	Rel: 90
IJ 2.415	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1909 - abril	Rel: 90
IJ 2.416	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1909 - maio	Rel: 90
IJ 2.417	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1909 - junho	Rel: 90
IJ 2.418	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1909 - julho	Rel: 90
IJ 2.419	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1909 - agosto	Rel: 90
IJ 2.420	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1909 - setembro	Rel: 90
IJ 2.421	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1909 - outubro	Rel: 90
IJ 2.422	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1909 - novembro	Rel: 90
IJ 2.423	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1909 - dezembro	Rel: 90
IJ 2.424	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1910 - janeiro	Rel: 90
IJ 2.425	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1910 - fevereiro	Rel: 90

IJ 2.426	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1910 - março	Rel: 90
IJ 2.427	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde	1910 - abril	Rel: 90
IJ 2.428	Diretoria Geral de	Diretoria de	Pública Ofícios do diretor	1910 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	maio	
IJ 2.429	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1910 - junho	Rel: 90
IJ 2.430	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1910 - julho	Rel: 90
IJ 2.431	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1910 - agosto	Rel: 90
IJ 2.432	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1910 - setembro	Rel: 90
IJ 2.433	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1910 - outubro	Rel: 90
IJ 2.434	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1910 - novembro	Rel: 90
IJ 2.435	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1910 - dezembro	Rel: 90
IJ 2.436	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1911 - janeiro	Rel: 90
IJ 2.437	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1911 - fevereiro	Rel: 90
IJ 2.438	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1911 - março	Rel: 90
IJ 2.439	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1911 - abril	Rel: 90
IJ 2.440	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Oficios do diretor geral de Saúde maio Pública		Rel: 90
IJ 2.441	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1911 - junho	Rel: 90
IJ 2.442	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Oficios do diretor 1911 - geral de Saúde julho Pública		Rel: 90
IJ 2.443	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1911 - agosto	Rel: 90

IJ 2.444	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde	1911 - setembro	Rel: 90
			Pública		
IJ 2.445	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1911 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	outubro	
IJ 2.446	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública		Rel: 90
IJ 2.447	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1911 - dezembro	Rel: 90
IJ 2.448	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1912 - janeiro	Rel: 90
IJ 2.449	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1912 - fevereiro	Rel: 90
IJ 2.450	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1912 - março	Rel: 90
IJ 2.451	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1912 - abril	Rel: 90
IJ 2.452	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1912 - maio	Rel: 90
IJ 2.453	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1912 - junho	Rel: 90
IJ 2.454	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1912 - julho	Rel: 90
IJ 2.455	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1912 - agosto	Rel: 90
IJ 2.456	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1912 - setembro	Rel: 90
IJ 2.457	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1912 - outubro	Rel: 90
IJ 2.458	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde novembro Pública		Rel: 90
IJ 2.459	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1912 - dezembro	Rel: 90
IJ 2.460	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1913 - janeiro	Rel: 90
IJ 2.461	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1913 - fevereiro	Rel: 90

IJ 2.462	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde	1913 -	Rel: 90
			Pública	março	
IJ 2.463	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1913 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	abril	
IJ 2.464	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1913 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	maio	
IJ 2.465	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1913 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	junho	
IJ 2.466	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1913 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	julho	
IJ 2.467	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1913 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	agosto	
IJ 2.468	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1913 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	setembro	
IJ 2.469	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1913 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	outubro	
IJ 2.470	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1913 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	novembro	
IJ 2.471	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1913 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	dezembro	
IJ 2.472	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1914 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	janeiro	
IJ 2.473	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1914 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	fevereiro	
IJ 2.474	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1914 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	março	
IJ 2.475	Diretoria Geral de	Diretoria de	Oficios do diretor	1914 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	abril	
IJ 2.476	Diretoria Geral de	Diretoria de	Oficios do diretor	1914 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	maio	
IJ 2.477	Diretoria Geral de	Diretoria de	Oficios do diretor	1914 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	junho	
IJ 2.478	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1914 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	julho	
IJ 2.479	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1914 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	agosto	

IJ 2.480	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde	1914 - setembro -	Rel: 90
			Pública	outubro	
IJ 2.481	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1914 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	novembro – dez.	
IJ 2.482	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Oficios do diretor geral de Saúde Pública		Rel: 90
IJ 2.483	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1915 - fevereiro	Rel: 90
IJ 2.484	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública		Rel: 90
IJ 2.485	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1915 - abril	Rel: 90
IJ 2.486	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1915 - maio	Rel: 90
IJ 2.487	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1915 - junho	Rel: 90
IJ 2.488	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1915 - julho	Rel: 90
IJ 2.489	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1915 - agosto - setembro	Rel: 90
IJ 2.490	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1915 - outubro	Rel: 90
IJ 2.491	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1915 - novembro	Rel: 90
IJ 2.492	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1915 - dezembro	Rel: 90
IJ 2.493	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1916 - janeiro	Rel: 90
IJ 2.494	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde fevereiro Pública		Rel: 90
IJ 2.495	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1916 - março	Rel: 90
IJ 2.496	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1916 - maio	Rel: 90
IJ 2.497	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1916 - junho	Rel: 90

IJ 2.498	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde	1916 - julho	Rel: 90
IJ 2.499	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Pública Ofícios do diretor geral de Saúde	1916 -	Rel: 90
			Pública	agosto	
IJ 2.500	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública		Rel: 90
IJ 2.501	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1916 - outubro	Rel: 90
IJ 2.502	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1916 - novembro	Rel: 90
IJ 2.503	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1916 - dezembro	Rel: 90
IJ 2.504	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1917 - janeiro	Rel: 90
IJ 2.505	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1917 - fevereiro	Rel: 90
IJ 2.506	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1917 - março	Rel: 90
IJ 2.507	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1917 - abril	Rel: 90
IJ 2.508	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1917 - maio	Rel: 90
IJ 2.509	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1917 - junho	Rel: 90
IJ 2.510	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1917 - julho	Rel: 90
IJ 2.511	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1917 - agosto	Rel: 90
IJ 2.512	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde setembro Pública		Rel: 90
IJ 2.513	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1917 - outubro	Rel: 90
IJ 2.514	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1917 - novembro	Rel: 90
IJ 2.515	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1917 - dezembro	Rel: 90

IJ 2.516	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - 1- 17 janeiro	Rel: 90
IJ 2.517	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - 18- 31 janeiro	Rel: 90
IJ 2.518	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Oficios do diretor geral de Saúde Pública 1918 - fevereiro		Rel: 90
IJ 2.519	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - março	Rel: 90
IJ 2.520	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - abril	Rel: 90
IJ 2.521	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - maio	Rel: 90
IJ 2.522	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - junho	Rel: 90
IJ 2.523	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - julho	Rel: 90
IJ 2.524	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - agosto	Rel: 90
IJ 2.525	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - setembro	Rel: 90
IJ 2.526	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - outubro	Rel: 90
IJ 2.527	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - novembro	Rel: 90
IJ 2.528	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - 1- 14 dezembro	Rel: 90
IJ 2.529	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1918 - 15- 31 dezembro	Rel: 90
IJ 2.530	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1919 - janeiro	Rel: 90
IJ 2.531	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1919 - fevereiro	Rel: 90
IJ 2.532	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1919 - março	Rel: 90
IJ 2.533	Diretoria Geral de Saúde Pública	Diretoria de Contabilidade	Ofícios do diretor geral de Saúde Pública	1919 - 1- 12 abril	Rel: 90

IJ 2.534	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1919 - 13-	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	30 abril	
IJ 2.535	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1919 -	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	maio	
IJ 2.536	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1919 - 1-	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	24 junho	
IJ 2.537	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1919 - 25-	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	30 junho	
IJ 2.538	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1919 - 1-	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	10 julho	
IJ 2.539	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1919 - 11-	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	31 julho	
IJ 2.540	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1919 - 1-	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	21 agosto	
IJ 2.541	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1919 - 22-	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	31 agosto	
IJ 2.542	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1919 - 1-	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	18	
IJ 2.543	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	setembro 1919 - 19-	Rel: 90
13 2.343	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde	30	Kei. 90
	Saude I dollea	Comaomaac	Pública	setembro	
IJ 2.544	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1919 - 1-	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	16 outubro	
IJ 2.545	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1919 - 17-	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde Pública	31 outubro	
IJ 2.546	Diretoria Geral de	Diretoria de	Ofícios do diretor	1919 - 1-	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde	11	
			Pública	novembro	
IJ 2.547	Diretoria Geral de	Diretoria de	Oficios do diretor	1919 - 12-	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde	30	
IJ 2.548	Directoria Canal de	Diretoria de	Pública Ofícios do diretor	novembro 1919-	D a1, 00
1J 2.348	Diretoria Geral de Saúde Pública	Contabilidade	geral de Saúde	dezembro	Rel: 90
11.0.5.10			Pública		D 1 00
IJ 2.549	Diretoria Geral de	Diretoria de	Prestação de	1918	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	contas da		
			importância de 1.000.000,00		
			recebida pelo Dr.		
			Carlas Chagas por		
			ocasião da gripe.		
IJ 2.799	Diretoria Geral de	Diretoria de	Relatório	1918	Rel: 90
	Saúde Pública	Contabilidade	apresentado pelo		

	Sr Harry	
	Fortlouge, sobre	
	requisição de aves	
	durante a epidemia	
	da gripe.	

## 4.1.2 ANEXO 2: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

## 4.1.2.1 Fundo: Arquivo Oswaldo Cruz

NOTAÇÃO	TIPOLOGIA	CONTEÚDO	DATA	LOCALIZAÇÃO	PÁGS
130.C.15	Telegrama		14/02/1917	25.6.13	1
130.C.2	Correspondência		05/1912	25.6.14	1
130.C.7	Correspondência		02/08/1909	25.6.14	1
130.C.6	Correspondência		28/07/1909	25.6.14	1
130.C.3	Correspondência		24/03/1913	25.6.14	3
130.C.1	Cartão			25.6.14	1
130.C.4	Cartão		29/07/1913	25.6.14	2
130.C.10	Telegrama		10/05/1912	25.6.15	1
130.C.12	Telegrama		DATA?	25.6.15	1
130.C.11	Telegrama		11/05/1912	25.6.15	1
130.C.9	Correspondência		10/10/1911	25.6.15	1
130.C.13	Telegrama		11/05/1912	25.6.15	2
130.C.14	Correspondência		15/11/1911	25.6.15	1
130.C.14	Discurso	Discurso de recepção do sr. Osvaldo Gonçalves Cruz		25.6.16	31
130.C.14	Palestra	"O Hospital da Candelária" Palestra de Aparício Carvalho de Moraes.		25.6.16	15
130.C.14	Comunicado		15/02/1967	25.6.17	1
130.C.16	Convite	Convite do Club Universitário do Rio de Janeiro	02/08/1937	25.6.17	1
130.C.16	Comunicado	Comunicado do IHG. de S.P	13/02/1967	25.6.17	1
130.B.45	Conferência	Osvaldo Cruz - Conferência pronunciada no Centro Acadêmico		25.6.17	18
130.B.49	Artigo	Elogio de Osvaldo Cruz		25.6.17	15
130.B.49	Fotos	6 jaquetas com 13 docs.		57.1.25	15

 Biografia	Ano:1936/19 72	09.4.7	5
 Conferência (outros)	Ano:1936	09.4.7	1
 Correspondência Pública	Ano: 1928	09.4.7	1
 Discursos	Ano: 1939/1972	09.4.7	2
 Homenagens	Ano: 1919/1982	09.4.7	36
 Notícias e Críticas	Ano: 1919/1996	09.4.7	50
 Notícias- Monumento	Ano: 1939	09.4.7	3
 Imagem impressa	21/05/2000	09.4.7	1

## 4.1.2.2 Fundo: Arquivo Clementino Fraga

## 4.1.2.2.1 Série 1 - Correspondência recebida de diversos brasileiros

Localização anterior: 15-2-02

TIPOLOGIA	AUTOR	ASSUNTO/TÍTULO	DATA	LOCALIZAÇÃO
Carta	Aloysio [de Castro]	Envio de presente e pedido de favor	12/05/1914	15/02/2002
Cartão	Padre José Basílio Pereira	Saudação e agradecimento	24/04/1913	15/02/2002
Carta	Arthur Neiva	Agradecimento à C.F. por ter escrito sobre o problema do "beriberi"	14/06/1917	15/02/2002
Telegrama	Miguel Pereira	Agradecimentos	09/11/1918	15/02/2002
Carta	Vital Brasil	Agradecimentos	04/12/1918	15/02/2002
Carta	Prado Valladares	Comunicado	02/12/1926	15/02/2002
Carta	Gustavo Riedes	Comunicado	06/10/1923	15/02/2002
	(Riedel ?)			

Carta	Caio Moura	Narrativa sobre a situação da Faculdade de Medicina da Bahia	17/05/1925	15/02/2002
Carta	Arnolfo Azevedo	Agradecimentos	25/11/1926	15/02/2002
Carta	Carmem C.	Pedido de ajuda e Saudações	13/11/2029	15/02/2002
Carta	F. Figueira	Chamada de atenção	22/12/1926	15/02/2002
Carta	Carlos [Pinto] Seidl	Comentários	01/12/1926	15/02/2002
Carta	F. Figueira	Pedido	23/02/1927	15/02/2002
Carta	F. Figueira	Lembrete	19/08/1927	15/02/2002
Carta	Abreu Fialho	Poema	11/09/1927	15/02/2002
Carta	Abreu Fialho	Poema	28/08/1927	15/02/2002
Carta	B. A. Rocha Faria	Elogios	14/06/1930	15/02/2002
Carta	Paulo Seabra	Comunicação de acontecimentos	15/07/1930	15/02/2002
Carta	Miguel () de Carvalho	Cumprimentos	12/08/1927	15/02/2002
Carta	Luiz Roumanie	Convite	05/11/1927	15/02/2002
Cartão	J. Mello Teixeira	Comunicado	18/08/1930	15/02/2002
Carta	Vital Brasil	Agradecimentos	11/07/1927	15/02/2002
Carta	Carlos [Pinto] Seidl	Elogios a C. F.	25/11/1927	15/02/2002
Carta	Carlos [Pinto] Seidl		25/03/1928	15/02/2002
Carta	F. Figueira	F. Figueira escreve sobre seus projetos para C. Fraga	17/03/1927	15/02/2002
Cartão	Thiago d'Álmeida	Agradecimento	24/10/1927	15/02/2002
Cartão	Epitácio Pessoa	Agradecimento	31/01/1927	15/02/2002
Carta	Luis Seltz H.[?]	Comunicado	17/10/1911	15/02/2002
Carta	Barreto	Noticias de Buenos Aires	24/06/1930	15/02/2002

Carta	C. Werner		12/04/1927	15/02/2002
Carta	Xavier Marques		25/11/1926	15/02/2002
Cartão	Martagão Gesteira	Parabenização	05/05/1925	15/02/2002
Carta	Xavier Marques	Escreve sobre a ABL	12/07/1926	15/02/2002
Carta	H. Circundes	Agradecimentos	07/05/1914	15/02/2002
Carta	Aline [?]	Justificação por não ter convidado C. F. Para um acontecimento	04/10/1917	15/02/2002
Cartão	Nacimento Gurgel	Agradecimentos	06/12/1917	15/02/2002
Cartão	F. Figueira	Agradecimento pelo envio da monografia de C. Fraga	20/04/1917	15/02/2002
Carta	Juliano	Comentários sobre um episódio que envolve eles dois e o "Marcos"	29/06/1913	15/02/2002
Carta	Juliano	Afirmativas de que tem tentado falar com C. F. em vão e pede para C. F. entrar em contato o mais rápido possível	29/07/1917	15/02/2002
Carta	J. Marinho		02/12/1927	15/02/2002
Cartão	Oscar Freire	Pedido de interesse a assuntos que um enviado dele irá tratar com C. F.	16/06/1918	15/02/2002
Cartão	Pinheiro Guimarães	Cumprimento pelo discurso feito por C. F.	10/12/1919	15/02/2002
Cartão	Ezequiel C. Dias	Agradecimento pelo discurso feito por C. F.	03/12/1917	15/02/2002
Cartão	Luiz Anselmo da Fonseca	Cumprimentos	21/12/1918	15/02/2002
Carta	J. []	Votos de saúde	06/12/1918	15/02/2002
Carta	Arnaldo Quintella	Agradecimento	19/01/1918	15/02/2002
Carta	Ernesto Carneiro	Saudações e a resposta de uma carta enviada pelo C. F.	29/08/1918	15/02/2002

Carta	Simões F.[?]	Agradecimento	07/11/1926	15/02/2002
Carta	Helio Lobo	Comentários sobre uma eleição	19/09/1926	15/02/2002
Cartão	A. F. Pires e Albuquerque	Agradecimento	04/08/1930	15/02/2002
Carta	Calogeras	Agradecimento e comentários	04/08/1928	15/02/2002
Carta	Cassio [?]	Parabenização	21/08/1928	15/02/2002
Carta	Carlos [Pinto] Seidl	Comentários	15/09/1928	15/02/2002
Cartão	F. Figueira	Declaração de opinião	25/10/1927[?]	15/02/2002
Carta	Baptista Pereira	Envio de livros	23/01/1929	15/02/2002
Carta	Raquel Pereira	Exposição de opiniões	05/02/1929	15/02/2002
Carta	Tavarez[?]	Agradecimento	dez/29	15/02/2002
Carta	Franco da Rocha	Cumprimento	09/06/1929	15/02/2002
Carta	Horacio[?]	Elogios e pedido de perdão	13/09/1929	15/02/2002
Carta	O. de Oliveira	Cumprimenta C. F. pelo seu trabalho e da notícia do que tem feito e irá fazer	01/08/1929	15/02/2002
Carta	Calógeras	Comentários e elogios ao trabalho enviado por C.F.	02/[??]/1929	15/02/2002
Carta	Cássio Rezende	Parabéns	14/04/1930	15/02/2002
Carta	F. Borges Vieira	Comenta experiências realizadas em Cuba e em Estados Brasileiros	03/07/1930	15/02/2002
Carta	Barreto	Noticias sobre sua chegada a Santiago e uma ida ao Rio de Janeiro	21/07/1930	15/02/2002
Carta	B. A.da Rocha Faria	Elogios ao hospital S. Sebastião	14/06/1930	15/02/2002

## 4.1.2.2.2 Série 2 - Cartas recebidas de personalidades diversas em várias épocas

Localização anterior: 15-2-03

Tipologia	Autor	Assunto/Título	Data	Localização
Carta	Manuel Duarte	Comunicado que o caso da fazenda em Vassouras foi resolvido, agradecimentos	16/11/1927	15/02/2003
Carta	Cavalcante	Resposta a uma carta enviada por C. F.	21/04/1920	15/02/2003
Carta	Cavalcante	Comentários sobre Política	26/11/1922	15/02/2003
Carta	Nascimento	Comunica que apesar de não ser baiano, se importa com a Bahia e a faculdade de medicina	04/05/1925	15/02/2003
Telegrama	Seabra	Saudações a C. F. por um discurso	09/11/1922	15/02/2003
Carta	Vianna do Castello	Pedido de favor	24/10/1928	15/02/2003
Carta	Vianna do Castello	Comentário sobre o caso de Lino José de Paiva	11/01/1930	15/02/2003
Telegrama	Cyrovalle	Agradecimentos	14/01/1930	15/02/2003
Telegrama	Vital Soares	Palavras de apoio	10/04/1930	15/02/2003
Carta	Victor [?]	Parabenizações	22/08/1930	15/02/2003
Cartão	Edmundo Bittencourt	Mensagem de feliz ano novo e feliz natal	22/12/1928	15/02/2003

## 4.1.2.2.3 Série 3 - Cartas de época diversas de brasileiros

TIPOLOGIA	AUTOR	ASSUNTO/TÍTULO	DATA	LOCALIZAÇÃO
Carta	Octacílio de	Declaração de admiração,	set/23	15/02/2004
	C. Lopes	Comunica que está guardando o		
		livro de sua mulher para enviar		
		ao casal (C. Fraga e D. Iáiá).		
Carta	Carmem	Declaração de admiração	11/09/1929	15/02/2004
Carta	Carmem	Um pedido	07/07/1930	15/02/2004
Carta	Carmem	Pedido que C. Fraga envie um	12/05/1930	15/02/2004
		livro para ela		
Carta	Carmem[?]	Agradecimentos e elogios	16/07/1930	15/02/2004

4.1.2.2.4 Série 4 - Cartas a acadêmicos e cartas de acadêmicos

TIPOLOG IA	AUTOR	ASSUNTO/TÍT ULO	DATA	MÍDIA	LOCALIZA ÇÃO	OBSERVAÇÃO
Carta	C. Fraga	Assunto Acadêmico	17/10/ 1926		15/02/2005	Carta enviada para Solano Cunha
Carta	C. Fraga	C. Fraga explicita sua satisfação por ter sido comentado pelo Xavier Marques	13/04/ 1913		15/02/2005	Carta enviada para Xavier Marques
Carta	C. Fraga	Proposta de acordo em relação à vaga Mario de Alencar	18/10/ 1926		15/02/2005	Carta enviada para Silva Ramos
Carta	C. Fraga	Elogios ao Austregésilo e sua obra	10/12/ 1927		15/02/2005	Carta enviada para Austregesilo [Athayde]
Telegrama	C. Fraga	Comentários sobre a conferencia realizada no Instituto Histórico	jul/23		15/02/2005	Cópia Datilografada de um telegrama enviado para Afranio Peixoto
Carta	C. Fraga	Agradecimento pela oferta do livro "O Hipnotismo"	1924		15/02/2005	Carta enviada para Medeiros e Albuquerque
Carta	C. Fraga	Agradecimento pelo artigo "Saúde Pública" do "Jornal do Brasil"	15/02/ 1929		15/02/2005	Carta enviada para Anibal Freire
Carta	C. Fraga	Comentários sobre o livro de José Carlos	16/01/ 1926		15/02/2005	Carta enviada para José Carlos
Carta	C. Fraga	Carta ao Dr. J. Carlos Macedo Soares	07/07/ 1927		15/02/2005	Carta enviada para J. Carlos Macedo Soares
Carta	Alceu Amoroso Lima	Carta de agradecimento pelas ofertas de alguns dos trabalhos	abr/25		15/02/2005	_

		<u> </u>	1		T
Telegrama	Afranio Peixoto	Elogios referentes a C. Fraga	04/07/ 1923	 15/02/2005	
Carta	Helio Lobo	Escreve sobre sua saúde, comenta que não leu o discurso de C. F. e pedi que seja enviado para ele	30/10/ 1926	 15/02/2005	
Carta	Silva Ramos	Comenta que leu o "discurso de Posse" de C. F. e faz elogios	12/04/ 1926	 15/02/2005	
Carta	Gilberto Amado	Pedido de favor	06/12/ 1928	 15/02/2005	
Carta	Helio Lobo	Agradecimentos e assuntos acadêmicos	08/03/ 1927	 15/02/2005	
Carta	Xavier Marques	Assuntos acadêmicos	02/05/ 1926	 15/02/2005	
Carta	Xavier Marques	Sucessão acadêmica	04/03/ 1926	 15/02/2005	
Carta	Clementi no Fraga	Assunto Acadêmico	17/10/ 1926	 15/02/2005	Enviada para Solano da Cunha

## 4.1.2.2.5 Série 5 - Cartas a personalidades diversas relacionadas por C. Fraga

Localização anterior: 15-2-06

TIPOLOGIA	AUTOR	ASSUNTO/TÍTULO	DATA	LOCALIZAÇÃO
Carta	Clementino		11/12/1924	15/02/2006
	Fraga			
Telegrama	Clementino		28/11/1923	15/02/2006
	Fraga			
Carta	Clementino		1925	15/02/2006
	Fraga			
Carta	Clementino		17/10/1926	15/02/2006
	Fraga			
Carta	Clementino		26/07/1930	15/02/2006
	Fraga			

## 4.1.2.2.6 Série 6 - Cartas recebidas de personalidades estrangeiras

TIPOLOGIA	AUTOR	ASSUNTO/ TÍTULO	DATA	LOCALIZAÇÃO
Carta	[Emile] Marchoux		05/07/2029	15-2-07
Cartão	Chauffard		24/10/1924	15-2-07
Carta	[Emile] Marchoux		23/10/1927	15-2-07
Carta	[Emile] Marchoux		04/05/1929	15-2-07
Carta	Vasquez		13/04/1926	15-2-07
Carta	Marchoux		jul/30	15-2-07
Carta	Chauffard		11/05/1930	15-2-07
Cartão	L. Megis[?]		21/07/1930	15-2-07
Cartão Postal	Chauffard		07/08/1914[?]	15-2-07
Carta	L. Megis		22/07/1927	15-2-07
Carta	[?]		13/09/1930	15-2-07
Cartão	R. Bensaude		05/??/1914	15-2-07
Carta	L. Megis		17/12/1927	15-2-07
Carta	[Emile] Marchoux		12/06/1929	15-2-07
Carta	John M. Swan		06/06/1917	15-2-07
Carta	F. F. Russell		20/11/1928	15-2-07
Carta	Carl A. Williams		27/11/1919	15-2-07
Carta	L. W. Hackett		16/11/1927	15-2-07
Carta	[?]		08/09/1927	15-2-07
Carta	George K. Strode		07/12/1927	15-2-07
Carta	Thiago d'Almeida		17/06/1917	15-2-07
Carta	Ricardo Jorge		11/08/1930	15-2-07
Carta	Ricardo Jorge		05/07/1930	15-2-07
Carta	[?]		jan/12	15-2-07
Carta	[?]		03/08/1913	15-2-08
Carta	Akira Fujinami		05/10/1927	15-2-08
	Suyeo Eguchi			
	Nunao Nakarai			
Cartão postal	Toda [?]		21/09/1927	15-2-08

Cartão postal	Toda[?]	 04/09/1924	15-2-08
Cartão postal	[?]	 02/11/1921[?]	15-2-08
Carta	Carlos Bonorino	 16/08/1906	15-2-08
	Udaondo		
Carta	Carlos Bonorino	 06/08/1916	15-2-08
	Udaondo		
Carta	B. A. Houssay	 21/10/1927	15-2-08
Carta	Mariano R. Castex	 29/11/1927	15-2-08
Carta	Mariano R. Castex	 06/08/1930	15-2-08
Carta	[?]Segura[?]	 10/02/1927	15-2-08
Cartão	David Speroni	 jul/22	15-2-08
Carta	Carlos Bonorino	 09/11/1907[?]	15-2-08
	Udaondo		
Cartão	A. Ricaldone	 29/[??]/1919	15-2-08
Cartão	Luis Morquio	 02/1919[?]	15-2-08
Cartão	A. Ricaldoni	 25/06/1918	15-2-08

## 4.1.2.2.7 Série 7 - Cartas recebidas (1915-1938)

TIPOLOGIA	AUTOR	DATA	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Carta	Clementino	1915	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Isaias Santos
Carta	Clementino Fraga	ago/18	15/02/2011	Enviada para[?]
Carta	Clementino	08/12/1923	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Antonio Calmon
Carta	Clementino	jan/23	15/02/2011	Enviada para
	Fraga	-		Octavio Tarquini
Carta	Clementino	jun/24	15/02/2011	Enviada para
	Fraga	-		Alberto Faria
Carta	Clementino	out/24	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Amauri
Carta	Clementino	20/10/1924	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			João Coelho
				Moreira
Carta	Clementino	out/24	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Oswaldo
				Oliveira
				Existe outra carta
				no mesmo papel
Carta	Clementino	02/10/1924	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Jorge Pinto
				Existe outra carta
				no mesmo papel
Carta	Clementino	out/24	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Otávio de Freitas
Carta	Clementino	1925	15/02/2011	Enviada para

	Fraga			Plínio Marques
Carta	Clementino	13/12/1926	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Paula Souza
Carta	Clementino	jan/27	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Luiz Sodré
				Cópia
				(datilografada)
Carta	Clementino	18/03/1926	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Oswaldo Santos
				Jacintho
Carta	Clementino	04/09/1927	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Carlos Ferreira
				de Almeida
Carta	Clementino	08/07/1928	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Carmem Cinira
Carta	Clementino	10/06/1929	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Ayres Netto
Carta	Clementino	30/10/1929	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Álvaro de
				Carvalho
Texto		nov/29	15/02/2011	
Carta	Clementino	17/03/1930	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Neiva
Carta	Clementino	15/08/1930	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Carlos Dias
				Fernandes
Carta	Clementino	21/07/1930	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Paulo Seabra
Carta	Clementino	jul/30	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Chagas
Carta	Clementino	06/02/1931	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Belisario Penna
Carta	Clementino	17/05/1930	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Carmen Cinira
Carta	Clementino	23/08/1930	15/02/2011	Enviada para
	Fraga			Pedro Pinto

## 4.1.2.2.8 Série 8 - Academia de Letras da Bahia

TIPOLOGIA	AUTOR	ASSUNTO/TÍTULO	DATA	LOCALIZAÇÃO
Carta	Clementino	Medicina e Política	set/21	15/02/2012
	Fraga			

## 4.1.2.2.9 Série 9 - Fotos

Localização anterior: 15-2-13

TIPOLOGIA	AUTOR	ASSUNTO/TÍTULO	DATA	LOCALIZAÇÃO
Fotografia	Sartony's	Clementino Fraga	1913/14	15-2-13-(02)
Fotografia		Clementino Fraga	1930	15-2-13-(03)
Fotografia		Clementino Fraga	1928	15-2-13-(15)
Fotografia		Clementino Fraga	1920	15-2-13-(16)

#### 4.1.2.2.10 Série 10 - Academia Brasileira Pronunciamento

Localização anterior: 15-2-15/15-2-16

TIPOLOGIA	AUTOR	ASSUNTO/TÍTULO	DATA	LOCALIZAÇÃO
Artigo (recorte de jornal)	N. C.	Paisagens do Outono	30/06/1930	15/02/2015

## 4.1.3 ANEXO 3: ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

#### 4.1.3.1 Série: Saúde Pública<sup>10</sup>

ÍNDICE / VOLUME	NOTAÇÃO	ASSUNTO	DATA
1	7.4.65	Vencimentos - Departamento de Higiene	1855 - 1902
1	7.4.69	Vencimentos - Ordenados, gratificações, abonos: Departamento de Higiene e Assistência Pública	1891 - 1907
1	7.4.70	Vencimentos - Diretoria de Higiene, Laboratório de Análises e Asilo São Francisco de Assis	1894 - 1909
1	7.4.71	Vencimentos - Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública	1904 - 1909
1	7.4.72	Vencimentos - Exposição Internacional de Higiene.	1909
1	8.2.5	Vencimentos de Homenagem. Habitação, Higiene, etc.	1848 - 1913
1	8.2.6	Pedidos diversos a Intendência de Higiene.	1891 - 1892
1	8.2.7	Mapas enviados à Diretoria Geral de Higiene, pelas repartições anexas.	1893 - 1898
1	8.2.8	Diretoria de Higiene e Assistência Pública.	1894
1	8.2.10	Higiene e Assistência Pública; Reorganização dos Serviços.	1900
1	8.3.5	Inspetoria Geral de Higiene - Atas 2º semestre	1889
1	8.3.6	Inspetoria Geral de Higiene - Atas 2º semestre	1890 - 1891
1	8.3.24	Higiene Pública - 1 ° semestre	1889
1	8.3.25	Higiene Pública - 2 ° semestre	1889
1	8.4.1	Higiene Pública - 2 ° semestre	1890
1	8.4.2	Higiene Pública - 1 ° semestre	1890
1	8.4.3	Higiene Pública - 1 ° trimestre	1891
1	8.4.4	Higiene Pública - 1 ° semestre	1892
1	8.4.5	Higiene Pública - 2 ° semestre	1892
1	8.4.7	Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro	1886 - 1892
1	8.4.8	Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro	1890
1	8.4.10	Saneamento e melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro	1890 - 1891
1	8.4.11	Saneamento e melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro	1890 - 1892
1	8.4.12	Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro	1891
1	8.4.13	Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro	1892
1	8.4.14	Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro	1892
1	8.4.15	Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro	1892 - 1898
1	8.4.16	Saneamento da Baixada do Distrito Federal, com o Estado do Rio de Janeiro	1903
1	8.4.24	Salubridade do Rio de Janeiro, e comissões sanitárias	1862 - 1893
1	8.4.25	Salubridade do Rio de Janeiro, e comissões sanitárias	1864 - 1899

-

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Segundo a Sub-Gerência de Documentação Escrita do AGCRJ, está sendo elaborada a tabela de equivalência das notações antigas de códices sobre "saúde pública" para os identificadores modernos baseados na NOBRADE. Principalmente para a alimentação de dados no Arquivo Virtual- Guia de Fundos do AGCRJ. Porém, até a conclusão deste guia, a elaboração da tabela de equivalência ainda não está terminada.

1	0.426	C11:111 D: 11 :	1065 1000
1	8.4.26	Salubridade do Rio de Janeiro, e comissões sanitárias	1865 - 1900
1	8.4.27	Salubridade do Rio de Janeiro	1890 - 1897
1	8.4.28	Salubridade do Rio de Janeiro	1893 - 1913
1	8.4.29	Salubridade do Rio de Janeiro	1897 - 1905
2	38.2.32	Relatórios da Higiene. Diretoria de Higiene Pública.	1879-1893
2	38.2.33	Relatórios da Junta de Higiene e dos Comissários.	1881-1894
2	38.2.34	Relatórios da Higiene (Delegados.) apresentados à Inspetoria Geral de Higiene Pública em 1889.	1889
2	38.2.35	Relatórios da Higiene. Inspetoria Geral.	1889
2	38.2.36	Relatório-Epidemias de varíola- executado em 10/5/1891	1891
2	38.2.37	Relatório da Higiene.	1894
2	38.2.38	Relatórios da Higiene. Diretoria de Higiene e Assistência Pública.	1895
2	38.2.39	Comissões de Saneamento (relatório), Distrito Federal, 31/8/1896	1896
2	38.2.40	Relatório do Diretor de Higiene e Assistência Pública.	1897-1909
2	38.2.41	Relatórios - desinfecção e isolamento-apresentados pelo Dr. Alfredo da Graça Couto ao Diretor Geral de Higiene.	1898
2	38.2.42	Relatórios dos Chefes de Distritos Sanitários, e vários mapas.	1898
2	38.2.43	Relatórios da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública e serviços dependentes.	1898-1910
2	38.2.44	Relatório do Chefe do Distrito 1º Sanitário. Referente ao 1º semestre de 1899.	1899
2	38.3.1	Relatórios dos Chefes de Distritos Sanitários da Diretoria de Higiene e Assistência Pública.	1899-1900
2	38.3.2	Relatório-isolamento e desinfecção. Apresentado ao Sr. Dr. Diretor Geral de Higiene e Assistência Pública.	1900
2	38.3.3	Relatório da Higiene, apresentado ao Diretor Geral de Higiene e Assistência Pública.	1901
2	38.3.5	Relatório do Chefe do Distrito Sanitário, relativo ao 1º semestre de 1901	1901
2	38.3.6	Relatório do Chefe do Distrito Sanitário. De julho a dezembro de 1901	1901
2	38.3.7	Relatório do 1º Distrito Sanitário. Do 1º semestre de 1901.	1901
2	38.3.8	Relatório do 1º Distrito Sanitário. Do 2º semestre de 1901.	1901
2	38.3.9	Relatório do Chefe do 3º Distrito Sanitário. Relativo ao 1º semestre de 1901.	1901
2	38.3.10	Relatório do 3º Distrito Sanitário, dos meses de julho a dezembro, de 1901.	1901
2	38.3.11	Relatório da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública. Referente aos meses de agosto a dezembro de 1902. Apresentado em1903.	1902
2	38.3.12	Relatórios da Inspetoria de Isolamento e Desinfecção.	1902
2	38.3.13	Relatório da Diretoria de Higiene, da Diretoria Geral e Assistência Pública, apresentado em agosto de 1903 e referente aos 7 meses do mesmo ano.	1903

2	38.3.14	Relatório da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública. Apresentado em 9/8/1904	1904
2	38.3.15	Relatório-Higiene Assistência Pública que cabem à Municipalidade.	1904
2	38.3.16	Relatório da Diretoria de Higiene e Assistência Pública. Apresentado em agosto de 1905.	1905
2	3.3.17	Relatório da Diretoria de Higiene e Assistência Pública. Apresentado em 01/03/1906	1905
2	38.3.18	Relatório da Diretoria de Higiene e Assistência Pública. Apresentado em 1905.	1905
2	38.3.19	Relatório da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública. De agosto de 1906.	1906
2	38.3.20	Relatório da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública, e repartições anexas. Apresentado em 18/3/1907 e referente ao mesmo ano de 1906, e 2 meses de 1907.	1906-1907
2	38.3.22	Relatório do Laboratório Municipal de Análises. Referente a 8 meses do ano de 1907.	1907
2	38.3.38	Relatórios do Instituto Vacínico.	1892-1901
2	38.3.39	Relatório do Instituto Vacínico Municipal. Apresentado em 13/1/1902.Relativo a 1901.	1901
2	38.3.40	Relatório do Instituto Vacínico. Apresentado em 22/2/1902, referente ao ano de 1901.	1901

## 4.1.4 ANEXO 4: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### 4.1.4.1 Fundo: Presidência do Estado (PE) do Rio de Janeiro<sup>11</sup>

NOTAÇÃO	TIPO FÍSICO	TÍTULO	AUTORIA	DATA LIMITE	UNIDADES
PE 2.4.1.3	Ofícios e informes (manuscritos)	Correspondência recebida pela Secretaria do Governo do Estado	Diretoria de Negócio, Interior e Justiça / Instrução / Ministério Público / Ministério de Negócios da Fazenda	1889/1893	Documentos: 2- Anexos: 1
PE 2.4.5	Ofícios, Relatórios, Balancetes (manuscritos)	Correspondênci a recebida pela Secretaria do Governo do Estado	Irmandades e Asilos	1890/1905	Documentos : 15- Anexos: 20- Peças:2
PE 2.5	Comunicados , Ofícios (manuscritos, datilografado)	Correspondênci a recebida pela Secretaria do Governo do Estado	Diretoria de Polícia e Assistência Pública	1892	Documentos : 2- Peças: 2
PE 2.5.3	Ofícios, Relatórios (manuscritos e datilografado)	Correspondênci a recebida pela Secretaria do Governo do Estado	Diretoria de Polícia e Assistência Pública/ Inspetoria de Higiene e Saúde	1925	Documentos : 2- Anexos: 2
PE 3.12.3	Oficio (manuscrito)	Correspondênci a recebida pela Diretoria de Obras Públicas	Diretoria de Polícia e Assistência Pública	1898/1903	Documentos : 4- Anexos: 1
PE 5.2	Ofício e	Diretoria de	Secretaria de	1897/1901	Documentos

\_

Existem três séries relevantes sobre saúde pública no Fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro, ou seja, as séries: PE 2- Correspondências recebidas pela Secretaria do Governo do Estado; PE 5- Diretoria de Polícia e Assistência Pública e PE 7- Diretoria de Negócios do Interior, Justiça e Instrução.

O Fundo PE – Presidência do Estado do Rio de Janeiro possui as seguintes séries descritas na tabela: PE 1-Secretaria do Governo do Estado; PE 2- Correspondências recebidas pela Secretaria do Governo do Estado; PE 3- Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas; PE 4- Diretoria de Obras Públicas e Estatísticas; PE 5- Diretoria de Polícia e Assistência Pública; PE 6- Diretoria da Fazenda; PE 7- Diretoria de Negócios do Interior, Justiça e Instrução; PE 8- Diretoria de Finanças do Estado e AL- Assembléia Legislativa.

	· c	D 1/ '	D 1/ '		1 2
	informe	Polícia e	Polícia e		: 3
	(manuscrito)	Assistência	Assistência		
DE 5.0.1	000	Pública	Pública	1002/1000	D .
PE 5.2.1	Oficio,	Diretoria de	Inspetoria	1892/1899	Documentos
	Comunicado	Polícia e	Geral de		: 30
	(manuscrito)	Assistência	Higiene		
		Pública			
PE 5.2.1.1	Ofício	Diretoria de	Inspetoria	1891	Documentos
	(manuscrito)	Polícia e	Geral de		: 2
		Assistência	Assistência dos		
		Pública	Portos		
PE 5.2.1.2	Ofício	Diretoria de	Inspetoria	1899/1899	Documentos
	(manuscrito)	Polícia e	Geral de		: 33
		Assistência	Assistência		
		Pública	Médico Legal		
			de Alienados.		
PE 5.2.2	Comunicado,	Diretoria de	Hospício	1896/1900	Documentos
	Ofício	Polícia e	Nacional de		: 48
	(manuscrito)	Assistência	Alienados.		
		Pública			
PE 5.2.3	Ofício	Diretoria de	Instituto	1891/1901	Documentos
	(manuscrito)	Polícia e	Vacínico		: 10-
		Assistência	Municipal		Anexos: 2
		Pública	1		
PE 5.2.4	Atestado,	Diretoria de	Delegacia de	1890/1901	Documentos
	Mapa	Polícia e	Higiene		: 5
	(manuscrito)	Assistência			
	,	Pública			
PE 5.2.5	Ofício	Diretoria de	Desinfectório	1900	Documentos
	(manuscrito)	Polícia e	Central do		: 1
	,	Assistência	Estado		
		Pública			
PE 5.3.1	Ofício,	Correspondênci	Governo do	1891/1892	Documentos
	Comunicado	a recebida pela	estado		: 48
	(manuscrito)	Diretoria de			
	()	Polícia e			
		Assistência			
		Pública			
PE 5.3.2	Ofício	Correspondênci	Secretaria dos	1895/1897	Documentos
	(manuscrito)	a recebida pela	Negócios do		: 2- Anexos:
		Diretoria de	Interior, Justiça		8- Peças:4
		Polícia e	e Instrução		2 2 3 4 5 5 1
		Assistência	2 222 22 23 24 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20		
		Pública			
PE 5.3.3	Oficio,	Correspondênci	Particular	1891/1939	Documentos
11 3.3.3	Comunicado,	a da Diretoria	1 arabatat	10/1/1/3/	: 4- Anexos:
	Certificado	de Polícia e			3- Peças:1
	(manuscrito e	Assistência			J-1 Cyas.1
	datilografado)	Pública.			
PE 7.3	Oficio,	Diretoria dos	Casas de	1889/1945	Documento:
111/.3	Oncio,	Directia dos	Casas uc	1007/1743	Documento.

PE 7.3.1	Processo, Relatório (manuscrito)  Balancete, Relatório, Oficio, Mapa, Requerimento , Atestado	Negócios do Interior, Justiça e Instrução  Diretoria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução	Caridade, Hospital, Asilo, Irmandades Provedorias de Casas de Caridade	1884/1932	188- Anexos: 289- Peças:15 Documentos : 227- Anexos: 271- Peças:11
PE 7.5.2	(manuscrito) Oficios, Relatórios (manuscritos)	Correspondênci a recebida pela Diretoria de Polícia e Assistência Pública	Diretoria de Obras Públicas / Associação Comercial de Campos	1894/1900	Documentos : 8- Anexos: 33- Peças:6
PE 7.5.3.1	Oficio, Folhas de Pagamento, Requerimento , Projeto (manuscrito)	Diretoria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução	Diretoria de Assistência Pública	1891/1903	Documentos : 62- Anexos: 15
PE 7.5.6	Oficio (manuscrito)	Correspondênci a recebida pela Diretoria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução	Assembléia legislativa	1893/1954	Documentos : 119- Anexos: 41- Peças:8
PE 8.6	Oficio, Comunicado, Notas Fiscais (manuscritos)	Diretoria de Finanças do Estado	Interno/Dívida s, Rendas, Receitas, Despesas Públicas	1888/1927	Documento: 162- Anexos: 92- Peças:9

# 4.1.5 ANEXO 5: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

## 4.1.5.1 Fundo: Arquivo Arthur Neiva

TÍTULO	DATA LIMITE	TOTAL DE DOCUMENTOS
Correspondência	1903 a 1947	2055
Correspondência (rem. supl.)	1919 a 1942	64
Documentos complementares	1980 a 1980	2
Documentos pessoais	1909 a 1942	77
Documentos pessoais (rem. supl.)	1918 a 1941	6
Fotografias	1913 a 1945	133
Post mortem (rem. supl)	1943 a 1943	1
Produção intelectual	1921 a 1935	2
Produção intelectual (rem. supl.)		0

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Série Publicações Técnicas, n. 51).

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Guia de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual. Rio de Janeiro: O Arquivo; Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1988. 2 v.

Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz/Departamento de Arquivo e Documentação. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Manual de organização de arquivos pessoais. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/COC, 2015.

Casa de Oswaldo Cruz. Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/COC, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <a href="http://www.arquivonacional.gov.br">http://www.arquivonacional.gov.br</a>. Acesso em: 08 abr. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: <a href="http://www.arquivonacional.gov.br">http://www.arquivonacional.gov.br</a>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. O Governo Presidencial do Brasil, 1889-1930 (Guia Administrativo do Poder Executivo no Período da República Velha). Brasília: FCRB-Senado Federal-Pró-Memória, 1985.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Fundo Clementino Fraga: inventário analítico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Fundo Belisário Penna: inventário analítico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Arquivo Oswaldo Cruz: inventário analítico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Fundo Carlos Chagas: inventário. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.